

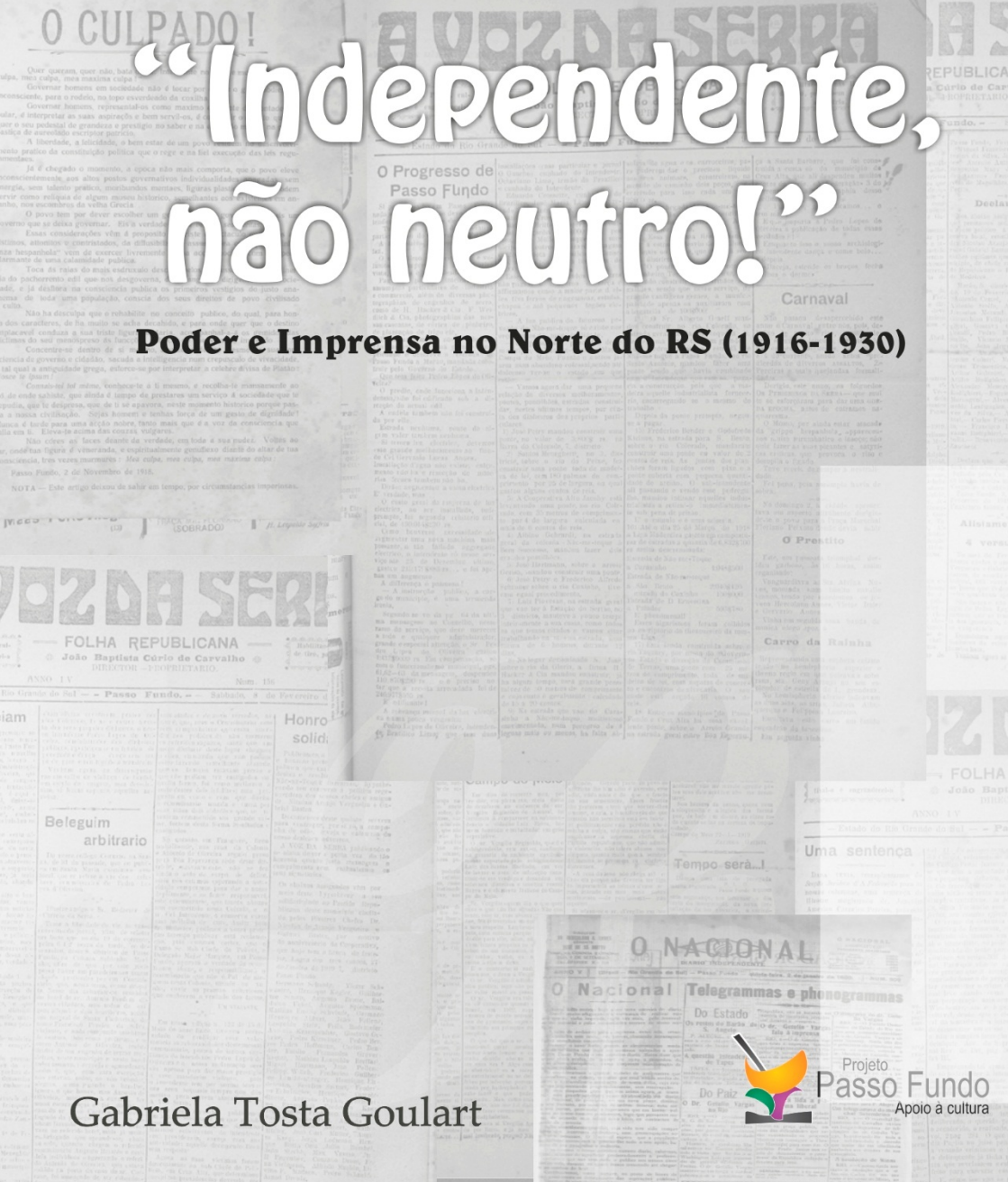
Advogado
 F. Arthur C. da Silva
 Cezariu civil, criminal e
 cívico
 Escritório e residência,
 RUA MORON, N. 21
 TELEFONO: 302.302
 CONSULTORIO CLÍNICA
 E PROTETOR BENTANA
 Rua Francisco Gomes de
 Albuquerque, 21
 AVENIDA BRASIL, N. 2

Estado das Notícias das Publicações
 DE TERÇA E SEXTA-FEIRA

Gomes Ribeiro e Bastos
 Importadores e Exportadores

“Independente, não neutro!”

Poder e Imprensa no Norte do RS (1916-1930)



Gabriela Tosta Goulart

Projeto Passo Fundo
 Apoio a cultura

Pergunta ao Inten

AVISO

Este livro trata da relação entre a liderança política e a imprensa regional, no norte do Rio Grande do Sul, na cidade de Passo Fundo, no período que se estende de 1916 até 1930. A imprensa foi um dos sustentáculos do poder da elite política regional desde a proclamação da República em 1889, avançando por todo o período da chamada República Velha, até 1930. Nesse período, foram identificados cerca de 16 jornais, alguns de duração efêmera e outros cuja longevidade alcança os dias atuais. Alguns destes jornais registraram os embates políticos e, muitas vezes, foram criados com o objetivo de serem porta-vozes dos políticos regionais. Assim sendo, constatou-se uma verdadeira identidade estabelecida entre a política e a imprensa. Os casos mais emblemáticos foram os dos jornais A Voz da Serra e O Nacional. A Voz da Serra, fundado em 1916, vinculou-se à causa do Partido Republicano Riograndense (PRR) por vínculo ideológico entre o proprietário do jornal e o líder regional Nicolau de Araujo Vergueiro. Por sua vez, O Nacional foi fundado em 1925 pelos filhos de coronel Gervasio Lucas Annes, figura política que ditou a hegemonia do PRR em âmbito regional e orientou grande parte da imprensa citada. Gervasio Lucas Annes construiu uma identidade de liderança política e deixou como sucessor Nicolau de Araujo Vergueiro, portanto, a análise proposta leva em consideração a importância da imprensa na manutenção da dominação do PRR na região a partir de um contexto estadual que foi permeado por duas guerras civis.

“INDEPENDENTE, NÃO NEUTRO!”:
PODER E IMPRENSA NO NORTE DO RS
(1916-1930)



Gabriela Tosta Goulart

“INDEPENDENTE, NÃO NEUTRO!”:
PODER E IMPRENSA NO NORTE DO RS
(1916-1930)

Passo Fundo
2016

Projeto Passo Fundo

Página na internet: www.projetopassofundo.com.br

e-mail para contato: projetopassofundo@gmail.com

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 4,0 Internacional;

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

Revisado pela autora: 26/01/2016

G694i Goulart, Gabriela Tosta

“Independente, não neutro!” [recurso eletrônico] :
poder e imprensa no norte do RS (1916-1930) / Gabriela
Tosta Goulart. – Passo Fundo : Projeto Passo Fundo, 2015.

1165 Kb ; PDF.

ISBN 978-85-8326-182-7

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://www.projetopassofundo.com.br>>.

1. Partidos políticos - Noroeste Rio-Grandense (RS : Mesorregião). 2. Imprensa e política – Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

Dedico este trabalho a meu esposo Álan Rafael Antunes pelo apoio e paciência nos momentos de distância durante esta pesquisa, ao meu pai Airton que sempre me ensinou a buscar argumentos para embasar minhas ideias e, em especial, à minha mãe Silvânia que me ensinou a querer e a buscar sempre mais para o meu futuro. Foram estes incentivos que expandiram meus horizontes acadêmicos e profissionais.



AGRADECIMENTOS

A minha família pelo apoio nos momentos difíceis e pela compreensão nos momentos de ausência para dedicação à este estudo. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, em especial à professora Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, pelo apoio, pela paciência durante as orientações e pelas fundamentais contribuições a esta pesquisa. A prof^a Dra. Ironita P. Machado pela colaboração na disponibilização dos arquivos do jornal *A Voz da Serra*. A Universidade de Passo Fundo pelo auxílio prestado através da bolsa de estudos. Aos colaboradores do Arquivo Histórico de Passo Fundo, pelo auxílio durante as pesquisas. A amiga e professora que convivi durante a graduação Me. Marinês Dors, pelos livros e materiais compartilhados.



RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de estudar a relação entre a liderança política e a imprensa regional, no norte do Rio Grande do Sul, no período que se estende de 1916 até 1930. Entende-se que a imprensa foi um dos sustentáculos do poder da elite política regional desde a proclamação da República em 1889, avançando por todo o período da chamada República Velha, até 1930. Nesse período, foram identificados cerca de 16 jornais, alguns de duração efêmera e outros cuja longevidade alcança os dias atuais. Essa imprensa registrou os embates políticos e, muitas vezes, foi criada com o objetivo de ser porta-voz dos políticos regionais. Assim sendo, constatou-se uma verdadeira identidade estabelecida entre a política e a imprensa. Os casos mais emblemáticos foram os dos jornais *A Voz da Serra* e *O Nacional*. *A Voz da Serra*, fundado em 1916, vinculou-se à causa do Partido Republicano Riograndense (PRR) por vínculo ideológico entre o proprietário do jornal e o líder regional Nicolau de Araujo Vergueiro. Por sua vez, *O Nacional* foi fundado em 1925 pelos filhos de coronel Gervasio Lucas Annes, figura política que ditou a hegemonia do PRR em âmbito regional e orientou grande parte da imprensa citada. Gervasio Lucas Annes construiu uma identidade de liderança política e deixou como sucessor Nicolau Araujo Vergueiro, portanto, a análise proposta nessa pesquisa leva em consideração a importância da imprensa na manutenção da dominação do PRR na região a partir de um contexto estadual que foi permeado por duas guerras civis. A Revolução Federalista de 1893,



que opôs maragatos e pica-paus e a Revolução de 1923, que abalou a hegemonia do PRR e demonstrou que as oposições político-partidárias só conseguiam se manifestar através da via revolucionária. Nesse sentido, a manutenção do poder do PRR em âmbito regional sofreu contestação e a imprensa foi um dos suportes para a viabilização do domínio dos seguidores do castilhismo-borgismo no período em questão.

Palavras-Chave: Imprensa; Imprensa Político-Partidária; Poder local.



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 7

RESUMO 9

INTRODUÇÃO 13

**1 A IMPRENSA COMO SUSTENTÁCULO DO PODER LOCAL
(1889-1930) 31**

1.1 A Política passofundense guiada por uma elite 32

1.2 Um histórico da imprensa em Passo Fundo de 1889 a 1930 58

1.3 A consolidação da imprensa partidária em Passo Fundo 70

**2 AS QUERELAS NA POLÍTICA VENTILADAS NA IMPRENSA
(1916-1920) 117**

2.1 O desfecho do pleito eleitoral de 1916 130

2.2 A constituição da Comissão Executiva em 1917 137

2.3 Violência além das farpas impressas n'*A Voz da Serra* 150

2.4 A conjuntura da Revolução de 1923 sob o viés da imprensa 185

**3 DISPUTAS NA IMPRENSA PELA INDEPENDÊNCIA PARTIDÁRIA
(1925-1930) 199**

3.1 *O Nacional*: uma imprensa independente? 202

3.2 As primeiras disputas nas páginas d'*O Nacional* 218

3.3 Os fervores pré-eleitorais de 1928 230

3.4 A emancipação de Carazinho: uma disputa à parte 241

3.5 Herculano Annes, a farpa afinal, foi política ou pessoal? 248

3.6 A Revolução de 1930 em uma imprensa propagandista 265

CONSIDERAÇÕES FINAIS 289

REFERÊNCIAS 297

FONTES DOCUMENTAIS 303



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da relação entre imprensa e as disputas de poder da elite política passofundense, no período de 1916 a 1930. A opção pelo recorte temporal citado deve-se a constatação de que os domínios dos prelos passofundenses estavam concentrados nas mãos de uma elite política. Esta elite política detinha o poder econômico, político e social e os laços que os ligavam ficou perceptível, sem que houvesse intenção alguma de ocultá-los. A opção por analisar os jornais *A Voz da Serra* e *O Nacional* se deu pela questão da memória política que eles revelam, identificada no discurso por suas influências políticas e por seu caráter testemunhal, pois o jornal expressava posições partidárias de seus proprietários e revela-se um dos veículos de luta pelo poder regional.

A imprensa regional foi profícua no período que se estende de 1890 até 1930. De acordo com Gehm (1984), a historiografia registra a existência dos seguintes jornais nessa fase: *Echo da Verdade* (1890-1891, era semanal), *A Violeta* (sem data de início e término, só se tem a certeza de que circulou depois de o *Echo da Verdade* e era semanal), *17 de Junho* (sem data de início e término, só se tem a certeza de



que circulou depois de *A Violeta*, era semanal), *O Palco* (sem data de início, mas findou em 1900, não houve informações sobre sua periodicidade), *O Viajante* (iniciou em 1897, mas não havia data de fim, também não se tem informações sobre sua periodicidade), *O Gaúcho* (1889-1920, era semanal), *O Avança* (sem data de início especificada, mas findou em 1911, não se tem informações sobre sua periodicidade), *O Guiso* (sem data específica de início e fim, sem informações de periodicidade), *O Progresso* (sem data específica de início e fim, sem informações de periodicidade), *A Voz da Serra* (1917-1920, era inicialmente semanal e posteriormente passou a bissemanal), *O Regimen* (1917-1917, era semanal), *A Época* (iniciou em 1921, mas sem data específica de término, sem informações sobre sua periodicidade), *A Vanguarda* (iniciou em 1923, mas sem data específica de término, sem informações sobre sua periodicidade), *A Luta* (iniciou em 1923, mas sem data específica de término, sem informações sobre sua periodicidade), *A Gazeta* (iniciou em 1923, mas sem data específica de término, sem informações sobre sua periodicidade) e *O Nacional* (desde 1925, semanal em seu primeiro ano, bissemanal no segundo e no terceiro ano, trissemanal em seu quarto ano e diário a partir de 1930).

É importante destacar que somente dois destes jornais citados possuem edições completas arquivadas, *A Voz da Serra* e *O Nacional*, os demais foram somente comentados por terceiros. O jornal *A Voz da Serra* foi fundado em 1916 e manifestava, inicialmente, o intuito de ser uma “folha independente”. Em



1917 a direção do jornal passou para João Baptista Cúrio de Carvalho¹, e ganhou status de “folha republicana” a partir de 1918.

A elite política do PRR soube manter-se em evidência na posição oficial no uso da imprensa e, em Passo Fundo, o cenário não foi diferente, pois os adversários locais, como Prestes Guimarães², não conseguiram quebrar esta hegemonia. Prestes Guimarães pertenceu à matriz fundadora da cidade, mas apesar disso não conquistou a simpatia dos conterrâneos para o ideal federalista, o qual defendia. O histórico construído por Gervasio Annes, como patriarca da cidade de Passo Fundo, fez com que o domínio dos prelos na cidade fosse naturalizado perante o público leitor. Em nível estadual Gervasio Annes era apoiado pelo líder republicano Júlio de Castilhos e pelo seu sucessor, Borges de Medeiros, que também se utilizaram da imprensa como força de difusão dos ideais positivistas.

Para entender este domínio, foi necessário pesquisar e analisar como estes jornais abordaram a questão do poder regional e quais foram as suas articulações. A luta pelo poder no norte do RS não contrapôs apenas o PRR e seus detratores federalistas representados pelos assististas no Estado. A disputa

1 O Tenente Cúrio era oficial reformado do exército, permaneceu à frente d'A Voz da Serra de 1917 a 1920, em Passo Fundo residiu somente até 1936, transferindo-se para São Paulo por motivos de doença de um filho. Ver : VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Uma carta ao Cúrio*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1936, p. 65.

2 Prestes Guimarães era neto do capitão Manoel José das Neves, patriarca da primeira família a povoar Passo Fundo, de acordo com Ferreira e Siqueira (1998), era advogado, esteve à frente dos liberais e, posteriormente, à frente dos federalistas na região norte.



pelo poder se deu intra-partidariamente, nas hostes do próprio PRR. O conflito político interno no PRR foi demonstrado em todas as suas nuances nas páginas de *A Voz da Serra*. Quanto ao jornal *O Nacional*³, entre 1925 e 1930, foi constatado que possuía o envolvimento do filho de Gervasio Lucas Annes – Herculano Araujo Annes –, bem como de Hyran Araujo Bastos e Americano Araujo Bastos, seus sobrinhos.

Na região Norte do Rio Grande do Sul, uma figura de destaque marcou a relação da política com a imprensa: o coronel Gervasio Annes, líder do Partido Conservador, que reviu sua posição política e conduziu a instalação do Partido Republicano Riograndense local, tendo como adversários os Federalistas. Os periódicos foram a maneira empregada pelo PRR para difundir os ideais positivistas. Sendo assim, o partido que detinha o prelo local tinha muitas possibilidades de manutenção do poder regional. Através desta questão encontrada nos veículos de comunicação, também foi possível abordar as situações de legitimidade do poder político e partidário do Partido Republicano Riograndense e de suas particularidades.

A opção pelo estudo da conjuntura deve-se ao fato de que o domínio dos prelos passofundenses estavam concentrados nas mãos de uma elite política letrada, a dos bacharéis. Todavia, os dois únicos impressos preservados e acessíveis, *O*

³ *O Nacional* continua circulando na atualidade, mesmo não pertencendo mais à família Annes, e sim aos descendentes de Múcio de Castro.



Nacional e A Voz da Serra, serão empregados como fontes e não apenas como um mero objeto de pesquisa. Foi fundamental também a observação de que a política regional era deparada frequentemente nestes dois jornais.

Ao debatermos a questão da política regional é necessária uma reflexão acerca do entendimento de região e de história regional. Para fins dessa pesquisa, adotamos a definição de Viscardi (1997, p. 96). Para a autora, “a História Regional não se constitui em um método e nem possui um corpo teórico próprio. É uma opção de recorte espacial do objeto estudado”. Para fins deste estudo, a delimitação é Passo Fundo com o recorte temporal de 1916 a 1930, período que antecede a elevação de alguns distritos e vilas passofundenses à categoria de cidade e que marca disputas pelo mando regional, caracterizando uma espécie de identidade.

Diante do regionalismo a mesma autora diz que são comportamentos que constituem interesses maiores, podendo inclusive unir e mobilizar determinados grupos em prol do poder social. Esta capacidade de comportamento provinha de imagens de liderança, como aquela compartilhada pelo coronel Gervasio Annes com Partidários Conservadores e, posteriormente, Republicanos. Gervasio Annes reivindicava o que considerava importante à cidade em contato direto com o Governo do Estado e mostrava-se prudente e persistente em



suas solicitações. Nascimento e Dal Paz (2010) descreveram que entre as preocupações deste líder local estava a instrução pública, a qual apoiava incondicionalmente recusando títulos e homenagens federais até que tal solicitação favorável ao ensino público fosse atendida.

Na base dos critérios de delimitação do recorte, Viscardi (1997) afirmou que podem variar conforme a circunstância em que eles se apresentam, considerando que as hierarquias ou funções, são justificados pela situação política, econômica, geográfica e cultural. Assim, percebemos que a hierarquia das lideranças estava ligada profundamente à fronteira territorial que se impunha, pois conforme ocorria a retração do território passofundense, mais restrito ficava o poder do chefe local, que no caso, primeiramente, era Gervasio Annes e, posteriormente, Nicolau Vergueiro. Nesse sentido presumimos a necessidade de traçar uma delimitação à pesquisa, com a redução do recorte espacial.

De acordo com Félix (2007), Gervasio Annes não foi o primeiro intendente sufragado de Passo Fundo, no entanto, representa a primeira etapa de poder do município de 1893 a 1917. Desse modo se percebe que a extensão do domínio de Gervasio Annes é exibida como um marco sendo inclusive especificamente datado. As definições de Guibernau (1997) quanto à identidade se justificam na continuidade, na



diferenciação dos outros, os que vêm ao encontro da ideia de legitimação de poder de Gervasio Annes.

Nascimento e Dal Paz (2010) afirmaram que Gervasio Annes também é lembrado pelas obras desenvolvidas sob seu comando. As autoras divulgam seu nome entre a lista dos governantes do Município de Passo Fundo: em 1893 como intendente nomeado; em 1896 como intendente eleito; em 1904 como vice intendente eleito; em 1908 como intendente eleito; e, em 1912 e 1916 novamente como vice intendente eleito. Surge neste contexto a imagem de um líder que ressalta a preferência nas motivações mobilizadoras de prosperidade para seu município, mesmo que com isto, implicitamente, se esperasse a gratidão e a subordinação dos locais. Para Félix (1987) o coronelismo se caracterizava pelo poder exercido do chefe político sobre seus subordinados, com visibilidade eleitoral de imposição de candidatos aos cargos municipais, distritais, regionais, enfim, detendo geralmente o complemento da influência econômica.

O coronel Gervasio Annes esteve vinculado a um ideal político e a maior parte de seus descendentes também se ligou a partidos políticos, à administração pública e a veículos impressos, mas não necessariamente nos três meios concomitantemente. Por esta relevância política de descendentes, a inserção da definição do termo “Partido Político” por Bobbio (1998)



preenche muito bem esta lacuna, pois se caracteriza por vínculos pessoais e particulares com características de se moverem em uma esfera comum: a do poder político. Neste período analisado constatou-se que o poder político estava nas mãos de uma elite, termo que se completa, na visão do mesmo autor, com a ideia de partido político pela ascensão de minorias que detém este poder, como se comprovou nas mãos de Gervasio Annes e de Nicolau Vergueiro, em seguida. Ambos os conceitos se aplicam ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e ao domínio que este exercia na relação política-imprensa, em Passo Fundo.

Na análise dos primeiros anos da República Velha, constatou-se que surgiu a necessidade de difundir ideais dos novos partidos que vinham se formando em nível Estadual buscando suas próprias alianças partidárias. Rudiger (1993) enfatiza que estes políticos ascendentes acabavam por aproveitar-se na função de jornalistas para projetar suas ideologias partidárias e destacarem-se perante a sociedade. Isolando a perspectiva à cidade de Passo Fundo, o jornalismo impresso fluiu como um eco político-partidário, do qual o coronel Gervasio Lucas Annes soube utilizar-se muito bem, estando envolvido em diversos periódicos a partir de 1890, pois ou ele esteve à frente como editor, ou como mero financiador ideológico republicano, ou ainda apenas como um simpatizante.

Ao abordar este contexto, é necessário fazer referência



aos estudos de Morel (2008) quanto à formação dos grupos que influenciaram a constituição da imprensa no período das regências, pois, é a partir daí que a imprensa no Brasil molda suas características singulares em relação à imprensa no mundo. É esta herança que o Rio Grande do Sul, incluindo Passo Fundo, precede suas influências ideológicas e qualitativas. A opinião pública, surgida ainda no início do século XIX, veio como “um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral”⁴. É este o uso feito pelos envolvidos com a imprensa em Passo Fundo, em especial Gervasio Lucas Annes, redator dos três principais periódicos da cidade. O redator do periódico era, por conveniência, um homem público de ideais políticos definidos e que difundia os ideais partidários, conforme a definição defendida por Morel (2008).

Tendo as considerações anteriores como ponto de partida para o entendimento da História construída nas páginas da imprensa e da história da imprensa brasileira, é comumente expressivo que os jornais existentes no século XIX defendiam um cunho político, com favorecimento de ideologias marcadas como majoritárias, um todo específico, socialmente selecionado, escrito e lido por estas classes distintas, mas, que indiscretamente e, naturalmente, vendia-se como leitura sem publicidade além partidária como carro chefe da comercialização, conforme Pinsky (2010).

⁴ MOREL, 2008, p.33.



Na perspectiva da imprensa no final do século XIX e início do Século XX, a busca pela disseminação ideológica se consolidou na construção de uma imprensa em bases de ameaças reais de um sentimento de poder em relação à defesa dos ideais republicanos, tratando os adversários como revolucionários e sufocando possibilidades de concorrências na mídia impressa do Estado do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, como o Partido Republicano foi dirigido por Julio Castilhos e, após, por Borges de Medeiros na Capital por mais de 30 anos, em Passo Fundo o domínio se deu, inicialmente, através das mãos de Gervasio Annes e quem o sucedeu, a partir de 1920, foi Nicolau Araujo Vergueiro.

O período de 1889 a 1930 foi marcado pelo forte domínio coronelista, no Rio Grande do Sul este poder era definido e centralizado, funcionava em escala de confiança alternando entre coercividade e cooptação. O poder econômico também influenciava no domínio da elite e, em algumas situações, quem tinha mais “carisma” conquistava mais eleitores. Neste período, que durou cerca de 30 anos, a hegemonia republicana sofreu alguns abalos, primeiro com a Revolução Federalista em 1893, posteriormente uma guerra civil sul-rio-grandense em 1923, e finalmente a Revolução de 30 contra as oligarquias nacionais. O domínio da imprensa foi um fator diferencial no compartilhamento destas ideologias republicanas entre a elite



para a superação destes abalos.

Faz-se necessário destacar que dos periódicos citados, a maioria não possui exemplar em arquivos históricos de Passo Fundo, Erechim e Porto Alegre. Em Passo Fundo, *O Nacional* e o *Diário da Manhã* possuem arquivo desde seu primeiro exemplar. *O Gaúcho* possui somente uma amostra e o jornal *A Voz da Serra* foi localizada somente em acervo pessoal digitalizado. Apesar destas limitações, foi possível observar que a imprensa passofundense, como já mencionada, pertenceu a uma oligarquia que era hegemonicamente adepta ao partido republicano.

Além dos jornais citados, outra fonte empregada nesta pesquisa foram as memórias de Nicolau Vergueiro, que corroboraram com a discussão de uma forma que foi possível compreender o processo de seleção dos episódios de maior impacto tanto para o lado político quanto para os expressos pelos impressos. Félix (2004) diz que as memórias ligam-se as lembranças das vivências, permitem conferenciar a dimensão do pertencimento social, e quando no campo das lembranças comuns, geram a memória social. A constante busca de identidade, seja ela de ideologia ou de independências a ideologias pré determinadas, formam os elementos essenciais da sociedade humana. E é assim que a mesma autora conclui o olhar apresentado nesta pesquisa “a história é sempre um



exercício do olhar, de um ‘ver’ em profundidade”⁵.

A memória tende em sua essência a ser um espaço de conflito, de tensão, de estratificação, de fragmentos diversos desta memória, de traços ocultos, de testemunhos nos quais tangem sobreviver as imagens do passado, mas que, sobretudo, revelam uma luta pela própria legitimidade. Uma memória coletiva deixa a transparência, normalmente omissa, de um jogo de influências através da reprodução, na verdade da escolha do que se vai reproduzir, da significância do que se opta por passar adiante ou a receber. É necessário que se legitime este jogo de influências, já que “a memória torna-se complexa, pois será fruto da multiplicidade dos agrupamentos sociais”⁶.

Com base nestes argumentos é que se pode afirmar que o jornal é o relato de uma memória coletiva porque, apesar de contar com as considerações ideológicas do editor, considera em seu teor toda a emoção da vivência daquela situação relatada, daquele tema escolhido para estar naquelas páginas, das valorizações apoiadas e das escolhas de conteúdo perpetradas. Há um consenso na escolha destes conteúdos, apesar de uma alegação inevitável de imparcialidade da maioria dos impressos, argumento que se percebe inútil após a leitura de uma crítica ou de uma sugestão independente de uma matéria ou uma coluna assinada pelo editor, seja ela do campo

5 FÉLIX, 2004, p. 61-62.

6 TEDESCO, 2011, p.166.



político, econômico ou social, mas que enquadre sob a forma de um elogio excessivo ou de uma apreciação ferrenha com caráter notável de julgamento, sem deter-se unicamente aos fatos ocorridos. Nestas considerações ficam claras as decisões que na verdade são escolhas claras e que por isso se denomina tal ponto de vista como testemunho.

A memória traz a ideia de agregação, de identificação e compartilhamento com o outro. Esta ideia de representação traz a ilusão de legitimidade, pois, se estiver lutando sozinho, estará indo contra a sociedade, mas, logo, se estiver acompanhado por alguém que compartilha da mesma memória e identidade, estará legitimado como coletivo. Sendo assim, encontra-se sob o direito de elaborar o próprio discurso representando o coletivo e de compartilhar as memórias ideológicas e culturais da classe em questão, recurso a que os impressos se imbuíram de 1916 a 1930 para desenvolverem suas críticas e defesas de cunho social e político.

Para Charaudeau (2009) existem determinados itens a se considerar criticamente para que se possa compreender e interpretar esta questão do impresso no recorte temporal abrangido. Estes itens são: a visão clara da fonte de informação, a diferença entre o efeito de verdade – considerando também o acreditar ser verdadeiro e o ser verdadeiro de fato –, a origem da informação ponderando se a informação partiu de iniciativa



própria ou por pressão, a avaliação da notoriedade social do informador, a perspectiva de autenticidade do anunciante, o julgamento do discurso como informativo ou propagandista, a forma como as matérias são inseridas na perspectiva de editorial e as características da verdade de opinião projetada pelos jornais ao seu público. Tais perspectivas permitem entender a forma como a imprensa se portava ao seu público e o que se despertava com o direcionamento dado ao poder político que possuía no sistema de crenças todo o seu potencial de manipulação política e social.

Em termos de organização da dissertação, a escolha foi estruturar em três capítulos. A pesquisa sobre os periódicos, a formação do poder político da elite passofundense, a consolidação do PRR e seu envolvimento com a imprensa, os conflitos ideológicos da Revolução de 1893, da Revolução de 1923 e do combate nacional de 1930 são esmiuçados no primeiro capítulo deste trabalho com o apoio de bibliografias de autores locais sobre a história regional. O primeiro capítulo abre espaço para a contextualização do poder local apresentando a elite social do período pesquisado, considerando suas influências políticas, partidárias, econômicas e de formação do conflito política-imprensa e o envolvimento de Gervasio Lucas Annes e de Nicolau Vergueiro na condução do trabalho através da linhagem de seus descendentes.



No segundo capítulo, a pesquisa objetiva contextualizar os conflitos partidários noticiados nos jornais *A Voz da Serra* e no jornal *O Gaúcho*, tendo como base de diálogo os relatos das memórias de Nicolau Araujo Vergueiro e de bibliografias da história local. Neste diálogo proposto, os conflitos políticos até 1924 são colocados como pontos âncora da discussão, como exemplo, a Revolução de 1923 e suas heranças de influência ideológica da Revolução Federalista. A opção desta forma de construção do segundo capítulo com base no uso da imprensa permite a reconstituição de um período da história política regional sobre o qual há pouquíssimo material documental produzido e permite analisar a transição de poder das mãos do coronel Gervasio Lucas Annes, devido seu falecimento em 1917, para as mãos de Nicolau Araujo Vergueiro, consolidando-se efetivamente somente em 1920 por conflitos com outra importante figura política local, o tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira, e com constante influência do chefe republicano estadual Borges de Medeiros. Esta dinâmica desenvolvida permitiu constatar e entender o fortalecimento da imprensa como política partidária.

Cúrio de Carvalho, ao assumir *A Voz da Serra*, proferiu uma frase que seria seu argumento guia na diretriz do jornal até 1920: “Independente, não neutro!”. Esta mesma ideia de independência que guiou o periódico analisado no segundo capítulo deste trabalho, também foi condutora da folha



analisada no terceiro capítulo, *O Nacional*. Sob título de folha independente, *O Nacional* manteve sua diretriz ideológica longe da neutralidade. Tal semelhança traçou a mesma proposta de diálogo da política com a imprensa para compor a proposta desenvolvida no capítulo 2 e também no capítulo 3.

No último capítulo considerou-se o período de 1925 a 1930, porém utilizando o jornal *O Nacional* como base das notícias que retratam um dos lados da política passofundense, pois, a imprensa sempre se demonstrou um órgão de embates políticos no período referido. *O Nacional*, que supostamente manteve-se herdeiro hegemônico de ideais políticos definidos por quase uma década, afrontou as decisões políticas de Nicolau Vergueiro que até então era considerado o herdeiro político de Gervasio Lucas Annes. Este conflito entre Nicolau Vergueiro e o Jornal *O Nacional* foi abertamente discutido pela folha, com afrontas trazidas dia a dia, em suas páginas ao noticiar as mazelas da administração pública e da política centralizada do chefe político local. Da parte de Nicolau Vergueiro, com base nas memórias deste, não houve muito expressividade nesta peleia que o periódico insistia em delatar como impessoal. Em contraponto, neste período, percebeu-se que a influência do chefe republicano estadual se tornava mais amena na cidade de Passo Fundo, demonstrando um efeito inverso ao apresentado no segundo capítulo. Nesta dinâmica, o que se constatou foi que a imprensa se fortalecia como opinativa, em prol da convicção



de que servia à coletividade, definindo-se como independente e portadora da verdade, mesmo que isso a incumbisse de total parcialidade contra a política partidária vigente.



1 A IMPRENSA COMO SUSTENTÁCULO DO PODER LOCAL (1889-1930)

Para ingressar na relação política-imprensa, fez-se necessário apresentar os agentes de influência social deste processo, por este motivo demonstra-se, neste primeiro capítulo, o elo existente entre as famílias pertencentes à elite social da época. O enfoque à elite foi uma consequência da escolha do objeto de estudo, afinal na política do PRR e no comando dos prelos da cidade situava-se somente quem possuía algum poder aquisitivo e que também fosse adepto à ideologia positivista, vigente no momento dominado por castilhistas e sequencialmente, por borgistas. Assim, entendemos, em consonância com os estudos de Bobbio (1998) que as elites sempre restringem o poder político entre um pequeno grupo de pessoas destacadas econômica, ideológica ou mesmo politicamente. As elites provinham em sua grande maioria de origem privilegiada, e nas definições de Wirth (1977), Levine (1978) e Love (1980)⁷, de posições proeminentes ao poder político e ao clientelismo e o diferencial de comportamento era a fidelidade ao partido no poder ou o rompimento das alas.

7 IN: HEINZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.



1.1 A Política passofundense guiada por uma elite

Como suportes para esta etapa são utilizados autores que possibilitem o esclarecimento de termos e conceitos empregados para a descrição política do período de 1889 a 1930. Por base de esclarecimento, utilizou-se o termo elite política na definição de Bobbio (1998), em que uma minoria como em toda sociedade, é a detentora do poder do qual é privado a maioria. Ainda segundo o autor, é um poder que se justifica socialmente por estratégia econômica, ideológica ou mesmo política.

Na análise clássica do conceito de elite nos estudos de Vilfredo Pareto (1996) e Gaetano Mosca (1975), evidencia-se a capacidade de engajamento desse segmento na manutenção de estruturas sociais que possam garantir seu prestígio, o monopólio do poder político e, ainda, incentivar condições para as transformações nas relações econômicas, sociais e políticas, com a manutenção de sua posição de comando. Para estes dois autores o conceito de elite é a chave das pesquisas no campo das ciências sociais. Para eles, entender as relações do poder político nas distintas sociedades durante a história, passa a ter um componente novo na elaboração teórica dos cientistas sociais. O termo elite possui uma flexibilidade conceitual ampla, mas é utilizado majoritariamente em pesquisas para classificar setores que detêm o poder político ou econômico. Além disso, o conceito nomeia estratos sociais vinculados à burocracia, ao conhecimento, à religião, sem mencionar os grupos estrategicamente organizados em



sociedades secretas, como a maçonaria⁸.

Sendo assim, coube iniciar pelos dados biográficos do sujeito tomado como fio condutor deste estudo, o coronel Gervasio Lucas Annes. Conforme Annes (2012) e Gehm (1984), o cel. Gervasio Lucas Annes, filho de João Lucas Annes e Gertrudes Magna do Pilar Annes, nasceu no dia 10 de abril de 1853, na Cidade de Cruz Alta. Gervasio Annes rumou para a Vila de Passo Fundo aos 17 anos de idade, em meados de 1870, inicialmente foi empregado como escrivão da Coletoria Estadual. Desde que chegou a Passo Fundo já se vinculou ao Partido Conservador (PC). Gehm (1984, p. 144-145), contou que Gervasio Annes “conciliou o trabalho com os estudos e conquistou o direito de advogar”.

Gervasio Annes casou-se com Etelvina Emilia Schell de Araujo, desta relação nasceram Armando Araujo Annes, Branca Annes Gonçalves, Antenor Araujo Annes, Morena Annes Di Primio, Herculano Araujo Annes e Gervasio Araujo Annes. De acordo com a mesma fonte, Gervasio Annes enviuvou em 1902 e em 1906 casou-se novamente com uma senhora também viúva, Ambrosina Pinto de Moraes Silveira. Desta relação nasceu uma filha, Lourdes Moraes Annes.

O cel. Gervasio Annes foi o primeiro chefe do partido republicano de Passo Fundo, data que se registrou em 1889,

⁸ Noronha, 2006, p. 35.



ano de Proclamação da República. A pesquisadora Miglioranza (2006) destacou que, durante a Revolução Federalista de 1893, Gervasio Annes foi nomeado cel. comandante da Guarda Nacional da Comarca. Já Gehm (1984) destaca o decreto n. 391, de 31 de agosto de 1893 como o legitimador do título de coronel “galgado” por Gervasio Lucas Annes por toda a sua vida política. Sobre a participação deste líder republicano nas decisões políticas, sociais e econômicas de Passo Fundo há uma extensa lista, no entanto a de maior destaque foi em 1891 em que fez parte da comissão que elaborou a constituição do município; Contudo, neste mesmo ano, outro importante feito sucedeu sua carreira, tomou assento na Assembleia do Estado, sendo eleito por sufrágio direto por 4 anos e, assim inserido, participou da discussão e da votação da Carta 14 de Julho. Em 10 de abril do referido ano recebeu como homenagem do Governo do Estado, pelo dia de seu aniversário, a elevação da vila de Passo Fundo à cidade. D’Ávila (1996, p.118) confirma este argumento: “A escolha do dia 10 de abril foi uma homenagem pessoal do Presidente Fernando Abott ao coronel Gervasio cujo aniversário natalício transcorria naquela data”.



Figura 1: Gervasio Lucas Annes.



Fonte: ANNES, 2012, p.195.

Em 1892 Gervasio Annes chefiou a defesa de Passo Fundo que estava em ameaça pelos revolucionários; Em novembro do mesmo ano foi selecionado como representante partidário na convenção rio-grandense; Dirigiu o jornal o *17 de Junho*. Em 1893 chefiou as forças legalistas no combate do Boqueirão, ferido em combate foi tratar-se em Porto Alegre e não deixou de dirigir o partido passofundense; Foi nomeado intendente em 16 de novembro do mesmo ano. Em 1897 Foi nomeado vice-intendente, e também foi um dos fundadores do jornal “*O Echo da Verdade*”. Fez parte da fundação do Clube Literário “Amor á Instrução”, integrou-se em 1897 à fundação do Clube Literário Recreativo; Neste mesmo ano regulamentou as atribuições dos funcionários públicos municipais e incentivou



a construção da estrada de ferro. Em 1898 inaugurou a estrada de ferro e, neste mesmo ano, construiu o edifício da Cadeia Civil e o cemitério municipal na Vila Vera Cruz. Em 1899, no dia 11 de março, fundou e foi redator político do jornal “*O Gaúcho*”. Em 1904 foi novamente nomeado Vice-Intendente. Em 1905 foi eleito para a Assembleia Legislativa do Estado. Em 1908 foi eleito intendente. Em 1911 completou a obra de suas gestões anteriores e inaugurou o prédio da Intendência Municipal⁹, construiu neste mesmo ano também o matadouro municipal¹⁰. Em 1912 foi reeleito vice-intendente e fez vir para Passo Fundo o Banco da Província, o primeiro estabelecimento bancário da cidade. Criou no mesmo ano o Colégio Elementar¹¹, além de outras 8 escolas distribuídas entre os distritos de Passo Fundo. Em 1916 foi mais uma vez eleito vice-intendente. Em 1917, no dia 04 de Abril, seu falecimento repercutiu por todo o Estado.

Quando Gervasio Annes assumiu lugar na Assembleia Legislativa do Estado, a pesquisadora Gehm (1984) alegou que este deixou sua “banca” de advogado a um rapaz que muito estimava, mas que por ironia da situação era filho de seu inimigo político. Tratava-se de ninguém menos do que José Prestes Guimarães Neto. Este foi apenas o primeiro indício de que a inimizade entre Gervasio Annes e Prestes Guimarães se

9 A título de informação, este Ex-prédio da Prefeitura Municipal, localizado à Avenida Brasil Oeste, é onde hoje se localiza o Museu de Artes Ruth Schneider e o Teatro Municipal.

10 De acordo com as pesquisas, os registros encontrados sobre este Matadouro Municipal datam sua existência até por volta do ano de 1960.

11 Hoje funciona como Escola Estadual de Ensino Médio Protásio Alves.



continha no âmbito político. A autora ainda descreveu que após o falecimento do coronel Gervasio Annes foram registradas grandes homenagens de seus “correligionários, amigos e admiradores”, uma destas homenagens marcou o trigésimo dia de seu falecimento através de uma sessão solene no Salão de Honra da Intendência Municipal. “O Pavilhão Nacional foi hasteado durante sete dias, à frente da Intendência, em sinal de luto”¹². Em 1921, foi colocado, na Praça Tamandaré, o busto do cel. Gervasio Lucas Annes, o primeiro em Passo Fundo.

Gervasio Lucas Annes foi descrito por Nicolau Araujo Vergueiro¹³ como “um dos homens mais discutidos de seu tempo”. Fato tal que se justifica pela atuação de cel. Gervasio Annes desde o período imperial até o ano de seu falecimento, “idolatrado e odiado”, “fazendo jus aos extremos”. Vergueiro o destacou como propagandista da República, Deputado na Constituinte do Estado em 1891, chefe republicano local, representante na Assembleia Orçamentária e diretor do impresso *O Gaúcho*. Prevaleceu na ressalva de Araujo Vergueiro quanto à atuação de Gervasio Annes na Revolução de 1893, no combate do Umbú, de onde se sacrificou deixando o local somente após ferido.

Nicolau Vergueiro também falou sobre a inimizade “na paz e na guerra” do coronel Gervasio Annes com o general

12 GEHM, 1984, p.147.

13 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Razão para Três*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 2. Passo Fundo: 1935, p. 43.



Prestes Guimarães, ambos também eram advogados. Quanto a Gervasio Annes afirmou que “era um apaixonado da Revolução Francesa. [...] Não era dotado de grande cultura, mas era possuidor de uma formosa inteligência. Não era um sonhador, era um prático da vida”¹⁴. Há outro fato relatado na mesma página por Nicolau Vergueiro que não foi localizado em nenhum dos impressos estudados, ele narrou que o coronel rompeu com Julio de Castilhos no ano de 1901 e que só voltou a reingressar no partido em 1903, por insistência de Borges de Medeiros e por motivo da morte de Castilhos. Em contradição a este histórico de disputas e inimizades, também foi caracterizado como “hábil e vivo, calmo e maneiroso, prudente e conciliador, sabendo tirar, de todas as situações, conveniente proveito à bem de sua agremiação partidária”¹⁵. Diante destas qualidades, couberam também comentários com relação às atitudes de Gervasio Annes:

De um espírito agudo e fascinante, iminentemente observador, adaptado ao meio em que viveu, de atitudes sóbrias e enérgicas, conhecedor profundo dos homens de sua época, sabendo calar hoje para falar amanhã, contornar obstáculos para vencer mais facilmente, fechar os olhos para melhor ver depois, tinha, no fundo uma grande filosofia prática. Sua opinião, sobre qualquer assunto,

14 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Razão para Três*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 2. Passo Fundo: 1935, p. 43.

15 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Razão para Três*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 2. Passo Fundo: 1935, p. 43.



era sempre sensata e cheia de ensinamentos, ao lado de análises surpreendentes¹⁶.

Vergueiro deixou muitas referências à Gervasio Annes em suas páginas de memórias, dentre as principais ressaltava que a inspiração do líder fazia com que os correligionários estimassem-no e adversários respeitassem-no. Tamanha consideração a este em suas páginas se justificou, possivelmente, por Gervasio Annes ter sido casado primeiramente com uma tia de Vergueiro e posteriormente com uma prima deste, além de serem pertencentes às mesmas raízes partidárias, tais traços deixaram espaço para afinidade e íntima amizade. Diante de tantos elogios gritados, Nicolau Vergueiro alegou perceber um defeito no amigo: a intervenção direta do coronel no campo do judiciário; e assim o expõe:

Para comprovar minha asserção citarei, a pinceladas largas, um caso ocorrido em plena audiência do juízo distrital: Gervasio protegia a um determinado criminoso, seu correligionário e constituinte; feitos o corpo de delito e demais investigações policiais foram os autos remetidos ao promotor publico Carlos Silveira Martins Leão, que recebera, na véspera formal pedido para não apresentar a denuncia. Aquele funcionário escreveu-a então com tinta bem pesada, e, para mostrar aos seus companheiros de fórum uma certa independência, exibiu-a ao velho chefe que surpreso pela desobediência,

16 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Razão para Três*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 2. Passo Fundo: 1935, p. 43.



rasgou-a em pedacinhos, gritando-lhe que quantas fossem escritas quantas teriam o mesmo destino. Silveira Martins Leão passou de Leão à Sendeiro, e não repetiu a experiência¹⁷.

Tal narrativa contrasta com aquela descrição anteriormente feita de um homem “calmo e maneiroso, prudente e conciliador”. Em contraponto, narra também que testemunhara uma experiência do coronel Gervasio Annes agindo como de fato o diziam suas características, quando em uma briga de vizinhos ambos os foram procurar, um por vez, para iterar-se sobre seus direitos. O primeiro, morador de uma zona agrícola, questionou ao coronel se possuía direito em exigir na justiça que seu vizinho cercasse sua criação de gado, por eventualidade de destruir as plantações deste; questionamento ao qual Gervasio Annes cedeu razão, deixando o reclamante satisfeito. O segundo vizinho, morador de uma zona pastoril, chegou pouco tempo depois e, também, pediu uma opinião neutra quanto ao seu direito, alegava que seu vizinho possuía uma plantação e seu gado com frequência alimentava-se desta área e causava incomodo ao primeiro vizinho. Sua dúvida estava em saber se o vizinho tinha obrigação ou não de cercar sua plantação, questionamento ao qual o coronel Gervasio Annes respondeu novamente como correto. A esposa de Gervasio Annes ficou intrigada pela razão dada aos dois reclamantes e disse a ele que não o compreendia; ele por sua vez também deu

17 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Razão para Três*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 2. Passo Fundo: 1935, p. 43.



razão a sua esposa, afinal ele se dizia mesmo incompreensível. “E assim com razão para três terminou, entre risos, a história... e quem quiser conte outra”¹⁸.

Para Félix (2007) a primeira etapa de poder na cidade de Passo Fundo foi representada pelo coronel Gervasio Lucas Annes. No entanto, Monteiro (2006) afirma que percebeu em seus estudos que “as lideranças republicanas de Passo Fundo” eram completamente incompetentes no comando do município e que, sobretudo, “o município, na prática, era administrado pelo intendente de Cruz Alta, José Gabriel. Era ele quem dava ordens aos legalistas passofundenses”¹⁹. Já a de Félix (2007), Gehm (1983 e 1984), Nascimento e Dal Paz (2010) e Miglioranza (2006) reconhecem Gervasio Annes como o ícone da primeira etapa de poder em Passo Fundo.

Voltando-nos novamente a trajetória familiar dos Annes, cabe agora, determo-nos nos descendentes de Gervasio Lucas Annes, iniciando-se pelo filho Armando Araujo Annes, nascido em 13 de Fevereiro de 1881. Conforme Annes (2012), teve casa de comércio em parceria com um tio em Porto Alegre, posteriormente permaneceu um ano na Europa, voltou logo após o estrago causado pela 1ª Guerra Mundial e criou a Casa Bancária Armando Annes²⁰. Sua Casa Bancária cedeu

18 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Razão para Três*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 2. Passo Fundo: 1935, p. 43.

19 MONTEIRO, 2006, p. 50.

20 Para facilitar a assimilação de localização, o estabelecimento citado ficava



empréstimo à Intendência Municipal, sob a administração de Pedro Lopes de Oliveira para subtrair uma dívida que deixou todos os bens do município hipotecado com uma instituição financeira alemã, tudo isto para adquirir o primeiro gerador hidroelétrico de Passo Fundo. Quem ficou responsável em fiar esta dívida foi o coronel Gervasio Lucas Annes, pai do dono da Casa Bancária.

Em 1898 casou-se com Doralina Mader, deste relacionamento nasceram Irma Helena Mader Annes²¹ e Carlos Mader Annes. De 1924 a 1928 foi eleito para a Intendência de Passo Fundo²². Criou um sistema de loteamento de sua propriedade, que de acordo com a sua breve biografia na genealogia da família, “só vendia terrenos para operários, trabalhadores, pessoas que almejavam morar em casa própria, com pagamento em longas prestações fixas”²³. Armando Annes auxiliou também, com recursos financeiros, a construção do Centro Espírita Bezerra de Menezes²⁴ quando este teve a sua obra paralisada por falta de recursos.

situado na esquina de onde hoje é a Avenida Brasil com a rua Quinze de Novembro.
21 A quem interesse saber, Irma casou-se com Wolmar Antonio Salton em 1946, tiveram quatro filhos. Wolmar era filho de industrial e foi prefeito de Passo Fundo de 1956 a 1959 e posteriormente de 1977 a 1981, mas não concluiu o segundo mandato por questões de saúde. Ver: Annes, 2012, p.222.

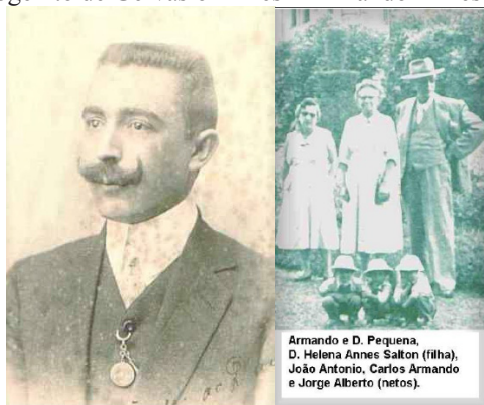
22 Sendo reeleito novamente nos anos de 1934 e 1947.

23 ANNES, 2012, p.220.

24 Conforme as características percebidas do local, atualmente localiza-se na Rua Capitão Eleutério, próximo à Caixa Econômica Federal, entre a Rua Moron e Avenida Brasil.



Figura 2: O primogênito de Gervasio Annes – Armando Annes e família.



Fonte: ANNES, p.217 e 221.

O pesquisador afirmou que a irmã de Armando Araujo Annes, Branca Annes Gonçalves, não teve participação política e faleceu muito jovem, ainda em 1910 com 25 anos de idade. Apesar do falecimento ainda jovem, fato presenciado pelo pai Gervasio Annes, casou-se e constituiu família com Rafael Barcelos Gonçalves, deste relacionamento nasceram: Paulo Annes Gonçalves, Carlos Annes Gonçalves e Raul Annes Gonçalves.



Figura 3: Branca Annes Gonçalves.



Fonte: ANNES, 2012, p.224.

Outro filho de Gervasio Annes, Antenor Araujo Annes, nascido em 1889, trabalhou como comerciante, casou-se aos 17 anos com Philipina Loureiro Lima e desta relação nasceu Gabriel de Oliveira Lima e Emilia Loureiro Lima. Antenor sofria de insuficiência renal e deu fim à própria vida em 1909, com apenas 20 anos de idade.



Figura 4: Antenor Araujo Annes.



Fonte: ANNES, 2012, p.228.

Morena Annes Di Primio, nasceu em 1892, casou-se aos 16 anos de idade com Eugenio Franco Di Primio²⁵, conforme Annes (2012). Mudaram-se por volta de 1930 para Porto Alegre, não tiveram representação política em nenhuma das cidades, Eugenio manteve a profissão de representante comercial. Tiveram cinco filhos: Carlos Eugenio Annes Di Primio, Diva Annes Di Primio, Raul Annes Di Primio, Gervasio Annes Di Primio e Armando Annes de Primio.

²⁵ Eugenio faleceu em 1972 e Morena em 1982, de acordo com Annes (2012).



Figura 5: Morena Annes Di Primio.



Fonte: ANNES, 2012, p. 230.

Herculano Araujo Annes²⁶ nasceu em 1898, formou-se advogado. Casou-se em 1920 com Cecy da Rosa Coutinho. Annes (2012) declarou que estes foram pais de Flavio Coutinho Annes, Antenor Coutinho Annes, Murilo Coutinho Annes e Branca Coutinho Annes. Nenhum de seus filhos se envolveu com a vida política. Como advogado conquistou renome e posição de destaque por sua cultura jurídica e seus conhecimentos aprofundados da área “ressaltando-se a maneira notável como exercitou a ética como causídico de alta expressão e de méritos extraordinários”²⁷. Herculano Annes foi um dedicado jornalista, como “um verdadeiro sacerdócio”, buscava a liberdade em suas expressões e abria-se completamente à democracia em

26 Faleceu em 16 de dezembro de 1967 aos 69 anos de idade, segundo Annes (2012).
27 GEHM, 1984, p. 166.



suas colunas. Gehm (1984, p. 166-167) expressou que em sua consagrada atuação como jornalista “fixou uma verdadeira fase nova para o jornalismo, traçando-lhe rumos novos e diferentes como instituição impessoal a serviço do povo e das causas”. Em 1923 fundou e dirigiu o impresso semanal *A Época*, neste período registrou a fase conturbada da vida política e administrativa não só de Passo Fundo, mas de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Em 1925, juntamente com os primos Hyran Araujo Bastos e Americano Araujo Bastos, e com o amigo Theófilo Guimarães, fundou “*O Nacional*”²⁸. Durante este período deixou claro que utilizava norteadores impessoais na direção do jornal.

Figura 6: Herculano Araujo Annes.



Fonte: ANNES, 2012, p. 236.

28 De acordo com as pesquisas de Annes (2012) se manteve atuando até abril de 1940, completando 15 anos na direção do impresso.



Em 1901 nasceu Gervasio Araujo Annes, estudou em Canoas, fez curso comercial e retornou a Passo Fundo, conforme há registros nos escritos de Annes (2012), era sócio da Casa Bancária Armando Annes, teve plantação de erva mate, teve sociedade em uma casa de tecidos, foi proprietário de uma livraria chamada Minerva, sócio proprietário do jornal *O Nacional*, subintendente do município de 1925 a 1927. De acordo com a genealogia da família, foi criado pela tia Juvencia Annes Bastos devido ao falecimento da mãe quando tinha apenas 2 meses de vida. Juvencia Annes Bastos era casada em segunda núncia com Gabriel Bastos.

Gervasio Araujo Annes, ou “Seu” Gervazinho, como era chamado, era um homem muito estimado, ajudava a todos, gostava da vida simples. Apreciava muito a leitura, lendo com facilidade o francês, idioma predominante nas publicações até 1930 mais ou menos. Por muitos anos, todas as tardes em sua loja na Rua Sete de Setembro 334 reuniam-se os três irmãos: Gervasio, Herculano e Armando, para conversar durante uma hora²⁹.

Foi casado com Marina Xavier e Oliveira Annes³⁰, filha de Antonino Xavier e Oliveira, era também herdeira cultural e intelectual do próprio. Foi Marina Annes a precursora da

29 ANNES, 2012, p. 249.

30 Da união de Gervásio A. Annes e Marina X. e Oliveira Annes nasceram Aberto Oliveira Annes e Alceu Oliveira Annes, este último afirma ter buscado suporte nas referências genealógicas deixadas pela mãe sobre a família Annes para a genealogia Lucas Annes, a qual ele desenvolveu e a qual deu suporte a esta dissertação de mestrado, segundo os próprios registros em Annes (2012).



genealogia em Passo Fundo, ela desenvolveu a das famílias Oliveira, Xavier Quadros e Lucas Annes.

Figura 7: Gervasio Araujo Annes e Marina Xavier e Oliveira Annes.



Fonte: ANNES, 2012, p. 245 e 258.

O mesmo autor disse que a linha progenitora de Gervasio Annes, seus pais João Lucas Annes e Gertrudes Magna do Pilar Annes, teve outros filhos que influenciaram ou fizeram



parte ativamente da política e do desenvolvimento de Passo Fundo, são eles: Juvencia Lucas Annes, Gezerino Lucas Annes, Jeronimo Lucas Annes e Gasparino Lucas Annes.

Juvencia Annes foi casada primeiramente com Francisco do Amaral, dono do Cartório de Passo Fundo, este veio a falecer logo e, em segunda núpcia, Juvencia casou-se com o amigo de seu irmão o coronel Gabriel Bastos, importante comerciante local que fez parte do Conselho municipal criado por Gervasio Lucas Annes.

Figura 8: Juvência Annes e Gabriel Bastos.



Fonte: ANNES, 2012, p. 260 e 261.

Gezerino Lucas Annes era médico prático, advogado e tabelião, como aprendeu o ofício com o cunhado Francisco do Amaral, assumiu o cargo de tabelião após o falecimento do mesmo, nas palavras de Annes (2012). Casou-se com



Maria Ferreira Prestes Guimarães, filha do inimigo político de seu irmão Gervásio Lucas Annes. Deixaram como herdeiros João Valdelirio Prestes Annes, Horizontina Miguelina Prestes Annes, Píndaro Odilon Brasileiro Prestes Annes³¹ e Serenita Catarina Prestes Annes.

Figura 9: Gezerino Lucas Annes e Família.



**Casal Gezerino Lucas Annes e Maria Prestes Annes
Filhos: Píndaro , Serenita (sentada), Horizontina**

Fonte: ANNES, 2012, p. 268.

Jerônimo Lucas Annes, foi casado com Candida Garcia, integrou a Junta Governativa³² em 1889, faleceu em 1910 e, com base no mesmo autor, teve como seu médico o

31 Dirigiu o Hospital da Cidade por mais de 30 anos, foi jornalista colaborador do Jornal *O Nacional*, *Diário da Manhã* e do jornal paulistano o *São Paulo Imparcial*. Dentre suas atribuições estava a de Inspetor Federal de Ensino do Colégio Notre Dame, deixou-a para dedicar-se ao Hospital (Annes, 2012, p. 276).

32 Esta foi a Junta que substituiu a Câmara Municipal após a Proclamação da República, conforme Annes (2012).



irmão Gezerino Lucas Annes que diagnosticou como causa de sua morte uma hepatite crônica. O último irmão desta lista é Gasparino Lucas Annes. Este nasceu em 1860, era advogado, jornalista, presidente do “Club Amor à Instrução³³”. Foi Promotor Público da Comarca em 1885 e em 1890. Casou-se com Hortensia Lopes de Oliveira³⁴, são seus filhos: João Lopes Annes, José Lopes Annes, Joaquim Lopes Annes, Josino Lopes Annes e Jaime Lopes Annes. Gasparino Annes faleceu aos 33 anos de idade.

33 A título de conhecimento, esta Sociedade foi fundada em 15 de Fevereiro de 1883 e perdurou até meados de 1889. (ANNES, 2012). Também é possível localizar mais informações sobre o Clube no site do Projeto Passo Fundo (www.projtopassofundo.com.br), os títulos para facilitar a localização são: “Dados Históricos Clube Literário Amor à Instrução”, “Clube Literário Amor à Instrução – esboço histórico”, “Desapropriação do prédio Amor à Instrução”, “Sessão ordinária do Clube Amor à Instrução” e “Fundação do Clube Amor à Instrução”.

34 Para facilitar a assimilação de vínculos, cabe esclarecer que Hortência era irmã do Coronel Pedro Lopes de Oliveira.



Figura 10: Gasparino Lucas Annes.



Fonte: ANNES, 2012, p. 286.

Dentre as personalidades da elite passofundense, Gehm (1984) alocou o advogado, juiz, escritor e historiógrafo Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Nas palavras da autora, Antonino Xavier foi o mais ilustre dos vultos passofundense, “não só porque glorificou a todos os outros, em páginas memoráveis, mas, também, porque, aliando as virtudes, de quase todos aqueles vultos, foi um símbolo autêntico, honorável, magnífico de todo o patrimônio moral e cívico de sua terra nativa”³⁵.

35 GEHM, 1984, p. 149.



Figura 11: Francisco Antonino Xavier e Oliveira e sua esposa.



Fonte: ANNES, 2012, p. 251.

Antonino Xavier nasceu em 1875 no interior de Passo Fundo, foi parceiro administrativo de Passo Fundo ao lado de Gervasio Annes, exercendo o cargo de vice-intendente de 1911 a 1912. Como jornalista atuou no jornal *O Gaúcho*, sendo seu redator; Foi redator substituto de Bittencourt Azambuja³⁶ no jornal *A Voz da Serra*; colaborou em boletins da Intendência Municipal, do Hospital de Caridade, contribuiu nas páginas de *O Nacional*, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, além de ter atuado como professor. “Publicou preciosos livros históricos, sobre Passo Fundo, de grande valor informativo, merecendo por isso, o título de ‘Pai

³⁶ Em esclarecimento, este foi advogado, promotor público, eleito deputado estadual por Passo Fundo, em 1925, cumprindo seu mandado até o final em 1928. INICIAIS MINÚSCULAS!!!



da História de Passo Fundo”³⁷. A ligação deste com a família Annes não estava somente no relacionamento de amizade de longa data que possuiu com Gervasio Lucas Annes, mas também através do casamento de sua filha Marina Xavier com Gervasio Araujo Annes, o filho de seu amigo.

Como sucessor do coronel Gervasio Annes, reconheceu-se como político de maior ativismo Nicolau Araujo Vergueiro, este nasceu em Passo Fundo no ano de 1882. Formou-se em Farmácia e Medicina³⁸. Ingressou na política em 1908, eleito como Conselheiro Municipal, representando o Partido Republicano, no ano seguinte foi eleito Deputado Estadual. Nicolau Vergueiro caiu nas graças do povo como político, prova disso foi sua reeleição durante cinco mandatos como Deputado Estadual. Ingressou como Presidente da Assembléa dos Representantes em 1928. A ligação deste com Gervasio Lucas Annes não estava somente na sucessão política. Nicolau Vergueiro era sobrinho de Gervasio Annes. Gervasio Annes era casado em primeira núpcia com Etelvina Emilia Schell de Araujo, daí vem a ligação de parentesco e de influência política a qual acometeu Nicolau à vida política. Nicolau Vergueiro não se manteve cego a esta raiz de influência, foi capaz de avaliar o próprio caminho na política, ficou conhecido posteriormente por fazer parte da ala libertária republicana, formando depois a

37 GEHM , 1984, p. 151.

38 “Sua tese de formatura versou sobre: Anestesia Geral, que foi aprovada com distinção. É interessante ressaltar que no referido curso foi agraciado com cinco distinções” (GEHM, 1984, p. 153).



Frente Única Gaúcha (FUG).

Prates (2001) enfatiza quão importante foi a atuação de Nicolau Vergueiro em Passo Fundo, no ano de 1929, ao narrar a afronta deste quanto à atitude do governo do estado em fechar as escolas que subvencionava em Passo Fundo. Em contraordem, e assumindo os custos deste posicionamento, Nicolau Vergueiro mandou reabrir as 119 escolas existentes, mais a Escola Complementar que havia sido criada neste mesmo ano.

A simpatia de Nicolau Vergueiro por Gervasio Annes era declarada em suas memórias, o respeito e a lealdade foram registrados³⁹ por ele mesmo. Ele conta que em 1916 ocorreu uma luta política contra o coronel Gervasio Annes em uma campanha camuflada de dissidentes, “tinham e usavam do meu nome como bandeira, apesar de, por várias vezes, lhes haver afirmado, de modo positivo e categórico, que, de maneira alguma, romperia com o Cel. Gervasio”⁴⁰. Nicolau Araujo Vergueiro afirmava não ter motivos de queixa contra Gervasio Annes, a quem considerava um “sincero amigo”, no entanto, descobriu que eram guiados pelo intendente municipal Pedro Lopes de Oliveira, e pode-se ter a certeza de que se tratava de “intrigas plantadas”. Vergueiro apressou-se em estabelecer

39 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Para Ponta Grossa*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 102.

40 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Para Ponta Grossa*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 102.



residência em Ponta Grossa, porém o grupo permaneceu agindo às cegas e decidiu então retornar para combatê-los. “Em 1917, morre o cel. Gervasio e a luta desencadeia-se formidável, para, em 20 de Setembro de 1920, alcançar o lábaro da nossa vitória eleitoral, pomposa, esmagadora, estonteante”⁴¹.

Juntamente de Vergueiro, trabalhando em parceria nos jornais ‘*Echo da Verdade*’, ‘*17 de Junho*’, ‘*O Gaúcho*’ e ‘*O Nacional*’, Gabriel Bastos, nascido em 1859, pertencia a uma família amiga a de Gervasio Lucas Annes, era filho de Antonio José Pereira Bastos e de Joaquina da Costa Bastos, ambas as famílias pertencentes a Cruz Alta, de acordo com Gehm (1984). Vergueiro o classificava como um “espírito altivo”. Sobre sua vida, Gehm (1984) descreveu que no ano de 1885 veio estabelecer-se com comércio em Passo Fundo, casou-se em primeiras núpcias com Lucinda Araujo Bastos, e tiveram os seguintes filhos: Alzira Bastos Guimarães, Manuel Araujo Bastos, Olga Bastos Moraes, Mário Araujo Bastos, Alcinda Bastos Rodrigues, Cecy Bastos Quadros, Brasileiro Araujo Bastos, Edith Bastos Miranda, Americano Araujo Bastos e Hiran Araujo Bastos. Em segundas núpcias contraiu casamento com Juvencia Lucas Annes, irmã de Gervasio Lucas Annes. Este casal foi quem acabou criando Gervasio Araujo Annes por este ter ficado órfão de mãe com apenas dois meses de vida.

41 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Para Ponta Grossa. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas*. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 102.



1.2 Um histórico da imprensa em Passo Fundo de 1889 a 1930

Parte considerável destes integrantes da elite passofundense esteve envolvida nos periódicos conhecidos durante a pesquisa para esta dissertação. Quanto aos periódicos aqui citados, em sua maioria não possuem exemplar em arquivos históricos de Passo Fundo, Erechim e Porto Alegre. Em Passo Fundo, *O Nacional* possui arquivo desde seu primeiro exemplar. *O Gaúcho* possui somente uma amostra e o Jornal *A Voz da Serra* foi localizado somente em acervo pessoal⁴² digitalizado. A imprensa passofundense, notadamente, pertenceu a oligarquia que era hegemonicamente republicana legalista, partidária do PRR.

A lista dos jornais trabalhados neste artigo foi encontrada somente no livro de Delma Rosendo Gehm (1984), “Passo Fundo através dos tempos”. De acordo com outros historiadores pesquisados, que optei por não utilizar diretamente neste trabalho, entre 1890 a 1930 existiram apenas cinco jornais em Passo Fundo o que provavelmente já contou com a filtragem dos municípios que na época eram distritos de

⁴² Acervo digitalizado pessoal fornecido pela professora Dra. Ironita Machado da Universidade de Passo Fundo, arquivos referentes aos anos de 1916 a 1920.



Passo Fundo⁴³, como Carazinho⁴⁴ que foi municipalizado em 1931 e Erechim⁴⁵ que se tornou município em 1918. De acordo com o relato de Francisco Antonino Xavier e Oliveira que se utiliza do codinome João d’Outroira, em *O Nacional*, além do *Echo da Verdade* e do *17 de Junho* houveram somente outros três jornais do período anterior a 1923: *A Violeta*, *O Palco* e *O Gaúcho*.

Definimos aqui tais periódicos como fontes de propaganda republicana pela consistência informativa e pelo caráter de notícias apresentados. Por este ponto de vista, cabe utilizar-nos também da definição de Bobbio (1998) para o termo propaganda para entender o fator de influência destes veículos na política do PRR local:

A Propaganda pode ser definida como difusão deliberada e sistemática de mensagens destinadas a um determinado auditório e visando a criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos (pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.) e a estimular determinados comportamentos. A Propaganda é, pois, um esforço consciente e

43 De acordo com os dados do IBGE, Passo Fundo é elevado à categoria de vila com a denominação de Passo Fundo, pela lei provincial nº 340, de 28-01-1857, desmembrado do município de Cruz Alta. Em 1891 é elevada a vila de Passo Fundo é elevada a categoria de cidade possuindo na época 16.000 habitantes e 80.000km² de território.

44 De acordo com o IBGE, pelo decreto estadual nº 4709, de 24-01-1931, são desmembrados do município de Passo Fundo os distritos de Carazinho, Alto Jacuí, Boa Esperança, Coronel Gervásio, Coronel Selbach e Tamandaré, para constituir o novo município de Carazinho.

45 Para conhecimento, Erechim foi elevado à categoria de município pelo decreto estadual nº 2342, de 30 de abril de 1918.



sistemático destinado a influenciar as opiniões e ações de um certo público ou de uma sociedade total⁴⁶.

De acordo com Miglioranza (2006, p.16), “a maior parte da bibliografia que trata tanto sobre o positivismo quanto sobre a República no Brasil não esmiúça a relação dos republicanos com a imprensa”. Os laços destes bacharéis, em sua maioria advogados, como Gervasio Annes, a união externa dos mesmos em clubes, e outros grupos com possibilidades de estreitamento de defesa ou expansão dos ideais castilhistas evidenciavam-se em suas lutas, em suas expressividades, como detentores da imprensa como poder.

Esta supremacia partidária causava constantes disputas de poder, haja vista o constante enfrentamento contra os revolucionários federalistas que aspiravam retirar o poder das mãos “tiranas” de Castilhos e Borges de Medeiros. Neste sentido, o favorecimento do coronelismo local e da supremacia destes coronéis do PRR registrou em suas páginas a constante busca por poder sob a influência/inspiração castilhista⁴⁷ com embasamentos na política positivista. Na perspectiva da imprensa no final do século XIX e início do século XX, a busca pela disseminação ideológica se consolidou na construção de

46 BOBBIO, 1998, p.1018.

47 Júlio Prates de Castilhos era Bacharel em Direito, jornalista e político, líder do partido republicano e percussor do ideal positivista, foi autor da Constituição de 1891. Manteve-se no poder da República Rio Grandense quase ininterruptamente de 1891 a 1898, sob a bandeira do Partido Republicano Riograndense, de acordo com Félix (1987).



uma imprensa em bases de ameaças reais de um sentimento de poder em relação à defesa dos ideais castilhistas, tratando os adversários como revolucionários e sufocando possibilidades de concorrências na mídia impressa do Estado do Rio Grande do Sul, relação também efetiva em Passo Fundo através das mãos expressas do coronel Gervasio Lucas Annes, detentor do poder político de forma mais consolidada neste período considerado.

Aqui nestas descrições nos fiaremos nas informações catalogadas por Gehm (1984). A autora cita 15 jornais como integrantes da história da imprensa passofundense de 1889 a 1930, são eles: *O Echo da Verdade*, *A Violeta*, *O 17 de Junho*, *O Palco*, *O Viajante*, *O Gaúcho*, *O Avança*, *O Guiso*, *O Progresso*, *A Voz da Serra*, *O Regímen*, *A Época*, *A Vanguarda*, *A Luta* e *O Nacional*. O primeiro periódico a marcar presença na cidade de Passo Fundo foi o *Echo da Verdade*⁴⁸, tinha sua edição disponibilizada nas manhãs de domingo. Este impresso foi criado sob a iniciativa de Manoel Francisco de Oliveira. Por influência deste novo jornal Teodolino Vilanova investiu na primeira tipografia da cidade para impressão do *Echo da Verdade*. Ficaram com a função de redatores: o Cel. Gervasio Lucas Annes, Antonio José Pereira Bastos⁴⁹, Gezerino Lucas Annes⁵⁰, Saturnino Victor de Almeida Pilar, Antônio Manoel de

48 Sua sede se localizava na Rua Paissandu, esquina com a Rua XV de Novembro.

49 Pai de Gabriel Bastos, casado com a irmã de Gervásio, Dona Juvencia.

50 Irmão de Gervásio Lucas Annes.



Araújo, Candido Lopes de Oliveira e Gasparino Lucas Annes⁵¹.

Este periódico surgiu com o preceito republicano para difundir os ideais positivistas aos quais defendiam, findou-se logo após Júlio de Castilhos ser afastado do governo do Estado em 1891. Gehm descreve que o palavreado utilizado no impresso em suas últimas edições eram um tanto agressivas: “Nos últimos tempos do *Écho da Verdade*, folha republicana que aqui se publicou de 1890 a 1891, se tornara essa folha um tanto violenta na sua linguagem política”⁵². Após o término de *O Echo da Verdade*, a autora apresentou *A Violeta*, também produzido por Manoel Francisco de Oliveira e tendo como colaborador Gezerino Lucas Annes. Sua data de circulação se deu em 1º de maio de 1891, seu formato de registro era de 23 x 33, foi produzido em poucas tiragens com o máximo de quatro páginas. Tanto o *Echo da Verdade* quanto o *A Violeta* ganharam vida por mãos defensoras do castilhismo.

Como instrumento de voz ativa do castilhismo nasceu a folha semanal *17 de Junho*, conforme divulgado pela autora acendeu conflitos entre gasparistas⁵³ e castilhistas, apesar de sua curta duração. Subsequentemente a este nasceu *O Palco*, pelas mãos de jovens voltados para a arte teatral e de vivência letrada, era intencionalmente um órgão do Grêmio Dramático Passofundense. Deste grupo faziam parte nomes como Arthur

51 Irmão de Gervásio Lucas Annes.

52 GEHM, 1983, p.140.

53 Seguidores ardorosos de Gaspar Silveira Martins, reivindicadores do federalismo.



Ferreira Filho, Gabriel Bastos, Píndaro Annes e Nicolau Araujo Vergueiro, além de outros 25 integrantes⁵⁴. Cabe destacar que três dos citados eram reconhecidamente ativos no partidário, apesar de haverem relatos de neutralidade na expressão das opiniões em suas páginas, o influenciador da ideologia partidária de seus integrantes era o mesmo da folha semanal *17 de Junho*.

Figura 13: Píndaro Annes



Fonte: ANNES, 2012, p. 277.

Em 1º de outubro de 1897 revelou-se *O Viajante*, criado por Gabriel Bastos como uma forma de veicular anúncios com vista a favorecimento da divulgação de seu comércio, Loja Serrana, esta publicação deu origem a fase conhecida como

⁵⁴ Não foi localizada citação dos nomes destes 25 integrantes.



“fase dos reclames”. Em 1909 surgiu *O Avança*, sob as mãos de Queiroz Ribeiro de humor elegante e acirrada tendência às artes, porém tal periódico não passou de 1911. Na sequência, mas sem data que precise seu início e seu fim, existiu *O Guiso*, seu idealizador e diretor foi J. Vargas. Como verdadeiro precursor do *17 de Junho*, Gehm (1984), relatou *O Progresso* como um servidor da causa defendida pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Não constam relatos de sua data de início ou de fim. Como sustentáculos a folha contou com Nicolau Araujo Vergueiro e Jovino da Silva Freitas. É possível observar também integrantes da causa republicana em *O Viajante*, *O Avança*, *O Guiso* e *O Progresso*.

Em 11 de março de 1899 a autora datou o surgimento de *O Gaúcho*. Jornal de formato 35x53 e as edições possuíam em média quatro páginas. Este impresso já nasceu com o intuito de transmitir mensagens oportunamente castilhistas. Teve no total longa duração, contando uma pequena interrupção não datada, findou-se oficialmente em 1920. Esteve em sua direção, inicialmente, o coronel Gervasio Lucas Annes, a partir de 1912 quem assumiu foi Nicolau de Araujo Vergueiro⁵⁵ e Jovino da

55 Como candidato do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, foi eleito: Conselheiro Municipal em 16 de Setembro de 1908 e em 16 de Setembro de 1916. Em ambas as legislaturas, foi eleito presidente do Conselho. Foi intendente municipal em 16 de Setembro de 1920, com 4004 votos, e em 16 de Setembro de 1928 com 3315 votos. Foi deputado estadual em 29 de Março de 1909, com 10.091 votos; em 20 de Agosto de 1913, com 75.760 votos; em 26 de Fevereiro de 1917, com 79.718 votos; em 20 de Fevereiro de 1921, com 78.354 votos; em 15 de Março de 1925, com 15.775 votos. Foi também deputado federal em 1.º de março de 1930, com 81.312 votos; em 14 de Outubro de 1934, com 77.509 votos. (VERGUEIRO, 1935, v.5).



Silva Freitas. Estes permaneceram oficialmente até 1915, a partir daí, Brasilico Gabriel de Oliveira Lima assumiu a direção do jornal até 1920, quando se extinguiu.

Em 1916 surgiu *A Voz da Serra* sob a denominação de Folha Independente, tinha como redator Antonio Bittencourt Azambuja e como proprietário Jovino S. Freitas, conforme informações da própria Folha em sua 2ª edição no dia 08 de Janeiro de 1916. Ghem (1984) descreveu que em 1916 já nascia sob a direção de João Batista Cúrio de Carvalho. No entanto, de acordo com as informações constantes nos arquivos de *A Voz da Serra* consultados, João Baptista Cúrio de Carvalho só esteve à frente desta folha, como redator, diretor e proprietário, em 1917. Apesar das informações desconstruídas quanto à sua equipe diretiva inicial, o periódico semanal, *A Voz da Serra*, teve grande influência informativa.

Renato de Sá Brito fundou *O Regímen*, Gehm (1984) descreveu como um impresso de caráter noticioso, porém não especificou data de início ou de término. Ney de Lima Costa patrocinou o periódico *A Época*, lançada em Fevereiro de 1921, por Herculano Annes e Píndaro Annes. Posteriormente a estes, em junho de 1923 Ney de Lima Costa fundou *A Vanguarda* deixando a direção por conta de Marcelino Rodrigues Braga. Sem data precisada de início. Também sem data da primeira edição do impresso *A Luta*, Gehm (1984) o destaca como



herdeiro ideológico de *A Gazeta*, findando em 1923, sem maiores detalhes de redatores ou proprietários. Nas memórias de Nicolau Vergueiro há a descrição de um discurso que proferiu “em 14 de Maio de 1932, no Glória Hotel, desta cidade, e que foi publicado pelo jornal *A Luta*, n.º 95, do mesmo dia, por ocasião da passagem do primeiro aniversário daquela folha”⁵⁶. É compreensível a informação de que se em 1932 o jornal *A Luta* completava 1 ano, então a Folha havia sido criada em Maio de 1931, de acordo com os registros de Vergueiro. No trecho transcrito do discurso ficou mais clara esta homenagem ao primeiro ano do jornal *A Luta* na solenidade especial para a data comemorada.

Pelo seu critério, elevação de vistas, firmeza de atitudes, “amor ao trabalho, respeito à lei e culto à liberdade” bem merece *A Luta* o aplauso, o apoio e a solidariedade da numerosa família republicana de Passo Fundo.

Um ano de vida e um ano de vitória, e é esse o marco inicial da sua digna existência.

Congratulando-me, de coração, pela passagem desta data, auguro ao jornal de Túlio Fontoura longa vida e muita prosperidade.[...]

E a propósito da imprensa ao terminar, repetirei os lapidares conceitos de Júlio de Castilhos: “... pensamos que o jornalismo representa uma força digna de ser aproveitada em favor do bem comum. Conscientiosamente utilizada, isenta das desnaturações oriundas do mercantilismo, não obstante a anarquia mental peculiar à presente fase da evolução histórica, essa força pode cooperar para os progressos intelectuais

56 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso n’A Luta*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 18.



da opinião e para a obra da solidariedade social”.

E assim sejam a função e o futuro d’A Luta⁵⁷.

Em 19 de junho de 1925, ingressou para a história de impressos passofundenses o jornal *O Nacional*, fundado por Herculano Annes, o jornal tinha sua impressão disponibilizada no turno vespertino. Constava como um periódico de caráter noticioso fidedigno, de linguagem garbosa e inteligente. Após alguns anos na direção do impresso, Herculano Annes passou a propriedade de *O Nacional* para Múcio de Castro⁵⁸. Com uma visão diferenciada, tendo em vista a base de relação com o que se relata por Gehm, Prates descreve a “parcialidade” de *O Nacional* da seguinte forma:

Contudo, embora o jornal fizesse referência a ser independente, sua posição é claramente observável. Inicialmente, *O Nacional* apoiava somente os republicanos, postura que se modificou no período anterior à formação da Frente Única Gaúcha (FUG), quando negociações foram estabelecidas para a união dos dois partidos, Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e Partido Libertador (PL)⁵⁹.

Pode-se simplesmente reconhecer que ele era um propagandista dos ideais paternos ou que, inevitavelmente,

57 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso n’A Luta*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 18.

58 “Como lutador invicto, jornalista por vocação, esteve à frente do matutino até o dia 31 de agosto de 1981, quando atacado de mal súbito veio a falecer”. Ver : GEHM, 1984, p. 131.

59 PRATES, 2001, p.9.



abria as páginas do jornal que dirigia à expressividade de histórias partidárias, como por exemplo, apresentada por João D'outrora, codinome do escritor. Quem usava esse pseudônimo era Francisco Antonino Xavier e Oliveira, esse colaborador escrevia sobre a história de Passo Fundo e também sobre seus “vultos”. O recorte do Jornal *O Nacional* de 15 de julho de 1925, foi aqui transcrito por oferecer um histórico ou a apresentação dos veículos que deram voz às ideologias partidárias em Passo Fundo, mais especificamente, ao imperialismo republicano na época de 1890 – data do primeiro jornal o *Echo da Verdade* - até 1920 – data de término de *O Gaúcho*. O recorte segue sob o título de “A Imprensa em Passo Fundo” esclarecendo que *A propósito de referência que, sob a epígrafe ‘Cousas Velhas’, fez ao assunto esta folha, em seu número de 11 do corrente.*

O primeiro jornal que aqui surgiu foi o *Echo da Verdade*, fundado em 1890 e que subsistiu até 1892. Era órgão do partido republicano, redatado pelo advogado Gervásio Lucas Annes, depois coronel, e sua gerencia estava a cargo de Manoel Francisco de Oliveira. [...] Esse jornal foi substituído pelo *17 de Junho*, também republicano, aparecido pouco depois da contra revolução que, em 1892, na data do seu título, repusera no governo do Estado o partido republicano. [...] Entre os dois periódicos citados e quando ainda se publicava o primeiro deles, surgiu o pequeno jornal *A Violeta*, literário e tendo como redator Antonio Manoel de Araujo. [...]

O quarto jornal da terra foi *O Palco*, literário, órgão do Grêmio Dramático Passofundense



e aparecido em 1899. Tinha como redator Francisco Antonio Xavier e Oliveira, e colaboradores Armando Annes, Brasília e Afonso Lima. Desapareceu no mesmo ano.

Em 1900, a 11 de março, surgiu o quinto jornal de Passo Fundo que foi *O Gaúcho*, órgão do partido republicano, e trazia como redator o coronel Gervásio Lucas Annes, e gerente Claro Pereira Gomes. Era hebdomadário, impresso no mesmo prelo do *Echo da Verdade* e do *17 de Junho*, e foi suspenso em princípios do ano seguinte, reaparecendo em 1905 e daí em diante se publicando regularmente até 1920, quando foi extinto. [...].

Estes apontamentos foram escritos em 1923.

João d'Outroira

(O NACIONAL, 1925, p.2)

Figura 14: Gervasio Lucas Annes e Antonio Manoel de Araujo.



Fonte: ANNES, 2012, p. 197.



Estes são os impressos registrados na história passofundense de 1889 a 1930, no entanto a consolidação deles sempre esteve ligada ao viés político, não assumidamente como órgão oficial na maioria deles, mas no mínimo pertencentes a membros do PRR. Para entender este viés pretendido, se faz necessário entender como se deu a consolidação desta imprensa partidária em Passo Fundo, o que se vê no subtítulo a seguir.

1.3 A consolidação da imprensa partidária em Passo Fundo

No contexto onde se destacou a família Annes, considerando em especial a liderança de Gervasio Lucas Annes, como o político de maior influência de 1889 a 1917, é imprescindível propor a reflexão sobre a legitimidade deste poder exercido pelo mesmo homem que perpetuou os ideais do PRR por quase 30 anos, praticamente ininterruptos. Por esta abordagem cabe definir o termo de acordo com Bobbio (1998, p.675):

Num primeiro enfoque aproximado, podemos definir Legitimidade como sendo um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por esta razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo,



transformando a obediência em adesão. A crença na Legitimidade é, pois, o elemento integrador na relação de poder que se verifica no âmbito do Estado.

Esta legitimidade foi traçada a partir dos discursos veiculados pelos periódicos, pelos eventos, pelas sociabilidades etc. e, sobretudo, pelas ações dele enquanto político que procurava expressar sua identidade com a comunidade, questão imprescindível para traçar a diretriz da pesquisa, pois Gervasio Annes é identificado como uma liderança política passofundense e na região norte do estado. Portanto, o estudo considera o pressuposto de uma definição identitária na região norte do Rio Grande do Sul, a partir de um envolvimento político e socioeconômico ao selecionar a atuação do coronel Gervasio Lucas Annes, chefe do Partido Republicano em Passo Fundo, utilizando-se de paradigmas definidos na história regional para contextualizar o espaço selecionado. Tais modelos abordam questões relativas a espaço, região e regionalismos, como será esclarecido a seguir. Relatam-se aqui diversos pontos de vista teórico e metodológico de conceituados autores do tema.

[...] no estudo da História Política, cabe ao historiador, na definição dos limites de seu recorte regional, se apropriar de uma região simbolicamente construída no período estudado, capaz de responder aos seus questionamentos, levando-se em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo entre eles, o que melhor se adéqua aos seus objetivos de pesquisa. [...] Tendo em vista a reconhecida importância do imaginário



coletivo na pesquisa histórica, cabe ao historiador da política regional levar em conta como a região era vista, sentida e percebida pelos seus habitantes no momento pesquisado. [...] A partir da diminuição do recorte espacial que encontramos nas novas pesquisas históricas produzidas, a região pode assumir um novo caráter, tendo seu recorte também reduzido, constituindo-se em uma micro-região inserida em outra maior⁶⁰.

Quanto aos critérios, Viscardi apresenta agentes de delimitação que podem variar conforme a situação/circunstância em que se apresentam como políticos, econômicos, geográficos e culturais, considerando hierarquias ou funções que se justificam com base na “ampliação ou retração dos limites regionais” dependendo de “acordos e/ou disputas que ocorrem na esfera do poder político”⁶¹. Diante desta consideração é possível compreender a especificação do recorte temporal tendo em vista que a região de Passo Fundo, selecionada como recorte de região, não se manteve hegemônica ao longo dos anos, pois diversos distritos foram elevados a categoria de cidade o que evidencia a retração de limites por estímulo político durante o período selecionado.

O comportamento de Gervasio Annes como líder político local, perante os Partidários Conservadores⁶² e posteriormente

60 VISCARDI, 1997, p. 96.

61 VISCARDI, 1997, p. 96.

62 Partido surgido por volta de 1836 e findado em 1889 com a Proclamação da República defendiam a necessidade de limitar o alcance do ato adicional e também um poder central forte, de acordo com Félix (1987).



aos Partidários Republicanos⁶³, ultrapassava a fronteira de atuação de um mero político, levando em conta o período e a atitude esperada dos políticos desta ocasião, o coronel em questão mostrava-se preocupado em colocar o desenvolvimento da cidade acima de seus méritos. O coronel Gervasio Annes reivindicava o que considerava importante à cidade em contato direto com o governo do Estado e mostrava-se prudente e persistente em suas solicitações, conforme Nascimento e Dal Paz descrevem:

Desde 1888 a maior preocupação do Cel. Gervásio era a instrução pública, e, por ela, debateu-se no Executivo local e na Assembléia. Das honrarias que o Governo do Estado quis prestar-lhe em 1891, não quis aceitá-las, a não ser que sua cidade tivesse maior apoio na Escola Pública⁶⁴.

Diante desta conduta Gervasio Annes é um visível praticante do regionalismo, pois a autora diz que o regionalismo “define-se como um comportamento político de defesa de interesses, por atores que compartilham uma identidade historicamente construída. Ele pode ser um dos elementos que unificam e mobilizam grupos sociais nas disputas do jogo político”⁶⁵.

63 Estavam entre seus fundadores [Venâncio Aires](#), [Júlio de Castilhos](#), [Pinheiro Machado](#), [Demétrio Ribeiro](#), [Alcides Lima](#), [Apolinário Porto Alegre](#), [Ramiro Barcelos](#), [Assis Brasil](#) e [João Cezimbra Jacques](#). O partido defendia o ideal [positivista](#), valorizava a essência e a execução da “ordem e do progresso”, seu líder intelectual era Júlio de Castilhos.

64 NASCIMENTO E DAL PAZ, 2010, p.82-83.

65 VISCARDI, 1997, p. 92.



Ao especificar a análise do período, nos primeiros anos da República Velha, constatou-se que surgia a necessidade de difundir ideais norteadores dos novos partidos que vinham se formando em níveis estaduais, mais especificadamente. Afinal, tal situação se abreviava por Estado porque as regiões eram distintamente divididas por interesses e cada Estado buscava suas próprias alianças Brasil a fora, ou acabava automaticamente isolada. Este cenário não foi diferente na transição do século XIX para o século XX, pois, de acordo com Rudiger (1993), estes políticos ascendentes acabavam por aproveitar-se na função de jornalistas.

Os partidos encarregaram-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade. Nesse contexto, surgiram as redações propriamente falando, os jornais começaram a ter uma organização editorial e se consolidou uma racionalidade de seu funcionamento. Os políticos foram progressivamente tomando o lugar dos tipógrafos na função social de jornalistas⁶⁶.

Este histórico construído por Gervasio Annes, como patriarca adotado da cidade de Passo Fundo fez diferença nas difusões dos prelos na cidade, a oposição não possuía força tão eficiente e nem à altura para inverter esta situação. Em nível estadual o apoio que Gervasio Annes recebia era do líder do Partido Republicano Julio de Castilhos que sabia como ninguém utilizar-se das palavras e, por isso, utilizava-se dos ⁶⁶ RUDIGER, 1993, p. 24.



impressos como força de difusão de seus ideais positivistas que galgavam o partido republicano. Afinal, nada expressa melhor a que veio o positivismo do que o termo ordem e progresso, que é utilizado na bandeira do Brasil que apesar de usar o lema positivista nunca de fato conseguiu exercê-lo, ao contrário do Rio Grande do Sul. Este apoio à manutenção do poder do coronel Gervasio Lucas Annes no Partido Republicano e como Intendente ou Vice Intendente da cidade, manteve-se mesmo com a transferência do domínio do Estado e da presidência do Partido Republicano de Julio de Castilhos para Borges de Medeiros. O termo patriarca é empregado com o mesmo sentido de paternalista, que é definido por Bobbio da seguinte maneira:

Na linguagem vulgar, Paternalismo indica uma política social orientada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua direta participação: é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial em favor do povo, exercida desde o alto, com métodos meramente administrativos. Para expressar tal política, nos referimos então, usando de uma analogia, à atitude benevolente do pai para com seus filhos “menores”⁶⁷.

Tais traços de defesa dos interesses regionais, com comoção em escala de poder federal⁶⁸, conforme demonstrado

67 BOBBIO, 1998, p.908.

68 Janotti (1987) afirma que no Brasil o sentido de federalismo se dava pelo sentido de regiões com governo próprio, unidas em um poder federal. No caso, durante o período citado no recorte de pesquisa, vigorava a política dos Governadores e a política do café com leite. A política dos Governadores representava o acordo



anteriormente, com a simpatia e o apoio conquistado à causa republicana gaúcha e com o apoio dos chefes de Estado local, requer um maior esclarecimento quanto a relação com a ideia de regionalismo, de acordo com Joseph Love, “el regionalismo es una pauta de comportamiento político característica de un régimen federal”. Love explica ainda que no estudo de demarcações políticas deve-se cuidar a tênue linha entre federalismo e regionalismo: “Debe distinguirse federalismo de regionalismo, una pauta de comportamiento político íntimamente asociada con el”⁶⁹.

Por base nesta consideração que se pode definir Gervasio Annes como um adepto fiel do regionalismo, e assim é reafirmado por Félix na referência que faz sobre o fio condutor desta proposta onde é destacado como um líder de partido influente na mudança administrativa da cidade: “No caso de Passo Fundo, o líder político era o cel. Gervasio Lucas Annes que, poucos meses antes de novembro de 1889, passou a liderar, além dos conservadores, também os dissidentes liberais, chefiando o Partido Republicano de Passo Fundo”⁷⁰.

Após a contextualização de Gervasio Annes no estudo

vigente em os governadores dos Estados faziam uso do apoio regional dado pelos coronéis nos períodos eleitorais em favor de políticos ou partidos com os quais simpatizavam. A política dos Governadores foi quem gerou a relação da política do café com leite, esta centralizou o poder federal alternando eleição após eleição nas mãos do Governo dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, a primeira produtora de leite e a segunda produtora de café em larga escala.

69 LOVE, 1993, p.180.

70 FÉLIX, 2007, p.171.



do regionalismo, compete utilizar sua inserção no Partido Republicano e seus préstimos como líder reconhecido por seus superiores partidários. Sua representação política atingiu o cenário estadual em 1891 a 1895, quando exerceu a função de deputado estadual do Rio Grande do Sul, sendo assim, é possível expandir a pesquisa ao questionamento de nacionalismo e estado nacional nos quais Guibernau (1997, p.55) demonstra parâmetros para análise potencializando a importância destes itens “no discurso moderno da legitimidade política”. Para a autora, o nacionalismo é importante porque,

sua relevância reside em sua capacidade de representar a vontade do povo de ser capaz de decidir seu próprio destino político, sua vontade de ser respeitado como um povo apto a desenvolver sua cultura e personalidade. Esses aspectos são funções de uma ‘necessidade de pertencer’ e de um senso de manutenção da integridade social e psicológica⁷¹.

A mesma estudiosa, assim se expressa sobre identidade e identidade coletiva:

Os critérios de definição de identidade são: continuidade no tempo e diferenciação dos outros, ambos os elementos fundamentais da identidade nacional, que neste caso, também é válida para o contexto regional, no qual se faz aqui o uso. A continuidade resulta de se conceber a nação como uma entidade historicamente enraizada, que se projeta no futuro.

71 GUIBERNAU, 1997, p.73.



A identidade coletiva, considerada como um processo, envolve: formulação de estruturas cognitivas referentes aos objetivos, aos meios e ao ambiente da ação; estímulo de relacionamento entre os agentes, que comunicam, negociam e tomam decisões; e preparo de investimentos emocionais, que habilitam os indivíduos a se reconhecerem nos outros⁷².

As definições de Guibernau (1997) na expansão dos termos nacionalismo e identidade legitimam a ideia de poder do coronel Gervasio Annes e, ao retomar as colocações de Félix, se percebe que a extensão do domínio deste coronel é exibida como um marco, sendo inclusive especificamente datado. “Muito embora não tenha sido o primeiro intendente municipal, pode-se considerar que a primeira etapa de poder é representada pelo domínio do cel. Gervasio Lucas Annes de 16/12/1893 até a data de seu falecimento em 04/04/1917” (Félix, 2007, p.172).

A ideia de identidade na busca pelo senso de comunidade, defendida por Guibernau (1997), também podem ser interpretados pelo registro de Nascimento e Dal Paz no qual Gervasio Annes também é lembrado pelas obras desenvolvidas sob seu comando. “Em 1910 foi iniciada a construção do novo prédio da intendência municipal pelo Intendente Gervasio Lucas Annes e, em 1911, foi inaugurado”⁷³. Os mesmos autores divulgam seu nome entre a lista dos governantes do Município

72 GUIBERNAU, 1997, p.83-84.

73 NASCIMENTO E DAL PAZ, 2010, p.19.



de Passo Fundo: em 1893 como Intendente nomeado; em 1896 como Intendente eleito; em 1904 como Vice Intendente eleito; em 1908 como Intendente eleito; em 1912 e 1916 novamente como Vice Intendente eleito. As realizações do cel. Gervasio Annes são trazidas como destaques por estes mesmos autores,

Em 1897, regulamentou as atribuições e deveres dos funcionários municipais incentivou a construção da estrada de ferro para Passo Fundo, inaugurando-a em 8 de fevereiro de 1898; construiu o edifício da Cadeia Civil; construiu o Cemitério público; ordenou o prolongamento da cidade para leste; em 11 de março de 1899, fundou o jornal ‘O Gaúcho’, órgão republicano, e foi redator político do mesmo. [...]

Fez construir, em 1911, o Matadouro Municipal e, no fim desse ano, fez contrato para manutenção da rede telefônica. Fez vir para a cidade, em 1912, o primeiro estabelecimento bancário – O Banco da Província⁷⁴.

Nasce neste discurso a ideia de um coronel que ressalta a preferência nas motivações mobilizadoras de prosperidade para seu município, mesmo que com isto, implicitamente, se esperasse a gratidão e a subordinação dos locais, o que não é o caso de Gervasio Annes que era visto como liderança de uma classe que possuía destaque intelectual e financeiro. Por este diferencial, o regionalismo se destaca mais como marca deste coronel.

O coronel Gervasio Annes esteve vinculado a posições

74 NASCIMENTO E DAL PAZ, 2010, p.82-83.



políticas afinadas com o castilhismo-borgismo, a maior parte de seus descendentes também se ligou a partidos políticos, à administração pública e também em veículos impressos. Por esta relevância política de descendentes, cabe inserir a definição do termo “Partido Político”: “O partido compreende formações sociais assaz diversas, desde os grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas às organizações complexas de estilo burocrático e impessoal, cuja característica comum é a de se moverem na esfera do poder político”⁷⁵. Sob a égide desta ideia fica mais simples compreender a escolha de estudo desta pesquisa sobre a imprensa passofundense pelo viés da família Annes, atuante na política e na imprensa passofundense por gerações, além de manter-se como elite ao longo do período de estudo proposto (1889-1930). Já pelo termo elite compreende-se “uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”⁷⁶.

Quanto ao objeto de pesquisa, é primordial inserir a discussão sobre o papel da imprensa no Brasil antes de tratar da imprensa em Passo Fundo. Nesse contexto é necessário trazer referências de Morel quanto à formação dos grupos que influenciaram a constituição da imprensa no período das regências, pois, é a partir daí que a imprensa no Brasil molda suas características singulares em relação à imprensa no mundo. Sendo assim:

75 BOBBIO, 1998, p.899.

76 BOBBIO, 1998, p. 385.



Grupos políticos com alguma estabilidade e identidade formavam-se baseados em vínculos diferenciados, como vizinhança, parentesco, clientela, trabalho (livre ou escravo), interesses materiais ou afinidades intelectuais, em torno de chefes, cidades, regiões ou sob determinadas bandeiras, que poderiam mudar com os contextos. Afinal, as identidades políticas eram mutáveis, ainda mais nesse período de definições e embates. Associações secretas, reservadas ou públicas surgem já no século XVIII e ganham no impulso a partir da Independência, com altos e baixos e uma verdadeira explosão quantitativa a partir de 1831, ano inicial das Regências. É dentro desses tramas que surge a imprensa: longe de ser um papel sagrado, marcada e era marcada por vozes, gestos e palavras⁷⁷.

A opinião pública, surgida ainda no início do século XIX, veio como “um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral”⁷⁸. É este o uso feito pelos envolvidos com a imprensa em Passo Fundo, em especial Gervasio Lucas Annes, redator de quatro dos principais periódicos da cidade de 1890 a 1917. O redator era por conveniência um homem público de ideais políticos definidos que difundia os ideais partidários. Este estilo é observado também por Morel ainda no século XIX, mas retrata fielmente o período do século XX relatado em Passo Fundo:

⁷⁷ MOREL, 2008, p.26.

⁷⁸ MOREL, 2008, p.33.



O estilo panfletário [...] alcançava eficácia por várias características retóricas interligadas, como: capacidade de convencer e atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, em situações específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida⁷⁹.

As considerações anteriores serviram como ponto de partida para o entendimento da História construída nas páginas da imprensa e da história da imprensa brasileira, é comumente expressivo que os jornais existentes no século XIX defendiam um cunho político, com favorecimento de ideologias marcadas como majoritárias, um todo específico, socialmente selecionado, escrito e lido por estas classes distintas, mas, que indiscretamente e, naturalmente, vendia-se como leitura com publicidade além-partidária como carro chefe da comercialização conforme reforça outra autora:

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de idéias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las

79 MOREL, 2008, p.37.



conhecidas. [...] ⁸⁰.

Até 1890 os grupos políticos eram divididos em dois no município de Passo Fundo: do lado Conservador, Gervasio Lucas Annes, do Liberal, Prestes Guimarães.

Com o passar dos anos, percebia-se claramente a dualidade partidária por aqui. Advogados, em 1888, havia dois no município: um representava a facção liberal (major Prestes Guimarães) e o outro, a conservadora (Gervásio Luccas Annes). A disputa ideológica entre liberais e conservadores no território de Passo Fundo foi tão acirrada que as descendências de ambos os lados carregaram consigo a herança dos seus legados: liberal ou conservador ⁸¹.

Posteriormente a 1890 o embate político se tornou acirrado entre republicanos legalistas e federalistas. À frente dos republicanos encontrava-se Gervasio Lucas Annes e à frente dos federalistas era Prestes Guimarães quem estava. Após os conflitos da revolução federalista de 1893-95, quem retoma o poder em Passo Fundo são os republicanos castilhistas:

Em contrapartida, os republicanos que aqui permaneceram, controlaram o poder político local de forma que, em 1896, o coronel republicano Gervásio Lucas Annes assumiu o poder local como intendente eleito até 1900. O seu sucessor, também republicano governou o município até 1908. Gervásio Annes reassumiu

80 PINSKY, 2010, p.133-134.

81 FERREIRA E SIQUEIRA, 1998, p.70.



o comando político-administrativo municipal de 1908 até 1912, para novamente repassar a Intendência ao cel. Pedro Lopes, exatamente o mesmo sucessor de anos antes. Ambos eram dignos da confiança de Júlio de Castilhos e, depois, de Borges de Medeiros, não colocando em risco a ordem das coisas e, através de represálias, abafando toda e qualquer possível sublevação organizada pelos federalistas⁸².

É com base neste pressuposto que surge a iniciativa de analisar que em Passo Fundo, não como margem de exclusividade, mas, como uma tendência nacional, os jornais produzidos, a partir de 1890, foram dominados por republicanos. Sendo assim, reconhecendo as possibilidades de tramas na imprensa, marcadas por interesses em comum, é possível acompanhar a sucessão dos Jornais impressos de Passo Fundo através de matérias encontradas em edições do Jornal *O Nacional*, do Jornal *A Voz da Serra* e das memórias de Nicolau de Araujo Vergueiro, bem como, embates entre republicanos e federalistas. Porém, as fontes revelam o predomínio de discursos republicanos na imprensa passofundense, principalmente no que se remete a veículos impressos.

No Brasil do século XIX algumas transformações sociais modificaram a estrutura econômica e social. Prates (2001) cita a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, seguido pela recepção de imigrantes europeus vindos para o sul do país foi a instalação das vias férreas – datada em 1852 – o que incentivou o investimento do mercado interno e motivou o crescimento

82 FERREIRA E SIQUEIRA, 1998, p.80.



das cidades. Passo Fundo se destacou neste contexto de desenvolvimento por estar situado no caminho utilizado pelas tropas de equinos e meares, fato que se consolidou com instalação da via férrea na cidade. Tais processos citados pela autora “contribuíram também para tornar o município de Passo Fundo o centro da região do Planalto Médio gaúcho, o qual passou a se destacar nos setores econômico e político”⁸³.

No final do século XIX, Mota (1997) destacou a forma como a ordem pública foi inserida com a Constituição Brasileira de 1891, instituindo o sistema federativo de governo. Tal ordem cedia a liberdade para que os Estados integrantes da Federação contraíssem empréstimos externos, definissem seus impostos de exportação, margeassem as próprias constituições, formassem suas bases militares, seus códigos eleitorais e judiciários. O presidencialismo instaurado pela Constituição abriu margens ao processo democrático eleitoral, e permitiu participação da população que antes eram vistos como indigentes sociais. Mediante estas transformações, Mota (1977, p. 163) destaca que “federalismo, presidencialismo e ampliação do regime representativo são as três grandes coordenadas legais da Primeira República”.

O mesmo autor alega que este sistema federativo, no seu íntimo, intuía o favorecimento das necessidades de expansão da cultura cafeeira e a abolição se integrou ao processo

83 PRATES, 2001, p.14.



econômico por sua conexão com as demais regiões, sendo o fator de destaque referencial na política da Primeira República. Os rostos vigentes da política da República eram os mesmos grupos envolvidos no Império, com exceção daqueles militares que se inseriram no cenário político, onde antes não possuíam participação. “O golpe vitorioso de Deodoro da Fonseca tornava clara a eficácia do instrumento militar para as providências ou forçosas mudanças de regime”⁸⁴.

Durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca, anteriormente ao quadriênio de Campos Sales⁸⁵, medidas unionistas foram empregadas e desagradaram o Partido Republicano Paulista. O primeiro Ministério Republicano foi demitido e substituído. Tais medidas enfraqueceram a aliança existente entre São Paulo e o Marechal Deodoro e se quebrou definitivamente com o lançamento da candidatura de Prudente de Moraes⁸⁶. “Acompanhava-o na chapa Floriano Peixoto⁸⁷, numa articulação que pretendia canalizar, de um só golpe, a forte bancada paulista e parte do exército”⁸⁸.

As medidas consideradas fundamentais à ordem

84 MOTA, 1977, p. 166.

85 Advogado e político foi presidente do Estado de São Paulo, 4º Presidente eleito do Brasil, pertenceu à gestão de 1898 a 1902.

86 Advogado e político foi presidente do Estado de São Paulo, Senador na Assembleia Nacional Constituinte de 1891, sendo o terceiro presidente do Brasil e o primeiro a assumi-lo por força direta de eleição.

87 Militar e político brasileiro, primeiro vice-presidente brasileiro, segundo presidente do Brasil. Ficou conhecido como o Marechal de Ferro por consolidar a república a qualquer custo.

88 MOTA, 1977, p.171.



federativa, dificultadas por Deodoro da Fonseca como presidente, foram a gota final para a sua queda. Após Floriano assumir o poder da república as deposições continuaram, foram dissolvidas as Assembleias Legislativas e os tribunais judiciários, substituindo completamente os grupos vigentes no poder. “Dentre os movimentos de deposição efetivados, o do Rio Grande do Sul foi o que trouxe consequências mais sérias, permeando a política nacional nos anos subsequentes”⁸⁹. Após Julio de Castilhos ter cedido seu apoio à Deodoro Fonseca, por sustentação do golpe cometido por este último, o contragolpe derrubou o Marechal Deodoro e conseqüentemente Julio de Castilhos.

Demétrio Ribeiro⁹⁰ é apresentado por Mota (1977) como o sucessor natural de Deodoro da Fonseca. Demétrio Ribeiro era um dissidente republicano e uniu-se aos dissidentes do Partido Liberal formando o Partido Federalista Brasileiro.

No governo Federal, as três facções políticas gaúchas tinham seus defensores: o ministro da Agricultura (Antão de Faria) requeria o apoio de Floriano ao governador provisório empossado, ligado a Demétrio; o ministro da guerra (José Simeão) defendia Silveira Martins; a maior parte da bancada federal gaúcha ligava-se ao grupo de Júlio de Castilhos⁹¹.

Diante de tantas facções políticas, Floriano Peixoto

89 MOTA, 1977, p. 175.

90 Educador, engenheiro, jornalista e político. Foi o primeiro Ministro da Agricultura do Brasil, auxiliou a fundar o Partido Republicano Riograndense.

91 MOTA, 1977, p. 176.



preferiu permanecer neutro até que Silveira Martins⁹² e Demétrio Ribeiro firmassem acordo político. A partir deste episódio Floriano decidiu então por ceder seu apoio a Castilhos. O fator decisivo neste embate foi a atitude de Silveira Martins em querer que a nação, através de um plebiscito, escolhesse a forma de governo que deveria ser adotada pelo país. Diante de tanta liberdade, Floriano preferiu apoiar o líder republicano gaúcho. “Em 1892, Castilhos reconquistou o poder do Estado. O revide dos adversários, porém, não demorou. Iniciou-se no Estado uma guerra civil denominada Revolução Federalista que só terminou em 1895”⁹³.

Cabe ressaltar que após Floriano Peixoto, os demais presidentes precederam a aliança política de Minas Gerais e São Paulo, a chamada Política do Café-com-Leite. Esta política alimentou outro sistema conhecido como “Política dos Governadores”. De acordo com Mota, Minas Gerais e São Paulo eram os Estados que detinham maior poder de influência neste processo, seguido do Rio Grande do Sul. Os mineiros e paulistas possuíam líderes diferentes para suas bancadas a cada quadriênio. No Rio Grande do Sul, Mota (1977) destaca o Senador Pinheiro Machado⁹⁴ como líder único da situação gaúcha até sua morte.

92 Foi magistrado e político. Como político foi deputado provincial, deputado geral, presidente da província, ministro da Fazenda e senador do Império. Foi ferrenho defensor do parlamentarismo e atuou ao lado dos federalistas.

93 MOTA, 1977, p. 176.

94 José Gomes Pinheiro Machado formou-se advogado, era um dos políticos mais influentes da República Velha.



O privilégio advinha do fato de que o partido sustentava em bloco Borges de Medeiros por muitos anos no poder gaúcho, e com este seu representante no plano nacional. Borges de Medeiros era o chefe no nível estadual e Pinheiro Machado no Congresso. Em consequência, pode-se apontar como pilares da política federal: o P.R.M., P.R.P. e Pinheiro Machado⁹⁵.

Janotti (1987) é um pouco mais categórica ao falar da Política dos Governadores. Para a autora, esta política visava favorecer o interesse dos estados mais ricos para resultados eleitorais convenientes para a situação. Neste sistema, os governadores garantiriam a eleição do presidente através dos coronéis mantidos em focos eleitorais distintos, mas dentro do domínio de poder de tal estado. Os coronéis acabaram por tornar-se centro de todo este processo, por consequência, eram o centro do comando do chamado voto de cabresto⁹⁶.

Com exceção deste sistema de votos unificado no Brasil, o Rio Grande do Sul ganhava o próprio destaque positivista, pois não era fiel seguidor da Constituição Federal. “O progresso econômico do Estado, na produção e comercialização do charque, e sua posição estratégica, foram as molas desse acordo sempre oscilante, por não satisfazer os demais grupos oligárquicos”⁹⁷.

95 MOTA, 1977, p.188.

96 Este sistema se dava através da compra de votos, da coerção e até mesmo da fraude.

97 JANOTTI, 1987, p. 36.



Apesar do Rio Grande do Sul ter uma hegemonia partidária no Estado, no que tangia a política, era menos resistente do que os Estados de Minas Gerais e São Paulo. A oposição no Rio Grande do Sul era ferrenha e agressiva.

Era o mesmo grupo político que se colocara contra Floriano Peixoto e contra o “militarismo” por ocasião da Revolução Federalista. O Ministro da Guerra, Mena Barreto, interessado no controle da política do Rio Grande do Sul, lançou mão de sua possível candidatura à presidência do Estado para atingir tal fim. Uma intervenção federal ser-lhe-ia favorável, portanto, mas em contrapartida a queda de Borges de Medeiros desencadearia um movimento que poderia se alastrar por todo o país. Assim, procurando evitar pronunciamento mais efetivo por parte de Mena Barreto, Pinheiro Machado criou junto ao ministro um desentendimento político do qual resultou seu pedido de exoneração da pasta da Guerra à qual ascendeu o Gal. Vespasiano de Albuquerque, “correligionário certo e leal” dos interesses gaúchos⁹⁸.

Este cenário foi formado, de acordo com Mota (1977), pelo caráter social de organização demarcado pela influência agrário-exportadora, do extremo conflito agrário e industrial, pela heterogenia nacional, pela política do Café-Com-Leite, pela pouca voz do operariado e pelo domínio até então inabalável da classe de poder dominante. No Rio Grande do Sul, este panorama demarcava em um plano de diversificação imposto como diretriz política do PRR. A pecuária deixava de

98 MOTA, 1977, p. 207.



ser o ponto guia da economia rio-grandense e era substituída pela policultura sob a argumentação de gerar a autossuficiência econômica do estado. “A autonomia política dos estados aliava-se à proposta de autonomia econômica, e a doutrina positivista encontrava contradições reais para sua difusão em parte da elite estadual”⁹⁹.

A resistência a esta nova proposta econômica era encabeçada pelos pecuaristas do sul do estado do RS. Fonseca (1983) destaca que os federalistas tentavam constantemente ressaltar as vantagens da pecuária para a economia local, além desta reivindicação propunham a forma de governo parlamentarista, o voto secreto e a voz das minorias, tudo isto no intuito da inserção do estandarte liberalista no embate político. Não diferentemente da necessidade política Imperial, a política Republicana também se portou à imprensa para publicitar suas ideologias partidárias e Rudiger (1993, p.11) confirma esta tendência: “Os primeiros jornais, quando não foram lançados por sua própria iniciativa, nasceram sob patrocínio ou subvenção do Estado. O Governo precisava estabelecer comunicação com a classe letrada ascendente, cuja atividade era fonte econômica de seu poder”.

Seguindo a tendência deste cenário de influências, a política em Passo Fundo também esteve ligada à atuação da imprensa. A ideologia castilhistaborgista tinha carta branca

⁹⁹ FONSECA, 1983, p. 92.



para circular por meio destes veículos que marcavam voz partidária. Esta propagação castilhista mostrou-se efetiva na política divulgada pela imprensa de Passo Fundo, considerando o fato de que todos os jornais de 1890 a 1930 passaram pelas mãos de integrantes do PRR. É provável que este monopólio pudesse advir-se dessa elite do PRR formada por proprietários de terras, comerciantes, militares, advogado e médicos, em sua maioria bacharéis. Este ponto pode ser mais evidente na explicação de Miglioranza quanto à legitimidade do poder político, em Passo Fundo, guiado por Gervasio Annes para a credibilidade que possuía ao propagar as diretrizes ideológicas do PRR:

[...] Gervasio recebeu o título de coronel-comandante superior da Guarda Nacional da Comarca em 1890, através de decreto de número 391, de 31 de agosto. Portanto, além de coronel político, o era por “direito”. Seu poder, enquanto coronel dominante – em Passo Fundo, como já explicitado, havia a dualidade entre dois partidos, sendo considerado, pela mesma premissa de preponderância, Prestes Guimarães como a outra ponta do coronelismo local, mesmo que oposto aos republicanos castilhistas – deu-se de fato após seu engajamento no PRR em 1889 e a subida do partido ao poder após a Proclamação da República. Antes disso, exercia a chefia do Partido Conservador mais como oposição do que como consolidação de influência abrangente efetiva¹⁰⁰.

Para Love o termo legitimidade está ligado “a aceitação
100 MIGLIORANZA, 2006, p.88-89.



do sistema político prevalecente da parte dos que dele participavam através do voto” (LOVE, 1975, p. XIV). Na consideração destes termos percebe-se que em ambos trata-se de um suposto paternalismo, assim como Júlio de Castilhos o era para todo o estado, esta distribuição de patriarcas se dava através dos coronéis locais, no caso de Passo Fundo este patriarca se firmava na figura do coronel Gervasio Lucas Annes. Este é um viés pelo qual pode justificar-se a consolidação/aceitação de uma imprensa essencialmente vinculada ao PRR em Passo Fundo. Através das convicções do coronel de maior representatividade local, através do carisma ou da força, sem necessidade de se aprofundar neste momento de como se dava esta aceitabilidade de ideologia, os preceitos republicanos marcaram época na imprensa passofundense.

Para embasar a proposta de legitimidade do poder do coronel Gervasio Lucas Annes é necessário abordarmos o sentido do termo coronelismo. Para Love, o coronel gaúcho era diferente dos coronéis dos demais estados brasileiros, no Brasil o coronel detinha seu poder pelo prestígio econômico e político que possuía, no Rio Grande do Sul pela “disposição de acatar decisões partidas de cima; daí o nome de *coronel* burocrata. [...] Os *coronéis burocratas* geralmente, mas nem sempre, pertenciam à elite local”. Em contraponto, o coronelismo para Félix é o seguinte:

Entendemos por *coronelismo* o poder exercido



por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem. Tal situação visa objetivos eleitorais que permitam aos coronéis a imposição de nomes para cargos que eles indicam. Têm sua autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal e, algumas vezes, regional, geralmente devido a seu poder econômico de grandes estancieiros ou grandes proprietários¹⁰¹.

A estrutura coronelística encontrava-se atrelada ao contexto do borgismo¹⁰² que pode ser definido por Félix como:

Por *borgismo* devemos entender o período de atuação de Borges de Medeiros à frente do executivo gaúcho como presidente do Estado e chefe do PRR, de janeiro de 1898 até janeiro de 1928. Inclui-se aqui o interregno do governo Carlos Barbosa (1908-12), por continuarem as mesmas diretrizes políticas decorrentes da continuação da liderança de Borges de Medeiros na direção partidária do PRR, imprimindo, com isto, também a continuidade do estilo político¹⁰³.

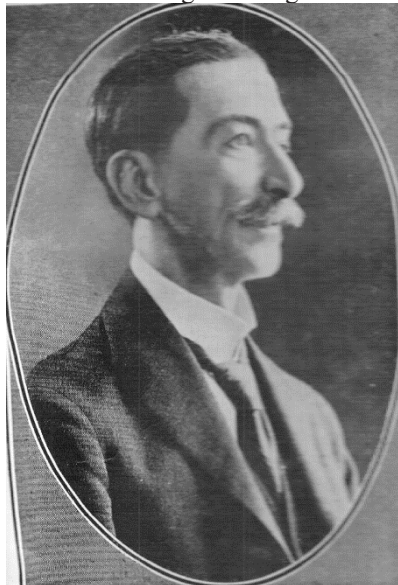
101 FÉLIX, 1987, p. 15-16.

102 Antônio Augusto Borges de Medeiros era bacharelado em Direito, além de advogado era político e sucedeu Castilhos no Governo do Rio Grande do Sul de 1898 a 1928 e, assim como seu antecessor, manteve-se quase ininterruptamente no poder, de acordo com Félix (1987).

103 FÉLIX, 1987, p.16.



Figura 15: Antonio Augusto Borges de Medeiros.



Fonte: TIM; GONZÁLEZ, 1971, p.XXIX.

Deste legado, conforme observado anteriormente, o coronel Gervasio Lucas Annes acompanhou e seguiu até 1917. Por este poder da elite que o PRR emanava, Love (1975) destaca que era definido “pela sua capacidade de escolher candidatos aos cargos públicos em nível estadual e nacional, sem a consulta do eleitorado”. Félix se aprofunda um pouco mais na justificativa deste envolvimento, para a autora é explicado como cooptação política, sistema no qual se tornava possível ao chefe estadual do PRR ter comando de todo o



estado por meio de seus coronéis correligionários. As visões não se divergem em suas definições, mas a justificativa de cada um se refere à regiões distintas do estado do Rio Grande do Sul e por isso engloba particularidades, Love se foca no centro e no sul do estado, Félix no norte do estado. Quanto ao processo de cooptação política, Félix explica:

Por cooptação política entendemos o processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho do Estado que então se processa (instalação da República com a política castilhista-borgista). O que caracteriza a cooptação é, essencialmente, ser uma ação política realizada sem violência¹⁰⁴.

Na discussão apresentada, a autora deixa clara a incompatibilidade do coronelismo com uma política centralizada, o que não significa que não houve adaptabilidade de convivência destes dois itens. “Ambos, partido/governo e coronéis, sobreviveram ajustando-se. Processou-se uma relação dialética e não linear no comportamento político dos dois grupos em sua partilha do poder”¹⁰⁵. A política centralizada era um processo explícito, tanto de Castilhos quanto de Borges, por sua vez, a representação coronelista se consentia autônoma, de forma única em cada região, o que necessariamente expandia a diretriz da política centralizadora do PRR, conforme Félix

104 FÉLIX, 1987, p.16.

105 FÉLIX, 1987, p. 69.



conceitua:

O encaminhamento autoritário e unipessoal do poder do Estado no Rio Grande do Sul implicou uma articulação sua com as forças locais, esteado em duas diretrizes: a cooptação e a coerção. A primeira, integrando os coronéis na estrutura partidária municipal, reconhecendo e cortejando seu poder, para tê-los nos postos que implicavam contato/obediência com o executivo estadual, tais como a intendência e os demais poderes municipais, ou então, ao nível partidário, como membros da executiva municipal. A segunda diretriz, a coerção, através do bem montado aparato policial repressivo [...]¹⁰⁶.

Para situar o envolvimento do coronelismo na cooptação castilhista, Miglioranza relata a adesão de integrantes do Partido Conservador aos ideais republicanos com o PRR. Nesta sequência ela também apresenta a lista de aderentes ao PRR e explicita esta situação em busca aparente de ideais comuns no parágrafo seguinte:

[...] Ressentidos contra a Monarquia, a qual acusavam de ter se servido do ministro João Alfredo apenas para viabilizar a Lei Áurea e, assim, esvaziar o partido, os conservadores optaram por anuir aos ideais republicanos via adesão ao PRR. Mesmo Francisco da Silva Tavares, considerado um líder conservador por excelência, viu na atitude da coroa, e dos liberais, o motivo para mudar. Data do 8 de

106 FÉLIX, 1987, p. 135-136.



julho, um mês e um dia após a posse do gabinete e também de Silveira Martins, um manifesto seu publicado nas páginas de *A Federação*. [...] Ele, como líder da oposição, afirmou que não sujeitaria a tal estado de coisas.

Outros líderes do PC no estado, no dia imediato à publicação, manifestaram a Tavares sua simpatia e apoio, entre eles todos os Silva Tavares de Bagé; José Gabriel da Silva Lima, de Cruz Alta; Gervásio Lucas Annes e todos os demais Annes, de Passo Fundo e o cel. Evaristo do Amaral, de Palmeira das Missões. [...] ¹⁰⁷

Nem todos os citados ficaram do mesmo lado nos anos subsequentes, mas, a relação de coronelismo permaneceu a mesma dos dois lados, exceto pela preferência dos coronéis do Planalto Médio¹⁰⁸, a exemplo de Gervasio Annes, na contratação de mercenários que de acordo com D'Ávila eram utilizados para compor seus exércitos nas revoluções que se seguiram. Estes mercenários compunham um exército de salteadores responsáveis por “tropelias, roubos e assassinatos”. Mesmo assim, este envolvimento não era direto. Quanto aos capatazes, ou defensores, como Miglioranza se refere e D'Avila reforça que, as fontes de contratação justificavam-se pelo desemprego da peonada no trabalho campeiro. Ele apresenta a situação assim:

O recrutamento de combatentes naquele momento era facilitado pela massa de peões

107 MIGLIORANZA, 2006, p. 44.

108 Região composta por cidades principais como: Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Ijuí, Panambi, Tupanciretã, Soledade, Tapera e Júlio de Castilhos.



desempregados, uma verdadeira multidão de “desgarrados”, gente “sem eira, nem beira”, párias do latifúndio pecuarista. Era o “subproduto” descartado pelo aperfeiçoamento tecnológico da atividade pecuária ocorrido na segunda metade do século XIX na Campanha do Rio Grande do Sul, Norte do Uruguai, nas províncias argentinas de Corrientes e Misiones¹⁰⁹.

Estes mercenários participaram como fiéis capatazes do coronel Gervasio Annes, participando inclusive das revoluções que se sucederam na localidade de Passo Fundo precedente ou oriundas da Revolução de 1893. D’Avila se utiliza ainda de relatos de Axt e de Prestes Guimarães com relação ao grupo de degola treme-terra que, não de forma inédita, se utilizou de uma banda de música local para sufocar os lamentos e desesperos dos degolados naquele momento. Nas palavras de d’Avila, o cerco se fechou da seguinte forma:

No dia 8 de fevereiro parte da tropa legalista provocou uma escaramuça no Umbu. Tratou-se de uma simulação urdida pelo Coronel Lima (consta nos anais como o Segundo Combate do Umbu). Concomitantemente o grosso da tropa seguiu no rumo da cidade. No lugar ora identificado como Passo d’Areia ou Areal, ora como Valinho (atualmente integrado à área urbana) chocaram-se com destacamentos dos revoltosos que guarneciam o acesso à cidade e piquetes que ao se darem conta do engodo abandonaram o Umbu e vieram tiroteando os pica-paus. Estes com o apoio da Guarda

109 D’AVILA, 2012, p. 52.



Municipal de Passo Fundo e da Guarda Republicana (força civil passofundense, apelidada Treme-Terra, possuía banda de música) envolveram os maragatos por todos os lados levando-os de vencida¹¹⁰.

Evidencia-se o esforço concentrado e custoso das tropas para manter o domínio republicano em Passo Fundo. Este quadro foi de verídica semelhança entre as demais localidades do Estado, pois os maiores gastos relatados no governo de Castilhos, inclusive na parte que cabia à distribuição para os municípios, referia-se a Brigada Militar que representava o destaque de investimento no orçamento de 1892. Love (1975) enfatiza que os federalistas, sob a liderança de Gumercindo Saraiva e Salgado Filho só conseguiram inverter o domínio de Passo Fundo em 1893, porém sem capacidade de manter o domínio, rumaram para Santa Catarina.

Dentre combates e protestos, a tentativa de voz dos federalistas, conforme expressado pelo autor, se dava ao fato de que reivindicavam a nulidade da Constituição de 14 de Julho, a deposição de Castilhos, a queda de Floriano Peixoto e, além de tudo isso, almejavam instituir um sistema de Governo Federal parlamentar em substituição ao modelo presidencial. Em contrapartida, “um dos resultados mais importantes da guerra consistiu na polarização política mais extrema no Rio Grande. [...] A família e a posição social, tidas muito em conta nas outras partes do país, representavam relativamente menos

110 D’AVILA, 2012, p. 61.



no Rio Grande”¹¹¹.

Esta lógica de luta estava na hegemonia de poder republicana no que se refere à aceitação de uma liderança como alusão única, como no caso de Castilhos e posteriormente Borges de Medeiros. Love é específico ao retratar os mandos que resultavam em divergências para os adversários de Castilhos:

O poder da máquina republicana dependia, em larga escala, de seu controle ininterrupto sobre o governo estadual. Pela Constituição de 14 de julho, o Governador tinha uma autoridade legal equivalente a um poder ditatorial. Mesmo assim, era importante a cobertura de um partido disciplinado e, para ter esta disciplina, seu chefe dispunha de quatro elementos: o poder do Governador de cancelar eleições municipais ou de interferir na política local por outras vias e mediante decreto; o controle dos assuntos partidários em nível local, através de coronéis de mobilização dos votos em seus distritos, empregando a violência e a fraude quando necessárias; e a eficiência da poderosa Brigada Militar estadual que podia ser empregada para fins políticos¹¹².

O mesmo autor ressalta que o órgão partidário, *A Federação*, como um fiel reproduzidor da ideologia e da personalidade castilhista, onde o próprio Julio de Castilhos era o editor, era capaz de inspirar o fanatismo ou o ódio de seus

111 LOVE, 1975, p. 78.

112 LOVE, 1975, p. 83.



seguidores. Esta influência editorial dos periódicos impressos também se incutiu na imprensa passofundense, que deteve este mesmo conflito ideológico, até mesmo entre partidários do PRR local, fato que se intensificou pela ausência política a partir do falecimento de Gervasio Annes em 1917.

Figura 16: Julio de Castilhos.



Fonte: ANNES, 2012, p. 206.

Apesar do estado de saúde em que se encontrava Gervasio Annes, este anteviu o problema que poderia ser desencadeado por sua ausência na liderança política do município, por isso destinou o poder a Comissão Executiva. Tal ideia de formar uma Comissão Executiva para liderar o partido no município agradou a Borges de Medeiros, que acabou por autorizar o ato. Abraçaram esta missão de orientar o “coeso” PRR local Nicolau de Araujo Vergueiro, o tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira



e Gabriel Bastos, com a promessa de “lealdade” e “dedicação” com a brandura da “paz e do progresso”. Assinaram o seguinte discurso:

[...] Em absoluto, os sentimentos pessoais jamais terão acesso em nossa conduta política, pois, faremos inteira exclusão de paixões individuais quando, em quaisquer assuntos que caíam sob nossa ação política, surjam casos suscetíveis de manifestações desta ordem. Passo Fundo, 25 de abril de 1917. Dr. Nicolau Araujo Vergueiro – Pedro Lopes de Oliveira – Gabriel Bastos¹¹³.

O discurso foi publicado tanto em *O Gaúcho*, como pode ser visto na citação, quanto em *A Voz da Serra* no dia 2 de Maio de 1917, em sua edição nº69. Até este momento, percebe-se que o diálogo entre a Comissão Executiva era amigável, entre os jornais havia uma linguagem sem provocações, os ideais ainda permaneciam os mesmos. Foi somente após a atitude de Pedro Lopes de Oliveira em emancipar Carazinho que as insatisfações afloraram. Nicolau Vergueiro narrou em suas memórias os momentos de crise no partido e também sua visão sobre aqueles que exerciam a liderança da Comissão.

Reunidos diversas vezes, Gabriel Bastos, desde logo, revelou-se um espírito moderado, desprovido de ambições mesquinhas, calmo e inteligente, ativo e bondoso, verdadeiro republicano do regime democrático, ao passo

113 *O GAÚCHO* nº15, de 29-04-17 apud DAMIAN 2008, p.35.



que Pedro Lopes de Oliveira, ao contrário, irrequieto e irrefletido, saltitante e baldoso, pensando hoje de modo diferente de ontem, desfazendo e desdizendo o que fazia e dizia na véspera, sempre indeciso, sem opinião própria, velho gramofone... e assim dessa maneira íamos desempenhando esse encargo em contínuas questiúnculas, constantes contrariedades.¹¹⁴

Enquanto o coronel Gervasio Lucas Annes manteve-se no poder do Partido Republicano passofundense, a situação econômica, política e social do município se mantiveram estáveis quanto às intervenções adversárias e em constante progressão quanto à mobilização de adeptos. Após o falecimento de Gervasio Annes, em 1917, iniciou-se a cisão do Partido Republicano “quando o intendente Pedro Lopes de Oliveira, procurando cumprir uma promessa feita ao povo de Carazinho, iniciou a campanha em favor da emancipação do distrito”¹¹⁵. Com esta atitude o intendente Pedro Lopes afetou diretamente o terreno político de Nicolau Vergueiro, que neste ano já era reconhecido como referência política local para a população passofundense - fosse ela do centros urbanos, dos distritos ou ainda do interior destes – provocando a adversidade política deste e de seus simpatizantes, o que se refletiu nos meios impressos será melhor elucidado no decorrer do segundo capítulo.

114 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso pelo Conselho Municipal*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 64.

115 PRATES, 2001, p.15.



Nas eleições de 1919, para presidente da República, Pedro Lopes defendeu o candidato Ruy Barbosa, enquanto Vergueiro, juntamente com a simpatia oficial dos republicanos estaduais, apoiava o nome de Epitácio Pessoa. Pedro Lopes influenciou seus simpatizantes a votarem no candidato federalista, porém seu candidato perdeu. Vergueiro relatou que no quarto dia após a eleição, *A Federação* – órgão oficial do Partido Republicano –, fez referência quanto à atitude de Lólico em trair a indicação do PRR. Nicolau Vergueiro e Gabriel Bastos receberam os préstimos pelo trabalho realizado e, Gabriel Bastos aproveitou o prestígio para dar o tiro de misericórdia, mandou um telegrama a Borges de Medeiros solicitando sua exoneração da Comissão Executiva, e por consequência, a direção do partido ficou a cargo exclusivamente de Nicolau Araujo Vergueiro.

Borges de Medeiros retornou ao telegrama aceitando a renúncia e a sugestão de Gabriel Bastos, nomeando então Nicolau Araujo Vergueiro para direção unipessoal do partido local. A tal préstimo, Vergueiro disse ter se emocionado: “diante de tamanha demonstração de confiança, aceitei esse encargo, no exercício do qual darei o que tiver de melhor, sem medir sacrifícios pelo bem estar desta terra e pujança do nosso partido”¹¹⁶. Pedro Lopes de Oliveira não recebeu nenhum tipo de telegrama da parte de Borges de Medeiros, não foi explicitamente exonerado do partido, mas em palavras

116 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso pelo Conselho Municipal*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 64.



claras foi afastado das chefias a que lhe competia no município, com exceção do cargo de Intendente que ainda dependia das eleições, ficando a partir de então apoiado somente por sua facção, a Lolicista.

As divergências se acirravam a cada ano. Convencionou nominarem-se os grupos da divisão republicana legalista em Lolicistas e Vergueiristas. A defesa dos Lolicistas passou a ser realizada através do Jornal *O Gaúcho* e *A Voz da Serra* se integrou aos Vergueiristas. Até 1920, Prates (2001) afirma que nenhum dos dois havia deixado o Partido Republicano, mas a “bipolarização” entre o partido era muito clara: “Borges de Medeiros propôs, então, um plebiscito interpartidário para que o próprio povo da região escolhesse o candidato a ser indicado pelo partido”¹¹⁷ Os eleitores elegeram Nicolau Vergueiro, daí para a vitória da eleição na administração municipal foi apenas questão de tempo, pois os votos já o haviam declarado favorável, e assim se confirmou. É a partir daqui que se iniciou a segunda etapa de poder em Passo Fundo, pelas mãos de Nicolau Araujo Vergueiro.

Uma segunda etapa está associada ao nome do cel. Nicolau de Araújo Vergueiro, abrangendo o período de 1920 a 1932, quando sua influência se fez sentir de maneira direta e indireta, uma vez que foi intendente de 1920-1924, tendo como vice Gabriel Bastos (que já exercera a função, tendo sido nomeado em 12/4/1895 e ficado por oito meses na mesma); no quadriênio

117 PRATES, 2001, p.16.



seguinte (1924-1928) foi substituído pelo filho do cel. Gervásio Lucas Annes: Armando Araújo Annes (portanto, nessa fase a influência de Vergueiro se fez sentir de maneira indireta no poder formal e direta nas relações pessoais na cidade). No quadriênio seguinte (1928-1932), Nicolau Araújo Vergueiro retornou à intendência¹¹⁸.

Para compreensão deste domínio e os conflitos que posteriormente vieram, considerando o contexto econômico regional, no ano de 1921 o Rio Grande do Sul encontrava-se em uma crise pós-guerra que atingiu a economia agromercantil, tendo os pecuaristas solicitado a intervenção do Estado para proteção econômica do setor. Tal atitude é aceitável ao observarmos que o programa “positivista”, ao qual o Estado seguia, o Estado era descrito como “portador de interesses gerais, com uma função técnico-administrativa, e acreditava nas forças do mercado como estabelecedoras de ‘relações normais’ na sociedade”¹¹⁹. Porém o Estado não viu este protecionismo como necessário para toda a sociedade, mas sim, como uma concessão de privilégios a um grupo de produção específico, sendo então recusado auxílio aos suplicantes. De acordo com a mesma autora, uma crise se anteviu.

A crise econômica de 1921, a insatisfação dos produtores gaúchos não atendidos pelos poderes públicos, a agitação política provocada pela “Revolução Republicana”, deram margem

118 FÉLIX, 2007, p.173.

119 ANTONACCI, 1981, p. 34.



a um processo de mobilização social na área rio-grandense. Nesse processo de mobilização houve possibilidade de direção alternativa no uso do poder, uma vez que as reivindicações econômicas deslocaram-se para o plano político, ao contestarem e criticarem a ação do governo estadual (PRR) diante das dificuldades advindas com a crise do pós-guerra¹²⁰.

Mesmo assim, “a 25 de setembro de 1922 foi proclamada oficialmente, pela Comissão provisória do Partido, a candidatura Borges de Medeiros para o quinquênio de 1923/1927”¹²¹. Com tanto descaso proporcionado pela política borgista positivista aos adversários políticos, iniciou-se então um levante para formação de um novo movimento político. A pesquisadora cita Assis Brasil como o líder ao qual este novo grupo investia sua confiança e justifica este novo panorama: “A crise econômica do pós-guerra, com a elevação do custo de vida e a diminuição das possibilidades de consumo das massas urbanas, deu condições para as oposições desencadearem uma ‘campanha popular’ sem precedentes no RS”¹²².

Apesar desta tentativa de comoção política adversária, Borges vence novamente as eleições para o período de 1923 a 1927. Após a eleição, questionada e incitada como fraudulenta pelos adversários, redefine-se o contexto político em Passo Fundo onde um novo grupo de dissidentes começa a se

120 ANTONACCI, 1981, p. 65.

121 ANTONACCI, 1981, p. 68.

122 ANTONACCI, 1981, p. 96.



organizar para adversar o partido detentor do poder municipal que, conseqüentemente, seguia as orientações estaduais.

O esgotamento da luta constitucional no RS em 1923, com a passagem para a luta armada, provocando uma intervenção federal que restaurou a ordem vigente e integrou as oposições no aparelho estatal gaúcho, evidenciou os limites da luta intraclasse. As oposições rio-grandenses recorreram às armas para mostrar a necessidade de uma intervenção, que garantisse a rotatividade no uso do poder [...]¹²³.

Neste período da Revolução de 1923, Rudiger (1993) destaca o uso da violência “aberta e sistemática” contra a imprensa, fosse ela de oposição ou não. A imprensa favorável era controlada para que não saísse da linha política defendida pelo patriarca do PRR, mas no período em que os revoltosos agiram, diversas folhas governistas foram fechadas e atacadas violentamente, inclusive destruídas e, sobretudo com violência física aos redatores. A reconciliação só foi possível com o Pacto de Pedras Altas, forçado pelo governo federal no mesmo ano. De acordo com Love (1971, p. 223), “o acordo encerrava a guerra de onze meses, mas não agradou a todos os libertadores; alguns permaneceram descontentes e reiteraram sua intenção de depor Borges”. O mesmo autor afirma que de fato quem havia vencido a eleição deste ano para presidência do Brasil era Artur Bernardes, mas este não conseguiu conquistar simpatizantes no

123 ANTONACCI, 1981, p. 114.



poder, contudo, ainda assim, enfraqueceu o poder de Borges e do PRR no Rio Grande do Sul.

Bernardes não possuía a simpatia do “público” por alguns motivos citados por Love (1971), entre os quais enumera o relacionamento político inadequado com os militares, sua prepotência a falta de conciliação com os inimigos, além das atitudes negativas e instabilizadoras quanto à política econômica e financeira. “Bernardes personificava os males da política coronelista”¹²⁴. Não bastasse o recente conflito interno do estado, em nível nacional também não estava hospitaleiro.

Amenizado o confronto e instituídas as regras da resolução política dos conflitos no estado, em Passo Fundo a dissidência partidária e a formação de novas tentativas partidárias tomou corpo. Prates (2001) relata que, em 1924, o coronel Pedro Lopes de Oliveira juntamente com o deputado Arthur Caetano, o general João Rodrigues Menna Barreto, Quim Cesar, João de Souza Ramos, Fernando Goelzer e Pedro Estácio, integraram a Aliança Libertadora em Passo Fundo. Enquanto, por outro lado, começou a se constituir também a Aliança Liberal, que conquistou mais e mais simpatizantes no país, onde as manifestações de seus integrantes seguiu favorável à Getúlio Vargas, conforme se demonstra a seguir:

Os libertadores ao hipotecarem solidariedade à campanha liberal, em que *O Nacional* também

124 LOVE, 1971, p. 225.



estava inteiramente engajado, conquistavam um lugar neste impresso. Através desta publicação podemos constatar que os membros do Partido Libertador também manifestavam publicamente sua adesão à campanha à candidatura de Getúlio Vargas¹²⁵.

Para o poder do Estado, Borges indicou Getúlio Vargas para sucedê-lo na administração, via-o como “eficiente administrador e político capaz, não um ideólogo”¹²⁶. O Governo ficou nas mãos de Getúlio Vargas por dois anos, mas ficou fortemente marcado pela reconciliação do PRR com os adversários políticos. Com a manifestação explícita de apreço do jornal *O Nacional* aos oposicionistas, demonstrava em larga escala, segundo a mesma autora, o esforço de Vargas em conciliar a política interna. A estratégia dos republicanos também era um pouco mais flexível abrindo margens ao diálogo que renunciava automaticamente à coerção e aceitava a legitimidade do governo. Até aí este jornal abriu a porta para ambos os lados sem posicionamento ou críticas exacerbadas a nenhum lado.

Em 1927 Assis Brasil é eleito presidente da união partidária entre a Aliança Libertadora e o Partido Democrático de São Paulo. Uma nova tentativa de acordo do PRR é feita com o PRM (Partido Republicano Mineiro), na tentativa de levar Vargas ou Borges ao poder federal. Vargas foi escolhido como

125 PRATES, 2001, p.28.

126 LOVE, 1971, p. 235.



candidato à Presidência e um mineiro foi escolhido como vice. No ano de 1929, em Passo Fundo refletiam estas mudanças políticas nacionais e estaduais, pois também ocorrem novas formações partidárias. Neste ano ocorreu a preparação eleitoral para renovar o representante de Passo Fundo na Assembléia dos Representantes do Estado, não houve consenso no nome do candidato do Partido Republicano local. A cadeira conquistada para o município por Gervasio Annes em 1891 e herdada por Nicolau Vergueiro em 1917 foi então perdida.

Apesar de o jornal *O Nacional* se denominar “imparcial” quanto aos fatos políticos, possuía em seu corpo editorial simpatizantes do PRR. Estes, desde este infortúnio da perda da cadeira na Assembléia, iniciaram a campanha contra Nicolau Vergueiro. Prates afirma que tal percepção pode ser constatada em diversos editoriais do ano de 1929.

Há trinta e oito anos Passo Fundo estava de posse daquela cadeira na Assembléia dos Representantes do Estado e, quando os republicanos passofundenses esperavam que, quer pelo desenvolvimento econômico e demográfico do município, quer em atenção a fatores políticos, esse lugar se transformasse em dois, num sentimento de alta e inequívoca justiça, eis que despojavam o município do único que tinham, num esquecimento completo de um passado de lutas, cuja atitude era incompreendida pelos resultados eleitorais que o município sempre obtivera. *O Nacional* protestava que o município perdera seu lugar



na Assembléia graças à política personalista do chefe político do Partido Republicano local, que exercia uma política de interesses pessoais¹²⁷.

A indignação demonstrada e nominada no jornal não era adequada para um veículo de caráter imparcial, mas Prates destaca que muito disso pode ser resquícios de uma raiz política proveniente dos Annes, vinculados ao PRR, que neste caso compunham a direção do jornal. Passada esta transformação de posicionamento, a autora comenta sobre a influência da Frente Única Gaúcha, “um embrião importante para a formação da Aliança Liberal, em junho de 1929, que reuniu o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba em torno das candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente, à presidência e vice-presidência do Brasil”¹²⁸. Depois de assumir o Governo Provisório Vargas incumbiu Flores da Cunha interventor do Rio Grande do Sul. O primeiro ato do nomeado foi efetivar a emancipação do município de Carazinho, já encabeçada e prometida anteriormente por Pedro Lopes de Oliveira. Nicolau Vergueiro recebe o ato surpreendido e de quebra despertou mais interessados – a autora não especifica seus nomes – em retirá-lo do poder partidário dos dois municípios.

Nicolau Vergueiro permaneceu como intendente de 1920 a 1924, a partir daí, indicou Armando Araujo Annes

127 PRATES, 2001, p.41.

128 PRATES, 2001, p.68.



como Intendente, este ganhou o pleito eleitoral com o apoio de Nicolau e dos partidários da capital. Sob o préstimo de sua descendência, recebeu de Porto Alegre um telegrama de homenagem, este foi descrito por Vergueiro com elogios a pessoa de Armando Annes atendo-o como uma esperança de futuro para o município. Nas palavras de Vergueiro:

Armando Araújo Annes é hoje uma esperança que surge, transformada amanhã, e disso temos robusta certeza, em brilhante realidade, pois muitos são os dotes que aprimoram, enobrecem e ilustram o seu espírito, e muitos são os elos, fortes e superiores que o prendem à esta terra¹²⁹.

Nicolau Vergueiro reassumiu de 1928 a 1932, ingressando aí na nova revolução pela qual perpassava o país, mas que aqui não se insere pela descrição do recorte selecionado. De uma forma geral, pode-se perceber que o coronel Gervasio Annes, por possuir um poder via imprensa local, manteve-se de forma mais ilustrada no poder do que os demais. O coronel conseguia tornar sua voz e a do PRR um eco retumbante na região do Planalto Médio, o que o mantinha como um constante elo entre a política local e a política regional reforçando sua vanguarda credível de chefe republicano passofundense perante os chefes partidários regionais. Referência na imprensa tal qual que, aparentemente, transferiu-se para seus descendentes

129 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso pelo Conselho Municipal*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 64.



postumamente na criação do Jornal *O Nacional*.

Figura 17: Nicolau de Araujo Vergueiro.



Fonte: TIM; GONZÁLEZ, 1971, p. XLIV.

Após a descrição da situação política brasileira e passofundense definida no recorte temporal selecionado, da exposição dos principais integrantes dos prelos passofundenses e desta breve descrição dos jornais pertencentes ao recorte regional optado, é imprescindível ingressar na análise destes impressos utilizando como forma de contraponto as narrativas de Nicolau Araujo Vergueiro como forma de dialogar entre as informações obtidas. Este procedimento se torna necessário por uma questão limítrofe, temos acesso ao jornal *O Nacional* e ao Jornal *A Voz da Serra*, os demais apenas temos referências indiretas como breves citações ou como no caso de relatos e comparativos sobre as publicações destes realizados por Nicolau Araujo Vergueiro em suas memórias.



2 AS QUERELAS NA POLÍTICA VENTILADAS NA IMPRENSA (1916- 1920)

Neste capítulo estuda-se o contexto político apresentado pelo jornal *A Voz da Serra* de 1916 a 1920 relacionando com a narrativa do período por Nicolau Araujo Vergueiro em seus 8 volumes de memórias e entrelaçando o suporte bibliográfico sobre a política e o poder político refletidos na imprensa. Para iniciar a proposta de análise, cabe ressaltar que em 1916 se encontrava na liderança do município o tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira e na vice-intendência o coronel Gervasio Lucas Annes, que também era líder do Partido Republicano passofundense. Em janeiro deste mesmo ano nasceu a Folha Independente *A Voz da Serra*, sob a direção de Jovino S. Freitas e tendo como redator Antonio Bittencourt Azambuja. Anteriormente a esta folha, regeu por mais de 15 anos *O Gaúcho*, até então conhecido oficialmente como órgão do Partido Republicano de Passo Fundo.

Nesta estrutura de confronto de diálogos utilizada (impressos, memórias e bibliográficos), Barbosa (2007) descreve como se desenvolve o confronto de interpretação e cruzamento de dados destes documentos:



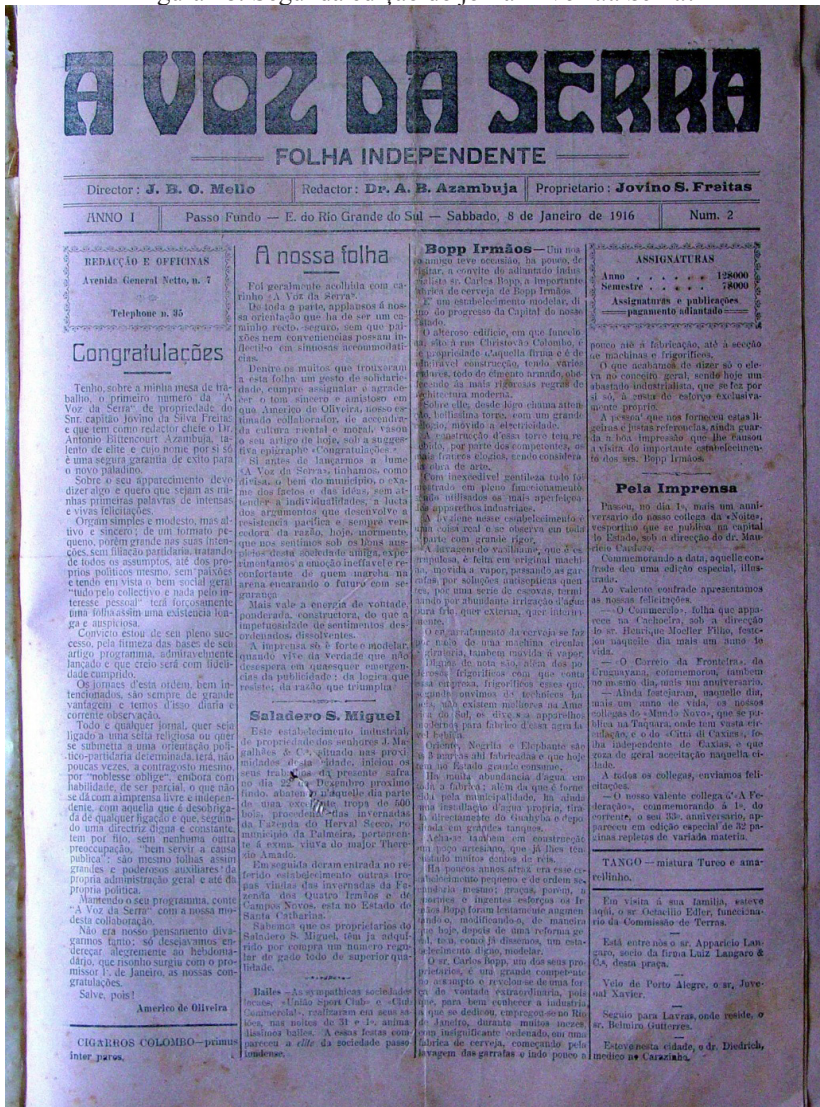
Há que se considerar ainda que o passado, mesmo se considerado como real, é sempre inverificável. Na medida em que ele não mais existe, só indiretamente é visado pelo discurso da história. Assim, tal como a ficção, também a reconstrução histórica é obra da imaginação. Por outro lado, qualquer construtor de textos configura intrigas que os documentos autorizam ou proíbem, combinado coerência narrativa e conformidade aos documentos. É também essa combinação que faz dos textos permanentes interpretações¹³⁰.

Por este contexto de combinação inicia-se com a contextualização da imprensa na visão de Rudiger (1993). Para o autor, a imprensa, num retrospecto do século XVII, onde era subvencionada pelo Estado ou pelo Governo desenvolveu outro cenário no século XX, no qual esse panorama não se afastou completamente desta influência, no entanto, no caso de Passo Fundo, a imprensa era subvencionada pelo Partido Republicano (PRR) ou diretamente influenciada por suas ideologias, intuito constatado de forma prática no período de análise proposto neste segundo capítulo. *O Gaúcho* foi órgão oficial do PRR, *A Voz da Serra* não era oficial, mas nomeava-se “Folha Republicana” a partir de 1918 e anteriormente a isso, quando ainda se nomeava “Folha Independente” ingressou no cenário da rivalidade partidária interna narrada intensamente por estes dois jornais e reforçada nas páginas das memórias de Nicolau Vergueiro.

130 BARBOSA, 2007, p. 21.



Figura 18: Segunda edição do jornal *A Voz da Serra*.



Fonte: AHRUPF.



Este enfrentamento entre os dois únicos¹³¹ jornais na cidade, no período aqui considerado, também pode encontrar explicações no mesmo autor:

O futuro do jornalismo estava se ligando progressivamente às condições determinadas pelo desenvolvimento do Capitalismo no País, adotando padrões de organização empresarial como meio de sobrevivência. Porém, ainda assim, essa transição para um novo regime jornalístico não foi progressista; o mercado não comportava, como não comporta até hoje, grande concorrência: o público leitor era limitado por fatores econômicos e educacionais, e o número de anunciantes não era suficiente para sustentar várias empresas. Por isso, as tendências jornalísticas que vêm se consolidando desde essa época têm se caracterizado pela concorrência monopolista entre poucos jornais¹³².

A Concorrência monopolista era amparada pela força política partidária, pois como se percebe era o enfrentamento ideológico entre duas folhas de cunho republicano legalista, não se tratava sequer de um problema entre adversários federalistas e republicanos legalistas. Cenário bastante peculiar e isolado com relação aos demais no Estado, conforme constam nos registros bibliográficos consultados. Em 1908, a rivalidade em Passo Fundo existiu em outro cenário que ultrapassava o da política, de acordo com Vergueiro “fundaram-se, nesta cidade,

131 Considerando os periódicos com durabilidade superior a um ano, pois os demais que possuem data similar não tiveram vida longa.

132 RUDIGER, 1993, p. 55.



duas associações dramáticas: Grêmio Dramático Passofundense e Grêmio Dramático Soares de Medeiros” e desde logo as disputas foram cada vez mais acentuadas, “chegaram a separar a sociedade local: ou se era de um, ou de outro, neutro era que não. Eu pertencia ao Grêmio Passofundense”¹³³. Nos anos seguintes Vergueiro trouxe relatos de rivalidades focados na imprensa local, não voltando a muitas referências sobre os Grêmios existentes na cidade, exceto pela observação de que grande parte dos envolvidos eram correligionários partidários do PRR. Com exceção deste referencial, a imprensa, a política e os casos médicos tomaram domínio nas histórias das memórias de Vergueiro.

Em 1909 e 1910 nas edições de *O Gaúcho*¹³⁴ próximas ao dia 7 de março de cada ano, Nicolau Vergueiro recebeu homenagens desta folha e as compartilhou em um dos volumes de suas memórias. Durante estes períodos de homenagem, Vergueiro fazia parte da equipe de *O Gaúcho*, juntamente com Gervasio Annes, isto por si só, já justificou as seguintes palavras do próprio coronel Gervasio Annes: “Vergueiro tornou-se depressa um dos homens mais eminentes do nosso meio, sendo hoje apontado como das mais belas esperanças de sua terra natal”¹³⁵. Todas estas referências são exaltadas pelo

133 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Paulo Brevane*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 189.

134 As edições não encontram-se disponíveis para consulta ou não foram localizadas, por isto citou-se apenas as memórias de Vergueiro como referência.

135 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Congratulações*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 99.



próprio Nicolau Vergueiro em suas memórias, referidas por ele mesmo sobre si mesmo, perceptivelmente não tão modesto quanto a si próprio. É fato que não foi ele quem proferiu as palavras, mas tê-las em fiel reprodução em sua seleção pessoal de memórias... caracteriza de fato uma pontinha narcisista, pois neste expressionismo, a modéstia não transita. Provas desta distante modéstia, tão característica de veneração e orgulho pessoal, que Vergueiro exaltou, em diversos volumes de suas memórias, os tributos que recebeu em vários jornais impressos, sendo eles locais, estaduais ou nacionais.

Conforme Vergueiro exaltou nas memórias, *O Gaúcho* dedicou-lhe um tributo, pela eleição na Assembleia dos Representantes do Estado e por ser um amigo daquela folha a quem tinham muito préstimo e garantiam excelente reputação como médico e como político iniciante, como o era. De forma condizente ao encontrado naquela folha, reescreveu seus méritos políticos fielmente ao citado:

Presidente do Conselho Municipal, que conta em seu seio respeitáveis venerandos; presidente reeleito por aclamação do Clube Pinheiro Machado; recusante insistente do cargo de intendente do município e companheiro político sempre ouvido com proveito pelo seu seguro critério, são provas inequívocas dos merecimentos políticos do novo deputado pelo 2º círculo¹³⁶.

136 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Congratulações*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 99.



Como se não bastasse tamanho referencial, Nicolau Vergueiro deu destaque a trechos como os que diziam que não possuía “amizades sem restrições partidárias”, e que possuía dedicação para com o partido, tais são os atributos que o tornaram digno para assumir a cadeira de “representante do povo” e atestaram com segurança de que “o modesto filho da região serrana é digno da sua simpatia”. Termos bem significativos para assegurar a própria credibilidade dando ênfase também ao apoio que recebia nos anos em que tanto ele quanto o coronel Gervasio Annes possuíam ligação com *O Gaúcho*. Até este período, Vergueiro alegava que o posicionamento desta folha primava pelo bem do partido, conforme o guiava aos rumos do PRR local.

Em *A Voz da Serra*, na segunda edição do ano¹³⁷, a folha deu destaque às felicitações recebidas de um tal de Américo de Oliveira. Em resposta às felicitações o editor e o redator da folha informaram que se antes entre suas intenções estavam atuar pelo bem do município, depois dos apreços apresentados, comprometiam-se ainda mais em trabalhar em prol da verdade e da imparcialidade partidária, deixando margem para apresentar quantos pontos de vista fossem necessários para compor a informação ao seu público leitor. Vergueiro assumiu a autoria daquelas congratulações em suas memórias, admitindo que aquele fosse seu pseudônimo e entre os elogios e os votos

137 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano I, n 2, 8 jan. 1916.



de sucesso ao “novo paladino”, ainda foi além reforçando os princípios fundamentais a que a folha se comprometeu em suas páginas, alegando que aquela era a receita de sucesso para *A Voz da Serra*.

Órgão simples e modesto, mas altivo e sincero; de um formato pequeno, porém grande nas suas intenções, sem filiação partidária, tratando de todos os assuntos, até mesmo dos próprios políticos, sem paixões e tendo em vista o bem social geral “tudo pelo coletivo e nada pelo interesse pessoal” terá forçosamente uma folha assim uma existência longa e auspiciosa.

Convicto estou de seu pleno sucesso, pela firmeza das bases de seu artigo programa, admiravelmente lançado, e que creio será, com fidelidade, cumprido. Os jornais dessa ordem, bem intencionados, são sempre de grande vantagem, temos disso diária e corrente observação¹³⁸.

Durante o mês de janeiro, os agradecimentos foram reforçados por causa das constantes felicitações de sucesso recebidas dos amigos leitores. No mês seguinte a folha já começou a marcar sua identidade com notícias sobre a política internacional, nacional, local, coluna social, visitas e viajantes, anúncios e alguns referenciais do editor ao público¹³⁹. Em março o alvo dos préstimos foi Vergueiro, era o mês de aniversário dele

138 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Congratulações*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 190.

139 Para assimilar com os termos de um jornal atual, se aproxima muito com o que hoje chamamos de editorial no jornalismo, opinião expressa do editor do jornal ao público, trata de fatos variados e, mais frequentemente, de visões e mudanças a que se predispõe ao próprio jornal.



e além disso passou a contribuir com uma coluna esporádica no periódico.

Em abril, quem recebeu modestas felicitações foi o coronel Gervasio Lucas Annes. Cabe dizer que as felicitações foram mesmo modestas, pois não ocuparam mais do que cinco linhas de uma pequena nota de canto de página. Atitude compreensível se nos utilizarmos do comentário feito por Vergueiro em um de seus volumes de memórias, no qual afirmava que o Azambuja, redator d'*A Voz da Serra*, integrante da cidade de Passo Fundo desde 1916, ano de nascimento desta folha, abriu desde então campanha política contra o cel. Gervasio Lucas Annes. No período em questão Gervasio Annes era o chefe do Partido republicano Local. No ano analisado não houveram de fato agressões diretas dirigidas pela *A Voz da Serra* para o chefe do PRR local, no entanto, Nicolau Vergueiro afirmou por diversas vezes que semanalmente Azambuja dirigia, através desta folha, ataques “veementes” ao chefe governista. Em quê Vergueiro se baseava para esta afirmação não se sabe, o que se sabe é que não há confirmação para esta inimizade, ou melhor expressando, para este contragosto de Azambuja para com Gervasio Annes. Antes que completasse uma ano, Azambuja já havia pedido a sua exoneração do jornal *A Voz da Serra*, sob alegação de motivos pessoais. O Jornal aceitou sob protestos e anunciou Francisco Antonino Xavier e Oliveira como novo integrante da folha, e este se comprometeu



a seguir a doutrina proposta pelo impresso como sua.

Na última edição do ano de 1916 os dirigentes d'*A Voz da Serra* informaram que aquela se tratava, por hora, da última edição do “paladino” e agradeceram o apoio recebido dos leitores no sucesso que obtiveram durante seu curto período de existência. A mensagem não foi passada sem pesar, as palavras utilizadas foram intensas, seus responsáveis se diziam sentidos de ter que interromper as atividades na imprensa local para lidar com “outros deveres de natureza imperiosíssima”. O fim do impresso não chegou a levantar discussões a respeito, pois, em 14 de janeiro de 1917, João Baptista Cúrio de Carvalho informava estar assumindo *A Voz da Serra*, o novo proprietário alegava que compreendia a responsabilidade de assumir a renomada e respeitada folha, declarava ainda não ter uma diretriz definida, mas assumia inteiro compromisso com a verdade independentemente de quem possa ser atingido pelas publicações futuras. Cúrio de Carvalho reiterou em seu discurso que a Folha era “independente, não neutra!”, frase que deu título a esta dissertação pela falta de imparcialidade do periódico. Com esta observação enfática do novo proprietário e editor de *A Voz da Serra* foi possível perceber que ele tinha ciência de seu papel social e de sua influência como formador de opinião, o que condizia com a percepção de Abreu (1997, p.62) “A imprensa introduz no sistema social novas formas de pensar, elabora e interpreta aspirações e demandas da



sociedade, ou seja, enquanto ator social, participa de todo o processo político”.

Nesta primeira edição sob nova direção, de fato a folha demonstrou seu resquício de independência, pois publicou informações a respeito de outros partidos que encaminharam notas para os leitores. Em outras edições do mesmo mês abriu espaço para a manifestação pública sob o título “queixas do povo”. O objetivo declarado de Cúrio de Carvalho era de que este espaço servisse para denunciar as “mazelas da administração pública”. Esta atitude demonstrava um posicionamento no cenário político local, afinal ele já afirmava na primeira edição sob seu comando que a folha não era neutra, ficou claro que ele não era um simpatizante submisso da administração executiva vigente, o intendente neste período era Pedro Lopes de Oliveira.

Em diversas edições foi possível perceber a simpatia que Cúrio de Carvalho tinha para com Nicolau Vergueiro, não havia intenção de ocultar, era uma amizade declarada e que se colocava acima de tudo. O fato se deveu pela ocasião de Nicolau Vergueiro ter salvado a esposa e o bebê do homenageante no parto de risco a que estavam acometidos. Em agradecimento Cúrio de Carvalho deu ao seu filho o nome de Nicoláu Grato, “Nicoláu será o nome que a minha família ensinará a amar; o de Grato, me trará sempre em mente o sentimento profundo da minha imorredoura gratidão ao bom amigo e caridoso médico



que me livrou de uma fatal e acerba dor!”¹⁴⁰. Cúrio de Carvalho amou mesmo este nome, seu periódico era um porta voz para a política de Vergueiro e para as farpas, aos concorrentes, que se fizessem necessárias ao longo de sua existência.

Em março e abril de 1917, *A Voz da Serra* dedicou préstimos a melhora de saúde de Gervasio Annes, em menos de uma semana o anúncio foi sobre o falecimento deste. Como a morte do coronel Gervasio Annes ocorrera no dia corrente às 15 horas do dia de impressão da folha, não foi possível estenderem-se em homenagem. Na edição da semana seguinte¹⁴¹, uma semana depois da data de sua morte e 1 dia após a data em que comemoraria mais um aniversário, veio a homenagem da folha, dos amigos e correligionários. Cúrio de Carvalho iniciou sua homenagem com a frase: “Só a morte é irrevogável!”, e prosseguiu dizendo que o coronel Gervasio Lucas Annes foi “o fator preponderante em todos os atos sociais, políticos e até mesmo particulares” e que agia como “força reguladora, norteando as opiniões, modificando as paixões, amortecendo os impactos, abalando as condutas”. Pelo prestígio que possuía fazia com que tudo seguisse o caminho que traçava “que julgava ser o mais digno, o mais perfeito e o mais altruísta”. Cúrio de Carvalho também afirmou que a perda do coronel Gervasio Annes deixava um vácuo no seio do partido republicano, luto e dor para a família e muita saudade

140 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Uma Carta ao Cúrio*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 35.

141A VOZ DA SERRA. Passo Fundo: Ano II, n 66, 11 abr. 1917.



aos muitos amigos. Destacou-se no discurso a disciplina de Gervasio Annes, o conservadorismo que acometeu á chefia política, “dedicação fanática” e “incontestável” e, sobretudo, a destacada ação de garantir sua continuidade ideológica formando uma Comissão Executiva para administrar o Partido Republicano de Passo Fundo, fato destacado como “a chave de ouro” de suas ações políticas. A homenagem se findou com a declaração do “desaparecimento” do coronel Gervasio Annes do cenário político, assim perdia-se a figura política “de mais característica e de mais prestígio, como chefe político regional do Partido Republicano do Rio Grande do Sul”.

Em outra homenagem desta mesma edição, assinada por Senesis, a frase de partida foi “A estatura moral de um homem deve medir-se pelo vácuo do seu desaparecimento”, e o autor sequenciou então seu pesar a perda de Gervasio Annes. Em uma terceira homenagem, E. Castro diz que a perda de Gervasio Annes foi motivo “de justa consternação para a população de Passo Fundo”, pois este estava há 30 anos no poder político de Passo Fundo, guiando tudo da forma mais “proficiente e tolerante” e que, segundo Castro agradou “a gregos e troianos” a forma que o coronel Gervasio Annes tinha de guiar as questões políticas e sociais na cidade. Rêmond (1996) afirmava que para se nascer um partido era necessário uma ruptura, uma cisão, uma crise. Uma ruptura fez emergir o Partido Republicano Rio Grandense e expandiu suas raízes pelo interior do estado. A



morte de Gervasio Annes marcou uma ruptura, a nível local, em Passo Fundo. Mas, com base na ideia de Rêmond (1996), já seria possível prever uma crise que intuiria uma reformulação partidária. E, assim, o foi, mesmo com os esforços premeditados de Gervasio Annes com a criação de uma Comissão Executiva para gerir o poder partidário local.

É fato, que a partir daqui, foi possível perceber as peculiaridades e intrigas dos pleitos eleitorais através das fontes pesquisadas. Com vista a isto, optou-se por delinear a análise destes itens em subcapítulos: Pleitos eleitorais, Comissão executiva, Violência além das farpas impressas e A conjuntura da Revolução de 1923 dialogada com a imprensa.

2.1 O desfecho do pleito eleitoral de 1916

Em junho de 1916, *A Voz da Serra* anunciou a renomeação do tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira como intendente com a indicação do coronel Gervasio Lucas Annes e com aprovação de Borges de Medeiros. A renomeação valeria para a gestão do quadriênio. Em agosto a chapa indicada foi confirmada e anunciada¹⁴². Com esta orientação eleitoral foi possível perceber o quanto a voz do chefe do Partido Republicano estadual, Borges de Medeiros, determinava os rumos eleitorais em Passo Fundo escolhendo seus candidatos que acabavam sempre eleitos no voto “popular”. Love (1975)

142 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano I, n 32, 19 ago. 1916.



explica bem este processo pelo aspecto de uma elite política vigente, já referenciado anteriormente:

[...] O uso de “elite política” em relação à Republica Velha, quando somente dois a seis por cento da população votava e um pequeno grupo tomava as decisões referentes às diretrizes políticas e às pessoas que governariam da forma que emprego o termo, a elite compreende os comitês executivos dos partidos estaduais, os Governadores, os membros do governos federal em nível ministerial e mais acima, os líderes parlamentares, e os comandantes de região militar. O ‘poder’ da elite define-se pela sua capacidade de escolher candidatos aos cargos públicos em níveis estadual e nacional, sem a consulta do eleitorado. Os membros da elite política pertenciam a uma elite sócio-econômica mais ampla, cujos interesses aqueles defendiam quando no governo¹⁴³.

Esta atitude referida e a justificativa de uma elite administrada pelo chefe do PRR estadual, confere com a ideia de um coronel cooptado pelo partido no poder, tática da política castilhistas que também adentrou na estratégia de governo borgista, conforme defendeu Félix (1987).

As eleições foram oficializadas em 7 de outubro de 1916, mesma data em que *A Voz da Serra* anunciou como o cenário político passofundense se consolidava: Intendente, o tenente –coronel Pedro Lopes de Oliveira, Vice-Intendente o coronel Gervasio Lucas Annes; conselheiros municipais,

143 LOVE, 1975, p. xiii.



Nicolau Araujo Vergueiro, Eugenio Franco Di Primio, Claro Pereira Gomes, Gabriel Bastos, Angelo Pretto, Annibal da Silva Lemos e João Brandisio de Almeida. Ao mesmo tempo em que Nicolau Vergueiro era felicidamente anunciado como integrante do conselho municipal, foi noticiado também, com pesar, que o mesmo iria ausentar-se temporariamente da cidade por um curto tempo.

Não havia justificativa para a ausência relatada no jornal, no entanto Nicolau Vergueiro justificou em suas memórias¹⁴⁴, como também já foi relatado no primeiro capítulo desta dissertação, que se mudava para Ponta Grossa para evitar conflito político com o tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira que naquele momento incitava avançadas conspirações contra Gervasio Lucas Annes. Pedro Lopes tinha por intenção, de acordo com o relatante, despejar a culpa da conspiração em Nicolau Vergueiro. Este por apreço a Gervasio Annes decidiu retirar-se do cenário político local e abrigou-se temporariamente em Ponta Grossa, no Paraná. Retornou somente 11 meses depois sob o pretexto de “enfrentar o inimigo de frente”. Inimigo que ainda não se havia declarado, mas que notadamente já se farpeavam às escondidas. Vergueiro também retomou seu lugar na Assembleia dos Representantes, no período Borges de Medeiros era o guia da chapa.

144 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Para Ponta Grossa*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 102.



Sendo tal fato notadamente ignorado pelos amigos d’A Voz da Serra, seguiram suas publicações sem voltarem a tocar no assunto da retirada estratégica de Nicolau Vergueiro. Até novembro de 1916 Pedro Lopes de Oliveira ainda era visto pela folha como um “digno intendente” esperançava-se nele o progresso do município. No entanto, cabe a contradição de que meses antes, em maio do mesmo ano, Bittencourt de Azambuja fizera crítica através de *A Voz da Serra* sobre a administração local sobre as quais não recebeu resposta através da folha partidária, mas de subterfúgios opressores. Azambuja então retrucou afirmando que *O Gaúcho*, era um deturpador de fatos, que não rebatia em argumentos as críticas que estes faziam ao governo local, e sim com “pressões e violências”. E tal afirmação foi corroborada por Vergueiro, que narrou que o chefe governista não respondeu a uma crítica sequer, mas tentou tomar resolução definitiva ao problema. Nota-se a partir daqui que Vergueiro faz o uso do efeito verdade, que de acordo com Charaudeau (2009) baseia-se em convicções a um saber de opinião apenas, devido ao fato de possuir credibilidade política ele esbanja o direito à palavra, fato que confere com as memórias escolhidas por ele para serem registradas em seu livro de memórias para a posteridade.

Em uma das crises que representam a crítica de Azambuja e sobre a qual Vergueiro também se pautou para corroborar, e narrou, descreveu que foi convidado pelo delegado Jovino S.



Freitas, também proprietário d'*A Voz da Serra*, a comparecer a delegacia de polícia para realizar um corpo delito em um ferido. Lá chegando constatou que o delegado não estava, encontrou lá Brasilico de Lima, secretário da municipalidade e proprietário d'*O Gaúcho*. Vergueiro descreveu Brasilico de Lima como um “homem medíocre”, e justificou seu ponto de vista o fato de que quando chegou à delegacia o tal secretário da municipalidade estava dialogando com Octávio Nogueira, no que se percebeu na narrativa de Vergueiro, “era um negro mal encarado”, caracterizando-o como o capanga faz tudo de Brasilico de Lima. O diálogo que Vergueiro ouviu e que o indignou tratava do mando à morte de Bittencourt Azambuja. O capanga não executou o serviço no tempo desejado, alegava que não teve oportunidade de executá-lo, após ameaças do mandante afirmou que iria executar o mais rápido possível e que daquele dia não passaria. Quando Vergueiro questionou de quem se tratava, conquistou a seguinte resposta:

O funcionário da intendência, jactancioso [orgulhoso] e em pose, me contou, como coisa muito natural, que ia mandar matar o Dr. Azambuja, por causa dos ataques ao Coronel Gervazio, e que era preciso um exemplo violento para que cessassem aquelas verrinas. Fiz-lhe, desde logo, ver o seu imenso erro, e grande inconveniente desse ato, a brutalidade do crime, e o resultado foi travar-se entre nós uma forte e acalorada discussão¹⁴⁵.

145 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Um crime evitado*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 44.



Nicolau Vergueiro disse ter se espantado com o absurdo e foi direto procurar o coronel Gervasio Annes, “de quem eu era íntimo amigo, que tudo ignorava e a quem de tudo fiz ciente, e prometeu-me tomar as medidas necessárias para evitar o crime”¹⁴⁶. Ao pedir que o coronel Gervasio Annes tomasse providências, e ao receber a resposta positiva deste resolveu agir também, foi procurar Juvenal Xavier, um amigo em comum com Bittencourt Azambuja, para que este avisasse a vítima. O crime não se consumou, mas Jovino da Silva Freitas, sentiu-se culpado com o ocorrido e abriu mão do cargo de delegado. Sobre esses incidentes políticos, Félix (2007) constatou que em muitos casos o capanga, “o encarregado de fazer *limpeza*” agia em favor dos coronéis sem o consentimento dos próprios, como Vergueiro também demonstrou em sua narrativa no que dizia respeito ao coronel Gervasio Annes. Até porque, pelos vínculos e estimas que se mostraram até aqui entre Gervasio Annes e Nicolau Vergueiro, não faria com que o último se expusesse contradizendo a figura do amigo que lhe precedeu politicamente na escala de poder local. Deflagrar uma memória política com a distinção de Gervasio Annes não parecia se enquadrar no perfil político e pessoal de Nicolau Vergueiro.

A partir da segunda quinzena de março de 1917, *A Voz da Serra* informou que passaria suas publicações para a quarta-feira, pois como existem dois órgãos que publicavam

146 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Um crime evitado*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 44.



semanalmente no domingo, achou mais interessante ao público que pudessem ter acesso às informações em datas diferentes para não concorrerem com o mesmo conteúdo, pelo menos enquanto ele próprio não conseguia publicar sua folha bissemanalmente. Isto era o que o proprietário da folha alegava, mas, posteriormente, será possível perceber que as discussões, réplicas e trélicas, entre estes dois veículos ficaram mais intensas após a alteração da data de distribuição do jornal. A partir de então, também notou-se um maior ganho de espaço para que o Partido Federalista divulgasse suas reuniões e decisões aos seus adeptos, o espaço era modesto, mas pelo menos o tinham.

Retomando o período em que se noticiava o falecimento de Gervasio Annes, e que se noticiava a comissão executiva como seu último ato aprovado pelo chefe de Estado, Borges de Medeiros, é que prossegue o próximo subtítulo. O pleito narrado foi o que precedeu os desentendimentos que partiram da comissão e que ressurgiram e se mantiveram até o ano de 1920, quando o pleito do período referido encerrou uma disputa reconhecidamente assídua e ferrenha entre os adeptos de Pedro Lopes de Oliveira, os lolicistas, e de Nicolau de Araujo Vergueiro, os vergueiristas.



2.2 A constituição da Comissão Executiva em 1917

A Comissão Executiva era composta por Pedro Lopes de Oliveira, Nicolau Araujo Vergueiro e Gabriel Bastos, foi nomeada ainda em vida por Gervasio Annes. De acordo com os integrantes, Gervasio Annes já se encontrava de sobreaviso quanto ao seu estado de saúde, sendo assim, precaveu-se quanto a chefia do partido que por tanto tempo dedicou-se e zelou. Gervasio Annes entendeu que era melhor, por bem, deixar registrada e aprovada pelo chefe do PRR no Estado, Borges de Medeiros. O coronel sugeriu que a direção do partido não fosse unilateral, e sim se dividisse entre os três principais amigos e correligionários: o tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira que o acompanhou desde o início no partido; Nicolau de Araujo Vergueiro, que era a voz ativa da nova política, o futuro do partido; e Gabriel Bastos, que atuou numa espécie de meio de campo para equilibrar as forças internas no partido.

Com o falecimento de Gervasio Annes, sua vontade política se firmou na Comissão Executiva, que após o falecimento deste expressaram-se com seus pesares e comprometeram-se a seguir os ideais partidários tão estimados pelo “ausente líder” Gervasio Annes. Nos dois meses seguintes ao falecimento do líder, os componentes da Comissão Executiva foram diversas vezes *A voz da Serra* para dirigirem-se ao público, e por várias vezes se comprometeram com a população, pediram



auxílio ativo dos correligionários e simpatizantes, afirmaram que respeitariam as decisões uns dos outros e buscariam conjuntamente o progresso do município, e assim, em sagrada e retida paz reinaram por alguns meses.

Quando completava-se um mês de “ausência do extinto líder”, amigos propuseram uma homenagem ao coronel Gervasio Lucas Annes: uma estátua. O busto, o primeiro de Passo Fundo, foi proposto por Julio Edolo de Carvalho, presidente do Club Pinheiro Machado. Para efetivar a homenagem foram arrecadadas assinaturas com doações bancárias. Porém, após a inauguração do busto, constatou-se que a obra excedeu o valor do orçamento e os custos foram arcados pelo próprio filho do homenageado, Armando Araujo Annes, dono da Casa Bancária Armando Annes, conforme Annes (2012).

Em junho do mesmo ano, exatos dois meses de ausência de Gervasio Annes, a Comissão Executiva publicou uma nota n’*A Voz da Serra* informando que iniciariam um novo jornal para representar oficialmente os interesses do PRR local, sendo este dirigido por Renato Sá de Brito. A nova folha teria o nome de “*O Regímen*”, e seria “colega” de *A Voz da Serra* e *O Gaúcho*. O último passaria a ser publicado de forma independente representando os interesses do comércio, pois a muito não possuía mais o título de representante oficial do PRR de Passo Fundo, como insistia em se intitular. Este



título já era oficialmente impróprio e a partir daí notaram-se os conflitos de inserção dos outros dois jornais se dava apenas internamente, ambos eram republicanos, pertencentes ao PRR local, como no caso de *O Regimen* que chegava e de *O Gaúcho* que vinha de longa data, e ainda *A Voz da Serra* que pertencia a um simpatizante fanático de Nicolau Vergueiro, acima inclusive do PRR. Martins e Luca (2008) demonstram que esta era uma situação não tão rara, pois atestam que de fato nesta época a imprensa ganhou uma identidade, posteriormente a proclamação da República até meados de 1930, na qual as disputas se davam entre grupos restritos que concorriam pela hegemonia local, ideia que justificaria sem dúvida a inserção de dois ou mais veículos com a mesma representatividade ideológica.

As duas folhas vigentes deste período, realçavam a tendência dominante do PRR, pois suas análises e posturas assumidas especificavam ações de perspectiva unilateral, sem margens para que a oposição pudesse sequer ser cotada como ideologia concorrente. O confronto posicionava-se entre vergueirismo e lolicismo, ambos ideologicamente PRR. Tais argumentos de domínio ideológico republicano também são constatado por Martins e Luca (2008) na imprensa do período do século XIX e XX até a consolidação da República Velha em 1930. Estas bases podem ser verificadas nas análises de conflitos políticos em *A Voz da Serra*.



Vergueiro afirmou¹⁴⁷ que percebeu ainda em 1912 as aspirações de Pedro Lopes de Oliveira a atacar às escuras a chefia oficial do Partido Republicano de Passo Fundo aspirando a chefia do partido. O relato foi datado em 4 de março do ano citado, em um discurso preparado em agradecimento a um certo dr. Terra¹⁴⁸, “desde aí, comecei a ser, às escuras, e de modo lento e constante, atacado por elementos de Pedro Lopes de Oliveira, que aspirava a chefia do Partido Republicano, de Passo Fundo”. Vergueiro também descreveu que *O Gaúcho*, “que se tornou, mais tarde, o órgão dos meus adversários”, naquele ano de 1917 ainda correspondia à realidade política pela qual o Partido era guiado, pelas mãos conservadoras do coronel Gervasio Annes.

Na visão trabalhada por Abreu (1997), os historiadores que possuem a imprensa como uma das fontes para o trabalho de pesquisa, devem compreender primeiramente a ideologia e os valores aos quais o impresso se pauta. Através disso, pode-se orientar no trabalho de interligação de argumentos coerentes e ainda possibilitar a interpretação mais plausível, de acordo com as referências documentais e bibliográficas colhidas. “Desvendar o processo de construção e narração dos fatos e

147 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *O seu substituto*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 152.

148 São raras as referências encontradas a este dr. Terra, seu título de doutor se deve a uma mera formalidade da época nas quais médicos e advogados eram nomeador com tal honraria. Não se tratava de uma titulação acadêmica.



acontecimentos que são conhecidos somente por aqueles que estão envolvidos diretamente nesse processo, é uma forma de melhor criticar e trabalhar as fontes históricas”¹⁴⁹. Por consideração a este referencial iniciou-se a análise de *A Voz da Serra* com as informações competentes às duas intenções e objetivos como jornal impresso que se reconstituía em 1917 sob uma nova ótica diretiva.

Exatamente no dia 18 de junho *A Voz da Serra* noticiou o primeiro conflito ideológico dentro do Partido Republicano passofundense. Havia duas correntes de opiniões dentro do partido mesmo antes da morte do coronel Gervasio Annes, porém respeitavam-se entre si por conveniência da progressão administrativa traçada pelo ausente líder. Uma corrente “se constitui de elementos oficiais e que diz ter o apoio da ‘quase unanimidade do partido’”; a segunda corrente “quer operar uma série de reformas moralizadoras, para o que conta com as simpatias da opinião pública”. O conflito a que se tornava portadora *A Voz da Serra*, se deveu ao fato de que a primeira facção era apoiada pelo *O Gaúcho* que, segundo os relatos da Comissão Executiva, vinha fazendo pronunciamentos polêmicos e ainda insistia em se intitular órgão do PRR. O interesse da Comissão Executiva, pelas vozes de Nicolau Vergueiro e Gabriel Bastos, era que Pedro Lopes de Oliveira, o terceiro componente desta Comissão, manifestasse-se de alguma forma informando se era a favor das atitudes d’O

149 ABREU, 1997, p. 59.



Gaúcho ou se estava no mesmo passo do restante do grupo componente da Comissão Executiva.

Não houve atitude manifesta de Pedro Lopes até a data do dia 8 de agosto, edição seguinte ao convite de pronunciamento, sendo assim, a Comissão Executiva voltou a manifestar-se n’*A Voz da Serra*, desta vez de uma forma nada amistosa. Nicolau Vergueiro e Pedro Lopes afirmaram que já sabiam que não haveria de se cumprir a parte do acordo feito com Borges de Medeiros que cabia a Pedro Lopes. Nas palavras descritas pelos componentes da Comissão havia muita indignação para com o terceiro elemento, disseram que “Pedro Lopes de Oliveira, não pode se libertar dos tentáculos que trazem em cativeiro a sua boa vontade” e ainda que era impossível que ele permitisse que “os interesses pessoais e egoísticos” dominassem sua atuação política traindo a lealdade dos correligionários que sempre apoiaram “sua administração pública”. Nicolau Vergueiro e Gabriel Bastos informaram que comunicaram o ocorrido ao chefe supremo do PRR e aguardavam a decisão deste para guiarem seus próximos passos. Esta crise poderia tranquilamente se enquadrar nas cisões partidárias causadas por ruptura, como o foi o caso constatado na perda do coronel líder do partido local, pois, conforme Rêmond (1996): foi uma crise de legitimidade, de participação e de integração.

Ainda no mesmo mês, *A Voz da Serra* criticou a influência



de Pedro Lopes e de seu cunhado n' *O Gaúcho*. Voltou a criticar as atitudes “lolicistas” e explicitou os motivos dos conflitos pelo qual passava a Comissão Executiva, comentou também que os conflitos da política local ganhavam dimensão em outras cidades do Estado. As críticas vinham mais enfáticas a cada edição, dentre críticas e acusações disseram que o tenente coronel Pedro Lopes possuía orientação favorável a “opressões e violências”, expuseram que este não possuía dotes de chefe e “não possuía escrúpulos”, pois este retirou todos os velhos servidores que desde os tempos de Gervasio Annes serviam a este município, renegando a dignidade do cargo indicado pelo “extinto líder” partidário. As farpas impressas começaram então a fazer vias por atitudes direcionadas.

Prates (2001) salientou que o Partido Republicano iniciou sua cisão a partir da promessa feita por Pedro Lopes de emancipar o distrito de Carazinho, fato que acabaria por prejudicar Vergueiro na contagem de votos eleitorais, pois ele era um ídolo na região. Sobre este polêmico relacionamento também se expressou Nicolau Vergueiro em suas memórias¹⁵⁰, disse que essa “súcia de velhacos” apoderou-se do poder em Passo Fundo após a morte do coronel Gervasio Annes, de 1917 a 1920, período de duração do mandato. Vergueiro também destacou o quanto foi importante a atuação d' *A Voz da Serra* nesta luta que se travou entre as duas facções políticas

150 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.



dentro do PRR passofundense. Devido a tais posicionamentos favoráveis a Vergueiro, *A Voz da Serra*, achou-se por bem em declarar, e assim o fez por diversas vezes, que a folha atendia exclusivamente a orientação pessoal de seu proprietário, João Baptista Cúrio de Carvalho, e que os amigos Nicolau Vergueiro e Gabriel Bastos nada tinham a ver com as publicações de sua folha. Ficava assim claro que Vergueiro não precisava pedir defesa, esta o era dada por explícita e franca vontade do editor de *A Voz da Serra*. Torna-se compreensível ao utilizarmos da afirmativa de Charaudeau (2009, p. 60-61) sobre o universo construído da informação midiática, que no caso de *A voz da Serra* se construía em um discurso propagandista declarado, pois visa “seduzir ou persuadir o alvo”, no caso o público leitor e eleitor, “o informativo para transmitir-lhe o saber”.

Por tais atitudes provenientes de Pedro Lopes, Nicolau Vergueiro acabou por aproximar-se mais de Gabriel Bastos, sobretudo ainda porque ambos eram atacados pelo jornal *O Gaúcho*, que, de acordo com Vergueiro, era dirigido por um cunhado de Pedro Lopes de Oliveira. Os ataques eram vistos como injustificáveis e preocupavam Nicolau Vergueiro por causa das intrigas e divisões internas que causavam no partido. Por sua vez, Pedro Lopes mostrava-se omissivo. De acordo com Vergueiro: “A ruptura estava feita... e assim éramos arrastados para esse terreno escabroso de luta dentro do próprio partido pela desmedida ambição do intendente e pela necessidade



urgente de uma reação enérgica”¹⁵¹.

A situação foi levada para conhecimento de Borges de Medeiros, que convidou Pedro Lopes para uma reunião a fim de ouvi-lo. Borges, visando a estagnação do conflito, sugeriu que Pedro Lopes nomeasse o tenente cel. Eduardo Manoel Araújo para o cargo de Vice-Intendente de Passo Fundo, cargo vago com o falecimento do cel. Gervasio Annes; Ainda sugeriu a suspensão imediata dos jornais *O Gaúcho* (defensor de Pedro Lopes) e *O Regímen* (defensor de Vergueiro) e, por último, a compra do impresso *O Gaúcho* para órgão oficial do partido, afastando seu proprietário do cargo municipal em caso de recusa de venda. As condições foram aceitas, mas Pedro Lopes não cumpriu sua parte do acordo porque, no retorno, Vergueiro e Gabriel Bastos constataram que o impresso *O Gaúcho* ainda estava sendo distribuído. Tal constatação de não cumprimento do acordo também foi publicada no jornal *A Voz da Serra*¹⁵², na edição nº 84. Sob a indignação, em suas memórias, Vergueiro declarou:

Um homem que assim procede, com incivilidade e com manifesta má vontade, faltando com a sua palavra empenhada em solene compromisso... desde esse momento estava francamente revelado e não poderia mais merecer absoluta confiança e os fatos posteriores encarregaram-se de comprovar, de

151 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.

152 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: 8 ago. 1917.



sobejo, essa nossa afirmativa¹⁵³.

A primeira cláusula do acordo proposto por Borges só foi cumprida após um lembrete deste ao intendente Pedro Lopes. O qual criticado por não cumprir com sua palavra tornando *O Gaúcho* como órgão do partido sem sequer seguir as orientações dadas por Borges, pela *A Voz da Serra*¹⁵⁴, na edição nº 93, foi destacado que por Pedro Lopes não cumprir com suas promessas, *O Gaúcho* não era o órgão do Partido Republicano como o diz. Por falta de cumprimento do acordo, em destaque à segunda cláusula que definia a demissão de cunhado de Pedro Lopes da municipalidade, estoura o rompimento oficial de Lolicistas e Vergueiristas.

Daí por diante cortamos relações com Pedro Lopes de Oliveira, dispostos a lhe fazer conhecer que a sua individualidade era uma interrogação quase que apagada nesta terra, que a sua posição no cural intencional nada mais era do que o reflexo de prestígio do chefe extinto, que o seu valor, como político, era nulo e que era coisa muito fácil enfrentá-lo e derrotá-lo¹⁵⁵.

Nicolau Vergueiro conta que, no início do mês de setembro de 1917, Brasília Lima foi representar Pedro Lopes

em Porto Alegre, na expectativa de ter uma atenção de Borges

153 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.

154 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano II, n 93, 10 out. 1917.

155 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.



de Medeiros. Brasília já contava como certa a conquista do pedido de reoficialização do *O Gaúcho* como jornal do partido e também a extinção da Comissão Executiva. Ao final de 14 dias ainda não tinha sido recebido no Palácio. Brasília só foi recebido após Vergueiro conferenciar com Borges, e, é claro, não foi atendido em suas demandas. “De regresso, reeditou em seu jornal, contra a maioria da Executiva, uma série de ofensas, de violentos ataques em que vazava todo ódio negro de sua negra alma, os quais, de ricochete, feriam apenas o seu autor, aliás, bem conhecido”¹⁵⁶. Em vista da resistência da direção de *O Gaúcho* em declarar o rompimento com o partido republicano, Borges de Medeiros, juntamente com o Clube dos 51¹⁵⁷, cedeu voz a Nicolau Vergueiro para anunciar a exclusão da folha como oficial.

É esse, meus senhores, o notável grupo dos 51, de que guardo, ao lado dos 29 do 7º

156 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.

157 Grupo de republicanos do seio do partido composto por: Eduardo Manoel Araújo, Ângelo Pretto, Aníbal Silva Lemos, Candido Marques Rocha, Lucas José Araújo, Dr. Antonio Bittencourt Azambuja, Oribe Marques, Horácio Bastos, João Baptista Oliveira Mello, Arnaldo Hoffmann, Antonio Fernandes Motta, Antonio Ferreira Amaral, Eduardo Kurtz, Cantidio Pinto de Moraes, Lauro Xavier, Eduardo Bartz, João de Cezaro, Filemon Lopes, Ivo José Ferreira, Frederico Graeff, Dr. Augusto Loureiro Lima, Mario Braga, Florêncio Antunes Oliveira, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, João Baptista Cúrio de Carvalho, Fioravante Spiazzi, Faustino Rodrigues, Manoel João Oliveira Lima, Affonso José Ferreira, Franklin Machado Silva, Braz Martins Oliveira, Inocêncio Correia Pinto, Virgílio Barlesi, Samorim Barbosa, Diniz Lemos, Moysés Dipp, Hermínio Biassuz, Antonio Weber, Fladomiro Amaral, José Silveira, Blandino Kurtz, Luiz Pinto Vieira de Mattos, Ulysses Marques, Frederico Kurtz, Lauro Loureiro Lima, Joaquim Gabriel de Oliveira Lima, Luiz Meira, Emílio Stumpf, Alfredo Graeff, Jovino Silva Freitas e Dr. Arthur Leite.



distrito, inapagável recordação. Por motivo desse telegrama, tive longa conferência com o Dr. Borges de Medeiros que me autorizou a endereçar o seguinte À Voz da Serra: “Dr. Araújo Vergueiro acaba conferenciar Dr. Borges Medeiros. Este autorizou aquele deputado declarar jornal Gaúcho não é e não será órgão oficial partido republicano Passo Fundo. Não deu e não dará autorização esse jornal apareça com semelhante rótulo”.

A própria Federação, órgão do nosso partido autorizado pelo chefe supremo desmentiu a notícia, que se havia espalhado no sentido de ilaquear a boa fé do ilustrado republicano deste município E assim desvaneceu-se a irrisória pretensão, arrebentou a fita colorida do decantado ‘órgão oficial’¹⁵⁸.

O grupo vergueirista foi aos poucos conseguindo importantes conquistas. Ao invés de agir como Pedro Lopes e eliminar os inimigos ou armar arapucas¹⁵⁹, Vergueiro preferiu que seus apoiadores buscassem a exoneração do maior número de adversários possível, e citou alguns La Hire Guerra, juiz de comarca; Silveira Martins Leão, promotor público; Renato Sá Britto, primeiro suplente do juízo distrital da sede e do cargo de correspondente d’A Federação; 8 subdelegados, não

158 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.

159 Como não tinham mais recursos ou defesas, *O Gaúcho* utilizou-se de artifícios imprudentes e incoerentes, disse que no período da primeira guerra, 1914-1918, em que muitos eram vigiados de perto devido ao risco iminente de espionagem, muitos descendentes de alemães foram denunciados como espiões pelos integrantes d’O Gaúcho, por exemplo, Arnaldo Hoffmann por ter um radiotelefônico e Ernesto Falk por ser teuto-alemão. Ver: VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Proposta indecente*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1936, p. 47



nominados; Octaviano Lima, escrivão do alistamento federal; Julio Edolo de Carvalho, exator da Fazenda, etc. No lugar destes trouxera correligionários de confiança para cercá-los nas funções públicas.

Vergueiro afirmou que durante esta peleia política com Pedro Lopes, mais exatamente em 1918, os impressos *A Voz da Serra* e eles, *O Gaúcho* ingressaram no vocabulário da “hostilidade” contra os adversários de suas facções defendidas, trocavam farpas de baixo calão. Relatou que em determinada noite, foi convidado a ir a uma reunião no Hotel dos Viajantes¹⁶⁰, com o coronel Fabrício Vieira¹⁶¹. Ao chegar lá se deparou com Antonio Bittencourt Azambuja e com o capitão Jovino da Silva Freitas. Todos ali eram convidados. Para surpresa de ambos, o cel. Fabrício Vieira indignado com as atitudes de Pedro Lopes “nos propôs que lhe entregássemos a importância de 30 anos [sic], que mandaria, sem demora, eliminar o nosso adversário, sem a menor responsabilidade nossa”¹⁶². Diante do choque todos repugnaram a proposta. Vergueiro afirmou que preferia abandonar a luta a adotar tais procedimentos. A reunião terminou rispidamente. “Poucos meses depois, tive oportunidade de viajar, com aquele coronel, daqui a Porto Alegre, e nem sequer trocamos cumprimentos”¹⁶³. Este comentário demonstra que o

160 Passou a se chamar Hotel Avenida e, atualmente, é o prédio onde funciona o Krep’s Lanches.

161 Gaúcho mas habitante de Santa Catarina havia muitos anos.

162 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Proposta indecente*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1936, p. 47.

163 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Proposta indecente*. Notas íntimas – Algumas



coronel Fabrício Vieira ficou magoado com a atitude de recusa em eliminar os adversários dos Vergueiristas.

A partir destas declarações constatou-se que as críticas e cutucadas ao agora adversário *O Gaúcho* e a “corja” que se escondia atrás das publicações deste, tornavam-se cada vez mais ferrenhas. Cúrio de Carvalho criticava, a partir daí, cada vez mais, *O Gaúcho* pela autoproclamação como órgão do partido republicano deixando margem para duas motivações que podem tê-lo feito proclamar-se como tal: 1º *O Gaúcho* servia a facção do tenente coronel Pedro Lopes; 2º *O Gaúcho* publicava exatamente as ideias do coronel Lólico. *A Voz da Serra* informou que *A Federação*, o órgão oficial do PRR estadual, autorizou uma nota de publicação à população de que tal informação difundida pelo *O Gaúcho* era infundada. A declaração provocou ebulição no fervor político local, e as farpas impressas instigaram a violência além das páginas, como se aprofunda no próximo subitem.

2.3 Violência além das farpas impressas n’*A Voz da Serra*

Na reeleição de Borges de Medeiros, em novembro de 1917, como presidente do Rio Grande do Sul, quem ainda coordenava a administração de Passo Fundo era Pedro Lopes de Oliveira que não deixou passar a oportunidade de tentar se reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1936, p. 47



sobressair no quesito influência contra o vergueirismo, orientou seus companheiros para “que votassem com cédulas separadas da executiva”. Vergueiro descreveu que o intendente “que meses antes havia sido eleito por 2028 eleitores, só conseguiu, num esforço inaudito, registrar nas urnas 941 votos”¹⁶⁴. O recuo de influência nas urnas foi uma “derrota moral” para Pedro Lopes. Isto, de acordo com Vergueiro, pois nos impressos locais, nada foi publicado sobre o fato.

Esse embate detalhado, ao longo do referido ano, foi notadamente um confronto de ideologias, pois diante das informações políticas das vertentes republicanas internas do PRR local, vergueirismo e lolicismo, as duas folhas difundiram opiniões. Melo (1994) distingue este processo de difusão opinativa no que tange a ideologia política como conselheira ou formadora de opinião “seja as opiniões próprias, seja as que lê, ouve ou vê”, função que diz corresponder ao jornalismo opinativo, uma característica marcante dos impressos passofundenses pesquisados até 1925. Outro destaque de Melo (1994) se deu também à questão de escolha das informações, também perceptível ao longo do discurso difundido por estes veículos, ambos escolheram as informações de publicação que favoreciam alguns personagens, obscureciam outros e omitiam outros tantos. Segundo ao autor a escolha se deve à forma como o veículo enxerga a política daquele período, e internamente

164 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.



como se posiciona com relação ao “fato” que escolhe divulgar.

Editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Todavia, a sua natureza de porta-voz da instituição jornalística precisa ser melhor compreendida e delimitada. Mas se o editorial expressa essa opinião das forças que mantém a instituição jornalística, torna-se necessário indagar para quem se dirige em sua argumentação. A resposta poderá ser tranqüila: a opinião contida no editorial constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública. Assim sendo, o editorial é dirigido à coletividade. (MELO, 1994, p.95-96)

Tanto *A Voz da Serra* quanto *O Gaúcho*, não possuíam uma parte de opinião específica que poderia ser denominada editorial, mas no caso do primeiro jornal, ele todo, por si só, era somente de opiniões e de notícias que condiziam somente com as ideias aceitas pelo jornal. Na generalização da ideia, poder-se-ia classificá-lo como um editorial por inteiro, pelo contexto opinativo a que se inseria diariamente. Nos casos aqui retratados, a visão das opiniões eram focadas na coletividade, mas *A Voz da Serra* que não era mantida com verba pública ou partidária, dependia de seus anúncios e assinantes, já *O Gaúcho*, em seu início era voz oficial do partido, sendo beneficiado por verba de auxílio votada anualmente pelo Conselho Municipal, benefício extinguido em 1917 devido aos conflitos descritos e sua exoneração como folha oficial do partido.



No dia 5 de dezembro a folha relatou que era decretado estado de sítio nacional, mas os perigos de conflito estavam, por hora, mais intensos em Passo Fundo. Além da polêmica divergência entre os “vergueiristas” e os “lolicistas”, nasceu mais uma afronta pela imprensa, porém, desta vez, o conflito se deu entre Silveira Martins Leão e Antônio Bittencourt de Azambuja. Por conta das eleições presidenciais, os conflitantes se enfrentaram nas ruas e Silveira Martins Leão saiu ferido. Vergueiro reportou o ocorrido a Borges de Medeiros que, segundo *A Voz da Serra*, tomou a decisão de solucionar de vez os conflitos políticos na cidade de Passo Fundo. O processo de mudança iniciou com a transferência de Silveira Martins Leão, então no cargo de Promotor Público, para outra cidade. Sobre estes confrontos partidários e de perseguições que se mostrariam cada vez mais frequentes, Rudiger (1993, p.22) destacou:

O princípio liberal da liberdade de imprensa constituía o horizonte dominante do jornalismo da época, mas se encontrava em contradição com o estágio de desenvolvimento dos jornais e a exploração da imprensa feita pela classe política. Em consequência disso, os homens de imprensa levavam uma vida perigosa, sujeita às violências dos adversários políticos e às pressões policiais. Os processos criminais, a condenação a penas de prisão, os atentados à bala, o empastelamento de jornais e a destruição de tipografias tornaram-se por isso característicos do processo de formação do



Na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, o cenário se mostrou salutar somente em relação a periculosidade dos enfrentamentos entre membros de ideologias partidárias diferentes, a força policial não foi uma vertente ativa do Estado, pois com exceção de períodos de sítio declarados ou de guerras internas como a Revolução Federalista de 1893, até aquele período ocorridas, o partido dominante não abria um amplo espaço aos adversários, mas também não os privava da liberdade por encarceramento. Em Passo Fundo, especificamente, tipografias não foram destruídas dentro do período considerado para pesquisa, no máximo se solicitou a retirada estratégica dos adversários para localidades onde possuíssem correligionários, notadamente em momentos de conflitos intensos como os enfrentamentos aos adversários federalistas, e não, necessariamente, os de estabilidade política republicana como ocorreu entre 1916 e 1920.

Em dezembro de 1917¹⁶⁵, *A Voz da Serra*, ainda discutia verdades ditas infundadas pelo adversário *O Gaúcho*, a questão era que este afirmava que a remoção do promotor para outra cidade havia sido solicitada pelo tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira. Informação infundada, de acordo com os contestantes, por isso desafiaram *O Gaúcho* a provar o contrário, mas este não o fez. *A Voz da Serra* focou-se em

165 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano II, n 101, 12 dez. 1917.



destrinchar em elogios a atitude do Conselho Municipal em cortar a verba que sustentavam os adversários, que a partir de então deixavam de ser folha oficial republicana, os adversários foram nominados de “ternerito gaúcho” que mamava metade da receita do município. Tal acusação encerrou as publicações do ano de 1917 d’*A Voz da Serra*.

Na primeira edição de 1918¹⁶⁶, *A Voz da Serra* abriu-se ao público incontestemente de que sua missão perante a sociedade havia sido cumprida, mantendo-se com integridade, honra, honestidade nas análises críticas dos fatos. As “ações jornalísticas” da folha demonstraram-se de uma “precisão barométrica”. Como não poderia deixar de ser, reiterou a cutucada à folha concorrente, com a qual havia encerrado o ano anterior: “Vivendo única e exclusivamente do apoio do povo desta terra, a quem serve com dedicação e verdade sem nenhum auxílio pecuniário dos cofres públicos”. Sob estas considerações, Cúrio de Carvalho alegava-se um “político militante” e por isso daria a partir de então o mesmo direcionamento político a sua folha, passando a denominá-la “Folha Republicana”. Mas apesar deste direcionamento, deixou bem claro ao público, “não tem ela, porém, credenciais para falar em nome do partido: a sua ação continuará a ser como até aqui, exclusivamente sob a minha orientação pessoal, sem intervenção alguma oficial, continuará a ser apenas órgão oficioso...”. Sob esta bandeira içada, a bandeira republicana do

166 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano III, n 104, 2 jan. 1918.



PRR, alegou que seria os ideais políticos do estadista Borges de Medeiros.

Estes conflitos entre impressos periódicos concorrentes que representavam conflitos politico-ideológicos partidários foram narrados por Vergueiro como um fator natural desde 1893, época em que a situação política era delicada devido a Revolução Federalista e não atingia somente o fator interno ideológico de um mesmo partido, como no caso de Passo Fundo com a divisão “lolicista” e “Vergueirista”. De acordo com Vergueiro¹⁶⁷ a política sempre conviveu em um ambiente de ódios recíprocos e de ataques à imprensa, pelo que se lembrava desde a revolução de 1893 a 1895, quase sempre com linguagem agressiva. Dentre os exemplos trazidos pelo autor estava *A Federação* – órgão oficial do Partido Republicano Riograndense – e *A Reforma* – órgão do Partido Federalista, que se atacavam todos os dias com palavras ásperas e ofensas diretas e, mesmo assim, passando por cima destes “por menores”, Borges de Medeiros promulgou, em 1912, a lei da representação das minorias dando espaço aos adversários políticos para tomar assento na Câmara da Assembleia dos Representantes do Estado. Com base nesse sistema iniciado por Borges de suposta pacificação, Vergueiro alegou ter tomado a iniciativa em prestigiar o general José Ferreira Prestes Guimarães, em setembro de 1911, por conta de seu falecimento.

167 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.



O ato memorável por Vergueiro foi tão bem compreendido e aceito pelo PRR e pelos federalistas que ambos os jornais publicaram o ato. Nas páginas de *A reforma* a gratidão foi expressa com as seguintes palavras: “Somos-lhe agradecidos, não porque S.S. nos haja dispensado um favor, mas porque tão habituados estamos às impiedades da intolerância ferrenha da situação, que mesmo os atos da mais estrita justiça já nos causam espanto, quando, por acaso, são praticados”¹⁶⁸. Tal ato pode não ter sido reconhecido como uma prova de tolerância de Nicolau Vergueiro quanto a ideologias políticas adversas à sua, mas também não o coloca aquém de um posicionamento em prol do bem comum sem desmerecimento das personalidades que marcaram sua época. Sabia reconhecer no outro suas grandezas e qualidades apesar das divergências que se pudessem infringir, era como se trouxesse um “quê” de justiça em suas ações, ou pelo menos assim fazia questão de demonstrar nas memórias selecionadas.

Durante as edições de *A Voz da Serra* do mês de janeiro e fevereiro de 1918, intensificaram-se as críticas à administração pública, foram feitas incitações de que coronel Lolico utilizava a verba pública para fins próprios e alegou-se também que *O Gaúcho* era um poço de infâmia contra os adversários. As acusações ganhavam alçada no cunho pessoal dos envolvidos, Cúrio de Carvalho acusou Pedro Lopes de subversão da ordem

168 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Um voto de pesar*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1936, p. 148.



pública e atentado contra a lei, incitando a intervenção do Estado na administração do município e, como um absurdo incontestado, alegou que até com o magistério fizeram politicagem. Neste dia concluiu sua crítica com a seguinte frase: “politicalha é politiquice praticada com canalhice”. Explicitou assim, com todas as letras, uma mensagem direta e ofensiva ao intendente.

As depreciações ao intendente se seguiam com questionamentos intensos “Que tem feito este intendente?”, “Onde estão as pontes, pontilhões, estradas e colégios?”. As denúncias de possíveis fraudes em eleições intenciais anteriores, ao que denominou “bastuscada lolicista” e, um certo simpatizante publicou uma crônica sob o título de “D’Imparcial”, assinada por Paulo Darien¹⁶⁹, na qual recriminava o intendente acusando-o de não conhecer a lei orgânica do próprio município por conta das atitudes infundadas na administração pública.

Em referência aos desgastes eleitorais de 1918, no qual Vergueiro denominou “súcia de velhacos” e *A Voz da Serra* “Bastuscada lolicista” se deveu, de acordo com os registros de Vergueiro¹⁷⁰ a um incidente específico. “Dias depois do pleito de 1918”, Vergueiro estava na Praça Marechal Floriano com seus correligionários, em uma palestra, quando foi solicitado que atendesse o Major Candido Marques de Rocha. No caminho

169 Nome ao qual não se localizou referências nos arquivos e bibliografias consultadas.

170 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.



para a casa do paciente passou pela intendência, “ninho de malandros e de salafrários, e pelo Clube Pinheiro Machado, transformado em arsenal de indivíduos suspeitos”, Vergueiro afirmou que estes cidadãos “sem classificação social” pareciam bandidos e por este detalhe prestou atenção redobrada na situação, o local ficava a 100 metros da casa do Major Rocha. O tumulto se devia a colocação de um busto no alto do edifício da municipalidade, o busto era de uma mulher “de rosto estúpido e carrancudo” com “tetas enormes”. A figura ficou sarcasticamente conhecida como o símbolo da mamata, um trocadilho com suas tetas enormes e a corrupção administrativa da época. Ao chegar à casa do paciente, Vergueiro notou que o colega que o chamara, sobrinho do doente, olhava impacientemente para a janela, quando tentava encerrar a consulta o colega puxava mais assunto e ele percebeu que havia algo errado. Um tempo após Vergueiro relatou ter ouvido um barulho a frente do local onde estavam, saiu sob um impulso e percebeu que cerca de 100 amigos encontravam-se postados a frente, entre eles Jovino da Silva Freitas. Nicolau Vergueiro não entendeu o momento, mas conforme o explicaram “havia posto, no interior do Clube, alguns capangas armados, e, na frente, dois ou três, com o intuito de, à minha passagem, me provocarem”. Pensavam que Vergueiro reagiria, mas como havia muito barulho ao redor, não percebeu que se tratava de uma provocação, então resolveram aguardar o final da consulta, Nicolau Vergueiro teria que voltar pelo mesmo lugar. Um tal João Luvis, “conhecedor



de toda a trama, e meu cliente”, que também era funcionário da intendência, avisou a família a quem Vergueiro prestava atendimento para que estes impedissem a saída do médico para evitar o assassinato. Foi em resposta a este possível incidente que o capitão Jovino da Silva Freitas foi chamado a proteger o amigo Nicolau Vergueiro.

Nesta mesma crônica, Vergueiro contou que no mesmo dia foi avisado de que outro atentado seria feito, mas desta vez foi avisado pela esposa do tesoureiro da intendência, Julio Muller, seu inimigo. O atentado ocorreria quando Vergueiro saísse para atender uma emergência simulada, seria na Avenida Brasil com a Rua Moron e os assaltantes se esconderiam na construção que pertencia ao coronel Maximiliano de Almeida. “Em vista, porém, das providências tomadas e que, por eles, foram percebidas, falhou esse segundo golpe, tão do agrado e do caráter daquela gente, má e perversa, cínica e infame”. Por este dia cheio de acontecimentos e atentados contra a vida de Nicolau Vergueiro que ele mesmo expressou o termo “súcia de velhacos... maloca de bandidos”.

Estes relatos são incontestes no que diz respeito a violência além das farpas impressas, nesta época andar armado não demonstrava ser um absurdo, provocações e revelias à luz pública do dia não pareciam constranger os adversários. Todavia, Vergueiro registrou em suas memórias certo incomodo com a



brincadeira narrada, de modo que, ao eleger-se, imediatamente, pediu a remoção do símbolo da mamata. Uma observação mais cabe a este relato, os amigos de Vergueiro e de seus aliados *A Voz da Serra* estavam cercado pela força da lei, como se estas observações feita ao longo do texto sempre deixassem a impressão de que um lado possuía a verdade que a lei protegia. Além deste cerco em que se envolviam da justiça favorável, foi possível coletar inferências constantes de Cúrio de Carvalho retomando palavras proferidas por Gervásio Lucas Annes, uma destas foi lembrada das páginas do adversário *O Gaúcho*, o extinto líder afirmou que seu desejo era que, caso viesse a se ausentar da política local, seu sucessor fosse Nicolau Araujo Vergueiro, sentir-se-ia dessa forma honrado. Esta foi uma maneira desafiadora de afrontar a facção lolicista que se dizia a propagadora da política pregada pelo coronel Gervasio Annes.

Conforme o prometido, Cúrio de Carvalho publicou toda mensagem que provinha do PRR, sob a alçada de Borges de Medeiros, muitas delas direcionadas ao eleitorado republicano, tratava de assuntos como a Assembléa dos Representantes. As homenagens a Vergueiro também mantinham-se intensas a cada passo do admirado amigo, fosse aniversário, comemoração, superação política, tudo não passa passava nenhum pouco despercebido pelo editor de *A Voz da Serra*¹⁷¹.

171 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano III, n 113, 7 mar. 1918.

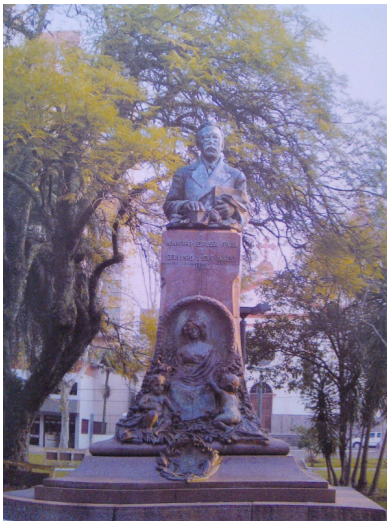


Em abril de 1918¹⁷², a folha “republicana” relembrou quase um ano do falecimento do “extinto chefe” Gervasio Lucas Annes “um verdadeiro amigo de Passo Fundo” e mediante esta afirmação seguiu-se uma homenagem lembrando que “o progresso desta terra em grande parte a ele se deve”, como político atuante atestaram que “nunca cometeu a mais leve arbitrariedade” e como administrador do município “tudo o que se vê de valor foi obra dele”. Destacou-se também o monumento que estava sendo construído em homenagem a Gervasio Annes, sob a responsabilidade do escultor Rodolpho Pinto Couto que naquele momento expunha suas obras na capital do estado. Tanta ênfase ao monumento não se deveu apenas a fama do escultor, mas também ao pioneirismo deste tipo de obra na cidade de Passo Fundo: o busto de Gervasio Annes era a primeira escultura que a cidade recebia.

172 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano III, n 118 10 abr. 1918.



Figura 19: Busto de Gervasio Lucas Annes na Praça Tamandaré.



Autor: GOULART, Gabriela T. *Busto de Gervásio Annes*. Tirada em 01/03/2014.

O busto pode ser analisado como uma forma de perpetuação da memória de Gervasio Annes, de sua atuação como um firme homem da política, sua posição que vislumbra de cabeça erguida para frente, como assim também o foi visto em vida e diversas vezes aqui citado por memórias alheias como o responsável pelo progresso em Passo Fundo durante seus quase 30 anos na liderança partidária local. As homenagens ininterruptas do mês de abril são formas de reiterar a marca do extinto líder republicano. Estas devotadas e enfáticas homenagens podem não confirmar a homogeneidade da simpatia da elite por Gervasio Annes, mas também não a desacreditava.



Passado o luto creditado pelo um ano de falecimento de Gervasio Annes, Pedro Lopes volta a ser o alvo, e a partir da segunda quinzena de maio de 1918, as provocações repetiam frases do tipo “Arrocha que ele sai”, bem como críticas às subchefias distritais que agiam com barbaridade contra a população e o intendente era acusado de fazer vista grossa, além da incompetência administrativa dos 14 anos em que se encontrava no poder municipal. Por outro lado, declaravam que *O Gaúcho* polemizava sobre o alerta ao conflito de contas no Conselho Municipal, que tinha entre seus guias Nicolau Vergueiro. As críticas de *A Voz da Serra* ao tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira e à sua administração se estenderam de maio a dezembro do ano referido, ininterruptamente, e ganhavam cada vez mais entoação às especificidades das falhas administrativas ligadas à educação, descuido do cemitério, a administração da verba pública, a atenção dada aos subdistritos, entre outras. Diante de tantas provocações, Cúrio de Carvalho alegou¹⁷³ ter recebido uma notificação judicial por calúnia e difamação contra o intendente municipal e em resposta¹⁷⁴ a este ato que considerou absurdo, atacou o coronel Pedro Lopes publicando o seguinte: “os feitos dos homens asseguram a sua imortalidade na terra e Pedro Lopes de Oliveira será imortal,

173 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano III, n 140, 18 set. 1918.

174 O feito foi também uma observação a “rata” do coronel em não retirar o chapéu no momento da continência a bandeira na Praça da República e foi também um pouco rude no encerramento do texto que dedicou ao intendente: “Nulo, fútil e enfatuado!”.



como o herói Cervantes. O seu nome ficará gravado em letras profundamente irônicas... o seu perfil passará a posteridade em uma silhueta ironicamente grotesca”.

Em uma outra acusação¹⁷⁵ de Cúrio de Carvalho à Pedro Lopes de Oliveira, estava a deste mandar um capanga dar cabo de sua vida, em uma tentativa de assalto forjada. O redator da folha ainda afirmou que tanto sua oficina quanto sua residência já haviam sofrido diversas tentativas de assalto e, que além disso, era frequentemente seguido por estranhos suspeitos, mas limitava-se a dar queixa a polícia sem conhecimento do público. Por tantas tentativas afirmou que se sentiu forçado a manifestar que caso qualquer coisa acontecesse a sua pessoa, a culpa seria de coronel Lolico e as provas contra o intendente estariam em seus diversos registros de queixas na delegacia. Sobre este fato, somente há registro em *A Voz da Serra*, nem Vergueiro, nem outro autor pesquisado e referenciado falam sobre estes episódios de ataques pessoais à Cúrio de Carvalho.

A campanha declarada d'*A Voz da Serra* a favor de Nicolau Vergueiro¹⁷⁶ também ganhava a mesma proporção que as críticas ao adversário. Em setembro¹⁷⁷, o Conselho

175 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano III, n 143, 9 out. 1918.

176 Apenas como exemplo, citamos a notícia da reeleição de Nicolau Vergueiro como membro da Comissão de Finanças do Estado, na edição de *A Voz da Serra*, Passo Fundo: Ano III, n 142, 4 de outubro de 1918. A folha declarou o quanto este fato tornava ainda mais importante às manifestações de apreço ao amigo Vergueiro, solicitando, implicitamente aos amigos e correligionários que se posicionassem quanto ao lado que estavam: lolicistas ou Vergueiristas.

177 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano III, n 138, 4 set. 1918.



Municipal anunciou uma reunião em defesa dos interesses do município, a ordem foi precedida pelo Governo Estadual, conforme se anunciou. A partir daí o Governo Estadual demonstrava esta atento aos desmandos e conflitos locais. A interferência notadamente constante do Governo Estadual na administração e na resolução de conflitos locais, demonstrou um limiar no contexto político descrito por Rêmond (1996) como um meio que o próprio partido se utiliza de durabilizar sua existência. No entanto, as formas de expressividade dos dois impressos discutidos contrariam abertamente a suposição deste mesmo autor no que tange a linguagem de expressão ideológica partidária, pois para ele não é necessário se expressar abertamente, com todas as letras para que a mensagem seja passada aos leitores e eleitores através do jornal e ainda seja compreendida pelo grupo, contudo, ambas as folhas se expressam abertamente com suas ideologias, explicitamente, doa a quem doer, descredibilizando a homogeneidade local do partido.

No final do ano de 1918 uma epidemia de gripe assolava o mundo, em Passo Fundo¹⁷⁸ o cenário não estava diferente, por este motivo uma reunião do Conselho Municipal foi realizada para direcionar soluções a este problema. Neste mesmo período, problemas referentes a instalação de luz elétrica¹⁷⁹ na cidade

178 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano III, n 147, 14 dez. 1918.

179 A crítica foi direcionada a um funcionário municipal, o engenheiro Ricardo, que mais tempo passava atendendo outros interesses do que cumprindo com a função que lhe cabia, e que, sobretudo os funcionários não instalavam os pontos de energia



começam a surgir nas páginas do jornal aliado a Vergueiro. Tendo em vista tantos problemas administrativos aparentes e por vir, Cúrio de Carvalho anunciou¹⁸⁰ a criação de uma nova seção em sua folha: Belezas da administração. Neste novo espaço a proposta de Cúrio de Carvalho foi por em foco “todos os quadros da nossa bela administração municipal” e para isso se propunha a agir objetivamente “da maneira mais verdadeira e imparcial possível”. A primeira discussão enfocada foi sobre o desleixo com a Praça da República e marcou assim a última edição do ano de 1918 de *A Voz da Serra*.

O ano de 1919 iniciou com uma mensagem especial aos leitores de *A Voz da Serra*¹⁸¹ dedicou uma mensagem especial aos leitores de sua folha, abririam um facho de razão para que o povo meditasse sobre a incompetência da administração pública, em especial do tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira. Foi feito uma espécie de relatório, no qual descreditavam tudo da conta do intendente: “o prédio da intendência não foi edificado sob a direção do atual edil, a cadeia também não foi construída por ele e se somos beneficiados pela luz elétrica deve-se este grande melhoramento, como os outros citados, ao coronel Gervasio Lucas Annes”. E com estes argumentos revigorou

porque quem lhes deveria dar ordens raramente comparecia ao trabalho e que coronel Lolico, mesmo sabendo disto, fazia vista grossa. A matéria findou com a frase: “o que não se discute mais em Passo Fundo, pois é voz uníssona, é que o serviço de luz elétrica tem uma – caveira burro – e que ela é Pedro Lopes de Oliveira”. Ver: *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano III, n 147, 14 dez. 1918.

180 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano III, n 150, 25 dez. 1918.

181 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano IV, n 151, 2 jan. 1919.



o absurdo de estar sendo acusado de difamador por chamar o intendente de “defraudador dos dinheiros públicos”. Na seção “Belezas da administração”, a abordagem ofensiva girava em torno de problemas como a luz elétrica, asseio público, etc. Críticas também eram endereçadas especialmente ao editor de *O Gaúcho*, Brasília de Lima, “capadócio audaz, quase analfabeto, incapaz de ligar duas orações sem cometer quatro asneiras e que por uma aberração jornalística se engalfinhou na posição de diretor do novo *O Corsário*¹⁸²”.

Como uma forma de corroborar as ideias que apresentavam contrariamente a Pedro Lopes e favoravelmente a Vergueiro, iniciaram a inserção de manifestos de apoio de correligionários republicanos á ala de Nicolau Vergueiro. Em uma destas, outro amigo complacente assinado como Cincinato Barreto, de São Bento, declarou ter horror à facção lolicista por estar a par dos seus “desmandos” e acusou-os de “promessas vãs”. Em uma nota avulsa no jornal, a ideia de que o comando municipal deixado por Gervasio Annes estava às traças, fica bem expressiva: “Avante legendários do bem e do progresso desta terra, depois que perdeu o sempre lembrado amigo e chefe cel. Gervasio Annes, caía em poder de fariseus inconscientes

182 Não foi localizada nenhuma referência de um periódico impresso com este nome em Passo Fundo, portanto, acredita-se que se trata de um termo no sentido figurado, pois um corsário é aquele que age de acordo com o seu senhor, agindo mesmo que barbaramente de forma autorizada por este, neste caso subentende-se que Brasília de Lima seguia cegamente as ordens de seu líder o tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira, a facção à qual defendia em sua folha explicitamente de acordo com as referências relatadas pela folha adversária.



e maus! Avante”. Em uma carta publicada nesta mesma data, Borges de Medeiros se solidarizou a Gabriel Bastos, aliado de Nicolau Vergueiro. A finalização desta disputa poderia se prolongar por mais alguns anos, mas a preferência estadual já dava as caras em favor de um dos lados. A busca do apoio popular e da conscientização às “injustiças” que relatavam, também ficavam explícitas com frases incitativas no final das matérias, como exemplo: “Contestem!”.

Uma das críticas proferidas pela *A Voz da Serra* e que diverge das publicações nas memórias de Vergueiro, diz respeito à questão da luz elétrica. Segundo a crítica do jornal a luz elétrica ainda não havia sido inaugurada em 1915 e já possuía dívida altíssima com a Casa Bancária Armando Annes, a inauguração já havia sido adiada por cinco vezes. No entanto, em um discurso proferido por Nicolau Vergueiro¹⁸³, conforme descrito nas memórias do mesmo, a solenidade foi realizada na data do discurso e o prestígio deste feito foi dedicado ao coronel Gervasio Lucas Annes a quem tanto ele quanto o tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira contava como o orientador do feito, e em homenagem a tal foi dado o seguinte destaque: “Creia, Cel. Gervasio, que a sua administração, no quadriênio último, em que foi assinado esse contrato, passou para o domínio glorioso da história, e, por isso, apresento-lhe as nossas mais sinceras

183 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso de inauguração da luz elétrica*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1936, p. 140.



saudações”¹⁸⁴. A pendenga de datas não foi desvendada, ainda não se sabe qual a data exata de inauguração da instalação de luz elétrica, pois a data de lançamento pode apenas ter sido uma pequena amostra da tecnologia que se intencionava inserir na sociedade passofundense naquele período.

De acordo com *A Voz da Serra*¹⁸⁵, *O Gaúcho* vinha levantando suspeitas sobre a idoneidade de Nicolau Vergueiro, os adversários o acusavam de estar ocupando-se do dinheiro público sem nada fazer pelos afetados pela epidemia de gripe espanhola que assolava Passo Fundo neste ano. *A Voz da Serra* alegou que o concorrente não passava de um caluniador, pois além de Nicolau Vergueiro tratar os doentes, não havia aceitado o pagamento que lhe era de direito como Delegado de Higiene Municipal. Em rebate às calúnias exacerbadas que alegava ter feito o concorrente, a *Folha* que se autodenominava republicana, sempre acabava por contestar a adversária de forma a questionar os problemas da administração pública de Pedro Lopes, e assim se seguiam as farpas entre estes dois periódicos, com altas doses de ironias e sarcasmos. As eleições de 1920 começavam a serem vistas como o confronto final de lolicistas e vergueiristas.

Cabe destacar que o comentário, editorial, coluna e

184 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso de inauguração da luz elétrica*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1936, p. 140.

185 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano IV, n 154, 25 jan. 1919.



artigo eram uma coisa só para os jornais da época, ambos são gêneros opinativos, de acordo com Melo (1994), no entanto, neste período até 1925 os jornais existentes não possuíam a classificação de gêneros opinativos bem delineadas. Os jornais da época, como foi relatado aqui, defendiam suas expressividades como verdades inquestionáveis, mesmo contidas em total parcialidade dos fatos, não se consideravam assim veículos meramente opinativos. Observa-se que as críticas direcionadas aos adversários ora apareciam como modelo de editorial, ora como artigo em sequência de referências por algumas edições no mesmo assunto que em outros momentos são nomeadas como sessão. O mesmo ocorreu com os comentários que ocorriam em qualquer sessão do jornal, sem classificação de opinião interna do próprio impresso e somente se diferenciavam quando se tratava de uma “coluna” assinada, o que não ocorria sempre.

Diversas vezes Cúrio de Carvalho deixou claro que o PRR nada tinha a ver com o seu posicionamento, embora se posicionasse sempre a favor deste partido, mas assumia frequentemente total responsabilidade sobre o que publicava em seu jornal, pois somente levava ao público o que condizia com a diretriz pré-estabelecida por ele mesmo. “A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica



na prática a *linha editorial*”¹⁸⁶.

Tais elementos são defendidos pelo mesmo autor sob a ótica de que o jornal atua de acordo com o contexto e a disponibilidade de recursos que possui no período em que está inserido. No período em questão o jornalismo impresso era o recurso mais qualificado, o rádio iniciava a sua inserção no mercado midiático mas não tinha ainda difusão total entre a população e, a televisão menos ainda, nem se cogitava tal recurso associando imagem e áudio em um meio de difusão somente. Por tais motivos, a expressividade e a intensidade de críticas nos periódicos eram tão focadas e intensas. Em 1918, este cenário se tornou mais perceptível do que em qualquer momento aqui antes relatado. É possível observar no relato do dia 22 de fevereiro¹⁸⁷, Pedro Lopes foi ironicamente criticado por não ter dado um melhoramento de valor sequer ao município: “Verificamos depois que houve engano nesta notícia, pois foi ele quem instituiu a remoção do lixo, pelo que tens indiscutível e inegável direito ao título ‘Herói do lixo’”. É importante referenciar que em todas as edições seguintes, até a data das eleições de 1920, houve manifesto de apoio de algum correligionário dos distritos de Passo Fundo, e os apoios expressos se davam sempre a Nicolau Vergueiro e à Gabriel

186 MELO, 1994, p.70.

187 Em 9 de março voltaram a afirmar que em Passo Fundo a administração municipal nada fez, tudo aqui partiu de iniciativa particular ou de ordem direta do Governo do Estado, dito isto fizeram uma nova dedicatória a Pedro Lopes: “enquanto isto o nosso arqueológico intendente dança e come bolo... e depois bocejaja, estende os braços, fecha os olhos e dorme”.



Bastos.

Até este período, a orientação do candidato presidencial brasileiro apoiado pelo PRR era o Conselheiro Rodrigues Alves. No cenário passofundense, em 1º de março de 1918, data inicial do pleito, Pedro Lopes tentou outra jogada ardilosa para enfraquecer o vergueirismo:

Pretendeu o intendente fazer a eleição com cédulas separadas, porque havendo Bastos e Vergueiro, inscrito no livro do registro eleitoral federal, apesar de todas as dificuldades, de todos os obstáculos, 1055 eleitores La Hire Guerra, o juiz de Comarca, incluiu somente 182, deixando o despacho dos outros requerimentos para depois do pleito. O chefe do partido, porém, tendo exato conhecimento da maneira porque estavam sendo preparadas as coisas, não permitiu esse¹⁸⁸.

Após a tentativa frustrada do intendente de reduzir as forças do vergueirismo, as críticas contra sua figura política e pessoal retornaram com força na imprensa favorável a Nicolau Vergueiro. Neste período os partidos estavam cadastrando novos eleitores, por este motivo apresentaram a parcial do registro: lolicistas 8; federalistas 32; vergueiristas 635. Em protesto à afirmação que os lolicistas fizeram de que eram prejudicados no cadastro de novos eleitores, *A Voz da Serra* retrucou¹⁸⁹ lembrando fatos ocorridos em anos anteriores, “os

188 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso pelo Conselho Municipal*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 64.

189 A contestação aos correligionários de cel. Lolico foi lançada da seguinte forma:



lolicistas absolutamente não tem sido prejudicados com seus direitos eleitorais, como fomos então, quando o cartório esteve nas mãos do cunhado de Pedro Lopes”.

As convocações republicanas se intensificaram até a data do pleito, que se realizou em 13 de abril, apoiavam o candidato Eptácio Pessoa à presidência do Brasil. Os candidatos à presidência do Brasil eram Eptácio Pessoa e Ruy Barbosa, “o 1º, neste Estado, apoiado pelo partido republicano e o 2º, pelo federalismo”. “Chegou finalmente o momento supremo e o 13 de Abril raiou, consagrando nas urnas o nome de Eptácio Pessoa através de 1100 votos e o de Ruy Barbosa, elementos coligados com 477 tão somente!”. Pedro Lopes, de acordo com Vergueiro, havia aconselhado seus correligionários a votarem em Ruy Barbosa, candidato apoiado pelos federalistas e não pelo seu partido e também utilizando cédulas manuscritas e não cédulas fornecidas pela executiva. “Dos 1100, foram com cédulas da executiva 1089 e 11 apenas com cédulas manuscritas”. O prestígio que o intendente possuía na eleição municipal do ano anterior, comprovou-se abalada na eleição presidencial de 1918.

Quatro dias depois do pleito, o acatado órgão do Partido Republicano A Federação publicava significativamente o seguinte: “Passo Fundo, 16. o partido republicano, acudindo ao apelo da

“Mentir é mau. Mentir em proveito é necessidade. Mentir com prejuízo é ridículo. Mau, neceo, ridículo, o emissário do cel. Lolico...”. Ver: *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano IV, n 161, 22 mar. 1919.



comissão executiva, sufragou nas urnas o Dr. Epitácio com 1100 votos, apesar da propaganda desenvolvida pelo Tenente Ce. Pedro Lopes de Oliveira em favor do senador Ruy Barbosa, que obteve apenas 477 votos dados pelos federalistas e partidários do intendente, cuja traição manifesta e notória tem sido fortemente censurada por nossa agremiação política. Vibrante manifestação receberam o Dr. Araújo Vergueiro e Gabriel Bastos, membros da executiva pela vitória alcançada, sendo muito vitorizados, bem assim como o preclaro chefe Dr. Borges de Medeiros. O nosso abnegado e leal companheiro Gabriel Bastos, amigo prezado, cuja dedicação é assaz conhecida, depois desse memorável pleito, solicitou para dar um golpe decisivo nas pretensões dessa gente, solucionando a questão política local, a sua exoneração de membro da executiva e, o que é mais, num gesto verdadeiramente desprendido, no mesmo telegrama, pedia que a direção unipessoal do partido me fosse entregue¹⁹⁰.

A edição posterior à eleição¹⁹¹, em sua maior parte, tratava de chacota destinada aos lolicistas e em sobrepeso, aos federalistas que receberam o apoio de cel. Lolico, a quem diziam que estava de olho na chefia do partido que sempre fora seu adversário político-ideológico durante os anos no PRR. A análise sobre a traição de Pedro Lopes ao PRR foi feita de forma mais profunda, alegou-se que ele nunca possuiu uma ideologia e que nunca de fato foi republicano do PRR. Os ataques atingiram cunho pessoal também, afirmou-se que o intendente

190 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso pelo Conselho Municipal*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 64.

191 *A Voz da Serra*. Passo Fundo: 19 abr. 1919.



não possuía inteligência própria e que após a perda do cel. Gervasio Annes, Pedro Lopes não foi capaz de desempenhar sozinho as funções necessárias para o desenvolvimento do município.

Vergueiro¹⁹² descreveu em suas memórias que recebeu um telegrama de Borges de Medeiros em que o supremo chefe do Partido Republicano Riograndense declarou dissolvida a Comissão Executiva e nomeava-o unilateralmente chefe do PRR passofundense “em reconhecimento a seus méritos, serviços postos em destaque nas últimas eleições”. A nomeação foi aceita sem contestações por Nicolau Vergueiro e com apoio interino de Gabriel Bastos, aliado político e ex-membro da Comissão Executiva, que havia sido dissolvida por causa do pedido de exoneração deste, solicitando também que a direção partidária fosse instituída a Vergueiro. “O nosso antagonista não recebeu idêntico telegrama de agradecimentos e isso, senhores, é por demais significativo e só não compreende um Pedro Lopes de Oliveira”¹⁹³.

A correspondência que Nicolau Vergueiro recebeu de Borges de Medeiros foi publicada n’*A Voz da Serra*¹⁹⁴ de 10 de

192 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso pelo Conselho Municipal*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 64.

193 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso pelo Conselho Municipal*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 64.

194 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano IV, n 167, 10 mai. 1919.



maio, na correspondência o chefe supremo do PRR indicava Nicolau Araujo Vergueiro como candidato a intendente de Passo Fundo pelo PRR. Com esta indicação, Pedro Lopes não pertencia mais ao PRR, estava oficialmente avulso no campo político. Em prol disso, *O Gaúcho* foi intenso, atacou Gabriel Bastos por exonerar-se na Comissão Executiva, ataque ao qual *A Voz da Serra* considerava “injustificável” e em busca de provar isto resgataram todas as explicações possíveis sobre a decisão de Borges de Medeiros nas atitudes de cel. Gervasio Annes quanto ao futuro da política local prevendo sua ausência do cenário em questão.

De julho a dezembro, o cel. Lolico foi criticado como um faz nada novamente, foi questionado por não pagar o salário dos munícipes, foi interrogado por deixar os cofres do município no vermelho sendo ainda acusado de se beneficiar com a verba desvirtuada, foi criticado pela má administração e foi confrontado pelo conflito nas prestações de contas do município no que tangia ao empréstimo bancário na Casa Bancária Armando Annes, Pedro Lopes prestou contas de apenas metade do valor real que a Casa Bancária alegou ter emprestado aos cofres do município. *A voz da Serra* se aproveitou para cutucar mais uma vez o cel. Lolico que alegou que haviam muitos correligionários do PRR contra a chefia unilateral do partido por Vergueiro, mas nunca conseguiu apresentar sequer um nome além do seu. A folha fez questão de



mencionar que o cel. Gervasio Annes jamais deixou o cofre do município vazio no fim dos mandatos intencionais.

Em setembro a dignidade política de Pedro Lopes de Oliveira estava por um fio, era anunciada a transferência do primeiro integrante da cúpula do intendente, tratava-se de Julio Edolo, por ordem de Borges de Medeiros, a pedido de Nicolau Vergueiro. Pedro Lopes, em revide, ameaçava de tentar conseguir a licença da Assembléa dos Representantes do Estado para entrar com processo contra Nicolau Vergueiro, se ele obtivesse e não entrasse a folha garantiu que teriam argumentos para caçoa-lo novamente. Abafado este escândalo o próximo foi a denuncia de fraude na concorrência para fornecimento de energia elétrica, “não se admite boa intenção de um gestor que sempre foi a maior negação para o trabalho”, a má fé nos atos de Pedro Lopes eram expressadas em acusações constantes. De novembro em diante, a folha aliada de Vergueiro voltou à contagem regressiva para a saída de cel. Lolico da intendência: “Faltam 365 dias para o Pedro Lopes deixar a intendência”. A contagem prosseguiu ininterruptamente até a data marcada para o pleito intencional.

O cerco se fechava cada vez mais para Pedro Lopes, no dia 20 de dezembro uma publicação que partia do Conselho Municipal, reprovava os gastos do intendente no município e por isso resultaria em responsabilidade criminal de Pedro Lopes



de Oliveira. A resposta veio através da folha concorrente, o que segundo *A Voz da Serra*, *O Gaúcho* “esbaforiu-se” em desculpas para justificar os gastos da prestação de contas intencional, publicaram os atos 335 e 336 pelos quais o intendente teria promulgado os orçamentos do município e da luz elétrica, mas toda a dúvida continuava pois ainda ninguém havia tido acesso ao relatório intencional ao findar do ano anterior, e 1920 já estava indo para seu segundo mês. Surgiam cada vez mais dúvidas sobre as dívidas municipais, *A Voz da Serra* cada vez apresentava uma rabicha nova deixada pela gestão de Pedro Lopes, o duplo pagamento da dívida ao banco alemão, as cinco edições d’*O Gaúcho* somente sobre a prestação de contas, a condenação d’*O Gaúcho* por crime de injúria contra Nicolau Vergueiro e o vencimento da hipoteca da intendência à Casa Bancária Armando Annes. No limiar Estadual, Nicolau Vergueiro convocou os republicanos passofundenses a votarem em Borges de Medeiros para deputado federal, obviamente uma orientação política do próprio chefe estadual.

Até aí as amostras de amizade provinham em maior parte de Cúrio de Carvalho para Nicolau Vergueiro. Enquanto Cúrio de Carvalho sofria calúnia pelo cunhado Arthur Caetano da Silva, Vergueiro¹⁹⁵ pronunciou-se ao amigo com as seguintes palavras: “É natural, porém, que a luta entre membros da mesma família apaixone os contendores e que a

195 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Uma carta ao Cúrio*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1935, p. 35.



paixão os leve a excessos imotivados”. Sob este consolo pediu que ele separasse os interesses individuais das convivências impessoais do partido, Cúrio de Carvalho defendia o PRR, o cunhado defendia o Partido Federalista. Por isto Vergueiro complementou: “não poderás conciliar interesses individuais com as conveniências inibidoras da coesão e solidariedade política”. Vergueiro sugeriu que Cúrio de Carvalho entregasse Arthur Caetano da Silva à tortura do silêncio em torno de seu nome, para completar pediu publicação da carta encaminhada para o amigo e correligionário. A carta foi publicada, conforme a “sugestão” do amigo. O fato se considera inibidor porque o informador tem notoriedade, o que Charaudeau (2009) diz ser importante para se qualificar um crédito natural a uma figura acima de qualquer suspeita, Cúrio de Carvalho não largava o adversário ao silêncio por conta, mas porque um ser superior em sabedoria lhe indicara a isso. Afinal, o poder político também têm interesse na construção midiática do efeito de verdade da notícia.

Em julho *A Voz da Serra* publicou uma circular eleitoral, emitida por Nicolau Vergueiro em que este convidava os eleitores para votar em Borges de Medeiros para o senado. No mesmo mês *A Voz da Serra* se pronunciou favorável a candidatura de Nicolau Vergueiro para as eleições municipais, a quem declarou apoiar havia três anos. Uma carta de recomendação de Borges de Medeiros indicando Nicolau Vergueiro como intendente



também foi levada à público pelo jornal e um telegrama do chefe do partido estadual anunciou Nicolau Vergueiro como candidato oficial do PRR ao pleito eleitoral no município. A publicação de Borges foi repetida em agosto, sobre a reiteração de pedido por parte da *Voz da Serra* de que os adversários tivessem cautela nos textos para não ofenderem os adversários neste período eleitoral, solicitou linguagem civilizada entre as partes. Pedido um tanto irônico, considerando as alfinetadas mútuas até então distribuídas. Neste período, Prates relatou que Pedro Lopes ainda permanecia no cenário político vinculado ao PRR, mas sob uma sequência de derrotas:

Em 1920, apesar das divergências, Pedro Lopes de Oliveira ainda permaneceu no PRR. Contudo, ao se aproximar o período de eleições municipais, percebia-se na região uma bipolarização entre os republicanos, divididos que estavam entre Pedro Lopes de Oliveira e Nicolau Vergueiro. Borges de Medeiros propôs, então, um plebiscito interpartidário para que o próprio povo da região escolhesse o candidato a ser indicado pelo partido. Nicolau Vergueiro obteve o resultado a seu favor, o que o levou também à vitória na eleição para a administração municipal de Passo Fundo¹⁹⁶.

Vergueiro foi anunciado¹⁹⁷ como o vencedor no pleito intencional de Passo Fundo, com 4004 votos. A folha afirmou que “a vitória do partido republicano local no pleito intencional

196 PRATES, 2001, p.16.

197 *A VOZ DA SERRA*. Passo Fundo: Ano IV, n 227, 25 set. 19120.



de 16 de setembro foi tão estrondosa como o seu resultado de 4004 votos, que atropelou por completo os adversários”. Até que se findasse o ano e Vergueiro assumisse a administração do município em 1920, *A Voz da Serra* trouxe em suas edições um emaranhado de detalhes sobre as eleições, inclusive um retrospecto das eleições para a intendência nos últimos anos e também tratou da festa de posse, com direito ao convite oficial do evento impresso em suas páginas. Nicolau Vergueiro narrou este período de forma mais detalhada em suas memórias¹⁹⁸, para Vergueiro, em 16 de setembro de 1920 venceram “em derrota decisiva e campal” aquela “súcia de velhacos”, desleais em todos os sentidos, pois tentaram várias vezes contra a vida dele e de seus amigos correligionários, em um “memorável pleito”.

Em 4 anos, tivemos 4 prélios eleitorais: o primeiro, em Novembro de 1917, levamos às urnas menos de 500 eleitores, e os adversários pouco mais de 1500; o segundo, em Fevereiro de 1918, nós com 800 e tantos, eles com 900 e poucos; o terceiro, em Maio do mesmo ano, vencemos: nós com 1400 e eles menos de 400 e o quarto, em 16 de Setembro de 1920, nós com pouco mais de 4000 e eles fugiram do campo de combate¹⁹⁹.

Em novembro a nova administração municipal já apresentou seu planejamento para o ano de 1921. A todo o

198 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.

199 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.



momento foi possível observar a participação de Borges de Medeiros como um definidor de medidas na cidade de Passo Fundo, tudo que desalinhe ao ideal partidário, o próprio chefe supremo empenhou-se em redelinear nos horizontes. Vergueiro declarou ter encerrado seu discurso da seguinte forma:

Dar braço forte à justiça, regularizar as nossas finanças, moralizar a arrecadação de impostos, aplicá-los honradamente, convenientemente, amparar o comércio, desenvolver a agricultura, abrir escolas, extinguir o jogo, fustigar a libertinagem, rasgar estradas, construir pontes são, em síntese geral, os meus ideais e, se tiver a doce ventura de os transformar em realidade, estarei plenamente satisfeito, inteiramente recompensado, podendo então me recolher à sombra da minha obscuridade²⁰⁰.

No dia 15 de novembro a folha cobriu na íntegra, trazendo todos os pontos de vistas e detalhes sobre a posse intencional de Nicolau Vergueiro. Este período foi denominado pela folha “republicana”, *A Voz da Serra*, como uma “nova era” na política de Passo Fundo. A última edição do arquivo fornecido para esta pesquisa datava de 9 de janeiro de 1920 e não inseriu nenhum contexto ou conflito entre política e imprensa. A partir deste período só foi possível se pautar pelas narrativas de Nicolau Vergueiro e nas bibliografias encontradas sobre Passo Fundo. Esta deficiência de arquivos impressos sobre o restante do período deixa um vácuo por ora, mesmo

200 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Súcia de Velhacos*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3. Passo Fundo: 1935, p. 76.



contando ainda com as memórias e com as bibliografias, pois, nas palavras de Barbosa (2007, p. 127), o jornal espelha uma ideia, “evoca a problemática do poder”, insere o leitor na realidade, no cotidiano, é o meio pelo qual se colocaram em contato com o mundo.

Abreu (1997, p. 62) também insere a imprensa como um importante documento para se analisar crises políticas e transformações sociais, pois ela interage ativamente no processo, “a imprensa introduz no sistema social novas formas de pensar, elabora e interpreta aspirações e demandas da sociedade, ou seja, enquanto ator social, participa de todo o processo político”. Outra autora que corrobora com o argumento do impresso como uma importante fonte histórica é Barbosa (2007), que afirma que os impressos trazem a voz dos interlocutores do passado, os jornalistas, para o historiador que utilizará o recurso no futuro, pois este utilizar-se-á das lembranças apresentadas para resgatar rostos e histórias “sepultadas nos impressos”. Contudo, apesar destas limitações, Barbosa (2007) alinhava estas ideias com a afirmação de que a história é sempre um ato comunicacional, e por esse limiar coube a sequência dos estudos através das memórias e das bibliografias.



2.4 A conjuntura da Revolução de 1923 sob o viés da imprensa

A conjuntura histórica de 1921 a 1923 foi descrita por Antonacci (1981), como distinta das demais ocorridas no estado do Rio Grande do Sul, pois foi um marco de reestruturação do poder. Nela ocorreu a possibilidade de uso alternativo do poder, pelo ingresso de grupos políticos não integrantes do PRR, que desde 1895 monopolizara o aparelho estatal gaúcho. Para Kieling (1984) o período foi marcado por três elementos na questão de disputa partidária: a eleição de 1922 para presidente do Estado; a assinatura do pacto de Pedras Altas em dezembro de 1923; e, a Revolução de 1923. Prates (2001) e Love (1975) destacam a eleição de 1922 em que Borges de Medeiros foi novamente indicado como presidente para o quadriênio seguinte. De acordo com estes autores, a Constituição Estadual tratava por si só de legalizar esta irregularidade conteste pelos adversários federalistas, pois quem fazia a contagem final de votos era o Legislativo e o partido que dominava a maioria na casa, automaticamente determinava seu homem eleito através da alegação de algum voto suspeito como fraudulento. Logo, qualquer voto na oposição poderia ser considerado suspeito. Por tal situação, a oposição prostrou-se em luta, indicando Assis Brasil como seu candidato.



Enquanto o cenário Estadual vertia em conflitos, em Passo Fundo, Nicolau Vergueiro seguia solidamente no poder. Em um discurso proferido no dia 15 de novembro de 1922, pelo segundo ano completo de administração, Vergueiro relatou que recebeu dos amigos e correligionários demonstrações de apoio e solidariedade. Escreveu-se como observador e julgador sereno dos fatos, pensador pela coletividade, buscador constante da prosperidade de sua terra natal. Declarou-se orgulhoso de servir como diretor deste grande partido em Passo Fundo, político e militante influenciado ideologicamente por Julio de Castilhos, “continuo a servi-lo com o mesmo ardor da mocidade, sem tibiezas, sem fraquezas, a prestar-lhe hoje, mais do que nunca, os meus serviços, o meu apoio e até a minha vida, se preciso for”²⁰¹.

Vergueiro afirmou-se como um constante apoiador dos candidatos indicados pelo partido e aproveitando-se desta deixa tratou das candidaturas ao Governo Estadual, comentou sobre a visita de “Assis Brasil, que é um diplomata aposentado, e possuidor, em Pedras Altas, de uma granja modelo”²⁰². Elogiou o tal candidato como pessoa, como granjeiro, mas limitou-se nestas atribuições, pois como político limitou-se a defini-lo como “egoísta” através do uso de outras palavras um pouco mais enfáticas. O discurso de Nicolau Vergueiro estava em prol

201 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso em uma manifestação*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 102.

202 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso em uma manifestação*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 102.



do Partido Republicano e, a este, creditava a garantia de vitória nas urnas. Em seguida exaltou o seu candidato:

Borges de Medeiros, o nosso excelso candidato, vive pobre, todo dedicado ao serviço da causa pública; Borges de Medeiros é uma esperança confirmada; é o pivô seguro de um futuro radiante; é o centro desse sistema econômico e financeiro, que nos orgulha, e sobre o qual gira a paz, a ordem, o progresso desta unidade da Confederação brasileira. Borges de Medeiros não é uma experiência; é uma prova provada²⁰³.

Dentre seu entusiasmo, Vergueiro relembrou a confiança de Julio de Castilhos em Borges de Medeiros, declarou que apesar da insistência dos adversários em deflagrar a bandeira do PRR os correligionários estavam cada vez mais motivados a reeleger Borges de Medeiros. Em vista da defesa de seu ponto de vista, Vergueiro citou novamente o velho conflito ideológico que arremetia os federalistas e os republicanos legalistas:

Os dissidentes da política dominante estão dentro de certas linhas que devem ser acatadas, mas o velho Partido Federalista, que se bate, intransigentemente, pelo parlamentarismo, e que vota num presidencialista “enragé”; o federalismo, que sustenta “ideias não são metais que se fundem” – demonstra que se adapta a qualquer candidato e, pode ficar certo, desaparecerá na voragem e está mandando, desde já, entoar o seu “De profundis” e o seu

203 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso em uma manifestação*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 102.



“requiescat in pace” [descanse em paz]²⁰⁴.

Nicolau Vergueiro pautou-se de argumentos baseados nos feitos de Borges de Medeiros em prol do Estado do Rio Grande do Sul e, finalizou, com a “certeza de que o Partido Republicano de Passo Fundo saberá, em 25 próximo, cumprir o seu dever”²⁰⁵. Este dever a cumprir contido no ímpeto dos republicanos legalistas foi um grande propulsor na revolução sul-rio-grandense de 1923, pois, de acordo com Antonacci (1981), a luta deixava de restringir-se à região norte e ganhava o Estado:

Se em janeiro e fevereiro de 1923 a revolução ficara restrita a Passo Fundo, Palmeira, Nonohay e Erechim, no fim de abril tomara conta de todo o Estado. Nas diversas regiões do RS, chefes rebelados contra Borges organizaram colunas revolucionárias, que tiveram um efetivo que (...) variou segundo a região e o prestígio do chefe, que tinha o posto de general. As menos numerosas andariam pelos setecentos, enquanto outras, como as de Portinho e Honório deveriam oscilar entre mil e quinhentos e mil e oitocentos homens²⁰⁶.

No dia 23 de Junho, travou-se o combate mais renhido da região norte, “entre as forças da Brigada do Norte e as do Exército Libertador, comandadas respectivamente pelos

204 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso em uma manifestação*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 102.
205 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso em uma manifestação*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 102.
206 ANTONACCI, 1981, p. 99.



generais Firmino de Paulo e Felipe Portinho”²⁰⁷. O embate se deu próximo à Boa Vista do Erechim, no desvio Giaretta, com elevado número de mortos e feridos. Não houve envolvimento do Governo Federal, este apenas denominou algumas áreas como neutras, linhas férreas e estações, por exemplo.

Sob o pretexto de inspecionar a área neutra, foi de trem até Boa Vista do Erechim, o comandante do 8º R.I. Tenente Coronel Enéas Pompílio Pires, aproveitando-se para embarcar no trem os feridos da Brigada do Norte, trazendo-os de volta à Passo Fundo. No retorno, Vergueiro narrou que Pompílio Pires resistiu a entregar os feridos ao general Firmino, este ameaçou com o uso da força. “Cada qual mais teimoso e emperrado, já era uma questão de capricho”, as metralhadoras chegaram a ser arrestadas, mas Nicolau Vergueiro disse ter intervindo nesse momento “com serenidade e com energia, de igual para igual”²⁰⁸. Vergueiro diz ter feito valer seu direito de médico, assumiu o zelo pelos feridos, passando por cima de qualquer conflito entre os adversários das armadas, lavrou em cartório seu compromisso com os 57 feridos contados. Até uma certa dona Chiquinha proprietária de uma casa de “perdição” cedeu seus quartos e seu zelo para os feridos. Todos na cidade colaboraram, de acordo com o relato de Vergueiro, que aqui postou-se como pacificador. Antonacci (1981) alegou que a

207 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Entre comandantes*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 2. Passo Fundo: 1935, p. 137.

208 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Entre comandantes*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 2. Passo Fundo: 1935, p. 137.



interferência do Governo Federal fez com que Assis Brasil desistisse de retirar Borges do poder e focasse no apoio Federal para a instituição das futuras eleições de 1928.

O esgotamento da luta constitucional no RS em 1923, com a passagem para a luta armada, provocando uma intervenção federal que restaurou a ordem vigente e integrou as oposições no aparelho estatal gaúcho, evidenciou os limites da luta intraclasse. As oposições rio-grandenses recorreram às armas para mostrar a necessidade de uma intervenção, que garantisse a rotatividade no uso do poder [...] ²⁰⁹.

Outro autor, Kieling (1984, p. 24-25), detalhou que o acordo só foi fechado após a pressão de todas as partes, “foi assinado, em 14 de dezembro de 1923 na fazenda de Assis Brasil que lhe emprestou o nome: Tratado de Pedras Altas”. No tratado, ficou determinado que a reeleição para presidente e intendentes estava vetada e o governo federal e estadual comprometeram-se a velar pelo acordo. Por esta dimensão de interferências que este autor afirmou que a revolução de 1923 ultrapassou o espaço político atingindo muito mais do que eleitores em busca da “abolição de uma organização ditatorial” ²¹⁰.

Passado os anseios de guerra e adentrando a narrativa das memórias no ano de 1924, em 19 de janeiro, Vergueiro recebeu

209 ANTONACCI, 1981, p. 114.

210 KIELING, 1984, p.25.



um churrasco em homenagem pelo PRR em Carazinho. Em seu discurso declarou-se muito agradecido e emocionado com a prova de consideração dos correligionários daquele distrito e em troca de tal simpatia declarou-se bem intencionado e disposto a servir na política em busca do bem para o distrito. Como uma busca pelo acirramento do patriotismo naquela região, buscou em suas palavras referências à recém-terminada luta de 1923, findada pela carta magna de 14 de Julho, com vitória das forças legalistas, ou seja, do PRR. Já esboçava-se uma Frente Única, necessariamente é observável em um dos trechos de seu discurso em que afirmou que,

É fato assaz conhecido e indiscutível que ao partido republicano deste Estado, repugnava uma guerra civil, aconselhando o nosso chefe, sempre que se fazia mister, a máxima tolerância. Esta foi até ao abuso, e prova insofismável é o que ocorreu neste futuroso povoado a 25 de Novembro de 1922, em que os nossos amigos, muito ponderadamente, para evitarem um atrito violento e derramamento de sangue, abandonaram, e o fizeram muito bem, a mesa eleitoral, indo exercer o seu sagrado direito de voto na sede do município. E o que então se passou aqui? Uma verdadeira orgia eleitoral, com juiz, mesários, eleitores improvisados e títulos falsificados... uma cena burlesca²¹¹

Após este conflito e a resolução nas urnas de forma fraudulenta, Vergueiro declarou que seu partido e de seus

211 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso em Carazinho*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 112.



correligionários pregava a paz, enfocando o “horror” que era esta “luta entre irmãos”, enquanto alegava que os adversários pouco se importavam com o que teriam que sacrificar para atingirem o poder. Na capital o atentado não teve sucesso, já em Passo Fundo o golpe tentado motivou-se por que “não tinha mais do que 400 homens para defendê-la, sitiada por mais de 3000, não só deste município, como vindos de Palmeira, Erechim, Lagoa Vermelha e outros pontos”²¹². Passo Fundo resistiu por oito dias, os adversários atacavam através de saques e depredações nas cidades, em luta armada raramente agiram.

E por fim a paz, de cujo texto sois conhecedores, e aí estão de pé, cada vez mais sólidas, as nossas instituições; aí está, cada vez mais prestigiado, o mesmo governo e aí está, cada vez mais respeitado, o digno Borges de Medeiros, cercado, em círculo cada vez mais forte, pelo pujante, glorioso e invencível partido republicano. E o que resta dessa luta? Um manto de tristezas, um rosário de dores e de lágrimas, um manancial enorme de pesares e de luto, um séquito de mutilados, de órfãos e de viúvas²¹³.

“Vencedores no pleito presidencial, vencedores pelas armas...”. Apesar desta frase em seu discurso, Vergueiro incitou seus amigos e correligionários a comparecerem nas urnas em março do ano corrente para fazer valer a vontade

212 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso em Carazinho*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 112.

213 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso em Carazinho*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 112.



coletiva através do sufrágio. Prates (2001) disse que ainda em 1924 se compôs a Aliança Libertadora formada por membros do Partido Federalista e do Partido Republicano Democrático (PRD), “em Passo Fundo, teve como integrantes o deputado Arthur Caetano, o general João Rodrigues Menna Barreto, o coronel, Pedro Lopes de Oliveira, Quim Cesar, João de Souza Ramos, Fernando Goelzer e Pedro Estácio”²¹⁴. Nota-se que o nome sumido de Pedro Lopes de Oliveira, desde a disputa da urnas de 1920, agora aparece na formação dos novos adversários políticos: a Aliança Libertadora.

Kieling (1984) afirmou que o acordo de Pedras Altas caiu em cheque quando o governo federal demorou a cumprir o acordo instituído no Pacto de Pedras Altas. Mas, a Aliança Libertadora não rompeu com o Governo Federal mesmo quando indicaram apoio à candidatura do General Andrade Neves, do PRR. O ato foi interpretado pelo ideal de que a união restituindo sua liberdade diminuiria o poder regional dos Estados, como no caso do PRR Rio Grandense. A Aliança Libertadora (AL) passou a integrar as camadas populares em sua gama de eleitores, dinâmica que segundo este autor é o que fez romper factualmente com o Pacto de Pedras Altas, surgindo daí também o movimento tenentista no RS por inserção da AL.

Queremos deixar claro que o movimento tenentista no Rio Grande do Sul surgiu à revelia da AL. Mas queremos também afirmar que,

214 PRATES, 2001, p.18.



num primeiro momento, a AL foi envolvida nesse levante. Progressivamente, porém, vai incorporar-se, vai absorvendo-o, passando concomitantemente a trata-lo como questão própria da Aliança. Essa incorporação rompe com os esquemas de ação da AL, provocando uma série de mudanças na estrutura da agremiação. E fatos isolados, como os que acabamos de citar, passam a ser identificados como ações de vanguarda da AL²¹⁵.

Este envolvimento com a rebelião tenentista, guiada por Luiz Carlos Prestes, fez com que a AL rompesse com o Governo Federal, conquistando a pressão de Borges de Medeiros e a perseguição do Governo Federal. Sendo assim, Kieling (1984, p. 66) diferenciou duas correntes que se formaram na oposição: “Assis Brasil e a tentativa de organização da oposição através de estratégias parlamentares e, por outro lado, a ala mais radical do movimento, em cuja liderança vai destacando-se Luiz Carlos Prestes, que tentava ainda a via extra-sistêmica de modificação do regime”.

No cenário político local, Vergueiro anunciou ainda em 1924 que deixaria a administração do município de Passo Fundo e que aceitava a certeza de ter agido com lealdade, “se erros tive, nunca os mesmos foram de má fé”. No dia 14 de Julho, em seu encerramento de mandato, Vergueiro disse ter indicado, em seu manifesto político utilizando sua voz influente de diretor do PRR local, “os nomes daqueles que merecerem” os votos

²¹⁵ KIELING, 1984, p. 64.



dos eleitores passofundenses. Nicolau Vergueiro explicitou a influência do chefe estadual nas suas decisões quando afirmou que para tal manifesto “foram consultadas, serenamente, a opinião dos próceres do município e a do preclaro chefe Borges de Medeiros, obedecendo destarte, à históricas e salutareas praxes do nosso glorioso Partido”. E seu manifesto continuou a comprovar tal reverência às ordens recebidas em prol do alinhamento partidário:

Em se tratando de uma eleição de magna importância para esta terra, é imprescindível que todo correligionário, naquele dia, deposite, sem hesitações, na urna o seu voto, e, como disciplinado, que essa seja nos candidatos oficiais do Partido, cuja proclamação, por ordem do eminente Dr. Borges de Medeiros, foi feita pela A Federação, em 17 de Junho findo.

Essa unidade de vistas entre o chefe e os seus correligionários, essa indefectível e inteligente solidariedade, essa disciplina partidária consciente, é que faz a grandeza do Partido Republicano riograndense. A disciplina, já afirmou um ilustre escritor e político, dignamente praticada, em que o chefe reconhece a personalidade de cada um de seus comandados, e, em que cada um destes voluntariamente abdica alguma coisa de si própria, como tributo à coletividade, é a força criadora dos partidos, e os partidos desse modo organizados e harmonizados perante a lei é que formam a estrutura política da nação²¹⁶.

216 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Manifesto Político*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 87.



Para que o povo exercesse tal dever cívico, os candidatos indicados para voto eram: para intendente, Armando Araujo Annes; para vice-intendente, Henrique Scarpellini Ghezzi; para conselheiros, Antonio Augusto Graeff, Dr. Ney de Lima Costa, Maximiliano Pereira Ávila, Dr. Piero Sassi, Aparício Langaro e Napoleão Antunes Almeida. Mediante manifesta indicação, Nicolau Vergueiro ainda prestou simpatia ao candidato do PRR para intendência “trata-se de um digno correligionário, de comprovada lealdade republicana, alheio às lutas de campanário, de uma austeridade de caráter modelar e portador de um nome tradicional na política republicana local”. Desta forma, Vergueiro transformava Armando Annes em uma esperança para os eleitores no que dizia respeito ao progresso desta cidade. Quanto ao vice intendente e os conselheiros indicados, Vergueiro limitou-se a ressaltar-lhes a honestidade e a dignidade que possuíam como cidadãos ativos na sociedade passofundense. Dentre seus elogios aos candidatos e às precedências histórico-partidárias, como não poderia deixar de ser, considerando esta situação de valores partidários a que se arremeteu Nicolau Vergueiro, houve o resgate do “vulto grandioso” de Julio de Castilhos, comemoração do 33º aniversário da Lei Orgânica do Estado, a Constituição do Rio Grande do Sul, e por tantas honras completou “Mais do que nunca essa deve ser a nossa divisa sagrada. Às urnas, correligionários, em 16 de Setembro”. Os candidatos de Nicolau Vergueiro venceram aquela eleição, encerrando o ano



de 1924 nos limiares do poder político.

Quanto a imprensa, não se pode dizer o mesmo, a instabilidade e a constante oscilação tornou-se visível: iniciando por *O Gaúcho* que se constituiu como órgão do PRR de 1889 a 1916, perdeu a oficialidade pelas disputas internas do Partido Republicano de Passo Fundo, encerrou-se em 1920; de 1916 a 1920 *A Voz da Serra* atuou como defensora independente do PRR, defendendo o vergueirismo e afrontando a ala lolicista apoiada pelo *O Gaúcho*. Comprovadamente um período de instabilidade da imprensa mas, apesar disto, de influência de poder político do PRR em todos eles, seja de forma direta com seus integrantes atuando na direção destes, ou indireta como redatores eventuais ou fundadores. A data a que se limita este capítulo é 1924, os relatos das memórias de Vergueiro findam-se em 1924 e são retomados no ano de 1926, já os arquivos de jornais localizados encerram-se em janeiro de 1920, retomando a fonte impressa através de *O Nacional* em 1925. Sendo assim, os fatos e fontes localizados a partir de 1925 são contextualizados e analisados no capítulo 3.



3 DISPUTAS NA IMPRENSA PELA INDEPENDÊNCIA PARTIDÁRIA (1925- 1930)

Neste capítulo estuda-se o contexto político apresentado pelo jornal *O Nacional* de 1925 a 1930 relacionando com a narrativa do período por Nicolau Araujo Vergueiro em seus 8 volumes de memórias de 1925 a 1930. Para iniciar a proposta de análise, cabe ressaltar que em 1925 se encontrava na liderança do município Armando Araujo Annes e na vice-intendência Henrique Scarpellini Ghezzi. O líder do Partido Republicano passofundense era Nicolau de Araujo Vergueiro. Em 19 de junho de 1925 nasceu o bisemanário Independente *O Nacional*, sob a direção de Herculano Araujo Annes e teve como gerentes Hyran e Americano Araujo Bastos.



Figura 20: Primeira edição do Jornal *O Nacional*.



Fonte: *O Nacional*, Ano I, n 1, 19 jun. 1925.

Sob a perspectiva de vida longa na cidade de Passo Fundo, publicou-se o primeiro exemplar do Jornal *O Nacional* em 19 de junho de 1925, “em oficina de vida comercial



independente”. Em seu primeiro editorial, os diretores e gerentes expressaram o programa que seguiria o jornal desde seu primeiro dia: *Jornal Independente*. E, assim prosseguiram, como independentes, se compreenderam como livres, pelo dever da liberdade assumiram a responsabilidade de, por este princípio, “respeitar a liberdade alheia”. Liberdade foi a ideia mais defendida neste editorial:

Quem quer ser livre deve ser honrado, deve ser justo, deve pôr-se em cima acima dos pequeninos interesses que pululam no seio das coletividades em formação, mas também deve ser enérgico e irredutível no culto da verdade. Nem abusar nem temer.

Nós queremos ser livres. Não significa isso que afastemos de nós assuntos escabrosos como o são, geralmente os políticos, os administrativos, e os religiosos. Não; de todos falaremos ... mister e nisso está a principal vantagem de quem tem os movimentos soltos. O que significa é que nenhum assunto de interesses secundários nos farão desviar da reta que traçamos. Não pegaremos crenças porque não somos religiosos; não empreenderemos propagandas políticas porque não somos políticos; mas chegaremos á política e chegaremos a qualquer ideia ou fato quando ele interessar de perto a vida comum. Liberdade máxima dentro da máxima responsabilidade. Eis o nosso lema²¹⁷.

Nesta primeira edição começaram pela divulgação de itens cotidianos, como comunicados de atos da Intendência,

217 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 1, 19 jun. 1925, p.1.



sessão médica, desporto, colaboração, edital, sessão comercial e anúncios. Os assuntos permaneceram neste viés, sem conflitos expressos que pudessem por em teste a liberdade e a responsabilidade apalavrada do edital de inauguração do jornal. A imprensa é portadora da verdade, de uma verdade aos olhos de seu editor, que no caso de *O Nacional* era a que agisse em prol da coletividade, cedendo sua publicidade ao fato que conviesse ao bem “público”. O destaque ao comercialmente independente rompe a barreira dos jornais existentes anteriormente a 1925, esta ruptura se deve a configuração econômica e ideológica dos impressos. Antes de *O Nacional*, os jornais existentes ou eram financiados pelo partido, ou mesmo averbação partidária eram cegos seguidores ideológicos deste partido.

3.1 *O Nacional*: uma imprensa independente?

O Nacional pertencia ao irmão do intendente da cidade, na época, Armando Araujo Annes, ambos filhos de Gervasio Lucas Annes, o extinto chefe republicano que já estava ausente do cenário político havia mais de 8 anos quando o jornal de Herculano Araujo Annes teve sua primeira edição publicada. Diferentemente dos períodos anteriores e dos hábitos de imprensa do pai, Herculano Annes trouxe em sua proposta de jornal impresso um veículo independente, comercialmente sustentado pelos próprios anúncios e inicialmente voltado para a informação. Nas primeiras edições deste novo jornal



já foi possível perceber que também haveria certas afrontas à administração pública, a começar pelos por-fazeres da administração²¹⁸ que foram frequentemente frisados. A questão que se cobrou a partir deste momento foram as promessas feitas pelos governos anteriores de que a energia elétrica seria fornecida a um preço acessível para a população. E assim, resgataram e questionaram:

Quando pelos esforços dos Coronéis Gervásio L. Annes e Pedro Lopes de Oliveira foi Passo Fundo dotado desse melhoramento, proclamou-se que a luz seria de utilidade pública e nunca matéria de negócio; por que não seguir por esse belo rumo de espírito liberal e verdadeiramente popular?

Se a energia elétrica é fornecida a baixo preço, sem prejuízo, que se felicite e se orgulhe disso a municipalidade e não procure trazê-la ao comércio que seria odioso visto que é monopólio. [...]

Resumindo: ou a medida municipal não produzirá maior renda e nesse caso é inútil, é unicamente **genante**, ou produzirá esse aumento e nesse caso é anti-democracia porque esse acréscimo não é exigido por necessidade pública.²¹⁹

218 A exemplo, as edições dos dias 24 e 27 de junho e em 01 e 04 de julho os toma-correntes e a medida de supressão destes ganharam destaque nas páginas do jornal, a ênfase na consequência que esta decisão provavelmente resultaria a quem pagava seus impostos em dia, a esperança que as usinas hidrelétricas despertavam à população em revide aos aumentos com as despesas de luz que estavam exonerando os cofres do município e para o bolso da população, acabaram fazer jus a iniciativa mais explícita de utilidade pública deste impresso. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 2, 24 jun. 1925, p.1; *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 3, 27 jun. 1925, p.1.

219 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 4, 1 jul. 1925, p.1; *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 5, 4 jul. 1925, p.1.



Neste pequeno trecho de uma das matérias de crítica à administração, há uma lembrança de governos anteriores, de governos que tiveram resultado positivo em sua administração na visão do editor do jornal. Nota-se que a administração do atual intendente não era criticada, e a administração anterior a 1920 estava sendo reiterada como positiva. Sendo assim, quem seria o alvo das críticas? A resposta acusa somente um nome: Nicolau Araujo Vergueiro. Após episódios descritos e analisados ao longo do capítulo 2 deste trabalho, quem assumiu a administração do município de 1920 a 1924 foi ninguém menos do que Nicolau Araujo Vergueiro, a quem a folha *A Voz da Serra* defendeu ferrenhamente e a quem *O Gaúcho* utilizou-se das farpas que pode para atingir. Nesta pequena consideração, é perceptível que Herculano Annes não aprovou a administração de Nicolau Vergueiro durante a gestão que se passou. Esta prévia pode ser tirada apenas com a leitura das primeiras edições do jornal, o que se poderá dizer ao final da análise do ano de 1930? Possivelmente há de se demonstrar alguma indisposição além partidária. O fato é que podemos considerar Herculano Annes como um usuário do efeito de verdade, o que é muito diferente de ser verdadeiro, pois de acordo com Charaudeau (2009) isso sugere uma subjetividade que o sujeito traz com relação ao mundo, enquanto o valor da verdade tem como base a evidência, o efeito da verdade se baseia na convicção, e é neste último que podemos enquadrar Herculano Annes.



Em julho de 1925²²⁰, *O Nacional* anunciava²²¹ a aquisição da tipografia do jornal *A Voz da Serra*, que já estava inativo desde 1920. Com esta aquisição anunciou-se a mudança do formato, mas com a conservação da qualidade de impressão. Estipularam também o aumento no número de páginas por edição, passariam a seis páginas até que terminasse o formato antigo de papel. A justificava para tantas mudanças foi a de que “nossa folha foi bem acolhida pelo público e estaremos fazendo o possível para melhorá-la”.

Assim como os demais jornais da época, *O Nacional* trazia frequentemente em suas páginas comemorações de aniversários da cidade²²², datas importantes, parabenização de personalidades aniversariantes. Mas, por outro lado, em um artigo publicado²²³ sob o título “Armando Annes, Administrador”, *O Nacional* transcreveu um artigo publicado na folha nº 26 de *A Gazeta* que estava assinado por “um republicano”, sem ênfase, sem detalhe, sem descrição. Este “um republicano” queixou-se contra o Intendente Municipal de que aquele era apenas um administrador e não um político, e

220 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 9, 18 jul. 1925.

221 O redator declarou também que tinha por hábito tomar nota em um livro de todos os jornais de assinatura pagas que voltavam para a redação, e as razões apresentadas eram as mais diversas possíveis: nascimento, falecimento, ideologia, etc.

222 Posteriormente à comemoração do aniversário da cidade, a folha comemorou em suas páginas, com singelas homenagens, referenciando o início da cidade e os reivindicadores da elevação da vila Passo Fundo à categoria de cidade. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 15, 8 ago. 1925.

223 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 18, 19 ago. 1925



que exatamente por este motivo não possuía aptidão para estar na administração do município de Passo Fundo. Em vista deste comentário, o jornal O Nacional, pelas mãos ocultas²²⁴ de seu redator, proferiu a seguinte defesa:

Armando Annes é republicano de crenças e segue, em política, a orientação de seu finado pai, o sempre lembrado Cel. Gervasio.

Neste caráter subordina-se a orientação do emérito chefe do partido republicano do Estado – Dr. Borges de Medeiros, e em Passo Fundo é leal companheiro do Dr. Araújo Vergueiro.

Nem o chefe supremo do partido nem o Dr. Vergueiro exigem do Intendente, que se subordine, como administrador, as injunções partidárias.

O bom administrador não deve fazer política. Sua orientação administrativa deve ser calcada na Justiça e a Justiça é cega e surda, não vê nem ouve quem recebe os influxos de seus atos.

Deve gloriar-se o partido republicano, por ter colocado na administração do município quem, como o atual Intendente, age sem preocupações subalternas, resolvendo, sem insinuações, todos os assuntos que se prendem a seus deveres administrativos, nos quais, o Dr. Vergueiro jamais procurou intervir.

Concorrem para a renda municipal – republicanos, federalistas, assististas, católicos, cristãos, judeus, maometanos e até ateus. Deste modo, na solução de quaisquer assuntos, na prática de quaisquer atos administrativos, o administrador deve ficar que como cego e surdo na presença dos interessados, resolvendo

224 Ocultas levando em conta o sentido de que a matéria não estava assinada e não era um editorial composto, no entanto, quem decidia o que era colocado nas páginas do jornal era o redator, que neste período era Herculano Araujo Annes, irmão de Armando Araujo Annes.



e praticando sem cogitar de pessoas²²⁵.

Em outro artigo da mesma edição, denominado “Ideias esquisitas”, assinado por Dick, dizia que o autor do dito artigo anterior era um “republicano digno” e com isso iniciou todo o sarcasmo que esbanjou ao longo do texto, comentou que de fato o que queria o cidadão patriota republicano era que o Araujo Vergueiro, chefe do PRR local, recobrasse o “Intendente desviado que se meteu a administrar em vez de fazer política”. Dick minimizou este desejo do patriota republicano dizendo que apesar das dificuldades literárias deste, a única coisa que ele queria, “e não quer mais nada”, era que o chefe republicano chamasse o Intendente à conversa. Mas deixou no ar a pergunta, como quem esperava a resposta ou rebate, “Mas quereria só isso o cidadão Republicano e patriota?”. O sarcasmo esbanjou a mesma convicção contida no efeito de verdade, já referido anteriormente. Na edição seguinte, veio a tréplica com ares de ofendido, mas desta vez Dick se confessou equivocado, pois a ideia que havia entendido era de que não se tratava de um artigo sério, e por isso fez uso do máximo de sarcasmo possível, no entanto o republicano patriótico sentiu-se ofendido pois o assunto era realmente sério. Dick afirmou “Se eu soubesse que era sério, não dizia nada”. A farpa depois de impressa não volta a se omitir, a briga estava feita.

A partir do mês de agosto notou-se uma dúvida constante

225 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 18, 19 ago. 1925



ao futuro da política, o jornal voltou seus olhos para a política nacional pela incerteza da sucessão eleitoral para o próximo quadriênio. Das preocupações que podiam ter a que mais foi reforçada foi a nulidade das revoluções, pois no cenário nacional já não se queria mais sangue, afirmavam ser tempos de “reconstruir o que foi destruído!”.

Com estas primeiras farpas abertas ao público, em setembro²²⁶ o jornal se pronunciou em um editorial informando “não se responsabiliza pelas ideias emitidas pelos seus colaboradores que assumem plena e geral responsabilidade pelas suas colaborações, gozando estes de toda a sua liberdade, desde que não ofendam a moral e os bons costumes”. Nas edições de setembro posteriores a esta, os destaques municipais foram pouquíssimos, limitando-se à assuntos da sociedade, anúncios e um ou outro artigo sobre a política nacional. As publicações eram livres ao chefe do Estado, e a primeira chegou em outubro²²⁷, com quase cinco meses de jornal, e veio de Borges de Medeiros endereçada a Armando Annes. No telegrama Borges de Medeiros comunicava que às 10 horas do dia anterior, o general Flores da Cunha derrotou rebeldes que eram chefiados por Honorio Lemos, caudilho Uruguaio que andava por saquear e aterrorizar casas comerciais e cidades interioranas. O chefe de Estado ainda garantiu que esta vitória frustrou as novas tentativas revolucionárias no Estado.

226 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 24, 9 set. 1925.

227 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 33, 10 out. 1925.



Seria esta uma nova revolução se formando? Anteriormente estes pequenos focos estouravam em conflitos de grandes indisposições políticas, mas não de instabilidade longa. As cidades do interior já estavam de sobreaviso havia algum tempo e, com Passo Fundo não era diferente, mas o fato era que as cidades de fronteiras sempre acabavam mais expostas pelo livre trânsito às fronteiras estrangeiras para o abrigo de revoltosos. Sobre isto, Vergueiro relatou em uma entrevista que cedeu ao jornal *O Taquariense* de Taquari, sobre o momento rio-grandense. Foi perguntado se o Estado estava aprisionado a um campo de batalha em que elementos rebeldes como Honório Lemes agitavam e traziam desordem frequentemente a esta terra. Em resposta Vergueiro disse:

A situação do Estado é firme. Ninguém mais quer a guerra. Todos, com exceção de alguns elementos irrequietos e eternamente revolucionários querem a paz e querem trabalhar. Em Passo Fundo, por exemplo, onde a corrente federalista é numerosa, os nossos mais exaltados adversários de 1923 se dizem hoje inimigos da guerra. Poderia, nesse sentido, vos citar muitos nomes, mas prefiro declinar um só: João de Souza Ramos, o mais audaz e valente dos oposicionistas daquela zona, e que, há cerca de um ano, por meu intermédio, entregou ao governo do Estado todo o armamento e munição que ainda tinha em seu poder, e que não era pouco²²⁸.

228 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Uma entrevista 'Taquariense'*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 46.



E procedeu na entrevista falando sobre o golpe que foi para o assisismo a prisão de Honorio Lemes, mas não deixou de destacar que Borges de Medeiros sempre foi pacifista, nunca visou de fato uma guerra, apenas o combate de rebeldes. Falou também da situação de sucessão presidencial, e das simpatias que a pauta aliava no seio do partido republicano com nomes como Sérgio Ulrich de Oliveira, Paim Filho, Ariosto Pinto, Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e tantos outros, mas não tomou bancada quanto ao nome que o Partido Republicano apoiaria na Presidência da República. Quando questionado pelo *Taquariense* sobre a fusão das oposições do Estado, Vergueiro respondeu:

Não se pode negar que o assisismo absorveu, quase por inteiro, o federalismo, e a máxima prova dessa asserção reside no grande número de manifestações de solidariedade de quase todas as Alianças dos municípios do Estado à Aliança Libertadora de Porto Alegre, e contrárias a atuação do deputado Demetrio Mércio Xavier, na última reunião da Assembleia. Essa fusão das oposições não terá, ao meu ver, vida longa e terminará em uma grande confusão, separando os elementos heterogêneos, de momento ligados, ou melhor, misturados. Assis Brasil até tem revelado alguma habilidade com a protelação do estabelecimento de um programa.

“That is the question²²⁹”: presidencialismo de um lado, parlamentarismo de outro... enfim “torre de Babel”²³⁰.

229 Tradução livre: Esta é a questão.

230 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Uma entrevista 'Taquariense'*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 46.



Ainda em outubro²³¹, *O Nacional* informava seus leitores que devido ao grande número de matérias pagas, passariam a imprimir em 6 páginas, e não mais em somente 4 como começaram em junho imprimindo duas vezes por semana, e em breve a impressão em 6 páginas se tornaria permanente. Era com estas matérias pagas que o jornal se mantinha, o aumento no número de páginas já declarava o sucesso perante o público. Neste período o jornal chegou inclusive a ser impresso em oito páginas, fato que consideraram como um sinal de boa aceitação dos leitores e de progresso da folha. Por este “sinal de boa aceitação” agradeceram aos amigos e colaboradores que apoiaram esta “despretensiosa folha”. Com tanto sucesso declarado, nesta mesma edição reforçaram o aviso de que não se responsabilizavam pelas opiniões publicadas pelos colaboradores na folha, e que os artigos originais com assinatura, que muitas vezes eram publicados com codinome a pedido dos autores, encontravam-se na redação para quem tivesse interesse em saber quem divulgava a ideia também a cargo de qualquer possível ação judicial para quem se sentisse lesado por este autor, mas ressaltaram: “a folha não se responsabilizava pelas opiniões”.

Em novembro²³², como de costume, o relatório de Armando Annes, “digno intendente deste município”, cumpria

231 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 35, 17 out. 1925.

232 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 36, 21 out. 1925.



seu prazo de apresentação ao Conselho Municipal. A prestação de contas trouxe referência aos investimentos em construção e reforma de escolas, óbitos, estado sanitário, obras públicas, instrução na cidade, ordem pública, usina elétrica, finanças, etc. Este fato trouxe muitas referências ao jornal, como um sinal de competência pela pontualidade do intendente. A credibilidade de Armando Annes só aumentava a cada publicação sobre seus atos na administração pública.

Ao fim do primeiro semestre²³³ *O Nacional* publicou um editorial especial sobre seu primeiro semestre de vida, e nas palavras do redator, apesar da expectativa de aceitação e sucesso da folha, era impossível prever se poderiam chegar ao primeiro semestre prosperamente. Entretanto, o aumento diário no número de anunciantes, o grande número de assinaturas, a venda avulsa e a parte intelectual composta pelos colaboradores deixaram a certeza do progresso, conforme o trecho destacado:

Dest'arte, neste nosso *balancete* semestral só temos a acusar progresso quase vertiginoso e o mais franco sucesso, do que muito nos orgulhamos, pois, unicamente quando é distinguida por especial simpatia pública, pode uma folha incipiente desenvolver-se com tanta rapidez.

Em toda parte encontramos amigos e a boa vontade geral nos facilita tudo.

As nossas edições de oito páginas, tornam-se já, por vezes, insuficientes: em nosso número passado deixamos para traz dois artigos

233 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 34, 14 out. 1925.



de colaboração, os despachos municipais, pequenos anúncios e notícias, por absoluta falta de espaço.

Tratamos, pois, atualmente de mover a eletricidade a nossa máquina impressora, certos de que as edições de dez páginas serão forçadas dentro em muito breve²³⁴.

Dentre tanta aceitação, as projeções do jornal visando o próximo ano eram ainda maiores: tornar-se trissemanal.

Reingressando no cenário político, com base nas memórias de Nicolau Vergueiro, o ano de 1925 teve seu destaque em 27 de dezembro, data em que um banquete foi oferecido a ele por causa da eleição à vice presidência na Assembleia dos Representantes do Estado. No discurso de agradecimento de Vergueiro, transcrito nas memórias, a ênfase à proximidade e reverência à Borges de Medeiros é muito bem destacada:

Esse posto de confiança, com que o preclaro chefe do Partido me distinguiu, se é mais um elo de aço que me acorrenta à sábia orientação de Borges de Medeiros, é também, em verdade, uma homenagem direta ao Partido Republicano de Passo Fundo, que assim se vê cada vez mais unido à pessoa veneranda daquele eminente estadista, contraindo para com ele, hoje mais do que nunca, maiores obrigações, mais sérios compromissos²³⁵.

234 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 34, 14 out. 1925.

235 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso sobre a vice-presidência da Assembleia*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 176.



Ao pronunciar estas palavras, Vergueiro serenamente se declarou ainda mais fiel ao Partido e ao chefe republicano, mas ele não parou por aí, assegurou ainda que os amigos e correligionários faziam parte deste compromisso: “Tenho o grande orgulho de asseverar que o Partido Republicano de Passo Fundo está firme, está unido, está coeso”²³⁶. De acordo com Charaudeau (2009) a credibilidade é o que dá o direito à palavra, e isto Nicolau Vergueiro gostava de reiterar a todo momento em suas memórias compartilhadas, nos banquetes em sua homenagem, na proximidade com o chefe de estado, nas amizades das rodas sociais, nas solenidades públicas, enfim, sempre seu discurso era uma chave de abertura ou encerramento destes eventos ou encontros. Esta é uma boa forma de demonstrar o efeito de verdade ao qual o mesmo autor se refere, e encontramos em Vergueiro as mesmas convicções que o fazem demonstrar seus efeitos de verdade.

Em janeiro de 1926, o jornal tinha em sua pauta nacional a candidatura de Washington Luis²³⁷ à Presidência da República e a plataforma de campanha do “futuro” presidente, sobre a qual Nicolau Vergueiro havia recebido um telegrama de Borges de Medeiros em que este solicitava esforço dos correligionários para comparecerem às urnas em favor de voto a Washington

236 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Discurso sobre a vice-presidência da Assembleia*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4. Passo Fundo: 1935, p. 176.

237 O nome de Washington Luis foi entrado no jornal O Nacional escrito das duas formas: Luis, e Luiz. Aqui optou por padronizar o uso através do “s”.



Luis e Fernando Melo Viana, como presidente e vice presidente sucessivamente, no dia 1º de março. No dia 3 de março, o jornal trouxe o resultado da eleição considerando por hora apenas o município de Passo Fundo “Para presidente o dr. Washington Luis e para vice-presidente o sr. Mello Vianna” totalizaram 2317 votos. As notícias se seguiram assim, com foco nacional, até o dia 31 de março.

No cenário local, o jornal publicava extensas homenagens natalícias à Armando Annes, e em uma singela nota, considerando a proporção da homenagem da figura anterior, havia um convite a todos os republicanos para homenagem a Nicolau Vergueiro que se daria um mês após a publicação, tal convite somente voltou a ser reiterado na data em que Vergueiro receberia a homenagem, no dia 17 de fevereiro, no Capão do Ricci. Os fervores políticos ganhavam as caras no jornal, um artigo intitulado “Nós”, pediu cautela às paixões políticas e citam o exemplo que levou o autor a este pedido. No dia 14 deste mês referido, o jornal *Castilhistas* de Santa Maria, publicou um artigo de T. Almeida, que afirmava que a Aliança Libertadora daquela cidade alegava que “o Rio Grande está sofrendo o *ominoso e aviltante jugo brasileiro*”, que chegava a chamar o presidente da República Arthur Bernardes de larapio e aos homens do governo de ladrões. O destaque que *O Nacional* deu a este artigo se deve a coragem com que este cidadão se manifestou sem medir palavras ou hierarquias. Mas, pararam



por aí estas referências resgatadas.

No mês seguinte²³⁸ ao fervo nacional apresentado, o assunto era a cidade e suas melhorias necessárias, como o calçamento, o baixo número de crianças nas escolas, a melhoria das praças²³⁹, a inauguração de pontes e estradas, a estrada de ferro para Iraí²⁴⁰, a instalação de redes²⁴¹ de esgoto, o fluxo de veículos na cidade e a falta de mercados. O aniversário da cidade²⁴² e a participação de Gervasio Annes que ocorrem no mês de abril também foram lembrados, era de feitio do veículo destacar a participação de gestões anteriores nas progressões da cidade, e isto fica claro sempre que se retomam “o extinto chefe do partido republicano” nas matérias de críticas e homenagens como efeitos de referência.

238 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 83, 3 abr. 1926.

239 Outro conflito marcou pauta na questão das praças, na edição do dia 29 de dezembro, a Praça da República foi motivo de protestos contra o Conselho Municipal, metade da praça foi cedida ao Colégio Notre Dame e metade ao colégio Elementar. O argumento dos contestadores foi o seguinte: “o Estado não precisa destes favores e nem o Governo concordará em que se prive uma cidade, de um de seus pouquíssimos centros de recreio, de descanso da labuta diária, de ar oxigenado pela arborização que se amplia e se desenvolve continuamente”. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 83, 3 abr. 1926.

240 A estrada de ferro para Iraí tornou-se uma necessidade pensada pelo município, o objetivos com a estrada eram: facilitar a exportação da produção agrícola de Sarandi, acelerar a colonização, utilizar as águas do Iraí e ainda exportar a água engarrafada. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 96, 19 mai. 1926.

241 A municipalidade analisava a possibilidade de inquerir um empréstimo com o Governo do Estado para realizarem as obras de saneamento da cidade. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 91, 1 mai. 1926.

242 João D’outroira renunciou em um artigo que no ano de 1927 o território que hoje pertence ao município de Passo Fundo, comemoraria o seu centenário de início e sob o título “Comemoração que se impõe” resgataram a história da colonização local e pediram a municipalidade e a população que fizessem neste dia uma comemoração de homenagem. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 95, 15 mai. 1926.



Não eram publicadas colunas de participação de Nicolau Vergueiro, como ocorreu nos periódicos anteriores a 1925, no entanto, os comunicados, convocações e mensagens aos eleitores, ou a comunidade em si, eram publicados, por exemplo o convite aos correligionários do PRR que ainda não são eleitores federais para se registrarem, o convite foi reiterado diversas vezes no mesmo mês. A passagem do presidente da República Washington Luiz, apenas de passagem mesmo a Passo Fundo, ferveceu um grande número de correligionário que pretendiam comparecer à estação ferroviária local para apresentarem os cumprimentos. O convite aos conterrâneos para saudação ao presidente da República, Washington Luis, foi redistribuído em boletins na cidade por Nicolau Vergueiro. Não fora programada recepção porque o presidente não pretendia desembarcar, seria apenas de passagem por Passo Fundo, mas contrariamente ao combinado, o presidente desembarcou e poucos foram os que estavam disponíveis para recebê-lo na estação, contou-se Nicolau Vergueiro que apresentara o Intendente Municipal e alguns outros escassos correligionários. O jornal descreveu que no encontro o presidente demonstrou grande interesse pelo desenvolvimento da cidade, sobre a situação econômica, entre outros, inclusive narrou o passeio do mesmo pela cidade.

Ao completar um ano²⁴³ de existência o jornal

243 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 104, 16 jun. 1926.



reorganizou suas colunas²⁴⁴, a primeira mudança visível e anunciada, foi a sessão “A Cidade” que vinha com a intenção de divulgar qualquer queixa de problemas na cidade, ou mesmo sugestões de melhoramentos. A primeira crítica trazida foi sobre a iluminação pública que era desativada às 4 horas da manhã atrapalhando a passagem de viajantes ou visitantes que não possuíam automóveis. As melhorias da cidade e as críticas à administração foram abrangidas de forma serena até o fim de 1926, sem maiores retomadas, sem referências à culpados pelo desgaste do progresso, sem envaidecimento da administração do intendente Armando Annes. Na coluna social, marcando o mês de dezembro, estava o enlace matrimonial Xavier Annes foi notícia na coluna social do jornal, Marina Xavier e Oliveira, filha de Francisco Antonino Xavier e Oliveira casou-se com Gervasio Araujo Annes. Até este ano o cenário se apresentava muito tranquilo observando-se o fato de se ter uma imprensa independente, que se alega sem laços políticos passíveis de controlarem suas publicações. Os primeiros conflitos vieram quando Armando Annes começou a ser deixado de lado no cenário que se alinhava para as eleições que definiriam a gestão da Intendência de Passo Fundo para 1928.

3.2 As primeiras disputas nas páginas d’*O Nacional*

O jornal²⁴⁵ ingressou no ano de 1927 com a mesma
244 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 101, 5 jun. 1926.

245 O jornal destinou também uma mensagem sob título “Aos nossos assinantes”, em que afirmava que tinha o intuito de ampliar as notícias sociais, informaram então



equipe: Diretor Dr. Herculano A. Annes; Gerentes Hyran e Americano Araujo Bastos; Redação e Gerência localizada na Livraria Nacional na Praça Marechal Floriano. O ano começou marcando pesado em cima das melhorias prometidas para a cidade como a estrada de ferro Passo Fundo – Iraí²⁴⁶, a higiene sanitária da cidade²⁴⁷, as melhorias na luz elétrica²⁴⁸, o calçamento da cidade e, sobretudo o relatório intencional²⁴⁹ que daria as diretrizes financeiras para estas melhorias. Por outro lado, polemizaram a lei orçamentária com manutenção de impostos para 1927²⁵⁰, tal lei previa compensação das despesas

que quem tivesse interesse em compartilhar seu cotidiano, haveria “uma pequena caixa aberta” na porta do jornal para se deixassem estas informações. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 180, 12 mar. 1927.

246 Uma das primeiras notícias do ano de 1927 foi sobre a estrada de Ferro Passo Fundo – Iraí, *O Nacional* informou que jornais cariocas já noticiavam que seria construída uma estrada de ferro que ligariam diretamente Passo Fundo às águas do Mel. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 160, 1 jan. 1927.

247 A crítica se devia à precariedade de higiene na cidade. Publicaram a matéria sob o título “o estado sanitário da cidade”, o intendente já havia solicitado à Diretoria da Higiene do Estado, com urgência, um funcionário com aparelhos de desinfecção devido aos dois casos de meningite cérebro-espinal. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 198, 18 mai. 1927.

248 Em maio outra notícia foi sobre a suspensão das ligações de luz, a intendência apoiou o ato de realizar ligação de novos pontos de luz pela incapacidade da usina em gerar energia em capacidade suficiente para abastecer todos os que já possuíam instalação elétrica. No fim discutiu-se sobre a permanência da não autorização de novas instalações elétricas enquanto não se resolvesse a falta de recursos para abastecer os que já possuíam energia elétrica, enquanto isto os vilarejos ficavam sem os recursos elétricos. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 201, 28 mai. 1927.

249 Uma cópia do relatório municipal foi enviado à redação do jornal para publicação pelo intendente, Armando Annes. No relatório constava a justificativa sobre a falta de eletricidade, dando como motivo a escassez de água no rio Jacuí, para contornar a situação seria necessário alto investimento e a opinião da redação que teve acesso aos documentos e números era de que “somente o capital poderia nos salvar”. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 178, 5 mar. 1927.

250 A lei orçamentária entrou na pauta da polêmica com uma taxa injustificável, e a crítica se formou pela falta de critério na manutenção dos impostos para o ano de 1927, aumento de alguns, diminuição de outros, sendo o de maior crítica o imposto



de melhorias da cidade com base no reajuste dos impostos existentes. O descontentamento apresentado pelo jornal como expressado pela população foi intenso, no entanto, não há outra fonte que remeta esta insatisfação de forma tão absoluta contra a lei orçamentária do ano que se iniciava. As comemorações, homenagens e lutas partidárias também não deixaram de serem lembradas ao longo de 1927.

A interferência do Estado pôde ser observada novamente na política de Passo Fundo quando se percebe o direcionamento eleitoral que o presidente do Estado destinou a Nicolau Vergueiro, via telegrama, recomendando na eleição que se daria no próximo dia 24 de fevereiro: para senador, Carlos Barbosa Gonçalves; para deputado, Firmino Paim Filho, José Antonio Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Sergio Ulrich de Oliveira. A garantia que Nicolau Vergueiro²⁵¹ deu, em resposta, foi a de

rural que era justificado pelo Conselho pela abertura de estradas e melhoramento das existentes. A insatisfação da classe especialmente afetada é declarada através do colaborador da matéria, não assinada, era porque os menos abastados manteriam o sustento dos mais abastados pela falta de critério de tarifação que mantinha a mesma taxa para ambos independentemente da quantidade de hectares.

251 A publicação que ganhou destaque foi a de um telegrama que Vergueiro recebeu de Borges de Medeiros parabenizando-o pelo votos conquistados na última eleição, destacando que Passo Fundo foi o terceiro município do Estado em número de votos. Em outra matéria sob o título “Passo Fundo”, o município foi destacado como o segundo em território e em população no Estado, em contribuição de impostos também se mantinha em segundo e a principal reivindicação que se fazia, como exigência fundamental para a evolução do município por parte do Estado, era a construção do Colégio Elementar. O destaque a matéria se deu não porque Vergueiro a havia recebido de Borges de Medeiros, mas sim porque maximizava a cidade de Passo Fundo com um campo eleitoral, aí entra mais uma vez o tal efeito de verdade ao qual o editor de *O Nacional* se pautava: suas convicções. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 180, 12 mar. 1927.



que o município sufralaria uniformemente.

A espera de uma nova revolta²⁵², voltou a pauta um incidente que preocupava, um grupo de revolucionários cruzava as fronteiras do Uruguai para o Brasil, a frota era comandada por Leonel da Rocha, e desviaram-se pelas espreitas de todas as esperas que haviam sido feitas até então. Já de sobreaviso, sob o boato de forças revolucionárias na região norte, um grupo sob comando do Tenente Dorival e outro sob o comando de Galdino Paz realizaram buscas e não localizaram rebeldes na região. Convenientemente, neste mesmo dia foi publicada a notícia da prorrogação do estado de sítio no Rio Grande do Sul²⁵³. Quinze dias depois²⁵⁴ da primeira notícia, o ministro do Exterior afirmou ter recebido um telegrama do ministro de La Paz que informava que as autoridades bolivianas haviam recolhido as armas dos revolucionários e os acolhido no território. O Governo brasileiro não permitiu entendimento com os rebeldes. Posteriormente a isto, foi suspenso o estado de sítio no Rio Grande do Sul. Em contraponto, o Governo do Estado voltava a interferir na política de Passo Fundo, desta vez determinando a redução do efetivo do Contingente Auxiliar da Brigada Militar no município, sob o título “Redução de efetivo”, o jornal publicou este informativo. Um mês²⁵⁵ depois da notícia, o Governo do

252 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 166, 22 jan. 1927.

253 A notícia de sítio no Rio Grande do Sul foi publicada pelo *Diário de Notícias* em 31 de janeiro e transcrito pelo *O Nacional*.

254 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 173, 16 fev. 1927.

255 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 206, 15 jun. 1927.



Estado dissolveu os Contingentes Auxiliares da Brigada Militar que faziam o policiamento dos municípios do interior, entre eles o de Passo Fundo. Por tal motivo a municipalidade criou seu próprio efetivo de policiamento composto por 35 homens, para que a verba necessária fosse calculada e aprovada o conselho havia sido convocado extraordinariamente pela Intendência. O ato de criação de policiamento próprio foi uma atitude muito aplaudida, um ato do intendente Armando Annes que rendeu alguns destaques no jornal ao longo do ano.

Em junho²⁵⁶ *O Nacional* ingressou em seu terceiro ano de existência, estavam certos de que permaneciam no programa traçado desde o primeiro número. Neste segundo semestre, novas pautas adentravam as páginas de *O Nacional*: o Banco Popular²⁵⁷ de Passo Fundo dava seus primeiros passos, escolhia-se sua diretoria e oficializava-se seus acionistas, o Ramal férreo de Não-Me-Toque a São Bento ganhou destaque²⁵⁸, a necessidade de uma usina hidrelétrica voltava às páginas, a ponte inaugurada na colônia Weidlich²⁵⁹ e o novo sistema telegráfico²⁶⁰ também.

256 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 206, 16 jun. 1927.

257 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 207, 19 jun. 1927.

258 Como no município o transporte de cargas era um problema, o investimento em estradas férreas estava se efetivando gradativamente, primeiro de Carazinho a Não-Me-Toque, depois deste último para São Bento. O assunto se manteve como pauta durante o mês de tendo seu desfecho somente no dia 27, com o anúncio do auxílio do Governo Federal cederia gratuitamente os trilhos necessários para execução da obra. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 209, 25 jul. 1927.

259 Desta vez sobre o rio Povinho, as fronteiras existentes entre Passo Fundo e suas colônias diminuía dia após dia com estas melhorias.

260 *O Nacional* disse que por causa do serviço telegráfico a que vinham fazendo uso



Enquanto pequenas notas²⁶¹ noticiavam que o nome de Nicolau Vergueiro fora cotado para a vice presidência do Estado, matérias de meia página²⁶² ou página inteira²⁶³ destacavam os esforços da administração municipal, pelas mãos do intendente Armando Annes, em levar adiante o programa de melhoramentos da cidade e citaram como exemplo o matadouro municipal²⁶⁴, o calçamento das vias públicas, impermeabilização do solo, reforma de praças, novas estradas, novas fontes de energia elétrica, etc., “e estamos certos que mais uma vez, como tantas, para a grandeza e progresso desta terra a Municipalidade há de empregar todo o seu esforço e boa vontade”. Sobre o cenário político nacional a notícia trazida

para comunicarem-se com a capital do Estado, a população ficaria cada vez mais a par das notícias que corriam o mundo, assim Passo Fundo chegaria sempre junto e não mais atrasada com relação as notícias mais importantes. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 209, 25 jul. 1927.

261 Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 222, 10 ago. 1927.

262 A exemplo da matéria na qual o intendente Armando Araujo Annes deu ordens às seções da intendência que apresentassem seus relatórios de exercício até o dia primeiro de novembro para agilização do relatório municipal, era uma pressão pela mostra do bom resultado que lhe rendia extensos elogios. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 242, 19 out. 1927.

263 A exemplo da matéria com o título “As nossas estradas de rodagem”, sem assinatura, um cidadão fez uma breve análise das estradas de rodagem do município, análise que foi respondida pelo intendente no mesmo mês justificando e apresentado os projetos possíveis para as verbas que possuíam. Os destaques à resposta do intente não possuíam nem comentário do editor, o que normalmente ele se utilizava para completar questões que ele acreditava não estarem de acordo, ou que precisava de mais esclarecimentos, isso ocorria tanto por ele quanto pelos colaboradores do jornal. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 248, 12 nov. 1927.

264 A administração municipal foi novamente parabenizada pela organização o Matadouro Publico Municipal que entrou no “rol” dos melhoramentos desenvolvidos pela administração de Armando Annes. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 246, 5 nov. 1927.



pelo jornal no título “Sucessão presidencial” era a de que os nomes indicados pelo PRR para presidência e vice presidência eram os de Getúlio Vargas e João das Neves Fontoura. Enquanto isso, corria a notícia²⁶⁵ de que a Aliança Libertadora do Estado fazia um manifesto, e o divulgaria muito em breve, ganhava as páginas do jornal, pois aproveitaram-se da proximidade das eleições para realizarem um congresso da oposição gaúcha. Na capital²⁶⁶ formava-se o Partido Democrático (PD), guiado por Assis Brasil, com o intuito de que para republicanizar a República era necessário democratizar. O pleito²⁶⁷ se daria em 25 de novembro.

Nestes períodos fervorosos de política, surgia²⁶⁸ em Passo Fundo uma campanha chamada “Desarme-se o povo”, tal campanha havia sido iniciada pela equipe do jornal que buscavam evitar que os cidadãos de Passo Fundo andassem pelas ruas da cidade armados. Questionavam o fato de que vivia-se um tempo pacífico que não justificava andar entre lares de famílias portando armas como desculpa de proteção. Reivindicaram uma ação mais enérgica por parte da polícia

265 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 232, 14 set. 1927.

266 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 234, 21 set. 1927.

267 Através das mãos partidárias de Nicolau Vergueiro, Passo Fundo recebia parabenização pelo pleito de 25 de novembro, na contagem de votos, Passo Fundo permaneceu em 3º lugar em número de votos: 1º Porto Alegre com 9.671 votos; 2º Pelotas com 5.665 votos e 3º P. Fundo com 4.575 votos. Nicolau Vergueiro recebeu parabenização do chefe Estadual por este resultado. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 262, 3 dez. 1927.

268 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 234, 21 set. 1927.



contra os portadores. Em menos de uma semana²⁶⁹ a polícia já havia determinado o desarmamento geral, boatos negados pelo Delegado de polícia que informou que somente permanecia a proibição nas pensões, cabarés e jogos de futebol. A inspeção realizada pela polícia²⁷⁰ somente desarmava desordeiros durante a noite, pois estes perturbavam o sossego público. Os editores do Jornal não estavam satisfeitos, permaneciam pressionando, comparavam Passo Fundo ao faroeste, pois a situação avançada da violência, o livre armamento e a dificuldade da polícia em manter a segurança da população, forçava com que qualquer cidadão que prezasse pela própria vida andasse armado. E com vista a esta situação pediram: “que as nossas autoridades policiais trabalhem contra este abuso do porte de armas e poderá contar com nosso modesto auxílio e os aplausos da sociedade de Passo Fundo²⁷¹”.

Em abril de 1928, o desarmamento retornou à pauta, Gervasio Araujo Annes informou que o desembargador determinou a proibição do uso de armas ofensivas ficando autorizado o processo de contravenção contra os infratores. Era uma luta ganha pelo jornal, exceto pelo fato do parentesco... Gervasio Araujo Annes era irmão do editor. Isso gera um questionamento, se fosse um qualquer, sem laços, sem relação

269 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 237, 1 out. 1927.

270 Este ato ocorria ao mesmo tempo em que se suspendia a vigília noturna da Guarda Municipal, decretada pelo subintendente Gervásio Araujo Annes, com o argumento de que esta vigília sofria constante desacato do 8º Regimento da Infantaria Militar.

271 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 239, 8 out. 1927.



parental, teria agido favoravelmente, em conspiração positiva ao desarmamento? É o mesmo questionamento que se fez anteriormente sobre a relação com a gestão administrativa da intendência do município no período em questão. Mais uma vez os pontos indicam para uma informação baseada no efeito de verdade, o que Charaudeau (2009) determina como baseada em uma convicção, neste caso convicções em comum existiam.

Em dezembro, às vésperas de se aprovar o orçamento e os impostos municipais para 1928, o Conselho se reuniu para direcionar os melhoramentos no município e os apoios políticos. O jornal²⁷² trouxe uma comparação do projeto de orçamento do intendente para 1928 e o projeto aprovado pelo Conselho e chegaram a seguinte conclusão: 1º O Conselho buscava alterar o mais possível o projeto do intendente; 2º Pretendiam diminuir os impostos da classe que concorreu para a formação do Conselho (classe rica), aumentando-os na mesma proporção sobre a classe não representada naquela corporação (classe pobre); 3º Dentro da classe abastada, favorecer os ramos

272 Os impostos municipais para 1928 voltam à discussão, no confronto que o redator do jornal fez foi citado como exemplo: “das 24 propostas do projeto, 8 foram suprimidas, 8 modificadas e 8 apenas permaneceram”. Nesta mesma edição, Max Avila, um dos membros do conselho, solicita espaço para rebater as críticas apresentadas, o espaço foi concedido e utilizado na edição seguinte, mas os argumentos não foram convincentes pois na edição do dia 14 de dezembro, o jornal voltou a questionar as mesmas questões “talvez, em seguimento a esta série de artigos, na qual este é o penúltimo, daremos as razões porque julgamos que a presente lei de orçamento tem boa base para ser adulada”. Em outra matéria da corrente edição, o Conselho Municipal autorizou o Intendente a isentar os impostos de empresas que trouxessem o benefício de emprego e renda para a cidade, atitude vista com bons olhos para o desenvolvimento da cidade. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 262, 3 dez. 1927.



diretamente representados pelos conselheiros em prejuízo dos demais. “São essas as três teses que propomos demonstrar e que serão objeto de três artigos seguidos, calçados nos dados orçamentários, onde não haverá lugar para questões pessoais nem prevenções de qualquer ordem”. E com estas opiniões proferidas, incitaram o povo a pronunciar-se e lutar contra a aprovação orçamentária de impostos que consideraram absurda. Ainda em dezembro, o jornal voltou a argumentar sobre o suposto erro do Conselho Municipal, desta vez questionaram o uso do art. 35²⁷³ de que as alterações feitas pelo Conselho devem ser votadas em comissão, conquistando a maioria dos votos, processo que havia sido ignorado ao instituir a aprovação do orçamento diretamente após a alteração do conselho. “Eis as simples razões pelas quais julgamos que um recurso bem encaminhado ao poder competente, para a anulação dessa lei teria muita probabilidade de ser provido”. A resposta de Max Avila, componente do Conselho Municipal, foi publicada na última edição de dezembro, para ele o projeto orçamentário foi interpretado erroneamente pelo jornal, que de fato das leis o redator entendia mais do que qualquer um deles, mas que agiram honestamente e de boa fé. O aumento foi justificado da seguinte forma: “é devido ao extraordinário desenvolvimento deste município em todos os ramos de sua atividade comercial, agrícola e industrial”. A defesa de item por item, assim como o fez Herculano Annes nos artigos de crítica anteriores,

273 Art.35 - O membro da Comissão a quem for distribuído o estudo de qualquer matéria, fará sobre a mesma o seu relatório e reformulará um parecer que será lido em sessão da respectiva Comissão e depois sujeito a discussão e votos.



também o fez Max Avila na sua carta de resposta. Eis que aí delinearão-se as primeiras querelas de *O Nacional* diretamente com o Conselho Municipal, a posição da folha era defensiva com a afronta do que defendiam como ideal, a administração de Armando Annes era ideal, o Conselho Municipal o estavam atingindo ao censurar o orçamento apresentado pelo intendente em questão. Isso já bastou para que se desse tanto confronto de respostas página a página.

Chega o ano de 1928, a equipe que segue no jornal permanece a mesma do ano anterior, e a primeira edição²⁷⁴ do ano trouxe de cara a tréplica a Max Avila sobre os impostos municipais para o ano que entrava. O redator informou que a resposta do conselheiro foi digna de toda a sua atenção, mas que suas críticas permaneciam de pé, com relação ao orçamento. A crítica ganha um tom de ofensa de caráter percebida na seguinte expressão:

Há pessoas, cujas maiores ofensas nada valem porque são como a lama das ruas que se deixa na soleira das portas; outras há porém, de quem as menores alusões eram e são medidas. Entre as últimas está o sr. Max Avila. Caberá pois, á nobreza de seu caráter, dar nos as razões porque assim nos atribui tão baixos propósitos, na simplicidade do que escrevemos²⁷⁵.

A conclusão a que o jornal chegou foi a de que a tese

274 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 263, 4 jan. 1928.

275 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 264, 7 jan. 1928.



que proferiram nem sequer foi abalada, mas mesmo assim a análise de argumentos utilizados por Max Avila segue ao longo de janeiro. Enquanto o Conselho era criticado, Armando Annes apresentava²⁷⁶ o relatório do seu terceiro ano de gestão. Nesta mesma data os impostos municipais tem a pauta de críticas encerradas por Herculano Annes. Quanto as críticas que se vinham fazendo sobre as estradas de rodagem, Armando Annes se manifestou informando que eram de responsabilidade do estado e realocar uma verba que mau paga as melhorias da cidade para arcar com despesas que competem ao Estado trazia um conflito²⁷⁷ incalculável para o intendente e os cofres municipais. Como que para corroborar com a opinião de boa gestão do intendente, o jornal trouxe²⁷⁸ a opinião de um residente no estrangeiro sobre a administração municipal de Armando Annes, o estrangeiro listou as obras que o intendente havia guiado em apenas um ano: iluminação pública, via férrea, cartas geográficas, limpeza pública. “Armando Araujo Annes é, pois, um governante que honra um povo civilizado, na busca da felicidade coletiva”. A surpresa se dava por um governante honesto no meio da “podridão governamental” que rumava no país naquele período, e completou os elogios usando-o como exemplo aos governantes do país a que pertencia: “Mira-te neste espelho de cristal imaculado, Montevidéu, que conta com nada

276 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 266, 14 jan. 1928.

277 A solicitação fora retomada por C.F, abreviação sem especificação de quem assinava como tal, mas enfatizou juntamente o péssimo estado de cuidado em que se encontravam próximo ao boqueirão. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 289, 4 abr. 1928.

278 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 280, 3 mar. 1928.



menos de sete edis e navegas no déficit eternamente, sobre cujo governo gravita uma dívida de mais idade que Matusalém, de cerca de cinco milhões de pesos de ouro!”. Outra notícia desta mesma data foi o aniversário de Araujo Vergueiro, com uma curta nota de que fora muito cumprimentado e felicitado como chefe do partido republicano e humano e competente médico da cidade de Passo Fundo. A proporção de valorização das figuras políticas ficavam evidentes nos espaços que se davam a cada um.

3.3 Os fervores pré-eleitorais de 1928

Em vista da proximidade eleitoral, *O Nacional* destinou o seu programa de publicidade para todo o tipo de luta pacífica de ideais entre a oposição e a situação política, por este motivo sempre que recebia alguma informação sobre o Partido ou a Aliança Libertadora divulgavam-na²⁷⁹. Tendo este programa aberto, Nicolau Vergueiro, em uma pequena nota, convocou os correligionários a participarem das eleições para as vagas na Câmara Federal e na Assembleia dos Representantes²⁸⁰, cadeira que Passo Fundo conquistou havia 30 anos, pelas mãos de Gervasio Lucas Annes e na qual somente alguns municípios considerados influentes no Estado possuíam lugar. Vale reiterar que quando se trataram de eleições à presidência da federação,

279 Os anúncios referentes a oposição não foram transcritos pois o objetivo do trabalho é tratar da situação, ou seja, o PRR no domínio político e na imprensa, mas cabia neste momento fazer a ressalva.

280 As eleições se realizariam nos dias 28 e 29 de março de 1928.



ao governo do estado ou à intendência do município, as eleições eram anunciadas até 6 meses antes. Este convite para tomar assento nas eleições da Assembleia dos Representantes estava sendo realizado por Nicolau Vergueiro apenas alguns dias antes da eleição acontecer.

O foco que se mostrou²⁸¹ a seguir foram com relação à sucessão intencional, a eleição aconteceria dali cinco meses, sobre este assunto T.B²⁸². afirmou que não se preocupava, pois o partido republicano local estava em uma coesão perfeita e “o município de Passo Fundo já é alguma coisa como força social. Não haja pois temor de ser entregue a quaisquer mãos”. Em vista disto, Nicolau Vergueiro já convocava os correligionários que ainda não tivessem inscritos no registro eleitoral, para se inscreverem, pois alguns amigos republicanos estariam diariamente disponíveis no Club Pinheiro Machado para realizarem o procedimento. Na edição²⁸³ um conselheiro municipal, cujo nome não foi divulgado, achou um absurdo dizer que na situação em que se encontra o município, qualquer um poderia assumir a administração municipal²⁸⁴. O reclamante

281 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 293, 18 abr. 1928.

282 Não havia no jornal nenhum detalhe sobre quem assinava com este sobrenome.

283 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 295, 25 abr. 1928.

284 Batavo, codinome não esclarecido, publicou um texto em *O Nacional*, sob o título “Passo Fundo”, no qual disse ter conhecido a cidade quando pequeno “com suas raças, com seus lampiões a querosene, suas calçadas esburacadas”, com o passar dos anos o eminente Armando de Araujo Annes, tornou a terra próspera, com novos horizontes. “Passo Fundo, hoje, é uma das mais belas cidades do nosso glorioso Rio Grande do Sul”. Batavo creditou este progresso à Armando Annes, chamando-o de “a alma do povo passofundense”. Outra matéria sobre a administração municipal que se chegava ao fim falava sobre a obra administrativa que deixava Armando



não concordou e achou de mal grado a opinião de T.B. expressa no jornal.

Ora pois, s.s. ou não nos leu ou não nos entendeu bem. Não dissemos que a administração pública fosse entregue a qualquer indivíduo; o que dissemos ao final de nossa nota foi justamente ao contrário, isto é, que, dado o nosso desenvolvimento e civilização, não havia o perigo de a Intendência Municipal ser entregue a quaisquer mãos. Isto como quem diz: qualquer que seja a escolha do partido republicano, será ela boa porque a mentalidade de nossa população e, portanto desse partido, não permitiria uma escolha que ferisse o grau de adiantamento moral e material que coletivamente, já adquirimos²⁸⁵.

Quanto às eleições da Assembleia dos Representantes, o resultado não agradou o editor do jornal, Othelo Rosa preencheu a vaga na Assembleia dos Representantes e João Neves da Fontoura e Augusto Pestana as vagas para deputados federais. Enquanto isso, veio a notícia com que Nicolau Vergueiro pareceu se importar mais, ele havia sido indicado por Borges de Medeiros para o cargo de intendente de Passo Fundo, para o quadriênio seguinte. Em caso de inviabilidade de Vergueiro cogitou-se também Henrique Scarpellini Ghezzi, que já era vice

Annes, que graças a dedicação deste seria sentida após seu término pelas melhorias que trouxe ao município em tão pouco tempo, por exemplo: obras públicas, Instrução pública, assistência pública, via férrea Alto Jacuí, pedreira, finanças, edificações, represa de Taquari, Matadouro público, estradas e pontes. C. Vieira afirmou que a população ainda via o Armando Annes “com o mesmo afan, de quem começa qualquer obra, e isso mais do que tudo, atesta a sua grande dedicação à cidade de Passo Fundo de a noção que ele tem com seus deveres”. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 312, 27 jun. 1928.

285 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 312, 27 jun. 1928.



intendente no período, e Antonio Graeff, pertencente ao sétimo distrito, para a vice intendência. Até esta data tratava-se apenas de boatos que poderiam ser confirmados ou desmentidos pelos próximos dias, e assim o foi. Nicolau Vergueiro era o candidato oficial indicado²⁸⁶ por Borges de Medeiros.

O Conselho Municipal convocou reunião extraordinária²⁸⁷ para tratarem de assuntos como: o empréstimo para prosseguirem com os trabalhos de construção da represa da usina municipal; a autorização para a municipalidade contratar com Eugenio Linck para guiar a construção da referida empresa; a autorização para o executivo municipal projetar a via férrea Não-Me-Toque – Carazinho e por fim, para resolver a questão do desligamento do 10º distrito que solicitou fazer parte do futuro município de Erechim. Enquanto o Conselho atual se reunia para definir questões importantes reivindicadas também pelo jornal, *O Nacional* vinha se questionando²⁸⁸ a sucessão intencional e trazendo dúvidas sobre como ficaria a formação do conselho pelas seguintes motivos:

Quer-se saber quais serão os indicados para gestão financeira do município, para estabelecerem os impostos que pagaremos, para cooperarem no desenvolvimento desta fração progressista do Rio Grande; quer-se saber se eles estão á altura desta missão, se terão honradez cívica de colocarem seus próprios

286 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 307, 6 jun. 1928.

287 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 304, 26 mai. 1928.

288 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 306, 2 jun. 1928.



interesses abaixo das conveniências gerais, se terão a coragem de se despersonalizarem quando a isso os intimar a dever do ofício e a necessidade do bem público.

Durante alguns meses os focos do jornal foram fatos sociais e política nacional. O enfoque estadual voltou às páginas somente em setembro quando se retomou a notícia²⁸⁹ das promessas de Getúlio Vargas quanto a estrada de ferro que passaria entre Iraí e Passo Fundo, engenheiros foram nomeados para seguir com o estudo do projeto, mas logo caiu no esquecimento e o que não se aceitava era que “iniciar trabalhos para abandoná-los não fica bem a particulares e muito menos ao Governo”. E a dúvida que encerrava a matéria era se a ideia fora precipitada ou se houve inconstância no prosseguimento.

Em junho *O Nacional* entrou em seu quarto ano de existência. A partir daí, uma nova prioridade entrou na pauta reivindicada à administração municipal a instrução pública no município²⁹⁰. Foi a partir desta edição que percebeu-se uma

289 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 334, 12 set. 1928.

290 Segundo informações contidas no periódico, a municipalidade havia notificado trinta e cinco professores subvencionados. Segundo o regulamento a que se pautou o governo, estes professores deveriam encaminhar uma lista preenchida referente aos serviços lecionados, como os preenchimentos não eram realizados corretamente, o Governo deixou o pagamento do semestre por conta do município. O município acabaria por arcar com o custo do primeiro semestre e do segundo também até que tudo se normalizasse. “Resulta disso que, provavelmente, trinta e cinco aulas primárias serão fechadas de julho em diante, em nosso município”. Quem pagaria esta conta ao fim de tudo seria o analfabeto que ficaria privado do ensino com menor número de vagas como consequência dos cortes. A solução oferecida estava em dois extremos: “ou pagar mal e não exigir nada, como até aqui ou então, o que de há muito deveria estar feito, exigir muito e pagar bem”. Ver: *O NACIONAL*. Passo



campanha em prol da educação, através de frases publicadas no jornal como: “A instrução é a maior e a melhor herança”. Um dos artigos sobre o tema publicado por Herculano Annes foi reiterado quando um leitor questionou se realmente era justo que o município cancelasse somente as escolas e não arcasse com as faltas do Estado, mesmo que este estivesse indo contra a regra da subvenção do ensino nos municípios. Era o questionamento que todo cidadão passofundense que primasse por um futuro melhor para a cidade se fazia. Quando a fonte de informação tem notoriedade, no caso de Herculano Annes, Charaudeau (2009) afirma que estas intenções podem ser tanto de um manipulador quanto de um defensor da “verdade”, o que pode vir a torná-lo digno de fé e acima de qualquer suspeita ou pode fazer com que seu crédito natural torne-o apenas um usuário do poder da função que possui. Neste caso, da instrução pública, Herculano Annes tentava posicionar-se sempre acima de qualquer suspeita, pois o artigo que fez lhe rendeu resposta de indignação de um leitor que se posicionou a favor de um dos lados apresentados pelo editor do jornal. Não há nada mais gratificante para um jornalista do que uma matéria render através de debates do leitor, é sinal de que é lido, interpretado, analisado e respondido. O fato é que quase diariamente a frase de incentivo à educação ganhava as páginas do jornal, e assim o foi pelo menos até o findar do ano de 1927.

Sobre a indicação a intendência de Nicolau Vergueiro há

Fundo: Ano IV, n 334, 12 set. 1928.



relatos em suas memórias que expressam o que o fez atender ao apelo de Borges de Medeiros quanto a sua candidatura ao cargo de Intendente de Passo Fundo no quadriênio de 1928 a 1932. Vergueiro disse “nunca aspirei a posição alguma de destaque, e as que modestamente tenho desempenhado devo as injunções do Partido a que pertenço, ao qual venho dedicando, com sinceridade e com prazer, as maiores e as melhores energias da minha vida²⁹¹”. Em seu discurso disse que não precisava de uma plataforma pelo tempo que já se encontrava na política, mas que via a necessidade de destacar suas prioridades como construção de pontes, melhorias de estradas, atenção à instrução pública, melhoria aos distritos, continuação dos calçamentos, das obras de embelezamento, enfim, tudo que levasse Passo Fundo ao progresso seria sua prioridade. Em vista de tal honra aceita, fazia por bem indicar para vice intendente, Henrique Scarpellini Ghezzi; para conselheiros, Ivo José Pereira, Eduardo Kurtz, João de César, Lindolfo Engelmig, Antonio Honaiser e Otto Stahl. A declaração e as indicações ao Conselho Municipal foram também publicados²⁹² pelo jornal *O Nacional*.

Na mesma edição em que publicou o discurso anterior, o jornal trouxe uma nota da política oposicionista que concentrava esforços para a eleição que se daria em 16 de setembro, indicando dois candidatos ao Conselho Municipal, mas isso era tudo o que se sabia, a reserva sobre o assunto

291 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Manifesto Político*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 86.

292 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 338, 25 set. 1928.



não expandia sequer o nome destes candidatos. Outras pautas ganhavam as páginas do jornal passageiramente: as estradas de ferro foram lembradas, a falta de estrutura sanitária na cidade deixava-a a cada dia mais exposta ao mau cheiro que infectava o ar, a população desaprovou a doação do terreno de uma praça pública na vila Rodrigues para um colégio de freiras²⁹³, o ensino público permaneceu em pauta, a energia elétrica voltava à discussão para melhorias, além do Projeto do Regimento Interno do Congresso das Municipalidades Rio Grandenses em que se discutia teses de grande importância, sob títulos como “Ensino público, primário e profissional, Assistência Social, Saúde Pública, Segurança Pública, Justiça, Agricultura e pecuária, Rios e águas correntes, Viação, Política e administração” e, ainda, as eleições municipais. As eleições municipais foram lembradas em todas as edições até a data do prelo, mas vale o destaque de que o nome de Vergueiro ainda era o mais anunciado como candidato.

293 O questionamento do jornal se deu ao fato de que em 1926 o mesmo processo de doação havia sido feito quando parte da praça da República foi dividida parte para o Colégio Notre Dame e parte para o Colégio Elementar, por este motivo, o autor do texto assinado por “R” acreditava que era possível entrar em um consenso. No dia 22, os moradores através de “G.R”, afirmaram que pelo fato de não terem protestado contra a doação de parte daquela praça, não significa que deveriam agir de igual modo na doação da praça Brasil. O jornal também acabou por manifestar-se, pois estavam a classificá-lo como favorável aos moradores da Vila Rodrigues pelo fato de ter dado espaço à publicação sobre a petição dos moradores. Por tal motivo lembraram sem princípio norteador: inteira liberalidade em face das ideias de todos desde que sejam externadas em termos corteses e tenham algum interesse geral. E ressaltaram que se seguir os princípios que propuseram desde o seu início sobre liberdade é ser antipático, então continuariam a ser antipático. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 336, 18 set. 1928.



Em outubro *O Nacional* diminuiu seu formato e, por este motivo, passou a ser regularmente de seis páginas, com edições normalmente às quartas e sábados. O jornal garantiu aos assinantes e anunciantes que nenhum prejuízo se daria por tal modificação.

Através de uma notícia²⁹⁴ indignada, devido a um jornal rio-grandense que ignorava que em Passo Fundo sequer se soubesse escrever, foi possível ter acesso a dados sobre a sociedade passofundense durante várias edições, pois F.C.C. fez questão de demonstrar alguns dados sobre o crescimento da cidade. De acordo com ele, em 1928 Passo Fundo possuía 111.000 habitantes, sendo a cidade mais populosa do Estado depois da capital, e em termos de território está, igual a Palmeira, em segundo lugar, com 11.300m². No aspecto econômico do município que havia triplicado nos últimos cinco anos, a indústria não era o forte da região, mas vinha evoluindo neste quesito. A ofensa se fez valer por edições, a explicação foi longa, mas de fato o município recebia o destaque apresentado, de acordo com o jornal, ignorante era quem desconhecia a potência do município.

Enquanto Passo Fundo parecia passar despercebido para os demais, ao contrário o era Nicolau Vergueiro que já era cotado, de acordo com *O Nacional*²⁹⁵, pela imprensa carioca

294 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 348, 24 out. 1928.

295 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 348, 24 out. 1928.



para a Câmara Federal, juntamente com Othelo Rosa, mera especulação até aquele momento. Ignorando as estripulias com o próprio nome, Vergueiro publicou no jornal seu programa de administração para o próximo quadriênio: Projetos para Policiamento urbano, Higiene Pública, Assistência pública, Estradas, projetos de calçamento urbano, obras especiais e Instrução pública. Ao mesmo tempo em que Vergueiro também se utilizava da imprensa para se expressar, *O Nacional* fez uma nota rápida para constatar que houve uma omissão no discurso de homenagem à eleição, pois Herculano Annes teve uma pequena passagem: “Foi quando referiu-se a certa imprensa que se diz independente, se no entanto é fonte perene de ataques e de críticas, as mais injustas, aos governos constituídos do país”. E continuou com a questão da imprensa “que se inculca independente, quantas vezes não destila veneno, prevenção, revolta no ânimo desprevenido do leitor”. Nesta mesma data *O Nacional* vê por bem em destacar que não se responsabilizava pela opinião dos colaboradores da folha, por isso assinam os seus artigos com nomes ou pseudônimos. Este ponto merece atenção especial, foi a primeira crítica lançada, ou melhor, direcionada por Vergueiro aos amigos de *O Nacional*. Charaudeau (2009) nos permite interpretar este ato através de uma série de critérios observados nos discursos que as mídias se utilizam. O primeiro deles é a fonte de informação, ponto ao qual depende a instância de transmissão da informação, a que se devia a atitude de Vergueiro ao pronunciar-se em crítica



ao slogan que o jornal *O Nacional* se utilizava, “imprensa independente”? Vergueiro, pelo que se pode observar nas matérias analisadas, era muito mais omitido do que criticado pelo jornal. Quanto ao efeito da verdade, ambos possuíam a credibilidade, mas se pautavam muito mais por suas convicções para se pronunciarem ao público. A informação é posta em questão por duas consideráveis: ela foi publicada por iniciativa própria, ou foi obrigada? Ambos possuíam iniciativa própria em suas publicações, Vergueiro escolheu as memórias que deixaria registrada e o editor escolhe as suas matérias para publicação. Ambos possuíam notoriedade, eram dignos de fé, um era o filho do “extinto líder” do PRR local, o outro era seu herdeiro político. A autenticidade também era um ponto marcante nas duas figuras, a transparência em se fazer acreditar que se mostra nas próprias palavras o que de fato é verdadeiro. Quanto ao discurso de ambos, não se tratava apenas de um discurso informativo para transmitir o saber, como Herculano Annes fez em matérias que não se relacionam profundamente com a política, por que de modo geral utilizavam-se de discurso propagandista para seduzir ou persuadir os leitores e eleitores. Por estes motivos, que a conclusão de Charaudeau (2009) é cabível a esta situação, pois sempre que há um universo de informação, há um discurso construído.

Enquanto a relação entre Nicolau Vergueiro e Herculano Annes parecia ganhar rumos mais farposos, o jornal prosseguia



com suas alterações, divulgavam a intenção de serem trissemanais a partir do ano de 1929, alegavam necessidade pela protelação de matéria, deficiência de noticiário e redução do tipo normal de composição, além da tiragem seguida de boletins fonográficos. Para que o trissemanal fosse possível, o jornal já era impresso por força elétrica. Sendo assim, *O Nacional* definiu o que faltava, apareceria nas terças, quintas e sábados, a partir de 1929. No ano de 1929 a equipe do jornal sofreu uma pequena alteração: Herculano Annes na função de Diretor; M. P. Machado como Redator; Hyran e Americano Araujo Bastos como Gerentes. A sede estava localizada junto a Livraria Nacional na Avenida Brasil.

3.4 A emancipação de Carazinho: uma disputa à parte

Em abril de 1926, o jornal publicou pela primeira vez a cogitação que se tinha em emancipar o distrito de Carazinho, o projeto constituía neste período uma comissão²⁹⁶ de emancipação formada por moradores daquele distrito, a informação era de que esta comissão havia tido duas reuniões com a intendência no dia anterior, sem definição situacional. A pretensão da comissão era que o 4º distrito se anexasse a outros para compor seu território de emancipação, e o intendente até possuía a intenção de conceder a solicitação, no entanto, era

²⁹⁶ A título de conhecimento são eles: Augusto Honalser, Piero Sassi, Alberto Graeff e outros que não foram citados.



contrário a anexação de novos distritos. Caso esta alternativa não fosse aceita, a intendência comprometia-se a dedicar maior renda àquele distrito para achar um ponto de conciliação que trouxesse melhoria para ambos os lados. Até a divulgação da notícia, deixaram claro que não havia consenso para a questão.

A publicação sobre a emancipação foi somente em 1926, no entanto anteriormente à 1920, Pedro Lopes de Oliveira, um pouco sumido do cenário político, de 1920 em diante, por estar integrando as bases federalistas, lançou ainda entre 1917 e 1920 a sementinha para que Carazinho se emancipasse. O distrito de Carazinho era de onde provinha o segundo maior polo de concentração de votos de Nicolau Vergueiro, e no período considerado, a violência além das farpas acontecia, ambos fizeram o que puderam para apagar o adversário do cenário político e, se apagar não fosse possível, pelo menos lhe reduzir as forças. Na luta, Vergueiro saiu vitorioso, possuía o apoio do chefe maior do Estado Borges de Medeiros, mas Pedro Lopes não seria retirado do cenário sem deixar uma discordiazinha para Vergueiro resolver. Assim o foi com a questão da emancipação de Carazinho, uma pedra no sapato de Nicolau Vergueiro.

A busca pela emancipação de Carazinho continuou nas páginas do jornal durante o mês de maio, mas o intendente Armando Annes apresentava uma proposta intermediária, nela



ele propunha que 60% da renda daquele distrito ficasse por lá para que não se fracionasse o território. O problema previsto era de que com a evolução financeira que Passo Fundo vivia, passar por um fracionamento naquele momento poderia significar um grave abalo econômico. A pauta ganhou espaço e conflito em periódicos de outras cidades do Estado, em um artigo de crítica de *O Nacional*²⁹⁷ eles se referem a um artigo, de autoria de um certo Krates²⁹⁸, publicado em *A Gazeta*, que ironizava a excessiva argumentação deste cidadão em prol da emancipação do distrito de Carazinho, comparando com a dimensão de uma independência do Brasil, como um ato extremo, exagerado.

A comissão em prol da emancipação de Carazinho²⁹⁹ estava movimentando o distrito a favor da reivindicação. Contudo, afirmaram, ainda: “a aspiração do Carazinho, pois, será justa, porém inoportuna”. Passo Fundo não negava ao distrito de Carazinho os melhoramentos, mas daí à emancipação a história era outra. Nesta mesma edição, em um artigo de título “A pedido”, com pautas da política criticou-se a atitude do tal Krates defensor da emancipação de Carazinho, este utilizou-se da analogia entre Santa Maria e Passo Fundo sob as influências que aumentavam constantemente o número de dissidentes do

297 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 94, 12 maio. 1926.

298 Não havia no jornal nenhum detalhe sobre os autores que assinavam como Krates e, em resposta ao mesmo, Laelio.

299 A pressão a Nicolau Vergueiro para emancipar Carazinho estava cada vez maior, no entanto nem parecia que há apenas alguns dias haviam inaugurado um Centro Republicano com o nome Nicolau Vergueiro para homenagear o líder unilateral do PRR local.



Partido Republicano, PRR. Desta vez a crítica a Krates foi assinada por Laelio, o qual utilizou-se dos dados da última eleição para argumentar com o “beócio” Krates: “Imagina, Krates amigo, que a última eleição neste município, sem pleito, acusou o comparecimento às urnas de 2347 republicanos apenas”. Com este argumento Laelio chegou à conclusão de que Krates havia exagerado no pedido de emancipação e na grande proporção que ele dava a este pedido pela população do distrito de Carazinho, por este motivo, o autor da crítica considerou inapropriado a partir daquele momento que a emancipação se concretizasse. No mesmo mês a “Municipalização de Carazinho” foi citada pelo jornal como um “conflito que desagrada os municípios irmãos”.

O artigo “A pedido coisas da política”³⁰⁰ resgatou outro artigo de Krates publicado em *A Gazeta* que anunciava como crescente a vontade popular de emancipação, mas que sobretudo não questionava a nacionalidade “bócia” dada pelo crítico anteriormente. Na sessão “Ideias esquisitas” da mesma edição a ideia de emancipação foi referenciada como esquisita mesmo. Os artigos se seguiram em edições seguintes, em uma delas, na coluna “Coisas da política” o texto assinado por Laelio, girava em torno das críticas às tolices que Krates anunciava no referido ao tema.

A atenção dada a Carazinho começou a despertar os

300 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano I, n 100, 2 jun. 1926.



demais distritos de Passo Fundo, o despertar foi narrado na notícia intitulada “Representação fracassada”³⁰¹, dizia que um grupo saído de Marau e outro de Três Passos vinha à Passo Fundo para reunir-se com a Intendência, “ao que nos consta, deu origem a esta representação a velha questão do 5º distrito, entre o sr. Vigário e o sr. Subintendente”. Assim que o intendente Armando Annes tomou conhecimento das visitas antecipou-se, evitou que os dois grandes grupos entrassem na cidade, um grupo avisou que o Intendente estava a rumar para Marau e Gervasio Araujo Annes, subintendente do 1º distrito, seguiu para conter o grupo de Três Passos. Ambos os grupos foram convencidos a dialogar de forma justa, que não convinha utilizarem-se de hostilidade.

No mês seguinte³⁰² uma pauta criava o projeto do novo distrito³⁰³, o de Tamandaré, em menos de quinze dias o projeto já estava aprovado. Carazinho foi ágil e se apresentou na edição seguinte reivindicando este distrito³⁰⁴, tinha a proposta

301 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 132, 22 set. 1926.

302 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 110, 7 jul. 1926.

303 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 127, 4 set. 1926.

304 Divisa de acordo com a notícia publicada no jornal: barra do arroio bonito com o rio Turvo. Segue a linha pelo arroio acima até a parte leste das terras de Vergilio Bastos, na divisa do Sarandi, pela sombra do mato; daí rumo sul, pela mesma divisa de Sarandi até a divisa leste das terras de Aparício Schleder de Quadros; segue com campos do Sarandi; sempre rumo sul até a divisa das terras de Manoel Barroso; daí por um valo velho até encontrar a divisa das terras dos ‘franceses’ e pela mesma divisa, rumo sul até a última sanga pequena, pela qual sobe, rumo leste, até a cabeceira; daí pela divisa da terra, ‘dos franceses’ e Sarandi, até um lajeadinho, perto do pontão; por este acima, rumo leste até encontrar a divisa de terras, ‘dos franceses’ e de Epaminondas Ribeiro e por essa divisão, rumo sul, até a estrada geral de Pontão a Carazinho; e por essa estrada até a divisa dos campos de J.R. Mena Barreto, pela



de anexar ao seu território o recente distrito de Tamandaré.

Em 1927³⁰⁵, a emancipação de Carazinho voltou a ser campanha e a cada vez que retornava a pauta, desta vez, de acordo com Braz³⁰⁶, a solicitação de distritos para anexar ao território a ser emancipado aumentava consideravelmente. Dos treze distritos que Passo Fundo possuía, Carazinho queria sete. Em julho³⁰⁷ o vilamento de Carazinho retornou às páginas assinada por J.P.³⁰⁸. Devido a uma publicação no *Diário de Notícias* denunciando perseguições aos apoiadores dos separatismo naquele distrito, fato que o jornal que a publicou levou muito a sério, e por isto foi criticado pelo *O Nacional*. O único problema a que não havia consenso até então, para que Carazinho fosse emancipado era “a pretensão exorbitante de Carazinho em levar consigo, na emancipação, sete dos nossos treze distritos”. E justamente se tratavam dos distritos onde localizavam-se as colônias ricas com produção agrícola e industriais. Passo Fundo ficaria apenas com a pacata indústria pastoril.

qual segue até o extremo leste; daí rumo sul até encontrar o arroio Turvo; por este acima até a barra do arroio Passo Ruim; seguindo por este acima até a divisa leste da fazenda Jugica e daí até a cabeceira do arroio Bugre, pela qual segue até a barra de um outro lajeado; por este acima até a divisa dos campos de Schleder, donde por um valo vai até os limites dos campos da sucessão do Candido Lopes de Oliveira; seguindo pela divisa destes campos com os da fazenda Jugica, até encontrar o Rio da Várzea, segue por este acima até a divisa do primeiro distrito. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 127, 4 set. 1926.

305 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano II, n 194, 4 abr. 1927.

306 Não havia no jornal nenhum detalhe sobre quem assinava com este sobrenome.

307 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 212, 6 jul. 1927.

308 Não havia no jornal nenhum detalhe sobre quem assinava com este sobrenome.



Até 1928 nada se havia resolvido sobre a situação de Carazinho, Erechim já noticiava³⁰⁹ a tentativa de elevação a município. Em 14 de abril de 1918 o jornal registrou a criação do município de Erechim, efetivamente, sobre a data de 30 de abril marcou-se a autonomia administrativa do distrito de Erechim e o início do movimento separatista, pois o Conselho decidiu não aprovar a emancipação de Erechim. Um mês depois³¹⁰, a notícia divulgada é a de que o futuro município de Erechim reivindicava o décimo distrito de Passo Fundo para anexar ao seu território. O memorial já havia sido aprovado inclusive pelos moradores do distrito em questão e estava em submissão ao Conselho Municipal para aprovação. Em certa altura da discussão, até Getúlio Vargas se posicionou³¹¹ com opinião favorável pela emancipação de Carazinho.

Até 1930 a situação ainda não havia se resolvido, apenas possibilidades de alteração do nome de Carazinho para Araucária são cogitadas³¹² pelo jornal “*O Comércio*”. Esta rememoração da emancipação incitou a população novamente a reivindicar sua autonomia política e garantiram que ouviram desta população que “Carazinho só prestigiará uma candidatura municipal, no caso da ida do dr. Vergueiro para a Câmara, se o candidato se comprometer a não por oposição á sua

309 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano III, n 289, 4 abr. 1928.

310 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 302, 19 mai. 1928.

311 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 337, 22 jul. 1928.

312 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 373, 22 jan. 1929.



independência”. Sendo assim, novamente a emancipação de Carazinho retornava para as mãos de Nicolau Vergueiro.

Somente em abril de 1930 a emancipação de Carazinho retomou as discussões, dizia-se que Vergueiro havia concordado com a separação disponibilizando o 4º, 12º e 13º distritos, Carazinho, Boa Esperança e Tamandaré, respectivamente. Os Carazinhenses alegavam que a divisão era inviável sem a anexação do 8º, 9º, parte do 7º e parte do 6º, de Tapera, Selbach, parte de Não-Me-Toque e parte do Sarandi, respectivamente. Este foi o ponto em conflito que vinha prorrogando por tanto tempo a inevitável emancipação de Carazinho.

3.5 Herculano Annes, a farpa afinal, foi política ou pessoal?

O ano de 1929 começou com crítica intensa para os impostos aprovados na lei orçamentária de 1928. O título do texto “Tínhamos ou não razão?” já era um convite a leitura pela simples instigação da conferência de saber sobre em que o jornal possui ou não razão. Na crítica Herculano Annes lembrou que deu a dica para que a população questionasse a lei que era aprovada pelas inconveniências, destacadamente, do imposto denominado rural, e ressentiu-se que foi necessário um cidadão de outra cidade levantar-se contra enquanto aqui a população, muito antes já vinha sendo orientada por ele.



Segundo noticiam agora os jornais, em Camaquã, outro foi o procedimento; alguém negou-se ao pagamento do imposto rural e recorreu ao governo do Estado. Este, tomando conhecimento do recurso, declarou a inconstitucionalidade da tributação e promoveu o seu desaparecimento, naquele município. Foi necessário que um benemérito de Camaquã tomasse tal atitude, aqui, onde o assunto foi tão ventilado, tão estudado por nossas colunas, a indiferença, a inércia predominaram e o nosso combate ficou inútil e sem efeito prático.³¹³

Por esta satisfação em ver que o imposto taxado como digno pelo Conselho era inconstitucional mediante os olhos do Estado, e que ele o havia dito antes mesmo da aprovação ser concedida e inquestionada pela população, que Herculano Annes se via no direito de gritar que “tínhamos razão”. Esta razão do discurso anterior, os fez reiteraram-se como se viam, classificaram-se como nacionalista, pois afirmaram levar em conta primeiramente os interesses superiores do Brasil e secundariamente destacar o Rio Grande do Sul além de suas fronteiras.

A prestação de contas do ano de 1928³¹⁴ era extensa e foi divulgada em etapas para que não se privasse a população do acesso. Na política nacional, manifestações³¹⁵ favoráveis que partiam de todo o Estado para Getulio Vargas estavam

313 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 365, 3 jan. 1929.

314 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 369 a 374, 12 a 24 jan. 1929.

315 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 376, 29 jan. 1929.



afastando o permeio dos partidos antagônicos. O jornal não entra no mérito se esta atitude era positiva ou não, mas o fato abordado era que a discórdia que permanecia nos outros Estados da União desde a revolução de 1927 não buscava acordo entre oposição e situação e sim de mais uma revolução, ao contrário do Rio Grande do Sul. O jornal elogiou esta atitude gaúcha como de “homens conscientes”.

Enquanto a instrução dos menores foi retomada sob a ótica de que o incentivo que a instrução pública deveria receber do governo tinha o objetivo de não deixar os menores livres para delinquência, as obras com orçamento já aprovadas pelo Conselho Municipal foram reavaliadas pelos mesmos e aprovadas por Vergueiro. Sendo assim as obras do rio Taquari e a viabilidade da obra foram rejeitadas sob a alegação de apresentar estrondosa diferença do orçamento atual, fornecido após o início das obras. O intendente, após analisar, achou por bem necessário solicitar novo empréstimo para não ter a obra interrompida e esvair-se o dinheiro já investido. A obra parada das vias férreas foi como um empecilho ao desenvolvimento do Estado, o destaque se deu a estrada de ferro que ligaria Santa Maria a Passo Fundo, possivelmente chegando a Cruz Alta também, o alto custo da obra fez com que todo o esforço realizado fosse interrompido na metade do caminho. O jornal vendo tanta obra cancelada ou reestruturada mandou seu recado antecipado ao intendente destacando as obras que



consideravam indispensáveis, como prioridade para a cidade a pedido da população, como exemplo o calçamento³¹⁶ na Rua General Canabarro até a rua transversal Capitão Eleutério, e dali seguindo pela segunda até os trilhos da Viação Férrea; a limpeza das ruas também foi alvo de críticas, pois a indicação de limpeza era muito simples de acordo com o jornal “um simples trator Fordson, munido na parte anterior por um cilindro giratório, em escova, não é objeto para muitos contos de réis. Um homem só a maneja e teríamos a grande vantagem de ter as nossas ruas calçadas devidamente limpas”; o problema da luz elétrica foi retomado, pois a municipalidade estava inclinada a mudar a estratégia da obra e utilizar-se da queda do Jacuí para a construção da usina, o problema seria que a obra representaria o prejuízo de todo o material que se encontrava comprado e pronto para uso.

Uma singela homenagem foi feita, em abril, á memória de Gervasio Annes, na qual o homenageante considerava a honra da esfinge uma homenagem à altura, pois “a ereção de um monumento tem sido e será sempre, para todos os povos, uma empolgante demonstração de cultura cívica”. Nesta data se comemorava o oitavo ano da inauguração daquele monumento e Heitor Pinto Silveira lembrou “que deslumbrante noite. Foi

316 As obras municipais de calçamento despertam problemas da ordem financeira à população, pois alguns moradores que não possuíam estrutura para arcar com os custos exigidos para as obras de calçamento que passavam em frente as suas casas. Este foi um apelo do jornal ao poder público municipal. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 390, 5 mar. 1929.



a celeste benção á espontânea justiça dos passofundenses”. Evidencia-se que, enquanto Gervasio Annes recebia uma expressiva homenagem pelo aniversário, Vergueiro que aniversariava em data próxima, recebeu uma modesta nota sem muita pompa. Esta foi a pauta mais tranquila de 1929. A partir daí o jornal relembrou³¹⁷ a renovação da Assembleia e a notícia de maior decepção a que divulgavam era a de que Passo Fundo “iria perder a sua única e histórica cadeira na Assembléa estadual, cadeira que ocupou desde a própria constituinte”. Passo Fundo encontrava-se na posse da cadeira há 38 anos e estar sem a cadeira significava que não se teria uma voz ativa e constante que clamasse urgentemente pelas melhorias do município. A forma como Nicolau Vergueiro divulgou a disponibilidade da vaga para candidatos desagradou a cidade e por esta visão o jornal foi um pouco mais longe em sua avaliação sobre os atuais situacionistas da cidade “a chapa atual é uma esponja que se passa pelo passado tradicional de lutas conscientes, nas quais, além dos fins políticos, se visava, como meta suprema, o benefício do torrão natal em que vivemos”. Consideravam que Passo Fundo deveria estar concorrendo pela segunda ou terceira cadeira pelo porte em que a cidade se encontrava, no entanto perdia a única cadeira que possuíam, a palavra referenciada foi “regressão”. Aqui entra uma análise permitida com alicerce em Charaudeau (2009), na qual ele se refere que a verdade de opinião tem duas características, uma crença compartilhada ou um consenso. No caso desta última verdade,

317 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 390, 5 mar. 1929.



existem ainda três tipos de opinião: comum, relativa e coletiva. Quando Herculano Annes se refere que “a perda da cadeira na Assembleia desagradou os habitantes de Passo Fundo” ele pode ser enquadrado em apenas uma destas opiniões, a relativa, pois ele não corrobora a ideia ele se expressa convictamente de forma modalizada na sua indignação; para ser comum deveria ser amplamente compartilhada, neste caso ninguém mais demonstrou; e, para ser coletiva, deveria ser um julgamento essencializado, o que também não foi demonstrado.

Passada a crítica da perda da cadeira na Assembleia dos Representantes, se seguia³¹⁸ expressivamente com os problemas da cidade, o jornal voltou a interceder por aqueles que são incapazes de arcar com as despesas do calçamento da Av. Brasil. Com motivações suficientes, de acordo com o editor de *O Nacional*, no artigo³¹⁹ “Rumando ao desconhecido”, criticaram o modelo de chefia³²⁰ a modo de caciques, com a política de absorção de poderes, nomearam de “a lidima política de utilitarismo unipessoal e absorvente, que vai formando aos

318 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 392, 9 mar. 1929.

319 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 393, 12 mar. 1929.

320 Um artigo crítico intitulado “Política absorvente” tratava da questão do partido republicano não deixar margem a outros partidos para ascenderem ao poder. Os protestos eram abafados, e as questões de privação dos poderes pelas ações dos chefes locais em prol do bem do partido e de seus partidários destinava os cargos eletivos aos interesses pessoais. “Não permitem tais chefes, que ninguém ocupe os cargos, que por sua importância e natureza, poderão dar azo a que respectivo titular, venha um dia fazer sombra ao chefe unipessoal, e quiçá, a disputar-lhe o bastão de comando do partido local”. Foram nomeados de caciques pois os rebeldes não possuíam vez e as funções eletivas só eram assumidas quem se curvasse à chefia do líder. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 394, 14 mar. 1929.



poucos, um ambiente de descontentamento”, que gera revoltas mais cedo ou mais tarde. Com esta visão expressada afirmaram ainda que a orientação de certos chefes partidários haveria de “levar-nos fatalmente, a um rumo desconhecido, que muito há de amargar, aqueles que tiverem convicções e consciência”. Aqui a expressão convicção que tanto alegou-se que Herculano Annes possuía em suas matérias e no seu jornal como um todo, aparece declaradamente, fato que nos remete à certeza daquele “efeito da verdade”. A réplica veio na edição seguinte³²¹, no artigo “Argumento errôneo” que criticou enfaticamente Nicolau Vergueiro por não ter dado valor a Cadeira de Passo Fundo na Assembleia Estadual. O argumento que o crítico utilizou foi o de que “possuíamos esse posto, entre acerbos lutas conquistado, devemos deixá-lo agora, por justiça, a outros municípios”. O jornal foi sarcástico ao lamentar-se que era uma pena o fato de Porto Alegre e Pelotas não pensarem da mesma forma e se manterem monopolizando a representação estadual desde a fundação da Assembleia. E reforçaram o argumento crítico utilizado de que não há como se negar uma evidência.

O abandono da cadeira de P. Fundo repetimos, – e abandono é o termo estritamente aplicável – é o esquecimento de nosso passado político de lutas incessantes, é o desconhecimento dos interesses gerais do município em acordos de ordem pessoal, é, para nós, uma volta brusca para trás, quando maior razão nos assistia de avançar, é um ato lamentável de inabilidade política cuja consequência imediata foi uma

321 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 395, 16 mar. 1929.



decepção geral, quiçá de perigosos frutos para a brilhante situação eleitoral de que nos orgulhamos.³²²

O jornal classificou como um caso de extrema inabilidade política, e não de reservas pessoais contra a pessoa de Nicolau Vergueiro. Pelo programa a que defendiam, o redator da folha acreditava ser intolerável silenciar passivamente, pois tratava-se do “posto de honra que Gervasio Annes conquistou e depositou nas mãos de Vergueiro, não sem fazer frente, intransigentemente contra as ‘injunções partidárias’ do momento que então aconselhavam também a renúncia da cadeira”. Foi com ironia que o jornal aclamou a “falta de justiça” do coronel Gervasio Annes com os demais municípios e o contradito festejo da posição de presidente da Assembleia dos Representantes a que Nicolau Vergueiro³²³ assumiu, as doutrinas não se esposavam, cada caso era um caso, “evoluíram as ideias”. Como as matérias publicadas de críticas, nem sempre partiam de cunho do editor, claro, exceto pelo fato de ele escolher publicar ou não uma matéria, justificaram-se na defesa da liberdade que pregam: “damos a mais ampla liberdade de pensamento aos nossos colaboradores, dentro dos trilhos da decência e boa linguagem, e não é provável que nós

322 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 395, 16 mar. 1929.

323 Na notícia “Alvo errado” narraram o inconveniente ocorrido em um comício político em um evento de pic nic, comentaram sobre a imprensa que criticava o chefe político local chamando-a de venal. A resposta foi curta e estratégica: “Não, por certo que não, que não é a imprensa, que vive do seu labor cotidiano, aquela que merece o apodo de venal!”. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 405, 11 abr. 1929.



e todos nossos colaboradores tenhamos as mesmas ideias e os mesmos princípios”. Um artigo intitulado “Defesa mórbida” foi publicado noticiando que o jornal *A Gazeta* atacou o redator de *O Nacional* em defesa do partido para justificar que o ato não fora um problema para cidade de Passo Fundo, mas uma questão estratégica do partido que não deveria ser tão arduamente questionada e para isto contou-se que utilizaram-se de ataques à figura pessoal de Herculano Annes. Por tal ataque a crítica da folha passofundense foi mais enfática neste dia:

O ‘crês ou morres’ já não pode vingar no século vigente em que a mentalidade coletiva já atingiu a tão alto grau evolutivo; e dever é de todo o cidadão consciente o rebelar-se contra esse espírito d’outras eras onde o tormento era meio de prova, a pena era a fogueira e o rei era Deus.³²⁴

E o rebate continuou³²⁵ no artigo “Interesse partidário”, foi justificada a renúncia da cadeira passofundense na Assembléa dos Representantes por conta dos interesses gerais do partido. A intenção percebida pelos redatores d’*O Nacional* foi de que se pretendia desviar a atenção da culpa da chefia local para a chefia republicana estadual, desta forma a folha local estaria sendo injusta e egoísta em seus argumentos. Herculano Annes demonstrava ter a certeza de que a cadeira fora renunciada e não perdida, por isso os interesses superiores aos quais defendia como motivo à folha adversária, tornou-se

324 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 405, 11 abr. 1929.

325 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 398, 23 mar. 1929.



meramente um motivo de benefício unipessoal. Como base de exemplo, a folha de Passo Fundo lembrou quando o chefe local “reagiu contra a passagem do comando da Brigada do Norte a outras mãos que não as suas em desprestígio seu e nosso”. Outro artigo intitulado³²⁶ “Questão pessoal porque?” retornou em debate a questão da renovação da Assembleia, pois havia quem desejasse saber dos motivos do desacordo da folha com a questão resumindo-o em uma questão pessoal com Nicolau Vergueiro. “Não estranhamos esta interpretação de nossa atitude porque, no interior, em geral, todas as opiniões da imprensa são subordinadas a afeições ou desafeições pessoais, quando não a interesses particulares evidentes”. Mas garantiram que com *O Nacional* esta regra não cabia, primeiro porque afirmavam não desejar cargo político ou administrativo. Segundo porque não poderia ser pessoal, elogiavam as qualidades pessoais de Vergueiro e sua inegável aptidão médica e humanitária, no entanto o ato político deste era visto como extremamente nocivo por Herculano Annes. “O que combatemos e com segurança, é a orientação personalista que essa política aceitou: desde muito, em detrimento não só de nossos interesses gerais, como também, dos próprios interesses do partido, em nosso município”. Nesta alegação basearam todos os seus argumentos no questionamento³²⁷ das atitudes

326 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 399, 26 mar. 1929.

327 A notícia de que as eleições estaduais para renovação da Assembleia dos Representantes ocorreria dia 30 do corrente ganhava espaço como convite aos eleitores com destaque de que pela primeira vez Passo Fundo não estaria representado na Assembleia. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 340, 28 mar. 1929.



políticas de Nicolau Vergueiro dali em diante.

Sobre a questão de o PRR estar perdendo correligionários e eleitores, a resposta veio no artigo³²⁸ “Previsão acertada” a folha lembrou-se da classificação personalista que fizera à política local, justificou sua base argumentativa nos históricos eleitorais, em 1928 o intendente eleito teve 3.316 votos, oito anos antes foram 4.004 votos. Por tanta diferença, “a necessidade de justificativas se impôs: as chuvas e as enchentes reinantes no momento desculparam o resultado sofrível”. No entanto, na eleição do sábado anterior à publicação, foram 3.308 votos sem desculpa de interferência climática. Então o jornal voltou a questionar: Qual a razão dessa decadência numérica alarmante? *O Nacional* comparou os números de votos conquistados pelos libertadores, 606 votos em setembro de 1928 e 758 votos no sábado passado à publicação. A conclusão foi de que a perda da cadeira na Assembleia Estadual trouxe o descontentamento dos eleitores para com o partido republicano local. “E se ao constatar esse fato, essa decadência lamentável, algum consolo pode restar aos fatos. É preciso de que nos convençamos de que a época não comporta mais a onisciência e a infalibilidade de um só: ou mudamos ou morremos. É duro de ouvir? Mas é verdade”.

A cadeira na Assembleia rendeu outras matérias³²⁹ ao

328 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 401, 2 abr. 1929.

329 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 402, 4 abr. 1929.



longo de dois meses, pelo menos, entre as repostas, deu-se destaque ao título “Direito a crítica”, o jornal se manifestou sobre a série de artigos que fez contra a renúncia voluntária do velho posto passofundense na Assembleia Estadual. Portanto, não repisariam mais os mesmos argumentos pois precisavam de espaço para outros assuntos de igual interesse do município.

A reação ficou estampada nas colunas desta folha; não se dirá de futuro que, ante a renúncia abusiva, faltou em nossa terra quem tivesse a coragem cívica precisa para, sacrificar interesses pessoais, colocando-se espontaneamente e sabiamente como alvo e mira de ataques diversos, dizer com a serenidade própria dos que tem razão: Protestamos!

O protesto ficou e ficará para julgamento dos que verdadeiramente amam este torrão em que vivemos e lutamos as lutas da vida.³³⁰

Considerando o contexto de tudo o que havia sido discutido e argumentado, o jornal declarava que fora acusado de desejar abrir “dissidência no partido republicano local”. Defenderam-se dizendo que não era esta a intenção, mas que se fosse não teriam a menor dificuldade em confessar, contudo afirmaram que não eram politicamente nada e nem almejavam ser. Confidenciaram que eram “nada mais que filiados aos princípios republicanos e essa humilde qualidade não no-la tirarão porque não a recebemos em doação por compra e venda de ninguém”³³¹. O único desejo que possuíam era o de falar

330 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 402, 4 abr. 1929.

331 Na sessão “Problemas da cidade”, o jornal creditou a Armando Annes,



francamente, sem silenciar quando estivessem em desacordo e questionaram: “Já não é uma satisfação moral compensadora o podermos pronunciar livremente as palavras concordo e não concordo?” Desta forma encerraram o assunto da cadeira na Assembleia Estadual. Aqui novamente, a reivindicação do direito de questionar quando achassem necessário por estarem em desacordo, remete novamente ao uso unicamente da convicção para absterem-se em suas matérias e críticas, pois era o fato de estarem em desacordo e não os fatos que os levavam aos argumentos.

Em abril³³² se percebeu um espaço com opiniões relativas ao que hoje entendemos como editorial. No texto sob o título “Alusões inoportunas”, criticaram abertamente os colegas de *A Gazeta* por receberem a orientação política local atacando ao *O Nacional*. A alusão inoportuna a que se referiram se tratava da citação do busto de Gervasio Annes no decorrer do artigo de crítica ao concorrente, fato que Herculanos Annes não gostou, mas que achou por bem silenciar. Na discussão de votos da eleição de 4004 votos justificou-se por se tratar do desbanque

intendente da gestão anterior, todos os melhoramentos que ainda estavam em processo de desenvolvimento na cidade, por isso pediram mais atenção do atual administrador pois todos pagavam impostos e isso dava-os o direito de ter a atenção dos administradores para os problemas da cidade, pois com tanto descaso, Passo Fundo estava se tornando a cidade mais atrasada da serra. Por esta matéria se percebe a convicção de que a administração de Armando Annes atendeu às melhorias da cidade, mas que a atual não chegava nem perto, pois sequer conseguiam terminar o que já se tinha por iniciado. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 403, 6 abr. 1929.

332 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 402, 4 abr. 1929.



de uma panelinha que já não contentava mais a população na administração do município e afirmaram que pela recordação de situações anteriores alertaram: “Lembrem-se os colegas que a espada é de dois gumes e mais ferido pode sair ainda a chefia que defendem”. A folha lembrou então a batalha ocorrida em meados de 1920:

Foi dessa panelinha reinante que ela saiu, foi essa panelinha quem a criou, quem a fez, preparando-lhe o terreno para o futuro, foi quem a lançou para frente, politicamente falando; todo o princípio da atual situação republicana do município repousa sobre ela como a casa sobre o alicerce.

E quando, por ocasião da luta com o cel. Pedro Lopes de Oliveira, periclitou a situação do nascente poder, ainda foram os homens da velha panelinha, além de outros, que emprestaram o seu apoio para a vitória definitiva.

Não é preciso esforço de memória para lembrarmos que se não fora o inequívoco auxílio do terceiro membro da Comissão Executiva de então, cel. Gabriel Bastos, da velha panelinha e estaria ali em minoria o atual detentor do mando político do município, e quiçá outros fossem o rumo e o destino da política passofundense³³³.

Para encerrar o diálogo, *O Nacional* criticou *A Gazeta* por ter reforçado seus argumentos com base no ataque a figuras políticas que já não faziam mais parte do cenário e questionam se o chefe local estaria de acordo com a base argumentativa utilizada, acreditavam que não. Completaram o artigo com um

333 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 402, 4 abr. 1929.



provérbio moral: “Seria inteiramente injusto e a injustiça soe voltar-se sempre contra quem a pratica”.

O mês de abril foi um mês de exímias mudanças, tanto para a as leis administrativas, quanto para a administração do jornal *O Nacional*. Um novo imposto³³⁴ foi instaurado no país, o Imposto de Renda, que em linhas gerias seriam submetidos os elementos produtores do país. “A reforma da lei orgânica” também foi destaque³³⁵, o intendente municipal, propôs reformar a Lei Orgânica do município, modificando o seu art.36 e suprimindo os de números 37 e 38. Sendo assim, a reforma acabava com a função de suplente no Conselho, o Conselho só se reuniria se todos os Conselheiros participassem podendo adiar o encontro por até meses. As medidas foram estranhadas e criticadas levantando a suspeita de que os suplentes que faziam parte até então não eram mais somente estranhos e sim indesejáveis. Por conta do jornal, a novidade anunciada³³⁶ no editorial era a de que havia sido vendida e sua gerência havia sido mudada. A redação permaneceria a mesma e a orientação também, pois a mudança fora meramente comercial. Oficina, redação e gerência permaneceriam no mesmo endereço até então, apenas desligavam-se da Livraria Nacional. Theophilo

334 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 406, 13 abr. 1929.

335 A lei voltou em discussão no artigo “Indiferença ou egoísmo?”, alguns cidadãos se queixaram pois acreditavam que não se devia ir contra as decisões do intendente por se tratar também da opinião do líder do partido republicano local. O jornal se demonstrou indignado por tamanha passividade e inércia que acaba por “atentar contra o dever de cada um”. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 411, 25 abr. 1929.

336 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 408, 18 abr. 1929.



Guimarães passou a propriedade do jornal para Herculano Araujo Annes e os ex-sócios Americano e Hyran deixavam a gerência. *O Nacional* se anunciava como empresa independente definitivamente, no próprio título e na prática, passava as mãos de um único idealista, independente da sociedade e da política, mas agora restrito a apenas uma convicção.

Em junho³³⁷, outro conflito se instaurou entre Herculano Annes e Nicolau Vergueiro. Em uma matéria sob o título “Evitando equívocos”, Herculano Annes disse ter renunciado à função de procurador da municipalidade em 19 de novembro de 1928, no entanto, Vergueiro respondeu no dia seguinte recusando-se a conceder a renúncia. Um tempo depois, Herculano Annes alegou que Vergueiro solicitou espaço na folha para iniciar uma campanha contra Armando Annes, ação à qual este, por sua vez, negou. Após a recusa, disse ter tido a renúncia aceita e o honorários liquidados por Luiz Meira. “Depois dessa renúncia é que O Nacional em 5 de março do corrente iniciou a sua campanha contra o egoísmo político que lançou a mãos estranhas a tradicional cadeira de Passo Fundo na Assembléa dos Representantes”, disse Herculano Annes. Nesta edição disse ter sido surpreendido com uma ação na qual Vergueiro o solicitava, contrariando sua aceitação de renúncia dada momentos antes, pois já não era mais Procurador da municipalidade e deixou bem claro que apesar da carta que havia recebido de revogação de mandato, dando-lhe como

337 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano IV, n 425, 4 jun. 1929.



demitido, ela já havia se demitido muito antes.

Tal desentendimento às vésperas do quinto ano de edição de *O Nacional*, só reforçou o ponto de vista de Herculano Annes, pois desde o início da folha elogiava a administração municipal do período de gestão do irmão, Armando Annes. Sendo assim, conforme narrado, o senso de independência do jornal estaria comprometido, pois estaria sendo obrigado a ceder um espaço para difamar uma administração da qual ele estava convicto de que estava excelente. Dois propagandistas em uma mesma folha comprometeria também a opinião pública, ali já era espaço para as convicções propagandísticas de Herculano Annes. Esta discussão se estendeu por todo o ano de 1929, mas em alguns momentos se mostrou mais aguçada, como na matéria³³⁸ intitulada “Ainda uma prova” asseguraram que tinham todo o cuidado em não fazer qualquer afirmação errônea ou irreal, ressaltaram que suas críticas sobre a “política feudal” de Passo Fundo foi comprovada. A municipalidade não queria ouvir o que *O Nacional* criticava para a melhoria da cidade, não aceitava as sugestões e para cutucar ainda brincaram: “Na idade média mandava-se para a bastilha ou para a fogueira os importunos discordantes; hoje fecham-se os ouvidos; o sistema é diferente, mas o espírito é o mesmo; a intolerância acanhada dos habituados ao poder sem peias e sem reações”. Tantos argumentos e críticas³³⁹ se deveram a devolução do jornal

338 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 435, 29 jun. 1929.

339 A energia elétrica volta às páginas do jornal, desta vez para direcionar críticas à administração pública que optou em suspender os trabalhos da usina do rio Taquari



que a administração pública recebia. Este ato foi considerado uma prova de intolerância às opiniões adversas. A farpa aqui até poderia ser política, mas lá no início, por que no decorrer de 1929 ela atingiu o ápice da questão pessoal entre Nicolau Vergueiro e Herculano Araujo Annes. Confronto explicável, conforme Charaudeau (2009), pois no poder político as partes interessadas, sejam elas interessadas em tê-los ou em apenas questioná-los, também partem midiaticamente da manipulação, trata-se de uma guerra simbólica que busca como resultado manipular a opinião pública. Também é possível concluir que para Herculano Annes retratar os conflitos com a administração de Vergueiro os confrontos realmente o incomodavam, mas não se pode dizer o mesmo de Vergueiro, pois os confrontos não estavam entre as memórias perpetuadas deste último.

3.6 A Revolução de 1930 em uma imprensa propagandista

Os murmúrios de uma revolução ainda não se dissipavam em 1929, mas não começariam sem a candidatura de Getúlio

em busca de uma obra o custo acabaria por ser superior pois perder-se-ia o valor que já havia sido investido nos materiais para execução da obra. A administração municipal anunciou a concorrência para a escolha do projeto, duas empresas estrangeiras de renome mundial se inscreveram e um engenheiro local também. As custas de obra do engenheiro eram absurdamente mais baixas que as das demais empresas, esta evidência trouxe suspeitas, levantadas pelo jornal, quanto a legitimidade do concurso que provavelmente levaria em conta a obra supostamente mais econômica que posteriormente, em caso de execução, teria suas custas aumentadas em pelo menos um terço a mais para que a empreitada valesse a pena. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 468, 21 set. 1929.



Vargas à Presidência, o texto³⁴⁰ intitulado “Atitude estranha” trouxe indignação quanto aos boatos de posicionamentos contra a força do Rio Grande Unificado “não será a frieza ou o silêncio de alguns que evitará o desabrochar dessa imensa força que é o Rio Grande unificado ante uma mesma aspiração”. Pelos dias que se seguiam, edição após edição, alguma matéria ou nota singela marcavam a política nacional com o nome de Getulio Vargas. A matéria³⁴¹ “Movimento de propaganda” anunciou que uma lista corria a cidade para colher assinaturas favoráveis à candidatura de Getulio Vargas, as adversidades políticas estavam sendo deixadas em segundo plano em prol do Rio Grande reunindo pela primeira vez, liberais e libertadores. Exemplos de quem não precisava mais votar ou que nunca havia tido interesse em exercer o voto, começou a tomar as páginas através da coluna “Um patriótico exemplo”. Na política Estadual, para impulsionar a candidatura de um gaúcho à presidência nacional, o Partido Libertador confirmou³⁴² a adesão à causa liberal. A coligação liberal ganhava força em Passo Fundo. Durante o mês de agosto e setembro a campanha escrita e falada seguia pela imprensa em prol da coligação, a população era constantemente convidada a registrar-se como eleitora, as críticas a forma com que Washington Luis guiava o governo e como abusava de sua posição na presidência também se tornava frequente. Entre os incentivos de campanha³⁴³,

340 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 435, 29 jun. 1929.

341 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 449, 1 ago. 1929.

342 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 450, 3 ago. 1929.

343 O jornal trouxe dados atualizados sobre os eleitores cadastrados no município,



frases como “aumentar o eleitorado Rio Grandense, num ativo serviço de qualificação, eis o dever de todos e de cada um”. Em setembro as críticas às atitudes de Washington Luis contra a candidatura de Getulio Vargas, sobre argumento de poder e ordem, impondo sua vontade a qualquer custo, agitavam os aliancistas gaúchos que chegaram a cogitar durante este período eleitoral uma revolução caso as eleições fossem fraudadas.

Durante este período, as eleições presidenciais tornaram-se secundárias no jornal. No Estado a causa liberal em apoio à candidatura de Getulio Vargas era reforçada em uma nota no jornal por aliancistas como Arthur Caetano, e este reforçou: “é necessário que o Brasil saiba que, quaisquer que sejam as divergências e os dissídios internos, o Rio Grande do Sul, pelos seus valores mentais, está com a Aliança Liberal”. A Aliança Liberal integrada pela Frente Única Gaúcha homenageou Julio de Castilhos pelos 26 anos de seu falecimento e de sua ausência no cenário político estadual. Nesta homenagem escrita por João D’outrora, a revolução de 23 veio em prol da mudança no cenário político brasileiro. Como para um bom entendedor meia palavra basta... Nas entrelinhas está escrito que se a eleição não for justa, a veia da revolução pulsa no gaúcho desde sempre.

Em outubro o jornal passou por uma pequena mudança na gerência, Gervasio Araujo Annes deixou a gerência e afinal vinham a algum tempo fazendo campanha para alistamento. De 9.786 votantes do início da campanha, passaram a 11.219 eleitores. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 488, 12 nov. 1929.



Renato de Sá Britto assumiu. Neste mesmo mês, Nicolau Vergueiro completou um ano na administração do município, a folha achou que um retrospecto caberia naquele espaço e, por este motivo, disse que aguardava o relatório intencional para divulgação, pois eles, por si só, pouco haviam notado de evolução na cidade, o saneamento urbano nem sequer tinha sido cogitado; as obras da administração anterior não tiveram continuidade: a cadeia permanecia no mesmo local, o cemitério estava sem a reforma, o chafariz urbano ficou só no projeto, o quiosque da praça M. Floriano, continuou só no orçamento e a luz elétrica teve sua execução postergada mais uma vez. E questionaram: “Que se fez, pois, na cidade, durante o ano que passou?”. Chegaram à conclusão de que nada que havia sido prometido foi cumprido, sendo assim, nada haviam para felicitar o um ano completo da nova administração.

O jornal criticou o exclusivismo político pertinente da política local, como se as decisões só pudessem ser tomadas por uma cabeça apenas. A crítica intensa se deu por conta do subchefe de polícia e um importante político terem sido barrados em um comício de Oswaldo Aranha no Clube Pinheiro Machado. Vergueiro, após entrar no comício, ordenou que as portas fossem fechadas e que mais ninguém tivesse acesso ao local, provocando assim o incidente que indignou o subchefe de polícia e o importante político, fato que fez com que o político, de tanta indignação com o ocorrido, pedisse exoneração do



Conselho Municipal do qual fazia parte. O jornal utilizou-se deste fato como prova de que o chefe político local da época detinha uma política exclusivista³⁴⁴.

Novos boatos³⁴⁵ de que Nicolau Vergueiro havia sido indicado como candidato na câmara federal começaram a circular pela imprensa. Outro boato dizia que Vergueiro havia sido obrigado a repassar sua candidatura a Othelo Rosa por promessa de vice-presidência do Estado. O jornal não se posicionou aos boatos, apenas se limitou a afirmar que repassava boatos de rodas políticas da cidade. O jornal disse fazer votos positivos, pois caso Vergueiro fosse mesmo candidato abrir-se-iam novamente as eleições intencionais e a sorte de Passo Fundo poderia mudar. No entanto, ressaltaram que era necessário evitar “candidatos tirados do bolso” para que a cidade voltasse ao progresso sem a interferência de Nicolau Vergueiro na administração local. Em uma das críticas³⁴⁶ a Nicolau Vergueiro, D.V. voltou a se pronunciar, disse que o povo estava contra Scarpellini Ghezzi como intendente por medo deste seguir as orientações de Vergueiro e barrar a evolução de Passo Fundo novamente. Acusou inclusive Nicolau Vergueiro

344 Um novo ato da administração de Nicolau Vergueiro foi anunciado: A luz elétrica aumentaria seu valor a partir de 1º de janeiro. Este ato deu mais certeza da falta de senso administrativo de Nicolau Vergueiro, mas a matéria era assinada por D.V. e não diretamente pelo editor do jornal, que era quem de fato vinha trazendo estas críticas ao intendente. Isto significava que a crítica aos atos administrativos de Vergueiro estava a desagradar mais pessoas do que se imaginava no período. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 500, 10 dez. 1929.

345 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 498, 5 dez. 1929.

346 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 506, 24 dez. 1929.



de estar seguindo a metodologia de Washington Luiz em ir contra uma Frente única, mas neste caso local. Encerrou seu discurso afirmando que “o município precisa de administrador e não de político”. A discussão a que Herculano Annes havia acometido em seu jornal encontrou um ponto de referência em D.V., a quem pertencia este sobrenome não se sabe, no entanto, o universo da informação construída, conforme o determina Charaudeau (2009), o objeto de discussão já alcançou seu ponto de racionalização, já haviam simpatizantes compartilhando da mesma opinião no que tangia a administração pública de Vergueiro.

O Nacional ingressou no ano de 1930 sob direção de Herculano Annes e gerência de Renato de Sá Britto, neste período a oficina estava localizada na Rua Sete de Setembro. De acordo com o relato nas memórias, Vergueiro (1935, vol.4, texto “Discurso em Manifestação Pública”) agradeceu as homenagens recebidas no ano anterior por sua gestão e por sua possível indicação a câmara federal e reiterou a importância da integração política com uma finalidade única “a vitória de Getulio Vargas e João Pessoa”. Com referência a esta aliança citou a homenagem que seu amigo Antonio Bittencourt de Azambuja recebeu da Aliança Libertadora e reconheceu também o amigo particular Lacerda de Almeida Júnior, orador do partido adversário e parceiro, pela causa nacional. Sobre esta aliança se referiu da seguinte forma: “A



Frente única é um espetáculo grandioso, radiante de belezas cívicas e sem precedentes na história da gleba gaúcha, e somos hoje congregados e fortalecidos pelo mais entranhado amor ao Rio Grande do Sul, terra estremecida e cara, dadivosa e boa”. Vergueiro reiterou em seu discurso que o 1º de março seria uma data marcante para os aliancistas do Estado, era a data da eleição presidencial na qual concorria Getúlio Vargas representando a união da Frente Única Nacional (FUN), incitada pela Aliança Libertadora Gaúcha (ALG). Por este motivo, destacou que “o voto, neste momento, é mais do que um dever: é uma obrigação”, e deu a vitória da Aliança como certa.

Na primeira edição do ano de 1930 de *O Nacional*, a folha anunciou que iniciava, no dia 02 de janeiro, a nova carreira de jornal diário. Alegaram que era uma necessidade que vinha se impondo pelo rápido desenvolvimento do município, pois a muito vinham tendo que realocar as matérias que recebiam em edições posteriores por falta de espaço. A aceitação³⁴⁷ que vinham tendo, dava indícios de que Passo Fundo estava preparado para receber o seu primeiro jornal diário, de acordo com Herculano Annes. Anunciaram a redução do formato para

347 Herculano Annes recebeu uma homenagem assinada por Mansur Sfair, que disse que o jornal *O Nacional* sempre agiu em prol da coletividade, um estandarte da opinião do povo, da sociedade. No ditames atuais da política, a imprensa tem representado o papel de ancora da dignidade e do sacrifício pelo amor à pátria. Mansur Sfair concluiu a homenagem nas figuras pessoais dos responsáveis pela folha: “Á esta imprensa honrada e bendita, representada dignamente pelo Dr. Herculano A. Annes e sr. José de Sá Britto, a minha saudação cordial com um abraço sincero do correligionário”. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 512, 6 jan. 1930.



a nova fase e que continuariam lutando “contra os deturpadores das aspirações públicas”.

Como nos anos anteriores, o jornal iniciou o ano relembrando as pendências da administração municipal³⁴⁸, o destaque se deu ao saneamento urbano apoiados no argumento de que até Oswaldo Aranha quando esteve em Passo Fundo ficou impressionado com o grande desenvolvimento da cidade em contraponto à falta de estrutura sanitária a que dispunha. “E não só criticou, como imediatamente apresentou remédio ao mal: vender a usina elétrica aos americanos e com o produto da venda e mais um empréstimo, dotar-nos de águas e esgotos”. Além disso se propôs a fazer contato com os americanos para a negociação, de tamanha que foi a preocupação com a situação local. O jornal creditou a iniciativa de um projeto de saneamento de esgoto há 10 anos, ainda no período em que a intendência estava nas mãos de Pedro Lopes de Oliveira, no entanto não foi executado nem por ele, nem pelas gestões posteriores. Por tais motivos denominou a administração de Passo Fundo como protelativa, ficando sempre em promessas pelas mãos da atual administração.

O Nacional ganhou um aliado nas críticas à

348 A situação precária da cidade de Passo Fundo foi listada: a eletricidade, o saneamento urbano, os serviços públicos como o calçamento, etc.. Tinham a certeza de que o futuro intendente teria uma árdua tarefa de reconstruir a cidade. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 224, 20 jan. 1930.



administração municipal, Moura Carneiro³⁴⁹ publicou no jornal sua indignação com seu prezado amigo Nicolau Vergueiro, disse que seu egocentrismo atrapalhava a política municipal de Passo Fundo. Como pessoa o classificou como excepcional, amável e risonho, no entanto como político agia como centralizador. A prova foi que alguns dias antes da publicação de Moura Carneiro³⁵⁰, ele afastou Henrique Scarpellini da intendência

349 Um conflito entre homens de ideologias partidárias diferentes resultou em um morto e dois feridos. Moura Carneiro – advogado do fórum, Mozart de Moraes – promotor público e Santos Pacheco – advogado do fórum, desentenderam-se devido a um conflito político causado pela repulsa a um grupo de propagandistas prestistas que foram praticamente expulsos da cidade durante um comício, “este drama de sangue que levou á prisão o primeiro dos contendores, o segundo ao túmulo, ficando ferido o último”. Este foi citado como somente dos milhares de conflitos que vinham ocorrendo no vasto território brasileiro por questões políticas. Em homenagem a Mozart Moraes, falecido na peleia, foi fundado em Carazinho uma liga anti-intervencionista com seu nome. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 517, 11 jan. 1930.

350 Moura Carneiro narrou ainda que Vergueiro encaminhou duas cartas, não se sabe para quem e em seguida chamou para conferência o sr. Scarpellini Ghezzi, a reunião durou uma hora e vinte, mas ele não soube sequer dizer qual havia sido o resultado pois afirmou que não conseguiu escutar nada para poder repassar ao público leitor. A questão que se exprime com esta manifestação de informante que Moura Carneiro se propunha soava um pouco estranha para a época, se ele era um aliado de Nicolau Vergueiro porque insistia em repassar as notícias para os leitores e ainda assiná-las? Era ordenado por Vergueiro ou este fazia vista grossa? Quanto ao jornal, Nicolau Vergueiro já havia rompido ligações com a redação do jornal e já não o aceitava mais para leitura na intendência, ou seja, ignorava a folha por completo. Situação complexa e sem sentido aos olhos de quem acompanhou o desencadear do conflito. Nesta mesma data Nicolau Vergueiro foi confirmado como deputado na chapa dos republicanos, Moura Carneiro mandou através desta notícia a parabenização ao amigo. No dia 23 Moura Carneiro já questiona se a informação que havia recebido e compartilhado estava correta ou não, se não passava somente de boatos. A questão foi levantada após ele ter recebido a notícia por um jornal carioca de que a chapa gaúcha priorizaria a manutenção dos deputados que já estavam em mandato, isto descartava a inclusão de Vergueiro na chapa. No dia 25 Nicolau Vergueiro foi confirmado na chapa dos deputados republicanos, o jornal questiona então: Quem será o candidato a intendência municipal? Esta resposta o jornal não obteve naquele mesmo mês.



sutilmente, sem deixar-lhe voz ativa de vice intendente. Contudo, em uma viagem que Vergueiro realizou a Irapuã levou um tal Bade para conhecer o chefe do PRR estadual, e o fato de este admitir uma companhia em uma viagem já era uma vitória contra o “egoísmo” de Vergueiro. Em outra matéria na sessão “notas políticas” o jornal questiona o motivo desta viagem de Vergueiro, pois a partida havia sido mantida sob segredo o que fez questionarem inclusive o local para o qual realmente teria ido, uma viagem comum não necessitava de segredo.

A redação de *O Nacional* indignou-se com uma matéria divulgada pelo “*Correio do Povo*”, jornal da capital, noticiando que Nicolau Vergueiro era chefe político de Carazinho e no dia 10 de fevereiro noticiaram indignadamente novamente que, outro jornal, o “*Diário de Notícias*” nomeava Vasconcellos Pinto intendente de Passo Fundo. “Parece mesmo que há um gesto especial em embrulhar as coisas por aqui”, concluíram. A indignação se acentuou quando Passo Fundo foi citada em um jornal paulista³⁵¹ como detentora do recorde de violência, pois não permitiam que entrassem concorrentes de Getulio Vargas além de seus muros, esse argumento foi levado ao jornal paulista por Jeferson de Carvalho Dantas, ex colaborador do *O Nacional* que pediu as contas e sumiu do jornal, só se voltou a saber dele através desta inconveniente notícia.

As notícias de fevereiro giraram em torno do pleito

351 Não foi nomeado na matéria.



federal e no destino do Brasil para o quadriênio de 1930 a 1934, às vésperas de ser definido e como argumento ao favoritismo da Aliança, disseram que Prestes era contrário a anistia, um ponto central do programa liberal o que deixava o povo mais favorável á Aliança Liberal formada pela Frente única. O resultado veio na mesma semana³⁵², a matéria sob o título “As eleições de ante ontem”, dizia que os resultados conhecidos até o momento eram favoráveis aos liberais. Em Passo Fundo, os liberais alcançaram 10.601 votos e Prestes somente 2. No dia seguinte a lista divulgada foi a de deputados estaduais, entre os eleitos achava-se o nome de Nicolau Vergueiro com 8.256 votos. As notícias de fraude começaram a chegar de diversos pontos do país, segundo o jornal, juntamente com o resultado. A preocupação demonstrada era a de que a república passava por uma provação e que os resultados das eleições é que ditariam se a reforma política se daria por meio do voto ou não. Washington Luis já havia dado indícios de que interferiria no reconhecimento dos candidatos à sua sucessão o que deixava margem para interpretar que haveria inclusive a fraude nas eleições e processos ilegais de resultados. O deputado Lindolfo Collor afirmou que Prestes já se considerava eleito e empossado³⁵³, esse ato confirmou a ideia de que as eleições seriam fraudadas e confrontariam as aspirações do Rio Grande com a apelação ao presidente de que as eleições fossem justas e às claras. Ney de Lima Costa afirmou³⁵⁴ para a imprensa

352 Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 585 3 abr. 1930.

353 Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 585 3 abr. 1930.

354 Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 585 3 abr. 1930.



paulista que seus eleitores foram impedidos de votar em Passo Fundo por ordem de Nicolau Vergueiro, ato ao qual o jornal nominou de farsa eleitoral de Ney de Lima Costa. Os jornais do restante do país se recusavam a divulgar o resultado das eleições devido às fraudes escancaradas. Durante todo o mês de março deixaram margem para que o poder fosse reivindicado por meio de uma revolução, se não pode-se obter o poder pelo voto limpo, objetivava-se ir-se às armas.

Com o resultado desfavorável nas eleições federais, Getúlio Vargas retomou o Governo do Estado, agradeceu os eleitores e pediu tolerância com o resultado das eleições, para manter a legalidade no estado, sobretudo. Passo Fundo ficou em terceiro lugar no número de votos no Estado do Rio Grande do Sul. Com o cenário político estadual e nacional esfriando, o foco do jornal se voltou um pouco mais para os problemas da cidade, lembraram que embora não fossem ouvidos e não vissem mudanças na cidade, continuariam a reivindicar mais atenção à administração municipal. A usina do Jacuí voltou a discussão, após a concorrência encerrada e a empresa para licitação definida, a dúvida sobre o que e quanto custaria o investimento preocupou o jornal. A ida de Nicolau Vergueiro para a capital federal deixava a intendência livre para que Scarpellini Ghezzi assumisse temporariamente, no entanto, questionava-se quando Vergueiro abriria mão completamente do cargo de intendente para que se dessem as novas eleições.



Vergueiro também foi acusado de tapeação por utilizar-se do método da licença da intendência deixando o poder nas mãos do vice intendente enquanto, de acordo com a lei, deveria renunciar ao cargo e convocar novas eleições. Em licença ele continua recebendo pela função de intendente e pela atual de deputado. “Legalmente não dá para fazer assim, mas tapeando dá para fazer”.

O cenário nacional volta à pauta³⁵⁵, Carlos Prestes foi criticado por tirar o direito da Paraíba em manter as cadeiras de seus deputados conquistada com voto limpo, da forma como se mantinha desde 1915. Em vista disto, Borges de Medeiros voltava a pronunciar-se sobre a situação política nacional e falou sobre as possibilidades de revolução que fervia às ruas, e que se o presidente seguisse a Constituição, poderia evitar tal confronto anunciado. A orientação de Borges de Medeiros levou o Partido Republicano a seguir os vieses do liberalismo, o único gaúcho que ainda não havia se rebelado contra a União foi Paim Filho, a Frente Única permaneceu aliada e em luta ao lado da Aliança Liberal. A dúvida sobre os métodos que seriam adotados para garantir os direitos desejados se fazia presente, pois os partidos que compunham a Frente Única eram de um lado revolucionários por natureza, e por outro lado conservadores. O jornal dizia ter notícias de que as folhas do Rio de Janeiro comentavam sobre a falta de coesão no Partido Gaúcho, pois o Senador João Neves alegou que o partido

³⁵⁵ *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano V, n 609, 2 mai. 1930.



não era complacente com as atitudes do Governo federal, no entanto, Paim Filho mostrou-se simpatizante. Na disputa, Borges de Medeiros demonstrou-se inclinado à João Neves, mas em declaração oficial defendeu também Paim Filho, o que causou mais comentários de incoerência partidária do RS.

De acordo com Vergueiro (1935, vol.5, texto “Discurso num banquete político”), em um discurso proferido por ele mesmo em 06 de junho, num banquete realizado na Sociedade Operária, e transcrito nos jornais: “*A Luta*³⁵⁶, de Passo Fundo; *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e alguns jornais do Rio”; a discórdia que estava ocorrendo em alguns municípios do estado deixou o poder oscilante entre situação e oposição “que conseguiram tomar posições de destaque, ora as de intendente ou vice”, que contudo não vigorou em Passo Fundo. O argumento de Vergueiro certamente se deu pela situação superada em 1920 nas eleições intencionalmente na qual tirou Pedro Lopes de Oliveira do páreo administrativo de Passo Fundo. Na eleição à presidência federal, as fraudes se superaram em métodos, e a Paraíba, segundo o autor, foi a maior vítima, pois todos os seus legítimos representantes foram barrados por Washington Luis. A maioria dos votos na Paraíba foram destinados a Getúlio Vargas, daí a retaliação justificada à seus deputados pelo presidente. Vergueiro se manifestou contrário a este ato que se repetiu novamente com o PR mineiro (PRM) desfalcando 14 de

356 Não foi localizado nenhum exemplar deste jornal, somente há citações pro Vergueiro em suas memórias.



seus representantes, “Foi uma outra bambochata [deboche]... foi uma outra maroteira [patifaria]...”. Vergueiro disse que na contagem final dos votos o presidente eleito foi Prestes, que lançou mão de todos os meios para vencer e venceu.

No mês de junho, o jornal trouxe constantes manifestos de insatisfação quanto à farsa eleitoral à presidência federal. Com as intensas críticas³⁵⁷, o presidente Washington Luis voltou atrás na decisão de não reconhecer a Paraíba na cadeira da Assembléa. Na política local, as críticas³⁵⁸ à administração local, afirmaram que Vergueiro era um malfadado administrador, pois recebera de seu antecessor uma intendência em ótima situação financeira, com projetos de melhorias urbanas já traçados mas, conseguiu fazer desandar as obras e secar o tesouro municipal, deixou o município³⁵⁹ á pão e água. Assumindo a cadeira na Câmara Federal, não abandonou o posto na intendência, apenas passou para as mãos do vice intendente Scarpellini Ghezzi. O jornal não demonstrou ter nada contra o vice intendente, no entanto disseram acreditar que para que o município voltasse a linha do progresso era necessário que Vergueiro não lhe desse palpites.

Em meio a tantos conflitos, junho era o mês em que

357 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano VI, n 651, 23 jun. 1930.

358 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano VI, n 656, 28 jun. 1930.

359 Em agosto as urgências de melhorias na cidade como saneamento, luz, assistência pública, linha férrea e principalmente a situação das vias públicas voltaram a ser criticadas.



O Nacional completava mais um ano de vida. No editorial³⁶⁰ disseram que nunca fizeram e nem fariam política partidária se esta não estivesse no foco do povo, e foi por esta razão que se filiaram à Aliança Liberal. O ingresso no 6º ano os fizeram reiterar suas diretrizes. Sendo o jornal filiado oficialmente à ideologia política da Aliança Liberal, seu fadado discurso de independência partidária naufragou.

Em setembro³⁶¹ uma nota oficial de *A Federação*, publicado pelo *O Nacional*, informava que de vários pontos do Estado forças se moviam a caminho da capital com material bélico, ato que pareceu servir para tentar coagir o presidente do Estado, que de acordo com a folha republicana seria capaz de renunciar a qualquer cargo para evitar o derramamento de sangue. Ato que não demonstrou-se exatamente com esta resignação, um mês depois Vergueiro³⁶² narrou a marcha das forças revolucionárias sob o seu comando contra o 8º Regimento de Infantaria. Vergueiro estava nomeado como governador civil daquela praça afirmando que o exército estava consigo em quase totalidade: “Tudo por um novo Brasil, são e redimido”. O fato era que a revolução havia estourado.

360 Em julho a questão editorial também focou na revogação da Lei de Imprensa, que estava na lista de anistia da Aliança Liberal. De acordo com o jornal esta lei era um atraso que amordaçava a consciência livre, era a chamada “lei celerada”. Classificaram, por fim, a lei de imprensa como “uma rolha ao protesto do cidadão”.

361 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano VI, n 717, 9 set. 1930.

362 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Ao povo de Passo Fundo*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 159.



Após o rebuliço, no dia seguinte, Nicolau Araujo Vergueiro, intendente municipal e chefe revolucionário, instituiu algumas bases para a rendição do Quartel: Os praças do regimento poderiam escolher se iriam para casa ou se seguiriam com o movimento; Quem não ficasse em casa, mas seguisse contra os revolucionários estavam fadados a serem detidos em Porto Alegre; Os prisioneiros seriam tratados com as devidas honras aos seus postos; O comandante do 8º Regimento ficava incumbido de entregar o quartel com todo o material dentro à Araujo Vergueiro. “E como assim ficou combinado, foi lavrada a presente ata, em duas vias”, uma delas em poder do comandante coronel Leitão de Carvalho e outra com o Intendente Municipal Nicolau Araujo Vergueiro.

As informações fornecidas pelo jornal³⁶³ sobre a situação da revolução brasileira em Passo Fundo era de que Nicolau Vergueiro³⁶⁴ tomava a frente dos revolucionários locais em busca de um “Brasil são e redimido”, chegando a compararem a força do 8º regimento com a dos revolucionários farroupilhas. As baixas passofundenses³⁶⁵ eram muitas e começaram a

363 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano VI, n 737, 6 out. 1930.

364 A forças do coronel Quim Cesar embarcou para a capital, reunindo a população local na despedida da tropa. Na revolução, os nomes mais destacados são os de Nicolau Vergueiro, Quim Cesar como o líder das tropas passofundenses e de Scarpellini Ghezzi por ser o intendente vigente da cidade. As matérias são escritas pelo próprio jornal que enaltece esta reação esquecendo-se inclusive dos conflitos com Vergueiro e das malefícências da cidade pela causa nobre da pátria. Ver: VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Ao povo de Passo Fundo*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5. Passo Fundo: 1935, p. 159.

365 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano VI, n 747,17 out. 1930.



aparecer nos jornais locais, o que causou intensa preocupação da população em busca de notícias de seus parentes. Telegramas e notícias estavam escassos, mas não havia possibilidade de transmitir recados pela intensidade em que se encontrava o conflito, fazendo com que milhares de telegramas fossem para o lixo sem sequer serem transmitidos. Essa notícia trouxe certa tranquilidade aos familiares. Vergueiro retratou os momentos mais marcantes da revolução de 1930 em Passo Fundo, tendo como base também o relatório de Henrique Scarpellini Ghezzi, então intendente municipal, ele disse constar no álbum da Revolução de 1930, da Livraria do Globo, que trazia fotos de Getúlio Vargas em Passo Fundo, ao lado dele estavam o general Góes Monteiro e Nicolau Vergueiro, nas proximidades da Intendência, “uma hora antes do ataque ao quartel do 8º Regimento de Infantaria”.

O argumento utilizado ainda em agosto de que havia falta de policiamento no município que era muito extenso e populoso foi um alibi para aumentar o efetivo da polícia para 200 homens e facilitar na composição da tropa para a revolução que se aproximava. No mês seguinte trataram de aumentar o poder bélico, “recebemos 400 fuzis, 6 F. M., 130.000 tiros, 1 lança chamas e um lança minas, havendo, entre particulares, se conseguido aqui mais 150 fuzis e mais 20.000 tiros³⁶⁶”. E assim ficou combinado que “no dia 3 de Outubro, às 5 1/2 horas

366 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *A Revolução de 1930 em Passo Fundo*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1936, p. 111.



da tarde” se iniciaria a revolução iniciando pela tomada dos quartéis locais. Foi aí que Vergueiro expressou seu discurso à população de Passo Fundo de que qualquer desrespeito ou depredação seria visto como um ato impatriótico sendo passível de punição. Oficialmente o município entrava em estado de sítio.

Como não houve apoio ou rendição do coronel Leitão e sua tropa, Vergueiro disse ter anunciado que honraria com seu dever se não se rendessem até às 5 horas da manhã do dia 04 de outubro. Com o ultimato, a bandeira branca foi hasteada pelo coronel Leitão. Foi aí que se deu a assinatura da ata de rendição pelos dois comandantes, Vergueiro e Leitão. Vergueiro narrou como o cerco foi fechado para a rendição:

Poucos momentos antes do sítio do quartel, foi cortada a luz para o mesmo e arredores, continuando, porém, para o resto da cidade e, durante o tiroteio, dois projéteis acertaram no cano que conduz água do depósito até o quartel, ficando, após, o reservatório de muitos mil litros de água completamente vazio, e, portanto, os que ali se achavam, privados dos preciosos líquidos. Na mesma ocasião, o telégrafo nacional foi ocupado pelo Dr. Victor Graeff e 4 civis, e a companhia telefônica pelo Sr. Arthur Lângaro, também com 4 civis. A cadeia municipal ficou sob a guarda do Sr. Ruy Vergueiro, e a estrada de ferro, principalmente o serviço de rádio-telegrafia, ao meu cargo³⁶⁷.

367 VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *A Revolução de 1930 em Passo Fundo*. Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6. Passo Fundo: 1936, p. 111.



Ainda um mal entendido fez com que no mesmo dia o cel. Leitão aderisse ao movimento dos revolucionários, pois Gil de Almeida comandante da 3ª Região Militar havia aderido à revolução, notícia falsa comprovada por Vergueiro. No entanto, cel. Leitão voltou atrás após perceber o engano da notícia, mas alguns componentes de seu batalhão já haviam se inserido por influência na causa revolucionária e lá permaneceram: “os tenentes Carlos Cezar Martins, Jorge Gomes Ramos, João Andrade Aguiar, Boleslau Mierczynski, Jarcerdy Machado Hansen e Jacintho Maria Godoy, tendo o primeiro assumido o comando e pouco depois classificado no posto de major, pelo Coronel Góes Monteiro”. A força revolucionária seguiu para Marcelino Ramos. “No dia 14, passou por esta cidade, em trânsito para o Paraná, o eminente Dr. Getúlio Vargas, general em chefe das forças revolucionárias nacionais”.

A notícia em novembro³⁶⁸ era a de que Getulio Vargas assumiu o Governo da República, efetivando a prisão de vários presos políticos e a dissolução da Câmara Federal. Também trouxeram as notícias dos passofundenses que partiram para a revolução, marcando o combate como intenso, de acordo com o relato do jornal deste dia. *O Nacional* se declarou no dia 08 como empenhado na luta da Aliança pela crença de vitória, pelo amor em ser livre e informaram que por este tempo esqueceram-se um pouco dos problemas locais, mas agora

368 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano VI, n 760, 3 nov. 1930.



voltariam com tudo nestas feridas. Reiteraram a necessidade de se substituir os intendentes municipais através do voto para permitir á população escolher o melhor que considerem, pois muitos dos antigos contratavam excesso de funcionários sem ter necessidade de tantos para a administração da cidade, para estes processos de melhoria esperava-se a Revolução completa nos cargos públicos. No cenário estadual, Paim Filho foi tratado como um traidor por ter-se pronunciado anteriormente à favor do presidente, diminuíram-se os comentários sobre a aliança ou sobre a frente única e, pelo menos n'*O Nacional*, voltou-se a citar o termo republicanos. No Estado, os que foram considerados traidores da revolução começaram a ser afastados de suas funções.

Ainda em novembro instituiu-se no bônus estadual pelas necessidades revolucionárias, o Tesouro do Estado emitiu bônus a título de empréstimos para amenizar as despesas revolucionárias. O jornal, apesar de impatriótico gesto, se manifesta contra este ato por se tratar na prática de beneficiar aos que podem mais. Na política local anunciaram acreditar que o partido pediria a Scarpellini Ghezzi que renunciasse, para integrar-se de fato no regime revolucionário, mas ainda seria o candidato oficial do partido nas eleições. O jornal aplaudiu a atitude do partido, pois tal atitude demonstrava a real intenção de se transformar a política municipal. No mesmo dia trouxeram no jornal um relato da coluna de Quim Cesar³⁶⁹ no

³⁶⁹ A cidade se preparava para receber a coluna de Quim Cesar, o comércio fechou



qual dizia que a bandeira que tem usado no acampamento era a de 1835, período da Revolução Farroupilha, ainda afirmou que o que ligava os legionários era a regeneração nacional. No cenário nacional se relatava uma série de violências da polícia contra a população em São Paulo e prisões de rebeldes e novos confrontos em Santa Catarina.

O consolo a que se permitia³⁷⁰ o jornal era de que em breve a revolução tomaria a administração de Passo Fundo, onde na verdade todos já eram adeptos a essa ideia, mas, no entanto, a intendência não possuía uma nova eleição desde que Nicolau Vergueiro fora eleito deputado. O jornal levantou a possibilidade de que essa perspectiva de mudança fosse ilusória e de que o próximo intendente eleito não passaria de um fantoche do poder partidário. No mesmo mês o diretório local do Partido Libertador publicou pela imprensa apreço a diversos colaboradores, entre eles Herculano Araujo Annes e o 8º R.I. Scarpellini Ghezzi³⁷¹ dizia que *O Nacional* não visava

suas portas e a população recebeu de “braços” abertos os oficiais e os soldados. Quim Cesar foi visto com um herói de guerra. A legião ficou conhecida como a “legião de outubro”, denominada por Oswaldo Aranha, com a missão da renovação nacional. Os soldados retornaram quase esfarrapados, Cúrio de Carvalho foi escolhido por Quim Cesar para portar a requisição de vestimenta para os soldados, com a autorização de Nicolau Vergueiro, porém posteriormente ao ato, Cúrio de Carvalho foi acusado de ter utilizado o pedido também para itens pessoais, injúria da qual se manifestou n’O Nacional para criticar os “mentirosos”. Ninguém se manifestou contra ou a favor de Cúrio de Carvalho. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano VI, n 798, 17 dez. 1930. 370 *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano VI, n 795 13 dez. 1930.

371 O jornal elogiou a atitude do intendente Scarpellini Ghezzi em compor uma comissão para auxiliar nas decisões administrativas da cidade, a perspectiva era de que tal atitude trouxesse Passo Fundo de volta para o desenvolvimento, mas que até o dia 22 não havia se concretizado. Scarpellini Ghezzi demonstrava disposição



sua pessoa, mas sim a de Nicolau Vergueiro. No entanto, o jornal se dizia um crítico do poder local, independente de quem nele estivesse, eram críticas ao descaso com a administração, à obras não começadas ou não concluídas. Não era pessoal, era em prol do coletivo contra o uso do poder, ou melhor, o mau uso dele. “O que queremos o fizemos, ainda antes da campanha liberal, é pugnar pela verdadeira liberdade que agora se avizinha, pela destruição completa e absoluta do velho sistema feudal que nos dominava e amesquinhava”. Era batalha contra a oligarquia local que travavam, queriam um sangue novo capaz de revitalizar a política em Passo Fundo.

Enquanto Flores da Cunha fora nomeado interventor do Estado, em Passo Fundo não havia nem sinal de intervenções, o jornal³⁷² pedia reforma imediata, os argumentos eram defendidos com a citação de exemplos de outros municípios, além de deficiências na saúde, educação, trânsito, etc. O cenário

de agir em prol do município, o jornal fazia expectativa de que a saúde pública receberia mais atenção da intendência municipal, principalmente no que se dizia respeito ao saneamento básico. A intendência marcou para o dia seguinte uma reunião para definir como agiria na administração do município e para listar as prioridades, esta reunião foi agendada após o general Flores da Cunha expor a grave situação econômica do Estado. Com tal atitude, se fez necessário seguir o exemplo e expor também a situação econômica do município de Passo Fundo. Pois só assim se saberia tomar o melhor caminho para sanar o déficit econômico do período. Ver: *O NACIONAL*. Passo Fundo: Ano VI, n 798, 17 dez. 1930.

372 Durante todo o mês de dezembro, *O Nacional* continuou a campanha que convidava os leitores para irem até a redação contribuírem à causa patriótica, quem contribuía tinha o nome e a quantia publicada no jornal, e a quantia só aumenta a cada publicação. Para recompor as finanças e libertar-se da dívida externa, o governo gerou o incentivo para que o consumo se nacionalizasse, aproveitaram-se da influência ao patriotismo para intuir o consumo de produtos nacionais.



nacional³⁷³ retornava com força em dezembro, Getúlio Vargas prometeu governar “com” e não “para” o povo. No cenário estadual, Oswaldo Aranha sugeriu a criação da legião de outubro em todas as cidades do Estado, inclusive Passo Fundo, mesmo que a revolução já houvesse acalmado. Flores da Cunha propôs iniciar uma reforma policial em Porto Alegre, e o jornal esperava que esta mudança proposta se estendesse ao Estado o quanto antes, prometiam ainda realizar uma sindicância em todo o Estado, quanto às intendências municipais, a ideia era de que sangue novo fosse colocado no poder.

Barbosa (1990) elencou alguns princípios à imprensa que se demonstraram norteadores também ao jornal *O Nacional*: o amor da pátria, o amor da liberdade e o amor da verdade. Dines (1987) afirmou que um jornal que cede a uma pressão cede a todas, e a este fim o jornal em questão demonstrou evitar a todo custo, colocando inclusive a amizade em longa data com Nicolau Vergueiro em cheque para manter-se longe da influência do poder partidário local. Este jornal fez do tema político a base principal de suas matérias, bem como

373 Enquanto o foco de preocupação se centrava nas grandes figuras políticas e no preenchimento dos cargos que se renovavam, a reclamação frequente era de que muitos revolucionários abandonaram seus empregos e apresentaram-se à corporação e após o sucesso da revolução foram desincorporados sem pagamento dos saldos vencidos pelo serviço, sem direito a passagem para regresso. Os que retornaram possuíam verba fornecida pela família ou já levaram o valor consigo. Utilizaram-se do “brocado”: Festa acabando, músicos a pé. A mensagem publicada no jornal foi assinada por “um desincorporado”, no entanto, a crítica não foi nem favorecida nem combatida por ninguém mais. Até o final de 1930 não houve retorno ou socorro aos patriotas deixados à própria sorte.



Sodré (1977) descreveu como uma característica da imprensa do século XX. As matérias demonstraram que a partir de 1925 a tendência jornalística se dava em prol da informação e a imprensa passava a organizar-se nos moldes de uma empresa capitalista, precisava cobrir suas próprias despesas, não contava com verba partidária e seu sustento provinha da publicidade, fatos também observados por Romancini e Lago (2007) ao longo do período de domínio republicano (1889-1930), mas em Passo Fundo consolidado a partir de 1925 com o jornal *O Nacional*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O testemunho é uma forma de transmitir perspectivas historiográficas. Sob a ótica de um indivíduo ou de um grupo obtêm-se informações para reescrever a própria história, para transmitir uma cultura política. As memórias deixadas nas páginas de um impresso também se inserem nos consensos de testemunho, de narrativa, enfim, de lembrança. Os jornais estão minados de símbolos sugestivos e ao mesmo tempo questionadores de outras práticas, principalmente ideológicas, de cada época. Foi com base neste anseio de memórias retidas no discurso da mídia impressa que se buscou utilizar a perspectiva avaliativa deste tema em Charaudeau (2009). Com base neste autor, as informações políticas destes impressos analisados foram aprofundadas criticamente, considerando



a fonte de informação, o efeito de verdade – considerando também o acreditar ser verdadeiro e o ser verdadeiro de fato –, se a informação partiu de iniciativa própria ou por pressão, se o informador tem notoriedade, a autenticidade do anunciante, se o discurso é informativo ou propagandista, as matérias inseridas na perspectiva de editorial e as características da verdade de opinião. Tais perspectivas permitiram entender a forma como a imprensa se portava ao seu público e o que se despertava com o direcionamento dado ao poder político que possuía no sistema de crenças todo o seu potencial de manipulação.

Na compilação de informações sobre as revoluções no período da República Velha em Passo Fundo, as elites locais e a imprensa sob influência do poder local foi possível compreender as teias desta política inserindo-as de forma a que abarcasse seu jogo de influências políticas e pessoais. Esta perspectiva uniu a elite política local a um mesmo objetivo, o de ordem e progresso, que guiava a ideologia positivista do PRR na revolução de 1893, período em que Gervasio Annes, reconhecidamente foi a marca da primeira etapa de poder em Passo Fundo, sendo também líder do PRR local por quase 30 anos. A influência exercida na imprensa foi, comprovadamente, um método unilateral do PRR, para guiar seguidores e orientar convicções. Em Passo Fundo a imprensa de 1889 a 1930 demonstrou estar conectada a este viés político de que ou era financiado pelo partido, ou possuía um membro do partido em seu corpo editorial, ou



ainda por amizades e afinidades ideológicas. Como neste período os impressos não foram localizados para constatar os as linguagens e os conflitos desencadeados, não foi possível utilizá-los como fonte. Como objeto de estudo, as referências bibliográficas localizadas preencheram a lacuna necessária para transmitir as percepções apresentadas até aqui.

Na análise sobre o período de atuação de *A Voz da Serra* constatou-se a existência de uma imprensa político-partidária sob influência de poder de uma elite subvencionada pelo chefe estadual do PRR, uma política que detinha na imprensa seu meio de emitir farpas ao adversário, com um discurso propagandista assumido. No período de 1916 a 1920 o destaque se deu ao jornal *A Voz da Serra*, corroborando com as memórias de Nicolau Araujo Vergueiro. De 1920 a 1924 só foi possível utilizar as ideias de Vergueiro para dialogar com as referências bibliográficas sobre o período. Sendo assim, constatou-se como Nicolau Vergueiro representou uma segunda etapa de poder em Passo Fundo, logo após o falecimento de Gervasio Annes, passando ainda por um conflito intenso com Pedro Lopes de Oliveira pelo poder unilateral em Passo Fundo, deixando as farpas impressas em *A Voz da Serra* e em *O Gaúcho*, conforme as memórias de Vergueiro apresentaram. *A voz da Serra* demonstrou-se, nas mãos de Cúrio de Carvalho, como um verdadeiro propagandista de Nicolau Vergueiro, muito além de somente propagandista do PRR, sendo também uma



aliada importante para Vergueiro na briga entre vergueiristas e lolicistas, que por sua vez eram defendidos pelo *O Gaúcho*.

Constatou-se que a convicção demonstrou-se como a principal guia da imprensa defensora de Nicolau Vergueiro, inclusive se apegando a credibilidade que a figura política e pessoal de Vergueiro exacerbava. A informação era transmitida por iniciativa própria de Cúrio de Carvalho, levando a autenticidade na forma de conduzir a verdade de sua convicção e se colocando em uma posição que Charaudeau (2009) denomina de “digna de fé” e “acima de qualquer suspeita”, pois até o momento em que possuía o jornal não acumulava cargo político, então se fazia a propaganda e a defesa política de Nicolau Vergueiro o era por amizade e convicção da verdade que este representava para ele. Este cenário favorável na imprensa para Nicolau Vergueiro não perpetuou na existência do jornal *O Nacional*.

A constatação no período de atuação analisado de *O Nacional* foi de uma imprensa ingressante no anseio da independência, da notícia guiada pelo “efeito de verdade”, da informação convicta e da publicidade como sustento, onde a política só ingressava em suas páginas para dar voz aos anseios coletivos em prol do bem comum, ou do que consideravam como tal, mas desde que não extravasassem as convicções do editor. O editor possuía notoriedade, Herculano Annes



era filho de Gervasio Annes, isso por si só já o projetava na elite da sociedade, além disso, deixava-o em uma linha tênue da ideologia republicana, sob a qual fora criado e orientado. Apesar de deixar espaço em sua folha para discussões de partidos alheios ao PRR, e alegar ser independente por este motivo, a autenticidade de Herculano Annes nunca deixava as margens da ideologia política, mesmo que não objetivasse posição alguma no partido ou na administração pública, conforme ele mesmo declarava. Seu discurso informativo não infringia suas ideologias propagandísticas, pois suas críticas a Nicolau Vergueiro como político e administrador público superavam o fato deste pertencer ao PRR, o partido de sua identificação ideológica, e como Charaudeau (2009) expressou, passando pelo filtro dos imaginários necessários para produzir suas críticas. Mas considerando o fato de que Herculano Annes se baseou mais em convicções para delinear a diretriz de *O Nacional* do que em fatos, sua opinião ficava em uma tênue linha com suas crenças, pelo movimento de se posicionar a favor ou contra as matérias que apresentava sobre questões políticas, revelando sempre seu ponto de vista. Por isso, condisse estreitamente com a visão de Charaudeau (2009, p. 122) de que “não enuncia uma verdade sobre o mundo, ela remete ao sujeito”.

O que se pode concluir sobre os impressos analisados é que o discurso não era o portador da verdade necessariamente,



mas sim no efeito que produzia, na autenticidade deste universo construído. Desta forma foi possível conhecer a imprensa em duas etapas: Na primeira etapa uma imprensa que de 1890 a 1924 detinha sua ideologia política e seus atritos explícitos na imprensa sob a proteção e a influência partidária; Já na segunda etapa, uma imprensa que a partir de 1925 direcionou o foco político mais próximo ao caráter de informação independente, como uma verdade aos olhos do editor. Na primeira a elite se mantinha como poder local norteador; na segunda a tentativa de poder local desta elite nas diretrizes do jornal foi alvejada por críticas. A justificativa constatada para a mudança foi a de que na primeira etapa a maior parte dos jornais se mantinha com a verba partidária, cedendo aos encantos de seu poder; na segunda etapa a imprensa se sustentava como empresa através da verba publicitária. Estes meios acabavam por direcionar a verdade a que se detinha a imprensa conforme a situação em cada período de poder local analisado.

A expressão “Independente, não neutro!”, que deu título a este trabalho, demonstrou-se uma diretriz adotada pelos dois periódicos aqui analisados, pois ambos declaravam-se sem vínculo partidário. *A Voz da Serra* mantinha este discurso para proteger Nicolau Vergueiro de ser censurado pela livre arbitrariedade crítica de Cúrio de Carvalho contra Pedro Lopes de Oliveira, o qual fez questão de deixar este ponto claro por diversas edições de seu periódico. Já *O Nacional*, este detinha



o título por necessidade de mostrar-se imparcial, de poder posicionar-se contra tudo e todos, se assim fosse necessário, mas desde que o censo comum o desse suporte para que sentissem-se seguros em continuar, mantinham o ideal de que seus atos benignos de crítica à administração e à figura do administrador não eram para beneficiar a si próprios, mas sim voltadas ao bem da população. Era a isto que nomeavam imparcialidade através do que conheciam por independência partidária.

“O poder político é também parte interessada na construção da agenda midiática e, de maneira geral, no jogo de manipulação. Há uma guerra entre políticos e jornalistas, guerra simbólica, mas cujo objetivo é influenciar a opinião pública”³⁷⁴. Esta guerra entre jornalistas e políticos foi encontrada nestas análises de forma que a busca pelo poder oscilava entre o campo público e o privado, permeava nas páginas dos impressos e fora delas resultando na “violência além das farpas impressas”. Passo Fundo no período analisado era a terceira maior região em território do Estado, algo que a projetava com destaque na representatividade da região norte do Rio Grande do Sul.

No entanto, fica a esperança de se encontrar em acervos particulares algum tesouro perdido que contenha pelo menos um exemplar de cada impresso já existente na cidade de Passo Fundo. A forma como a imprensa e a política guiavam o poder local foi trabalhada até 1925, mas a lacuna desta data

³⁷⁴ CHARAUDEAU, 2009, p. 257.



de hegemonia do *O Nacional* de 1930 até 1935 não pôde ser abrangida, deixando a possibilidade de novos direcionamentos a partir da quebra de hegemonia pela inserção de novos impressos, como o *Diário da Manhã* a partir de 1935 sob a perspectiva do poder existente na nova república.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. *Acontecimentos e Mídia*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco (org.). *História e Imprensa: Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 10 anos*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1997.

ANNES, Alceu Oliveira. *Genealogia Lucas Annes: Compêndio Ilustrado*. Porto Alegre: PUC, 2012, p.195 – 259. <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/sebodigital/obras/GenealogiaLucasAnnes.pdf>. Atualizado em 06/01/2012. Acesso em 02/06/2013.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS As oposições e A Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

BARBOSA, Marialva Carlos. *Meios de Comunicação e história: um universo de possíveis*. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs). *Mídia e Memória: A produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Rui. *A Imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Com Arte, Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

BOBBIO, Norberto. *A Teoria das formas de Governo*. 10ª Ed. Brasília: Editora UNB, 2000.

_____. *Dicionário de Política*. v. 1, 11ªEd. Brasília: Editora UNB, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.

D'AVILA, Ney Eduardo Possapp. *Degola e degoladores no Rio Grande do Sul 1889-1930*. Porto Alegre: Edigal, 2012.

DINES, Alberto. *O Papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus, 1986.

FÉLIX, Loiva Otero. *Política, Poder e Justiça: Violência e Criminalidade sob os Coronéis e no “Caso Creso”*. In: BATISTELLA, Alessandro (org.) II. *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

_____. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *História e Memória e a problemática de pesquisa*. Passo Fundo: UPF, 2004.

FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. v.2. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1984.

_____. *Passo Fundo através dos tempos*. v.3. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1983.

GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismos. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar



Editor, 1997.

HEINZ, Flavio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

KIELING, José Fernando. *Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1984.

LOVE, Joseph. *Federalismo y regionalismo en Brasil, 1889-1937*. In: CARMAGNANI, Marcello (coord.) *Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Mexico: Fideicomiso, 1993, p.180-226.

_____ *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (org). *História e Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MELO, José Marques. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIGLIORANZA, Cristiane Indiara Vernes. *O coronel e os prelos: relações entre imprensa e poder em Passo Fundo (1890-1917)*. Dissertação de Mestrado PPGH/UPF, 2006.

MONTEIRO, Paulo. *Combates da Revolução Federalista em Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 2006.

MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa*. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (org).



História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva*. 8ªEd. Rio de Janeiro: Editora Difel/Difusão, 1977.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da História de Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 2010.

NORONHA, Andrius Estevam. *Instituições e elite política de Santa Cruz do Sul no contexto de Internacionalização da Economia Fumageira* (Décadas de 1960 e 1970). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS* (1930-1932). Dissertação Mestrado PPGH/UPF, 2001.

RÈMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do Jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

RUDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e Presente em interfaces:*



Introdução a uma análise sócio-histórica da memória. Passo Fundo: UPF Editora, 2011.

TIMM, Octacilio; GONZALEZ, Eugenio. (org). *Álbum ilustrado do Partido Republicano de Passo Fundo*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1931.

VISCARDI, Claudia. *História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas*. Locus: revista de história. Juiz de Fora, 1997, v.3, n.1, p.84-97.





FONTES DOCUMENTAIS

A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, 01/01/1916 à 26/12/1917.
Folha Independente.

A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, 02/01/1918 à 09/01/1920.
Folha Republicana.

O NACIONAL. Passo Fundo, 15/07/1925 à 29/12/1928.
Bisemanário da Independência.

O NACIONAL. Passo Fundo, 03/01/1929 à 31/12/1929.
Trissemanário da Independência.

O NACIONAL. Passo Fundo, 15/07/1925 à 29/12/1928. Diário
Independente.

PASSO FUNDO, RIO GRANDE DO SUL, HISTÓRICO.
Biblioteca digital do IBGE: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/passofundo.pdf>. Acesso em 23/10/2013.

VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v.1: iniciado em 11/07/1935, encerrado em 6/8/1935, no Rio de Janeiro.

VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v.2: iniciado em 07/08/1935, encerrado em 04/09/1935, no Rio de Janeiro.

VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Notas íntimas* – Algumas

reminiscências clínicas. Manuscrito. v.3: 05/09/1935, encerrado em 19/10/1935, redigido no Rio de Janeiro e em Passo Fundo.

VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v.4: 20/10/1935, encerrado em 06/11/1935, em Passo Fundo.

VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v.5: 07/11/1935, encerrado em 08/12/1935 em Passo Fundo.

VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v.6: 09/12/1935, encerrado em 05/03/1936, em Passo Fundo.

VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v.7: 07/03/1936, encerrado em 20/11/1936, em Passo Fundo.

VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v.8: 21/11/1936, encerrado em 31/11/1937, em Passo Fundo.





LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1: Gervasio Lucas Annes. 35
- Figura 2: O primogênito de Gervasio Annes – Armando Annes e família. 43
- Figura 3: Branca Annes Gonçalves. 44
- Figura 4: Antenor Araujo Annes. 45
- Figura 5: Morena Annes Di Primio. 46
- Figura 6: Herculano Araujo Annes. 47
- Figura 7: Gervasio Araujo Annes e Marina Xavier e Oliveira Annes. 49
- Figura 8: Juvência Annes e Gabriel Bastos. 50
- Figura 9: Gezerino Lucas Annes e Família. 51
- Figura 10: Gasparino Lucas Annes. 53
- Figura 11: Francisco Antonino Xavier e Oliveira e sua esposa. 54
- Figura 13: Píndaro Annes 63
- Figura 14: Gervasio Lucas Annes e Antonio Manoel de Araujo. 69
- Figura 15: Antonio Augusto Borges de Medeiros. 95
- Figura 17: Nicolau de Araujo Vergueiro. 115
- Figura 18: Segunda edição do jornal *A Voz da Serra*. 119
- Figura 19: Busto de Gervasio Lucas Annes na Praça Tamandaré. 163
- Figura 20: Primeira edição do Jornal *O Nacional*. 200



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHRUPF – Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo

AL – Aliança Libertadora

ALG – Aliança Libertadora Gaúcha

FUG – Frente Única Gaúcha

FUN – Frente Única Nacional

PC – Partido Conservador

PD – Partido Democrático

PF – Partido Federalista

PL – Partido Liberal

PPR – Partido Republicano Riograndense

PR – Partido Republicano

PRD – Partido Republicano Democrático

PRM – Partido Republicano Mineiro

RS – Rio Grande do Sul



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

[Catálogo do Projeto Passo Fundo](http://www.projetopassofundo.com.br)
www.projetopassofundo.com.br





Gabriela Tosta Goulart, nasceu em 20/12/1988. É habitante passofundense há quase 10 anos. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo, possui licenciatura em História e pós-graduação em Gestão e Tutoria da Educação pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci, MBA em Marketing pela Universidade Estácio de Sá, Mestrado em História Regional pela Universidade de Passo Fundo e, atualmente, doutoranda em História Regional também pela Universidade de Passo Fundo.

Este livro trata da relação entre imprensa e as disputas de poder da elite política passofundense, no período de 1916 a 1930. Neste período, os domínios dos prelos passofundenses estavam concentrados nas mãos de uma elite política que detinha o poder econômico, político e social. A análise dos jornais A Voz da Serra e O Nacional se deram pela questão da memória política que revelam em seu discurso, por suas influências políticas e por seu caráter testemunhal, pois os jornais expressavam posições partidárias de seus proprietários e revelaram-se um dos veículos de luta pelo poder regional.

Uma figura marcou a relação da política com a imprensa local: o coronel Gervasio Annes, líder do Partido Conservador, que reviu sua posição política e conduziu a instalação do Partido Republicano Riograndense local, tendo como adversários os Federalistas. Os periódicos foram a maneira empregada pelo PRR para difundir os ideais positivistas. Sendo assim, o partido que detinha o prelo local tinha muitas possibilidades de manutenção do poder regional. A luta pelo poder no norte do RS não contrapôs apenas o PRR e seus detratores federalistas representados pelos assististas no Estado. A disputa pelo poder se deu intra-partidariamente, nas hostes do próprio PRR.



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura